



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
UNESP – INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS –  
CÂMPUS RIO CLARO**



---

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO  
(LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO AMBIENTAL)**

---

**OS CONCEITOS DE SUSTENTABILIDADE E DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PRODUÇÃO TEÓRICA  
EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: um estudo a partir de  
teses e dissertações.**

**DIOGENES RAFAEL DE CAMARGO**

Dissertação apresentada ao Instituto de Biociências do Câmpus de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

**Outubro - 2016**

**DIOGENES RAFAL DE CAMARGO**

**OS CONCEITOS DE SUSTENTABILIDADE E DE  
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PRODUÇÃO TEÓRICA EM  
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: um estudo a partir de teses e  
dissertações.**

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Feiteiro Cavalari

Dissertação apresentada ao Instituto de  
Biotecnologia do Câmpus de Rio Claro,  
Universidade Estadual Paulista, como  
parte dos requisitos para obtenção do  
título de Mestre em Educação.

**Rio Claro  
2016**

372.357 Camargo, Diogenes Rafael de  
C172c Os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável na produção teórica em educação ambiental no Brasil: um estudo a partir de teses e dissertações / Diogenes Rafael de Camargo. - Rio Claro, 2016  
195 f. : il., figs., gráfs., tabs., quadros

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro  
Orientador: Rosa Maria Feiteiro Cavalari

1.Educação ambiental. 2. Sustentabilidade. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Teses e dissertações. 5. Estado da arte. I. Título.



**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: OS CONCEITOS DE SUSTENTABILIDADE E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PRODUÇÃO TEÓRICA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL: um estudo a partir de teses e dissertações.

**AUTOR: DIOGENES RAFAEL DE CAMARGO**

**ORIENTADORA: ROSA MARIA FEITEIRO CAVALARI**

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em EDUCAÇÃO, pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. ROSA MARIA FEITEIRO CAVALARI  
Departamento de Educação / Instituto de Biociências de Rio Claro

Profa. Dra. MARIA BERNADETE SARTI DA SILVA CARVALHO  
Departamento de Educação / Instituto de Biociências de Rio Claro

Prof. Dr. MARCOS ANTONIO DOS SANTOS REIGOTA  
Programa de Pós-graduação em Educação / Universidade de Sorocaba - UNISO

Rio Claro, 29 de agosto de 2016

*“Maman, je vous remercie de vos mains calleuses”*

**Mãe:** Esta vitória é nossa!

À Abaraci, e ao nosso sangue indígena do qual me orgulho imensamente.

## AGRADECIMENTOS

E enfim, eis que “nasce o filho”! E quantos padrinhos e madrinhas tenho para agradecer...

Quantas noites em claro... eu, a madrugada e o café da mamãe, a qual, antes de ir se deitar, fazia questão de deixar uma garrafa com café novinho e quentinho para mim, pois sabia que eu teria uma longa noite de trabalhos e angústias pela frente. Sei que, quando mamãe dizia: “Fio, tem café novo na garrafa”, ela estava dizendo: “Força filho! Mamãe te ama e se orgulha muito de você!”

Mãe, quem dera um dia eu ter metade da sua força... quem dera ser eu, um dia, metade do que você é!

E foi por você, mamãezinha, para que você se orgulhasse, que durante a caminhada, por mais que meus pés doessem, não parei, “nem para comer goiaba”, pois você me ensinou: “Vá, vá de arrasto se preciso for, mas vá, siga em frente!” E, hoje, mãe, te agradeço por me ensinar a ir em frente e por me dar todas as condições necessárias para que eu continuasse caminhando! E bem sabemos quantas peças a vida nos pregou durante esse caminho, não é mesmo?

Por falar nisso, sinto falta do “vozinho”. Sinto falta dele vindo aqui “xeretar” o que eu estava fazendo e, quando percebia que eu estava estudando, mesmo sem entender direito, ficava com um semblante de orgulho e me dizia o quanto é importante que se estude.

Muitas coisas nos faltaram na vida, né mãe? Só nunca faltou, para essa família, AMOR e união e, é esse AMOR e a nossa união, que me fizeram dar conta de chegar até aqui, sem sombra de dúvidas.

Lembro-me do Ivo, orgulhoso por ter um irmão que faz mestrado. Pois, saiba, querido irmão, você me ensinou a sonhar, e a sonhar demasiadamente, a “carregar água na peneira”, pois do contrário não tem graça, você me disse. Me incentivou a lutar, me deu condições para isso. Obrigado, mano, por ter me ensinado a “teoria da laranja exprimida”, sempre tem mais caldo para sair, não é mesmo?

E o que dizer do “mano véio” André? Sempre me instigando a ser cada dia mais politizado, mais crítico. Não importa que tenhamos posições e opções políticas diferentes, o que importa (e coisa que te agradeço) é que todas as vezes que temos nossos emblemáticos embates político-ideológicos aqui em casa, você sempre me faz

pensar: “É, preciso melhorar meus argumentos”. Obrigado, “Deca” (sei que você não gosta que te chamem assim... por isso, chamo-o! Risos), pelo *Notebook*, mas não tão somente por isso... é por muito mais que te agradeço... é por muito mais que lhes agradeço. Obrigado, manos!

Obrigado, João... por não me deixar esquecer da minha origem simples. Muito obrigado por chegar falando alto aqui na cozinha quando eu estava estudando, isso me fazia lembrar de quem sou. Obrigado, “pai número 2”, por renunciar tantas coisas para que hoje eu pudesse chegar até aqui.

E, ao “pai número 1” (*in memoriam*), agradeço pelo dom da vida, e por estar aqui comigo, todos os dias, eu sei. Obrigado, pai, obrigado vô Chico, queria que vocês estivessem aqui para ver isto. Sei que estão! Obrigado família! É por vocês, sem dúvidas... é por vocês!

E o que dizer da minha fiel escudeira, companheira de estrada, de vida... minha intelectual preferida... escritora de haikais. E você sabe o que é um haikai? Dizem ser um “poema escrito em linguagem simples”. É, meu AMOR, você é um haikai, cheia de poesia e simplicidade... minha poetisa, orientadora social, educadora “freireana”, “sujeitinha crítica você, hein?” (Risos). Jéssica Thomazini (com Th, não esqueça!), obrigado por me ensinar a ser... artista plástica que é, ajudou a desenhar meu percurso até aqui. Obrigado, por me mostrar o caminho e me dizer: “Vamos, eu vou com você”. Obrigado por me ensinar que “levar a sério não é levar a chato”, por sempre me pedir leveza, pois só assim faz sentido, não é mesmo? Você não imagina o quanto te agradeço por suas mãos entrelaçadas às minhas durante a caminhada, o tempo todo, me trazendo de volta à realidade quando os devaneios eram demasiados (a Rosa agradece! Risos). Minha querida, você me disse para não ter medo do escuro e nem dos dias cinzas, pois o dia de hoje chegaria... e chegou! E o que seria de mim, neste percurso, não fosse você para me lembrar dos dias coloridos? Para me **a-cor-dar!!** Obrigado pelo seu AMOR!

Obrigado também à grande família Thomazini! Dona Mary e seu Jair, por sempre me acolherem e por nunca, absolutamente nunca me negarem um sorriso. Como é bom estar aí! Ao Juninho (“cunha”), Val, Suzana, Ito e Valcira, queridos, vocês me fazem sentir de verdade parte da família! Agradeço aos meus sobrinhos e priminhos amados: Chulico, Belinha, Ângelo, Lorenzo, Valentina, Renan e Ícaro, Ni e Gui, por me mostrarem que 🎵 “o mundo é bão Sebastião”... 🎵 Renan, meu parceirinho,

pequeno cientista, obrigado pelos jantares de todos os domingos! Sua companhia me alegra!

André e Vanessa, agradeço muito pela torcida. André, vai dar tudo certo, meu camarada. Conte comigo! Falando nisso... seu “Quatizão” e dona Jérsia, é inspirador olhar nos olhinhos de vocês e perceber que sentem orgulho de mim. Obrigado, tio... obrigado, tia... por sempre estarem por perto!

E o que dizer dos colegas (AMIG@S) unespianos (mestrandos e doutorandos)? São tantas e tantos, que não me arriscaria a escrever o nome de cada um aqui, não poderia correr o risco de esquecer de algum de vocês, pois todos, TOD@S vocês foram imprescindíveis nesta jornada.

Agradeço a todos os EArteanos! Aos professores do departamento, grandes personagens (e autores) de uma história em constante construção.

Um agradecimento mais do que especial à minha querida orientadora e “mãe acadêmica”, Rosa Maria. Obrigado, Rosa, por me aceitar como orientando, por apostar em mim, por sempre me tratar de igual para igual, pela paciência, por me ensinar o valor do proletariado, e por me apresentar à Filosofia e ao pensamento crítico. Obrigado por ser minha professora, orientadora e amiga! Obrigado também à Profa. Bernadete “Berna”, que sempre me olhou nos olhos e demonstrou interesse pelas coisas que penso e escrevo... obrigado por me chamar de poeta e por estar na minha banca, saiba que para mim é uma grande felicidade. E por falar em banca, o que dizer de ter o Prof. Marcos Reigota como um dos integrantes dela? Meu Deus, quanta honra! Contarei para meus filhos e netos com imenso orgulho! Obrigado professor, por ter aceito! Obrigado professores, por fazerem parte deste momento tão especial para mim.

Agradeço ao professor Luiz Marcelo de Carvalho, por tudo o que me ensinou, sobre trabalho e também sobre a vida, sobre a importância de ser ético.

Um obrigado muito especial à Flávia (Flavipis), velha companheira acadêmica. Eu sempre conseguia “tomar um pouco de fôlego” todas as vezes que subia lá no laboratório para prosearmos.

Agradeço também ao Jonas, amigo querido que foi quem me disse da existência do grupo de Educação Ambiental da Unesp de Rio Claro. Também agradeço ao Romualdo “mineiro” pelo teto compartilhado, ao Eber Josué Sánchez Velázquez “mexicano” e Laura Jiménez (a “Colômbia”) por me ajudarem com o

“resumen”, ao Carlos Nascimento pela ajuda com o “abstract”, também ao Lucas Dametto e “Dr.” Luí (isso mesmo, exatamente assim: “Luí”, sem o “s” no final... porque é meu amigo!), ao Prof. Carlos Signorini, Dr. Mendes e Dr. Olavo, Pablo, seu Gildo e Marcão da *lan house*, aos alunos do curso de extensão “A temática ambiental e o processo educativo (historiografia, macrotendências, principais autores e práticas): uma introdução à Educação Ambiental” que ministrei na FHO/Uniararas em 2015 (saibam que estarão sempre em meu coração) e também ao coletivo pARTs – “Poesia e arte por toda parte”.

E, finalmente, agradeço à CAPES pela bolsa concedida, por meio da qual tive a oportunidade de vivenciar todas as possibilidades desse meu período como aluno de mestrado.

Um agradecimento longo, porém justo e necessário.

Obrigado, meu Deus, por ter me escolhido para vivenciar tudo isso!

Orei, e foi-me dada a prudência; supliquei, e veio a mim o espírito da sabedoria. Preferi a Sabedoria aos cetros e tronos e em comparação com ela, julguei sem valor a riqueza; a ela não igualei nenhuma pedra preciosa, pois, a seu lado, todo ouro do mundo é um punhado de areia e diante dela, a prata, será como lama [...] (LIVRO DA SABEDORIA 7,7-11).

A tod@s vocês: **Gratidão!**

**RESUMO:** Esta pesquisa que se insere no âmbito do Projeto “Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (teses e dissertações) – “Projeto EArte”, tem como objetivo identificar e analisar os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável na produção teórica (dissertações e teses) em Educação Ambiental no país. A presente pesquisa é de natureza qualitativa, documental, de caráter bibliográfico, do tipo “estado da arte”. O *corpus* documental é constituído por teses e dissertações de Educação Ambiental constantes no Banco de Dados do “Projeto EArte” e, como instrumento de análise, utilizou-se alguns procedimentos da “Análise de Conteúdo” (BARDIN, 2009). O trabalho foi realizado a partir das seguintes questões norteadoras: que significados são atribuídos aos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável na produção teórica (teses e dissertações) em EA no Brasil? Esses conceitos são tratados como sinônimos nesses documentos? Que autores e referenciais teóricos são referenciados nas produções estudadas? A realização desta pesquisa se justifica na medida em que os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável são incorporados em nossa sociedade com sentidos diversos, desde o senso comum, até os discursos científicos, mercadológicos e políticos da contemporaneidade. Por isso, devido às várias vozes e elementos que os compõem, os referidos conceitos são complexos e têm definições cada vez mais diversas, variando dependendo da área de conhecimento ou do contexto nos quais estão inseridos. De acordo com a bibliografia especializada, alguns estudos entendem os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável como sinônimos, enquanto outros indicam diferenças ideológicas entre eles e, ainda, alguns autores não consideram o desenvolvimento sustentável como um conceito propriamente dito. De um total de vinte e dois documentos selecionados, que constituem o *corpus* documental da pesquisa, quatorze são dissertações de mestrado, dentre as quais uma é de mestrado profissional, e oito são teses de doutorado. Esses trabalhos foram defendidos entre os anos de 1993 e 2009, apresentando um aumento significativo especialmente entre os anos de 2005 a 2009. Nota-se, que a maior parte dos trabalhos são oriundos de universidades públicas (73%). Em relação à procedência desses trabalhos, 59% são provenientes da região Sudeste, 23% da região Sul do país, 14% da região Norte, 4% da região Nordeste e nenhum da região Centro-oeste. Dos trabalhos analisados, a maior parte se mostrou crítica em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável, atribuindo-o à “ideologia burguesa” do capitalismo. Contudo, a valorização desse conceito também foi identificada em alguns outros trabalhos analisados, alguns indicando, inclusive, a importância do conceito para o campo da Educação, no sentido de se substituir a “Educação Ambiental” por uma “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, o que para outros trabalhos, no entanto, parece ser inconcebível. Em um trabalho encontramos referência ao conceito de desenvolvimento sustentável não como um “conceito”, mas como uma “ideia força”, uma mobilização para alcançar a sustentabilidade. Também não há consenso entre os trabalhos analisados a respeito dos referidos conceitos serem compreendidos como sinônimos. Ressalta-se, que os conceitos de “Desenvolvimento Local” ou “Desenvolvimento Econômico Local”; “Ecomunitarismo”, “Sociedades Sustentáveis” e também o de “Ecosocialismo” são apresentados como propostas alternativas ao desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Desenvolvimento sustentável. Teses e Dissertações. Educação Ambiental. Estado da Arte.

**ABSTRACT:** This research based on “Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (teses e dissertações) – “Projeto EArte” (Environmental Education in Brazil: academic production analysis [masters and doctoral thesis] – “Projeto EArte” Project has as its aim identify and analyze sustainability and sustainable development concepts concerning theoretical production (masters and doctoral thesis) in Environmental Education in the country. This research is qualitative, documental, bibliographical, and of the “state of art” kind. The documental *corpus* is constituted by Environmental Education thesis and dissertations from the “Projeto EArte” database and, as analysis instrument, some procedures known as “Análise de Conteúdo” [Content Analysis] (BARDIN, 2009) were used. The work was performed from some guiding questions: what meanings are attributed to the concepts of sustainability and sustainable development in theoretical production (thesis and dissertations) concerning Environmental Education in Brazil? Are these concepts treated as synonyms in these documents? What authors and knowledge areas are referred in the material studied? This research is justified as concepts of sustainability and sustainable development are incorporated in our society with several meanings, from the conventional wisdom to current scientific, market and political discourses. Due to several voices and elements that arrange it, the referred concepts are complex and have definitions increasingly diverse, varying depending on what knowledge area or context they are inserted. According to the specialized bibliography, some studies define the concepts of sustainability and sustainable development as synonym, while others define ideological differences between them and, moreover, some authors do not consider the sustainable development as a concept per se. From a total of twenty two selected documents, which constitute the documental corpus of this research, fourteen are Master’s thesis and eight are Doctoral dissertations. These papers were defended between 1993 and 2009, showing a meaningful growth especially between 2005 and 2009. The fact that the majority of the papers (73%) is from public universities is noteworthy. Concerning the origin of these papers, 59% are from the Southeast region, 23% are from the South region, 14% are from the North region, 4% from the Northeast region, and no one from the Central West region. From the analyzed works, the majority criticizes the concept of sustainable development, attributing it to the capitalistic “bourgeois ideology”. However, this concept valorization was also identified in some other papers. Some indicated, as well, the importance of the concept to the Education field, as a substitute to “Environmental Education” by an “Education for Sustainable Development”. This seems to be inconceivable for other works. In one paper we found references to the concept of sustainable development as not as a “concept”, but as a “key point”, a mobilization to achieve sustainability. There is also no consensus between the analyzed works concerning these referred concepts as being synonyms. It is noteworthy, however, that concepts as “Local Development” or “Local Economic Development”; “Ecomunitarismo”, “Sustainable Societies” and also “Ecosocialism” are presented as alternative proposals to the sustainable development.

**Key-words:** Sustainability. Sustainable Development. Thesis and Dissertations. Environmental Education. State of Art.

**RESUMEN:** La presente investigación forma parte del proyecto “Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (teses e dissertações) – “Projeto EArte””, y tiene como objetivo identificar y analizar los conceptos de sustentabilidad y desarrollo sustentable en la producción teórica (dissertaciones y tesis) en Educación Ambiental en el país. Esta investigación es de naturaleza cualitativa, documental, de carácter bibliográfico, del tipo “estado del arte”. El *corpus* documental lo constituyen tesis y dissertaciones de Educación Ambiental almacenadas en la Base de Datos del “Projeto EArte” y, como instrumento de análisis se utilizaron algunas técnicas del “Análisis de Contenido” (BARDIN, 2009). El trabajo se realizó partiendo de las siguientes preguntas centrales: ¿Qué significados se han atribuido a los conceptos de sustentabilidad y desarrollo sustentable en la producción teórica (tesis y dissertaciones) en Educación Ambiental en Brasil? En los documentos, ¿estos conceptos se han tratado como sinónimos? ¿Qué autores y áreas del conocimiento son referenciados en las producciones estudiadas? La realización de esta investigación se justifica a medida que los conceptos de sustentabilidad y desarrollo sustentable son incorporados en nuestra sociedad en varios sentidos, que van desde el sentido común, hasta los discursos científicos, mercadológicos y políticos de la contemporaneidad. Por eso, debido a las varias voces y elementos que los componen, los conceptos referidos son complejos y tienen definiciones cada vez más diversas, la variación va a depender del área del conocimiento o del contexto en los cuáles están incluidos. De acuerdo con la bibliografía especializada, algunos estudios entienden los conceptos de sustentabilidad y de desarrollo sustentable como sinónimos, mientras que otros indican diferencias ideológicas entre ellos, e incluso algunos autores no consideran el desarrollo sustentable como un concepto propiamente dicho. De un total de veintidós documentos seleccionados, los cuales constituyen el *corpus* documental de la investigación, catorce son dissertaciones de maestría, entre las cuales una es de maestría profesional, y ocho son tesis de doctorado. La defensa de estos trabajos se realizó entre los años 1993 y 2009, presentando un aumento significativo especialmente entre 2005 y 2009. Se observa que la mayor parte de los trabajos tuvo su origen en universidades públicas (73%). En lo que respecta a la procedencia de los trabajos, el 59% proviene de la región Sureste, el 23% de la región Sur del país, el 14% de la región Norte y el 4% de la región Noreste, mientras que la región Centro-Oeste no presentó trabajo alguno. De los trabajos analizados, la mayor parte mostró una posición crítica con relación al concepto de desarrollo sustentable, atribuyéndolo a la “ideología burguesa” del capitalismo. No obstante, la valorización de este concepto también fue identificada en algunos otros trabajos analizados, llegando incluso a indicar la importancia del concepto para el campo de la Educación, en el sentido de sustituir a la “Educación Ambiental” por una “Educación para el Desarrollo Sustentable”, lo que para otros trabajos, pareciera ser inconcebible. En uno de los trabajos se encontró referencia al concepto de desarrollo sustentable no como un “concepto”, sino como una “fuerza ideológica”, una movilización para alcanzar la sustentabilidad. Logra observarse que entre los trabajos analizados no existe un consenso respecto a que los conceptos referidos sean comprendidos como sinónimos. Es notorio que los conceptos “Desarrollo Local” o “Desarrollo Económico Local” “Ecomunitarismo” “Sociedades Sustentables” y también el de “Ecosocialismo” son presentados como propuestas alternativas al desarrollo sustentable.

**Palabras clave:** Sustentabilidad. Desarrollo sustentable. Tesis y dissertaciones. Educación Ambiental. Estado del Arte.

## LISTA DE QUADROS

### *Páginas*

<b>Quadro 1:</b> Relação dos trabalhos selecionados para compor o <i>corpus</i> documental desta pesquisa.....	<b>59</b>
<b>Quadro 2:</b> Conceito de DS: Confronto de tendências e possível superação. Freitas (2004), com base em Fien e Tilbury (2002).....	<b>82</b>
<b>Quadro 3:</b> Eventos de maior abrangência concernentes ao conceito de DS, organizados pela ONU.....	<b>85</b>
<b>Quadro 4:</b> As “cinco dimensões do ecodesenvolvimento”.....	<b>88</b>

## LISTA DE TABELAS

### *Páginas*

<b>Tabela 1:</b> Primeira busca realizada na base de dados “Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (teses e dissertações)” .....	<b>54</b>
<b>Tabela 2:</b> Segunda busca na base de dados “Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (teses e dissertações)” .....	<b>56</b>
<b>Tabela 3:</b> <i>Corpus</i> documental final da pesquisa, a partir das buscas realizadas no banco do “Projeto EArte” .....	<b>57</b>
<b>Tabela 4:</b> IES e PPGs dos trabalhos selecionados.....	<b>107</b>

## LISTA DE GRÁFICOS

	<i>Páginas</i>
<b>Gráfico 1:</b> Localização regional das produções.....	<b>105</b>
<b>Gráfico 2:</b> Datas das produções (ano das defesas).....	<b>108</b>
<b>Gráfico 3:</b> Proveniência dos trabalhos selecionados.....	<b>109</b>

## LISTA DE FIGURAS

	<i><b>Páginas</b></i>
<b>Figura 1:</b> Caminhos percorridos para a constituição do <i>corpus</i> documental.....	<b>58</b>
<b>Figura 2:</b> Pirâmide do desenvolvimento sustentável: “ <i>triple botton line</i> ”.....	<b>76</b>

# SUMÁRIO

	<i>Páginas</i>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2. DELINEAMENTO DA PESQUISA.....</b>	<b>36</b>
2.1. Explicitando o problema de pesquisa.....	39
2.2. Constituição do <i>corpus</i> documental e análise dos documentos.....	53
<b>3. DA SUSTENTABILIDADE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....</b>	<b>62</b>
3.1. A história recente dos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável .....	65
3.2. Desenvolvimento sustentável e Educação.....	91
<b>4. OS CONCEITOS DE SUSTENTABILIDADE E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS.....</b>	<b>104</b>
4.1. Significados atribuídos aos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável nos trabalhos analisados.....	110
4.2. Referenciais teóricos e principais autores nas produções analisadas .....	150
4.3. Alternativas ao conceito de desenvolvimento sustentável nas pesquisas analisadas .....	166
4.4. Sustentabilidade/Desenvolvimento sustentável e Educação.....	170
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>181</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>186</b>

“Tudo é certo em saindo das mãos do Autor das coisas, tudo degenera nas mãos do homem. Ele obriga uma terra a nutrir as produções de outra, uma árvore a dar frutos de outra; mistura e confunde os climas, as estações; mutila seu cão, seu cavalo, seu escravo; transtorna tudo, desfigura tudo; ama a desformidade, os monstros; não quer nada como o fez a natureza, nem mesmo o homem; tem de ensiná-lo para si, como um cavalo de picadeiro; tem que moldá-lo a seu jeito como uma árvore de seu jardim.”

(Rousseau em “Emílio ou Da Educação”, 1968, p. 09).

## 1. INTRODUÇÃO

“Começa já o velho milênio  
Só crescerá nossa humanidade  
Nas partilhas do capital total  
Ou se resolve esses impasses  
Ou as caldeiras parirão  
Dias quentes de inverno”<sup>1</sup>

Sou biólogo e professor de ciências, com bacharelado e licenciatura cursados em faculdade privada. Mas, mesmo com as pesadas influências da tecnociência, bem como do positivismo e do positivismo lógico da época de graduação, não foi dificultoso me identificar e me apaixonar pela Filosofia e também pelos referenciais da Teoria Crítica que conheci na pós-graduação. Assim como a Sofia de Jostein Gaarder, meu primeiro convite para um “café filosófico” chegou até minhas mãos poeticamente por uma belíssima epístola; foi enquanto Epicuro versava com Meneceu sobre a tal da felicidade. Logo em seguida, rapsodos, “sophos” e hilozoístas da Antiguidade, sentaram-se também para o café.

Pela Educação Ambiental o “coração bateu mais forte” já nos primeiros contatos, após descobrir que esta não se limitaria à confecção de “vasinhos antidengue” para presentear no dia das mães ou *puffs* feitos de garrafas pet, como poderia pretender o pragmatismo presente na maioria das raras propostas de “Educação Ambiental” da minha graduação. Meu primeiro encontro com a Educação Ambiental se deu em 2012 quando participei do Projeto Rondon, no qual tive a oportunidade de conhecer as belezas e tristezas da educação e cultura ribeirinha e quilombola dos bacurienses, na Amazônia Oriental, belíssima região de ecótono entre Floresta Amazônica e Mata dos Cocais no Estado do Maranhão. O segundo encontro aconteceu no mesmo ano, quando recebi o convite da Assistência Social do Município de Araras/SP para ministrar um curso de alguns dias sobre sustentabilidade para ex-internos da Fundação Casa que estavam em liberdade assistida, num programa chamado Projeto Cidadão de Futuro. Todas essas coisas me impulsionaram a prestar

---

<sup>1</sup> “Aos filhos da demagogia” de Ricardo Antunes.

o processo seletivo para o mestrado em Educação (linha de Educação Ambiental) na Unesp de Rio Claro e hoje estou aqui, investigando os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável nas teses e dissertações brasileiras, como será apresentado ao longo deste estudo.

Em 05 novembro de 2015, ocorreu uma das piores catástrofes ambientais (ambientais, não naturais) que se tem notícia na história da humanidade. O acontecimento se deu em contexto brasileiro, no município de Mariana, em Minas Gerais. A tragédia ocorreu depois que uma barragem (Fundão) da mineradora Samarco, que é controlada pela Vale e pela BHP Billiton, rompeu-se. E, com isso, houve uma grande enchente de lama que assolou o distrito de Bento Rodrigues, avançando pelo Rio Doce e causando destruição por onde passou. Muitas famílias ainda estão desabrigadas, quase seis meses após o ocorrido, a disponibilidade de água potável na região ficou comprometida, o acontecimento deixou também pessoas feridas e alguns mortos. E, no que se refere aos impactos diretamente relacionados com o ambiente natural, o acontecimento em Mariana, só para citar alguns, liberou cerca de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração compostos, entre outros elementos, por óxido de ferro e lama, com potencial para devastar ecossistemas inteiros. Essa lama atingiu as regiões no entorno da barragem, bem como o Rio Doce e seus afluentes, derrubando matas ciliares, comprometendo a vida aquática; muitos peixes e outros organismos aquáticos morreram por onde a lama passou (uma das principais atividades da região era a pesca), chegando ao mar. Mas, antes de chegar ao mar, a lama também afetou o pH e empobreceu os solos por onde passou. Alguns pesquisadores acreditam na possibilidade de infertilidade permanente do solo, devido a sua desestruturação química, quando a lama secar totalmente.

A tragédia ambiental em Mariana, impactou não somente os ambientes naturais por onde a lama passou, mas também as esferas sociais e políticas da região e do país. De acordo com Nunes (2015):

A tragédia que escorreu de Mariana até o litoral do sudeste brasileiro é exemplar. Sua lama nivelou políticos, partidos, órgãos de Estado e de imprensa, organizações e indivíduos com laços de financiamento com a Vale e a indústria de mineração, expondo mais uma vez o segredo do polichinelo de que empresas não fazem doações, mas investimentos, e nada compra respeitabilidade junto ao poder público e à sociedade civil melhor que o próprio dinheiro. (NUNES, 2015).

Uma vez apresentadas tais considerações, para contextualizar o momento socioambiental do país quando este texto estava sendo escrito, abre-se a possibilidade de se pensar sobre a origem dos problemas ambientais e sociais.

Ao pensar a natureza como ambiente natural, ou seja, reduzindo-a a espaço biogeofísico, poder-se-ia dizer que problemas ambientais ocorrem desde que o primeiro “sopro de vida” se deu sobre a face da Terra, sobretudo a partir da gênese da espécie humana.

A relação exploratória que o ser humano exerce sobre a natureza e sobre seus componentes ecossistêmicos datam das mais remotas épocas. Desde o humano primitivo, na luta pela subsistência e manutenção de sua vida e prole, algum nível de exploração dos ambientes naturais já poderia ser observado. Deste modo, acredita-se que em uma sociedade ainda não civilizada, o ambiente e as paisagens já começavam a ser influenciados por atividades antrópicas, fenômeno que se intensificou conforme o ser humano passou de nômade errante para ter uma vida sedentária, sobretudo pelo advento da agricultura, pastoreio, construções fixas (rupestres), entre outras atividades exclusivamente humanas e inéditas até então. Percebe-se, a partir das considerações feitas até aqui, que os ambientes naturais já tendiam à transformações muito antes da superpopulação da espécie humana (CARVALHO, 1989; DIAS, 2004, PEDRINI, 2010). Contudo, pouco adianta tão somente constatar que a destruição do meio ambiente<sup>2</sup> tenha começado no momento em que o primeiro ser humano derrubou a primeira árvore. Discursos generalistas e ideológicos desse tipo, frequentemente vislumbramos nas argumentações de empresários e políticos com intento de manter o *status quo* e fugir da responsabilidade, retirando do centro o papel das instituições políticas e formações socioeconômicas, atribuindo desta forma à toda espécie dos *Homo sapiens* as responsabilidades que, na verdade caberiam, sobretudo, a alguns *espécimes* específicos de nossa sociedade.

A preocupação atual com as questões ambientais (sem precedentes na história) se deve, segundo alguns autores, ao iminente risco de desaparecimento das

---

<sup>2</sup> Recorremos a Reigota (2010), no intento de elucidarmos nossa concepção de meio ambiente. De acordo com o autor, meio ambiente seria: “[...] o lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural construído.” (p. 15).

várias formas de vida do planeta como consequência das diversas atividades humanas, em especial o suposto risco de extinção da própria espécie humana, da qual fazemos parte (MEADOWS et al., 1972; GONÇALVES, 1990; CARVALHO, 2008). Esta ideia é reforçada e também encontra sentido em Teske (2005), bem como no contexto do documento intitulado “Relatório Brundtland”<sup>3</sup>, os quais afirmam que a preocupação com as questões ambientais tomou proporção mundial, sobretudo, quando começamos a entender que nós humanos também somos elementos da natureza<sup>4</sup> e que exercemos relação de dependência para com os demais elementos do ambiente biogeofísico e que fazemos parte de um mesmo mundo, desigual e injusto.

Há uma só Terra, mas não um só mundo. Todos nós dependemos de uma biosfera para conservarmos nossas vidas. Mesmo assim, cada comunidade, cada país luta pela sobrevivência e pela prosperidade quase sem levar em consideração o impacto que causa sobre os demais. Alguns consomem os recursos da Terra a um tal ritmo que provavelmente pouco sobrar para as gerações futuras. Outros, em número muito maior, consomem pouco demais e vivem na perspectiva da fome, da miséria, da doença e da morte prematura (BRUNDTLAND, 1991, p. 29).

Sabe-se, historicamente, que já no romantismo francês, bem como no romantismo alemão, no século XVIII, alguns escritores se voltaram à defesa e preservação da natureza em suas obras, nas quais retratavam as “maravilhas do mundo natural” (CASCINO, 2007). No século XIX, o poeta naturalista Henry David Thoreau, autor do livro “Walden ou A Vida Nos Bosques”,<sup>5</sup> no qual através de experiência pessoal relatada procurou demonstrar que o ser humano não é superior à natureza, mas sim parte integrante dela, teve importante influência nas reflexões da época no que diz respeito às relações entre sociedade-natureza.

---

<sup>3</sup> Sobre o referido documento (“Relatório Brundtland”), trataremos oportunamente.

<sup>4</sup> Na Antiguidade, a filosofia dos Pré-Socráticos concebia a Natureza como *physis*, ou seja, a “totalidade de tudo o que é” (BORNHEIM, 1967). Deste modo, vemos que no século VI a.C. o ser humano também era entendido como elemento integrante da Natureza. Todavia, esse entendimento se perdeu ao longo dos séculos e, o reconhecimento da íntima relação entre ser humano e natureza que começou a se originar a partir do século XX, não guarda qualquer relação com a *physis* dos Pré-Socráticos.

<sup>5</sup> O trabalho de maior repercussão desse autor foi “A Desobediência Civil”, obra que mais tarde influenciaria o movimento pacifista de Ghandi. Mohandas Karamchand Gandhi (Mahatma Gandhi), um faquir hinduísta que influenciou movimentos ativistas no mundo inteiro com sua filosofia de “*satya-ahimsa*” (verdade e não-violência) e “*Satyagraha*” (forma pacífica de protesto). Líder na luta pela independência da Índia.

Quão mesquinha e grosseiramente nos havemos com a natureza! Não podemos ter um labor menos grosseiro? Que mais sugerem estas requintadas invenções: o magnetismo, a eletricidade? Será que não podemos fazer mais que cortar e desbastar a floresta? Não podemos estar presentes em sua economia interior? Na circulação da seiva? Atualmente, laboramos de modo superficial e violento. Não suspeitamos o quanto poderia ser feito para melhorar nossa relação com a natureza animada; que benignidade e refinada cortesia poderiam existir... Leis injustas existem: devemos contentar-nos em obedecer-lhes ou empenhar-nos em corrigi-las; obedecer-lhes até o momento em que tenhamos êxito ou transgredi-las desde logo? [...] (THOREAU, 2007).<sup>6</sup>

Mas, foi sobretudo a partir do século XX e das grandes transformações político-sociais daquele período, que começaram a surgir os movimentos específicos em defesa do meio ambiente. Havia naquele momento um crescimento significativo e assustador dos modelos de produção econômica e exploração dos elementos naturais vigentes. A Revolução Russa de 1917, o desenvolvimento econômico e industrial ianque, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, chegando às outras regiões das Américas que, ao poucos, substituíam o modo de vida rural pelo industrial, as importantes lutas operárias em decorrência da exploração do trabalho humano, o avanço da medicina e da tecnologia e a explosão da bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki no final da Segunda Grande Guerra, são apenas alguns exemplos dos muitos acontecimentos importantes e de abrangência global que ocorreram naquele século. Todos aqueles acontecimentos, que se tornaram emblemáticos no que diz respeito ao século XX, foram questionados por diversos autores à época, os quais enxergavam a Terra sob iminente risco de não mais suprir as necessidades básicas dos seres humanos (MEADOWS et al., 1972). Via-se (não por todos e muito nebulosamente) naquele momento, os riscos do avanço exacerbado da ciência e tecnologia e os sucessivos esforços para tornar a humanidade cada vez mais alienada e dependente dos recursos tecnológicos (BRASIL, 1998; GORE, 2006). De acordo com Reigota (2007): “Os avanços científicos e tecnológicos a partir, principalmente, da Segunda Guerra Mundial estão intimamente relacionados com a problemática ambiental” (p. 218).

Uma grande contradição se fazia presente a partir daquele momento, que se concentrava, especialmente, entre a corrida tecnológica e expansões territoriais de

---

<sup>6</sup>Anarcoindividualista, também considerado um dos pais da Ecoanarquia ou Anarcoprimitivismo.

um lado e, de outro, a crescente ânsia por justiça, paz e pela preservação do ambiente vista em algumas parcelas da sociedade. Houve naquele período uma das maiores transformações sociais de que se tem notícia, tanto tecnológicas como de valores e mentalidades, na qual começávamos a refletir acerca das relações sociais que há mesmo entre grupos distantes, “abria-se as portas”, deste modo, para o “internacionalismo”<sup>7</sup>. (GONÇALVES, 1990; CASCINO, 2007; HOBBSAWN, 1995). Como definiu Cascino (2007), havia naquele cenário uma “contralógica da guerra e da exploração”

A conquista tecnológica nos fez ver nossa grandeza e nossa pequenez, o azul que colore a Terra, a nave “pendurada” no espaço, frágil em um Universo infinito. Enfim, nos fez entender o que é a “aldeia global” (McLuhan), como somos todos passageiros e condutores de uma mesma e única embarcação. (CASCINO, 2007, p. 29).

Os desdobramentos dos mais de três séculos de exploração do ser humano sobre a natureza começaram a surgir e ganhar formas mais definidas sobretudo com a chegada dos anos 60 do século XX, com o evidenciamento da “crise ambiental”, “[...] refletindo-se na irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico” (LEFF, 2001, p. 15,16), ocasionando o surgimento de um novo modo de enxergar o mundo, no qual as pessoas em “crises existenciais” sucessivas começavam a caminhar lentamente na busca por transformações sociais. As “metamorfoses” de mentalidades daquele instante eram novas e intensas, pautadas em uma espécie de empatia, em uma preocupação com o outro, até mesmo com aquele que ainda nem chegou a existir, sentimento que parece guardar relação com aquilo que Thomas (2010) designou por “Novas sensibilidades”, referindo-se ao século XVIII (CASCINO, 2007; HOBBSAWN, 1995; THOMAS, 2010).

---

<sup>7</sup> O internacionalismo, este a qual nos referimos, entende o Planeta Terra como uma mesma “casa” onde todos os seres, culturas e pensamentos habitam juntos e, por isso mesmo, nossos atos quase sempre têm repercussão global, em maior ou menor escalas. Outro aspecto do internacionalismo é a reivindicação para que a justiça e os direitos valham na mesma proporção para todos os sujeitos, de todas as classes sociais. Todavia, os deveres dos cidadãos devem estar de acordo com a etnia e contexto dos diferentes sujeitos, de forma que não fira seus costumes e valores. Este internacionalismo de que tratamos se aproxima, em muitos pontos, do chamado “internacionalismo proletário”, muito mais que com o “internacionalismo burguês”. O termo “cosmopolita” muitas vezes também é utilizado para se referir ao “internacionalismo”. Sobre este assunto, ver também: Barbosa (2005) e Braz (2015).

Segundo Tozoni-Reis (2008), “[...] desde a Revolução Industrial, a atividade inventora e transformadora do ser humano em sua relação com a natureza tornou-se cada vez mais predatória [...]” (p. 1). E, ainda que alguns autores apontem para uma transformação de consciência que começava a surgir e ia aumentando concomitante às revoluções tecnológicas e industriais, foi só a partir década de 1960 que, pode ser considerada, de fato, como uma referência quanto às preocupações acerca das questões ambientais, sem precedentes comparáveis até então (CARVALHO, 1989; TOZONI-REIS, 2008).

Os grandes eventos e manifestações sociais daquele período, como o movimento *hippie* e o festival de *Woodstock*, o feminismo e ecofeminismo, os *Black Powers*, Prabhupada e os “Hare Krishnas” e a “orientalização do ocidente”, “The Beatles”, Lennon e Yoko Ono... “The Ramones” e “Pistols”, as manifestações anti-guerra, particularmente contra a Guerra Fria e a Guerra do Vietnã e a corrida armamentista/nuclear, marcaram a história do mundo e colaboraram diretamente para a construção de um novo movimento que começara a surgir naquele período. (GONÇALVES, 1990; CASCINO, 2007; TOZONI-REIS, 2008).

De acordo com Gonçalves (1990):

A década de 1960 marca a emergência, no plano político, de uma série de movimentos sociais, dentre os quais o ecológico [...] assistirá, portanto, ao crescimento de movimentos que não criticam exclusivamente o modo de produção, mas, fundamentalmente o modo de vida. E o cotidiano emerge aí como categoria central desse questionamento. (p. 10).

Em 1968 com as manifestações, principalmente do movimento estudantil em Paris, cujo slogan era “*Pour une planete plus bleu*”, haviam incisivas manifestações contra a Guerra do Vietnã e as armas nucleares. A movimentação também era em prol do “resgate do ser”, havia ali o necessário anseio de repensar o indivíduo e as relações sociais (MATOS, 1989 apud CASCINO, 2007). Aquela nova mentalidade, à época, ganhava cada vez mais adeptos e simpatizantes em todo mundo.

De acordo com Leff (2001):

O ambientalismo surge num processo de emancipação da cidadania e de mudança social, com reivindicação de participação popular na tomada de decisões e na autogestão de suas condições de vida e de produção, questionando a regulação e controle social através das formas corporativas de poder e o planejamento centralizado do Estado. Esta demanda de democratização no manejo dos recursos

volta-se também para a gestão dos serviços educacionais. (LEFF, 2001, p. 257).

No que se refere ao contexto brasileiro, o país vivia uma conjuntura de ditadura militar, porém também já começavam a aparecer por todas as partes do país os primeiros militantes contra aquela mesma conjuntura. Os militantes brasileiros eram oriundos de todas as áreas, da arte, do teatro com Gianfrancesco Guarnieri e Boal com o “Teatro do Oprimido” (influenciados por Brecht), da música com a MPB. Surgiram também naquele período de importantes militâncias sociais, as bandas *anarcopunks* e do movimento *skinhead*<sup>8</sup> que começavam a aparecer dos subúrbios das metrópoles brasileiras, na academia com Paulo Freire e a “Pedagogia do Oprimido”, também os “Centros Populares de Cultura” (CPC) da UNE e até mesmo da Igreja, com os Frades Dominicanos e membros da Ordem dos Frades Menores (Franciscanos), os chamados “Freis da Libertação” (VENTURA, 1988; CASCINO, 2007; RATTON (2007)<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> O movimento *skinhead* teve origem nos subúrbios da Inglaterra na década de 1960. Considerado um movimento de subcultura inter-racial, os *skinheads* se constituíram enquanto um movimento urbano a partir de imigrantes jamaicanos e cubanos que trabalhavam em condições de semiescravidão nas fábricas dos subúrbios britânicos. Os jamaicanos recém instalados na Inglaterra tocavam reggae e ska em suas festas nos barracões abandonados dos subúrbios onde moravam, festas que atraíam também britânicos e jovens imigrantes estadunidenses (principalmente negros) pobres e trabalhadores. O movimento *skinhead* se constituiu em sua gênese como um movimento muito mais artístico do que político. A influência jamaicana trouxe também o aspecto religioso Rastafári dos camponeses jamaicanos, cuja característica marcante seria o amor e integração à natureza, algo muito característico dos *skinheads* tradicionais. Outro ponto forte que identificava aquela “classe” e que, inclusive, é o que deu nome ao movimento, eram as cabeças raspadas (*Skin + heads* = cabeça raspada), devido à prevenção de acidentes de trabalho e proliferação de piolhos, muito comum naquela época e sob aquelas condições. A partir da década de 1970 o movimento *Skin* se disseminou por todo o mundo, sobretudo com a crise econômica britânica e o nascimento do movimento Punk. Mais recentemente, um outro movimento denominado *Skinhead white power*, ou *nazi-skin*, surgiu na Europa apoiados por alguns partidos de extrema direita, como *British National Party* (BNP) e o *National Front* (BNF). Entretanto, os *skinheads* tradicionalistas não consideram os *White powers* como *skinheads*, devido à extrema contradição que há entre as ideologias, por isso usam o termo *Boneheads*. No Brasil o movimento *skinhead* também se originou dos movimentos operários e em um momento de crise política e social. No país, o movimento ganha força principalmente em meados de 1979. “Carecas do Subúrbio” foi o primeiro grupo de *skinheads* brasileiro (SCHWEIZER, 2003; VEGA, 2010; MENDES, 2014).

<sup>9</sup> Helvécio Ratton, cineasta diretor do filme brasileiro “Batismo de Sangue”, lançado em 2007, baseado em uma história verídica relatada no livro homônimo de Frei Betto (1983), que denuncia os bastidores do regime militar no Brasil, as torturas e a morte de Marighella e relata, também, a luta e resistência dos Frades Dominicanos e Franciscanos, adeptos da Teologia da Libertação, contra a Ditadura Militar.

A década de 1960 foi um ano de militância social, política e ecológica em todo o mundo. Porém, em especial, o ano de 1968 entrava e mudava a história. Alguns antropólogos e historiadores definem aquela década como uma das mais transformadoras e revolucionárias da história mundial. E, o ambientalismo, surgiu nesse momento, no âmbito dos chamados “novos movimentos sociais” e de contracultura (CARVALHO, 2008).

Sobre o movimento ambientalista, Cascino (2007), embasando-se nas ideias de outros autores, como Zuenir Ventura e Fernando Gabeira, afirma que:

O ambientalismo, portanto, não é apenas e tão somente uma leitura da realidade ecossistêmica (estrita), ou da ecologia, ou dos parâmetros biológicos da existência humana ou natural. Ao contrário, o ambientalismo como tal carrega todos esses elementos revolucionários, construído pela história recente da humanidade. Ele nasce exatamente ali; tem a marca dos movimentos ditos minoritários e alternativos. (p. 14).

E, por isso mesmo, é que parece ter influenciado significativamente tantas pessoas e tantas tomadas de decisões importantes no que concerne, principalmente, às questões de cunho social, econômico e ecológico.

O movimento ambientalista consegue produzir um conjunto de princípios em relação ao meio ambiente através dos protocolos e declarações emanados dos diversos fóruns e conferências mundiais e internacionais sobre o tema. Este conjunto constitui, hoje, a base do direito ambiental internacional e, por consequência, de diversos países, como o direito ambiental brasileiro, o qual associa a proteção do meio ambiente ao desenvolvimento socioeconômico. (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 48).

Uma das obras que mais influenciaram o movimento ambientalista foi “*Silent Spring*” ou, em sua tradução para o português, “Primavera Silenciosa”, livro de Rachel Carson, tratando da degradação dos recursos ecossistêmicos e naturais devido ao uso de agrotóxicos, ou como seus defensores costumam classificá-los tendenciosamente: “defensivos” agrícolas. Neste livro a autora alerta para os perigos dos produtos sintéticos (DDT) depositados na natureza, perigo para os seres humanos e para o ambiente natural, particularmente os pássaros (CARSON, 2010).

Outra obra que também influenciou o movimento recém surgido, à época, foi “Limites do crescimento”<sup>10</sup> escrita em 1968, a partir de uma reunião de empresários e cientistas de países industrializados, que ocorreu em Roma, conhecida como “Clube

---

<sup>10</sup>Título original: “*The Limits of Growth*”.

de Roma”<sup>11</sup>. Dentre as discussões dessa reunião, foram debatidos temas como: o crescimento populacional, o uso de recursos não renováveis e a questão do consumo. Ao final da reunião, chegou-se à conclusão da necessidade de uma mudança na postura social e na mentalidade das pessoas para a preservação do meio ambiente. Com a divulgação dos resultados das reuniões do Clube de Roma, as questões ambientais tiveram repercussão em nível mundial, contribuindo para a realização de diversas conferências organizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU), em especial a “Conferência de Estocolmo” (MEADOWS et al, 1972; REIGOTA, 2009).

Em que pese a importância da ONU e seu protagonismo no processo de organização das grandes conferências mundiais, de acordo com Cordani e Taioli (s/d)

A ONU pode ser vista como o embrião de um poder político central mundial. No entanto, durante mais de meio século de vida, ela se constituiu em um espaço de discussões intermináveis e pouco eficazes, e pela falta de ações que deveriam se seguir aos compromissos assumidos em suas assembleias gerais e conferências. Além disso, as organizações internacionais, inclusive a própria ONU, acabam priorizando os interesses das nações desenvolvidas, com maior poder de influência, cujos problemas internos contrastam com os das nações em desenvolvimento e, paradoxalmente, são as que mais exercem pressão sobre o ambiente global, com seus altos índices de consumo de energia e matérias-primas. (p. 523).

Em 1972, em Estocolmo na Suécia, foi realizada a primeira “Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano e Desenvolvimento”, na qual a principal discussão foi a respeito da poluição causada, principalmente, pelas grandes indústrias. Foi elaborada a “Declaração de Estocolmo”, que teve como uma de suas resoluções mais importantes a ideia de que se “deve educar os cidadãos para as questões ambientais, estimulá-los a refletir sobre possíveis soluções para os problemas ambientais” (MEADOWS et al, 1972; PEDRINI, 2010). Alguns autores, assim como Reigota (2009), afirmam que foi a partir daquela Conferência que surgiu o que se convencionou chamar de “Educação Ambiental”. Sob aquela nova ótica e consciência ambiental, de preservação e responsabilidades mundiais, foi que após a “Conferência de Estocolmo”, mais especificamente em 1977, realizou-se a primeira

---

<sup>11</sup> “Em abril de 1968, um grupo de trinta pessoas de dez países – cientistas, educadores, economistas, humanistas, industriais e funcionários públicos de nível nacional e internacional – reuniram-se na *Accademia dei Lincei*, em Roma. Instados pelo Dr. Aurelio Peccei, empresário industrial italiano, [...] encontraram-se para discutir um assunto de enorme amplitude: os dilemas atuais e futuros do homem.” (MEADOWS et al, 1972).

“Conferência de Educação Ambiental”, ocorrido na antiga União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS), mais precisamente em Tibilisi na Geórgia (CASCINO, 2007; PEDRINI, 2010).

E, de acordo com Cascino (2007), a partir dos anos 1980 muitos “outros movimentos ambientalistas” começaram a surgir e a influenciar novos movimentos que não se denominavam “ambientalistas”, porém se inspiravam neles e, usualmente havia o emprego de um também novo termo recorrente nos discursos desses grupos, o termo era “socioambientalistas”, que definiria a militância de vários daqueles grupos, como, por exemplo, os de proteção à cultura indígena. Além disso, outros acontecimentos importantes ocorreram nessa época, como a organização profissional de grupos ambientalistas e a apropriação dos discursos ecológicos por outros setores sociais, entre eles empresas, partidos políticos e academia<sup>12</sup>.

Entretanto, o fato mais notório daquele período, no que diz respeito à influência dos discursos ambientalistas, foi a institucionalização da temática ambiental e a consolidação do campo da Educação Ambiental (EA).

Oriunda das inúmeras vozes dos diferentes sujeitos, os quais inseridos nos mais diversos âmbitos da sociedade se ocuparam em pensar soluções para a chamada “crise ambiental”, bem como dos eventos ambientais oficiais que, a partir da década de 1960 se tornaram comuns em todo mundo, emerge aquilo que passou a ser chamado de Educação Ambiental ou EA (CASCINO, 2007), com características “multidisciplinar e pluricultural” (REIGOTA, 2009).

Sobre a influência que a EA traz do movimento ambientalista e dos questionamentos das militâncias sociais, sobretudo no que diz respeito às críticas aos “modelos sociais dominantes”, Leff (2001) escreveu:

E a educação ambiental inscreve-se nesta transição histórica que vai dos questionamentos aos modelos sociais dominantes (o neoliberalismo<sup>13</sup> econômico, o socialismo real) até a emergência de

---

<sup>12</sup> Em 1976, no Brasil, mais especificamente na Unesp (*campus* de Rio Claro) foi implementado o primeiro curso de educação superior em Ecologia no país. Hoje, 40 anos após a sua criação, estudantes de Ecologia e profissionais da área continuam lutando pela regulamentação da profissão de ecólogo, a qual até o presente momento ainda não possui Conselho próprio da classe.

<sup>13</sup> “A expressão “neoliberalismo” reúne duas coisas diferentes. Uma apela à novidade (o prefixo neo). Outra sugere a retomada de tradição mais antiga, o liberalismo clássico, dos séculos XVIII e XIX” (MORAES, 1997, p. 1). O conceito de “neoliberalismo” sofreu modificações no decorrer da história, iniciando-se como uma “doutrina econômica” na década de 30 do século XX, a qual foi basicamente uma tentativa dos acadêmicos liberais europeus

uma nova sociedade, orientada pelos valores da democracia e pelos princípios do ambientalismo. Daí a necessidade de rever criticamente o funcionamento dos sistemas educacionais, como também os métodos e práticas pedagógicas. (p. 255).

A respeito da multidisciplinaridade e origem pluricultural da EA, Reigota (2009) afirma que: “A educação ambiental tem uma história quase oficial, que a relaciona com conferências mundiais e com os movimentos sociais em todo o mundo” (p. 21).

A EA surgiu, sobretudo, como desdobramento dos anseios do movimento ambientalista, como visto anteriormente, com o intuito de dar respostas para as “preocupações com as perdas da qualidade ambiental”, devido às grandes mudanças advindas do mundo moderno (CARVALHO, 2008; TOZONI-REIS, 2008), apresentando uma “pedagogia nova” proveniente da “[...] necessidade de orientar a educação dentro do contexto social e na realidade ecológica e cultural onde se situam o sujeitos e atores do processo educativo.” (LEFF, 2001, p. 257). Mais exatamente, foi no ano de 1965, segundo Dias (2004), que o termo EA foi mencionado pela primeira

---

de instaurar uma terceira-via” que fosse capaz de resolver os impasses entre o liberalismo clássico, ao qual foi atribuída a culpa pela crise econômica de 1929 (ou “Grande Depressão”), e a “economia coletivista”. Posteriormente, durante as décadas que se seguiram, o neoliberalismo afastou-se das teorias do liberalismo clássico, sugerindo o modelo da “economia social de mercado”, ou seja, uma economia de mercado orientada e regida por um “Estado forte”. O conceito neoliberalismo declinou durante a década de 1960 até que, com as roupagens das reformas econômicas, o conceito de neoliberalismo sofreu novas mudanças e foi reintroduzido, sob a égide do economista austríaco Frederich August von Hayek (1899 – 1992), durante a década de 1980 na forma de um “liberalismo intransigente”. “[...] Com a queda do Muro de Berlin, em 1989, e da União Soviética, em 1991, volta o capitalismo sem peias, sob o patrocínio de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, doutrinariamente orientado por Friedrich Hayek e Milton Friedman, professores universitários [...] da *London School of Economics* e da Univeridade de Chicago. Apreciadores da controvérsia, não pouparam esforços [...] na defesa do liberalismo intransigente” (AZEVEDO, 2008, p. 8). Heyek, o “grande arauto desta teodiceia”, já nos anos de 1930 começa uma “[...] cruzada contra o socialismo e ‘o que ele chama de planismo e racionalismo coletivista’ [...] Ele e seus partidários [...] sustentavam que as raízes da crise se achavam ‘no poder excessivo dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalista [...]” As ideias neoliberais, “[...] alardeavam traduzir a modernidade e até mesmo exprimir o ‘fim da história’, haveriam de constituir o ‘pensamento único’ [...] Na instauração do neoliberalismo, há indiferença relativamente àqueles que são progressivamente excluídos do circuito econômico. [...] Destroem-se os serviços públicos. Privatizam-se bens estatais ao menor preço possível, aludindo-se à hipotética criação de alguns empregos [...]”. Na “modernidade neoliberal”, impera a lógica de mercado (AZEVEDO, 2008, p. 56-57, grifo nosso). O autor ressalta ainda que: “O traço mais característico desse modelo é a corrupção (que se tornou em todo mundo um elemento vitalizador da ação política), destinado a sonegar direitos, privatizar o Estado e formar inclusive uma nova classe empresarial, que emerge das reformas financeiras, econômicas e da própria reforma do Estado (p. 60).

vez na história, fato ocorrido em um evento sobre educação, na Universidade de Keele, no Reino Unido. A recomendação era de que a EA deveria ser uma educação voltada à cidadania, a fim de formar sujeitos críticos e atuantes frente às questões sociais e ecológicas. Contudo, a ênfase era voltada às questões ecológicas, por isso, alguns participantes daquele evento defendiam a EA como “Conservação ou ecologia aplicada, e o veículo seria a Biologia” (DIAS, 2004, p. 78). Entretanto, apenas uma década depois, em 1975, a EA foi reconhecida, efetivamente, como um campo dentro da Educação, ganhando, inclusive, a partir de 1977, eventos específicos, tanto em nível nacional quanto internacional.

Existem diversas abordagens de EA, podendo estar inseridas no contexto escolar ou não-escolar, e que propõe discussões e reflexões acerca de temas de relevância social, e “apontam [também] para as políticas públicas de educação ambiental”:

As discussões sobre educação ambiental no mundo contemporâneo estão relacionadas às questões ambientais mais amplas, que fazem parte das preocupações dos mais variados setores da sociedade. Apesar das diferentes abordagens com que são tratadas essas questões, todos os debates apontam para as políticas públicas de educação ambiental (TOZONI-REIS, 2008).

De acordo com Reigota (1995), a EA pode ser compreendida como:

Uma educação política, fundamentada numa filosofia política da ciência da educação antitotalitária, pacifista e mesmo utópica, no sentido de exigir e chegar aos princípios básicos de justiça social, buscando “uma nova aliança” com a natureza através de práticas pedagógicas dialógicas (p. 61).

Em que pese os esforços para se desfazer do “rótulo” de naturalista e cientificista, que o debate ambiental trouxe das Ciências Naturais, ainda há uma forte ligação que os une, dando a impressão de que meio ambiente e natureza no sentido de ambiente natural são, no mínimo, heterônimos:

Ainda que o debate ambiental busque diferenciar-se como um fenômeno de outro tipo, continua fortemente marcado pela herança naturalista que subsume o meio ambiente à natureza e esta como espaço do natural em contraposição ao mundo humano. (CARVALHO, 2008).

Sobre as diferentes tendências de EA, elas coexistem dependendo da área de atuação e/ou formação de quem a pratica, ou seja, ora a EA é compreendida como sinônimo de “Educação Política” ou “Educação Socioambiental”, ora como sinônimo de Ecologia. Tais tendências contribuem para o avanço do debate no campo da EA,

bem como para certas disputas “pelo poder simbólico”. De acordo com Carvalho (2008):

[...] o campo ambiental se constitui necessariamente engajado na disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável e um meio ambiente ideal. (CARVALHO, 2008).

Layrargues e Lima (2014) indicam três principais concepções de EA, as quais eles classificam como “macrotendências em EA”, são elas: A “macrotendência conservacionista”; a “macrotendência pragmática” e a “macrotendência crítica”, sendo que esta última é a macrotendência de onde partem a maior parte dos pressupostos e referenciais teóricos utilizados nesta pesquisa.

Contudo, independentemente da pluralidade de abordagens de que a temática ambiental, e conseqüentemente a EA, se valem, há intenção singular de superação dos problemas humanos, por isso, trata-se de uma temática que abrange dimensões como a dos direitos humanos, eliminação da pobreza, respeito e aquiescência da pluralidade cultural e a busca por um ambiente favorável à qualidade de vida humana (FERREIRA, 2006).

A EA surgiu exatamente com o intuito de ser porta voz de um temor relativo às conseqüências das atividades do ser humano moderno nos diversos setores, e a ânsia de uma sociedade cujas atividades desenvolvidas se dão ao passo em que, sobretudo, ponderam-se os prejuízos e benefícios socioambientais. Atribui-se, a partir daí, à EA, o complexo papel de formar os chamados “sujeitos ecológicos”;

[...] o sujeito ecológico é descrito como herdeiro da cultura socialista e da crítica marxista à ética utilitarista. Protagoniza um movimento histórico e um novo paradigma da ação política capaz de unificar o campo dos novos movimentos sociais num movimento mais abrangente e multissetorial. (VIOLA, 1987 apud CARVALHO, 2001, p. 72).

Vimos que a EA é assunto de grande relevância social e vem ganhando, paulatinamente, espaço em diferentes ambientes educativos. De acordo com Carvalho (2008), em relação à importância da presença da EA nos ambientes educativos, a autora afirma:

É evidente que, ao constituir-se como prática educativa, a EA também se filia ao campo da educação propriamente dito e é da confluência entre o campo ambiental e algumas tradições educativas que vão surgir orientações específicas dentro da EA. Contudo, essa intersecção entre o ambiental e o educativo, no caso da EA, parece se dar mais como um movimento da sociedade para a educação,

repercutindo no campo educativo parte dos efeitos conquistados pela legitimidade da temática ambiental na sociedade. (CARVALHO, 2008).

No Brasil o surgimento de um campo ambiental específico teve início nos anos 1970, porém seu espaço só é efetivado no país uma década depois. Vemos então que a EA chegou ao Brasil durante a ditadura militar e, talvez por isso, ainda hoje lidamos com a herança conservacionista e de um naturalismo “ingênuo”<sup>14</sup> (CARVALHO, 2001; TOMAZELLO, 2005) que ainda paira sobre a EA, herança não só de sua origem nas Ciências da Natureza, mas também fruto de uma época de repressão popular. O que também se deu, segundo Carvalho (2001), porque, na experiência brasileira, a EA não nasceu no campo educativo, mas parece ser um “fenômeno cuja gênese e cujo desenvolvimento estariam mais ligados aos movimentos ecológicos e ao debate ambientalista”.

Por outro lado, vemos que a efetivação da EA no Brasil se deu em um momento de libertação política e de ascensão de novos movimentos sociais, concomitantemente ao surgimento dos primeiros educadores chamados “ambientais” (CARVALHO, 2008). Foi nesse mesmo período que, vendo que a temática ambiental estava cada vez mais presente nos questionamentos da população, a EA começou a ganhar cada vez mais espaço nas questões políticas, de tal maneira que, inclusive, fundou-se um partido político com um viés quase que exclusivamente voltado às questões ambientais, o Partido Verde (PV). Neste ponto, vale ressaltar outro importante partido político emergente das militâncias populares e reivindicações “socioambientais” durante os últimos anos de ditadura militar, qual seja: o Partido dos Trabalhadores (PT), de Lula e Chico Mendes.

Contudo, no que se refere à importância da EA para se pensar as questões ambientais e para lidar com a “crise ambiental”, há que se levar em consideração o alerta feito por Carvalho (1989) acerca dos riscos de uma supervalorização das capacidades da educação, o que pode levar à mistificação de seu verdadeiro potencial, fenômeno que tem sido nomeado por alguns autores do campo como “otimismo pedagógico”, onde se atribui à educação, de forma equivocada, o papel de

---

<sup>14</sup> Sato e Passos (2010) chamam atenção para o risco de determinados discursos de EA darem atenção unicamente à degradação da natureza, deixando escapar, muitas vezes, a injustiça social. De acordo com os autores, há necessidade de: “[...] reivindicar a consciência reflexiva de que toda miséria humana está intrinsecamente relacionada com os impactos ambientais [...]” (p. 23).

salvadora da humanidade e, no caso específico da EA, a de suposta salvadora do planeta.

A EA no Brasil começou a ganhar notoriedade, sobretudo entre as décadas de 1980 e 1990, período no qual as questões ambientais foram incorporadas aos movimentos populares e sindicais, sendo que, no ano de 1992, o Brasil se projetou no cenário internacional com a realização da “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, a “Rio-92” ou “Eco-92”. Nessa Conferência foi atribuído à EA o seguinte objetivo: “contribuir para a construção de “Sociedades Sustentáveis” e equitativas ou socialmente justas e ecologicamente equilibradas” (TOZONI-REIS, 2008; CARVALHO, 2008; PEDRINI, 2010).<sup>15</sup>

Vale ressaltar ainda que, atualmente no Brasil (desde 27 de abril de 1999), há uma lei específica que rege os rumos da EA no país, criada para garantir sua presença em todos os níveis de ensino (e outras esferas) em âmbito nacional. No Artigo 2º da Lei n. 9.795 (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL – Pnea), pode-se ler:

Art. 2o A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999).

E, portanto, fica o Poder Público incumbido de promover a EA no país, como especificado no Inciso I do Artigo 3º da mesma lei:

Art. 3o Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo:  
I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente. (BRASIL, 1999).

Atualmente, no Brasil, assim como em todo mundo, sobretudo após a institucionalização e consolidação do campo da EA, houve a criação de leis específicas para regulamentar o campo, algo que tem contribuído de maneira significativa para a disseminação e solidificação da EA no país. Em contexto acadêmico, são desenvolvidas várias pesquisas científicas em EA, vindas tanto das Ciências Humanas e Filosofia como também das Ciências Naturais, fenômeno este

---

<sup>15</sup> Sobre este e outros eventos de abrangência internacional que se voltaram especificamente para a temática ambiental, trataremos no item 3.1.

que vêm apontando novos horizontes de possibilidades no que se refere à educação e à temática ambiental. De acordo com Gamboa (2007):

Certamente, a pesquisa em Educação Ambiental está traçando novos rumos para a pesquisa em educação em geral, uma vez que está desenvolvendo novas perspectivas epistemológicas e estreitando as relações entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, entre as teorias científicas e a prática da pesquisa, entre os resultados da pesquisa e a ação política, entre a universidade e a sociedade e revelando as profundas relações entre o homem e a natureza. (p. 29).

Com o crescimento da pesquisa em EA e o reconhecimento de sua importância, sobretudo a partir da década de 1990, vários eventos específicos de pesquisa nesse campo têm sido realizados, o que vem contribuindo para a sua consolidação em âmbito nacional e também internacional. Um destes eventos é o “Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental” (Epea) (CARVALHO e SCHMIDT, 2008). Com início em 2001, este evento foi idealizado por pesquisadores de três universidades públicas do Estado de São Paulo, a saber: Unesp (Câmpus de Rio Claro), USP (Câmpus de Ribeirão Preto) e Ufscar (Câmpus de São Carlos), e traz entre seus objetivos o compromisso de criar espaços de apresentação e debate sobre as pesquisas em EA, identificar e analisar as tendências, perspectivas e possibilidades teórico-metodológicas (CARVALHO; SCHMIDT, 2008). O Epea foi o primeiro evento realizado no Brasil “[...] com o objetivo específico de refletir sobre a produção da pesquisa na área, conferindo ao evento um caráter processual de construção de conhecimento e de consolidação da área de pesquisa em questão” (KAWASAKI; MATOS; MOTOKANE, 2006, p. 113) e se tornou um evento bastante representativo no que se refere à pesquisa em EA.

Outros eventos de grande importância para a pesquisa em Educação e em EA no Brasil, são os encontros da “Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação” (Anped) e a “Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa Ambiente e Sociedade” (Anppas). No caso da Anped, que é “a associação científica mais antiga e mais prestigiada no Brasil” (CARVALHO; SCHMIDT, 2008, p.151), trata-se de uma referência no acompanhamento da produção científica na área da Educação no Brasil. Este evento é organizado por meio de Grupos de Trabalhos (GTs), os quais congregam pesquisadores interessados em áreas do conhecimento especializadas. No caso da EA, desde a reunião de 2004 o campo conta com um GT específico para discussão de pesquisas, consolidando-se como o GT22. No que se

refere à Anppas, desde sua formação em 2002, instituiu-se um Grupo de Trabalho voltado para temas da Educação e meio ambiente, denominado a partir de 2004 de “Sociedade, Ambiente e Educação”. De caráter interdisciplinar, a Anppas “busca articular programas e instituições de pesquisa e formação em nível de Pós-Graduação cujas áreas de concentração estejam voltadas para a relação Ambiente e Sociedade”. (CARVALHO; SCHMIDT, 2008, p.157).

De acordo com Carvalho, Tomazello e Oliveira (2009), “[...] a grande maioria das pesquisas em Educação Ambiental no Brasil é realizada tendo como espaço de produção as instituições de educação superior e, nestas os Programas de Pós-Graduação”.

Foi no final do século XX, mais especificamente em meados da década de 1980, que o campo de investigação em EA começou a ganhar evidência no Brasil. Entretanto, de acordo com González-Gaudiano e Lorenzetti (2009), após o estabelecimento de parceria entre os Ministérios do Meio Ambiente e da Educação, no início do século XXI, foi que o campo de investigação em EA ganhou mais espaço e notoriedade no país.

Apesar de o crescente amadurecimento do campo ambiental após o advento das pesquisas nessa área e dos avanços referentes à sensibilidade ecológica, ainda assim a pesquisa em EA não pode, sozinha, responder aos graves problemas ambientais, além disso, ainda estamos muito aquém de ações sólidas e eficazes, uma vez que eventuais mudanças nos modelos consumistas de comportamento podem ameaçar poderosos interesses econômicos e políticos (BRASIL, 1998; TOMAZELLO, 2005; GORE, 2006). Um reflexo desse amadurecimento pode ser observado com o aumento dos cursos de graduação e pós-graduação voltados para a questão ambiental (TOMAZELLO, 2005).

Ainda no que se refere às pesquisas no campo da EA, dentre os vários temas abordados, podemos encontrar frequentemente os referentes à “sustentabilidade” e ao “desenvolvimento sustentável” (DS) (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). Cumpre destacar, no entanto, que estes temas também são utilizados frequentemente e de variadas formas por empresas e partidos políticos, de acordo com interesses diversos, em suas campanhas de *marketing* e programas de governo. Assim, os conceitos de sustentabilidade e de DS se mostram ainda nebulosos e contraditórios, como discutiremos oportunamente.

Os resultados da pesquisa que ora apresentamos estão estruturados em quatro capítulos, além da “introdução” e das “considerações finais”. No segundo capítulo, apresenta-se o “delineamento da pesquisa”, bem como o motivo da escolha em se trabalhar com as teses e dissertações brasileiras e a justificativa da escolha do banco de dados utilizado. Ainda nesse capítulo, apresenta-se no item 2.1. a explicitação do problema de pesquisa, no qual se busca apresentar o debate teórico acerca dos conceitos de sustentabilidade e de DS. O objetivo e as questões de pesquisa também são apresentados nesse capítulo. No item 2.2., encontra-se a descrição dos caminhos para a constituição e definição do *corpus* documental, bem como a técnica utilizada para a análise dos documentos selecionados.

No terceiro capítulo, intitulado “Da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Sustentável”, apresenta-se a origem dos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável e algumas apropriações e perspectivas, como é o caso da “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”. Ainda no referido capítulo, são apresentadas algumas alternativas aos conceitos de sustentabilidade e/ou de desenvolvimento sustentável.

O mapeamento e as análises dos trabalhos que compõem o *corpus* documental desta pesquisa, bem como os resultados obtidos nesta investigação, são apresentados no quarto capítulo.

## 2. DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa se insere no âmbito do Projeto “Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (teses e dissertações)”<sup>16</sup> - (“Projeto EArte”), de caráter interinstitucional, em desenvolvimento desde 2008, que tem como objetivos:

- Constituir acervo da produção acadêmica e científica – dissertações e teses – produzidas no Brasil sobre Educação Ambiental;
- Realizar estudos descritivos da produção acadêmica sobre Educação Ambiental no Brasil, analisando os diferentes aspectos dessa produção, mediante a classificação dos documentos obtidos sobre Educação Ambiental, conforme descritores básicos [...];
- Editar catálogo analítico da produção acadêmica sobre Educação Ambiental no Brasil;
- Divulgar as informações sistematizadas por meio de participação em eventos apropriados e mediante a utilização de diferentes mídias. (CARVALHO et al, 2013).

Trata-se de pesquisa de natureza qualitativa, documental, de caráter bibliográfico, do tipo “estado da arte” ou “estado do conhecimento”.

Sobre as pesquisas do tipo “estado da arte” ou “estado do conhecimento”, conhecidas também como “metapequisa”, de acordo com Romanowski e Ens (2006):

Embora recentes, os estudos de “estado da arte” que objetivam a sistematização da produção numa determinada área do conhecimento já se tornaram imprescindíveis para apreender a amplitude do que vem sendo produzido [...] (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Em um aspecto mais geral, pode-se dizer que o interesse despertado por esse tipo de pesquisa reside no fato de que ela permite que tracemos as características principais de um campo de estudo, ou seja, há uma

[...] abrangência desses estudos para apontar caminhos que vêm sendo tomados e aspectos que são abordados em detrimento de outros. A realização destes balanços possibilita contribuir com a

---

<sup>16</sup> Idealizado inicialmente pelo grupo FORMAR Ciências, da Faculdade de Educação da Unicamp (CEDOC), apoiado pelo CNPq. No ano de 2008 o projeto foi retomado com a participação pesquisadores de outras instituições universitárias do Estado de São Paulo: USP Ribeirão Preto, Unesp Rio Claro e Unicamp, com finalidade principal de organizar e apresentar um quadro panorâmico do “estado do conhecimento” ou “estado da arte” em EA no Brasil, a partir das teses e dissertações defendidas no país, coletadas do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (CARVALHO et al, 2013).

organização e análise na definição de um campo. (ROMANOWSKI; ENS, 2006).

Atualmente pesquisas desse tipo têm sido utilizadas em diversas áreas do conhecimento e na investigação de diferentes temas. No entanto, de acordo com Ferreira (2002), no geral as pesquisas do tipo “estado da arte”

[...] parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vem sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, em que forma e em que condições vem sendo produzidas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles sob os quais o fenômeno passa a ser analisado. (p. 258).

Hart e Nolan (2008) indicam para a forte e bem marcada tendência que há nas investigações no campo da EA para as pesquisas qualitativas, sobretudo nos últimos cinco anos que antecederam a data da publicação da pesquisa desses autores, diferentemente do que se costumava observar entre as décadas de 1970 e 1980, quando a grande preocupação era obter dados estatísticos acerca do comportamento humano em relação ao meio ambiente, tendência aquela que, segundo os mesmos autores, devia-se principalmente à forte influência das ciências aplicadas na consolidação do campo da EA e no surgimento das pesquisas nesse campo.

Em relação às pesquisas qualitativas, de acordo com Silva e Menezes (2005), estas assumem principalmente características descritiva e interpretativa de análise, exercendo uma relação dinâmica e indissociável entre mundo e sujeito, procurando compreender, especialmente, as relações e atividades humanas sem necessariamente precisar fornecer dados estatísticos. Entretanto, há possibilidade do emprego de elementos quantitativos, quando necessário, às pesquisas qualitativas, para auxiliar na elucidação e organização de dados, caracterizando-as a partir daí como pesquisas “quali-quantitativas”. Para Piana (2009) a pesquisa qualitativa é um caminho indicado quando se pretende buscar respostas a temas particulares, tais como: “os universos de significados”, as crenças e valores, intenções e ideologias (LUDKE; ANDRÉ, 1986; PIANA, 2009).

No que diz respeito à pesquisa documental, Pádua (1997) afirma que se trata de um tipo de pesquisa qualitativa caracterizada por pesquisas “[...] realizadas a partir

de documentos [...] autênticos" (p. 62). Considera-se documento, os registros escritos que são passíveis de serem aproveitados como fonte de dados e informação (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1999, p. 169).

No caso desta investigação, o *corpus* documental é composto por trabalhos acadêmicos em EA, especificamente teses e dissertações, constantes do Banco de Dados do "Projeto EArte", que abordam os conceitos de sustentabilidade e de DS.

Como instrumento de análise das teses e dissertações selecionadas foram utilizados alguns procedimentos da "Análise de Conteúdo", proposta por Bardin (2009).

De acordo com Bardin (2009), a "análise de conteúdo" pode ser compreendida como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações", ou dito de outro modo:

[...] um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a "discursos" (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até à extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absorve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. (BARDIN, 2009, p.11).

Em outras palavras, "trata-se de compreender criticamente o sentido manifesto ou oculto das comunicações" (SEVERINO, 2007, p. 122). De acordo com Bardin (2009), este tipo de análise se orienta a partir de três momentos: a "pré-análise"; a "exploração do material" e o "tratamento dos resultados obtidos e interpretação", ou seja:

[...] a escolha dos documentos a serem submetidos a análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final. Estes três fatores não se sucedem obrigatoriamente, embora se mantenham estritamente ligados uns aos outros [...]. Ela é composta pelas atividades: leitura flutuante (consiste em estabelecer contato com os documentos); a escolha dos documentos – constituição do corpus; a formulação de hipóteses e dos objetivos; a elaboração de indícios, e quando necessário a preparação do material. (BARDIN, 2009, p. 121-126).

No que diz respeito a esta investigação, iniciamos o trabalho por meio da escolha do tema da pesquisa (conceitos de sustentabilidade e de DS), bem como do material a ser analisado (teses e dissertações) e do banco de dados utilizado (“Projeto EArte”). A etapa seguinte foi a revisão bibliográfica e problematização do tema de estudo, seguido da definição do objetivo da pesquisa e escolha e a elaboração das questões norteadoras. Posteriormente, demos início às buscas dos resumos das teses e dissertações constantes na base de dados do “Projeto EArte” por meio dos termos previamente escolhidos de acordo com o tema de estudo e o referencial teórico consultado. Uma vez constituído o *corpus* documental, deu-se início às análises.

## 2.1. EXPLICITANDO O PROBLEMA DE PESQUISA

Atualmente, sustentabilidade e DS já são conceitos incorporados com vários sentidos no que concerne ao senso comum, bem como são frequentemente empregados no linguajar técnico, científico e político contemporâneos (CARIDE; MEIRA, 2004). De acordo com o “Relatório Brundtland” (1991), a busca pelo DS “[...] exige mudanças nas políticas internas e internacionais de **todas as nações** [...]” (BRUNDTLAND, 1991, p. 44, grifo nosso). Ainda segundo o documento “Nosso futuro comum”, “o conceito de desenvolvimento sustentável fornece uma estrutura para a integração de políticas ambientais e estratégicas de desenvolvimento [...]” que caminhem rumo a um desenvolvimento que esteja de acordo com a sustentabilidade (BRUNDTLAND, 1991, p. 43).

Segundo Reigota (2007), sustentabilidade é um termo controverso e muitas vezes confundido com DS. O autor, apoiando-se em Garcia (1999), parte “[...] do pressuposto de que a noção de sustentabilidade opõe-se radicalmente ao de desenvolvimento sustentável, principalmente, na sua interpretação hegemônica que prioriza o desenvolvimento nos moldes capitalistas” (p. 221).

Em nome da “sustentabilidade” as empresas vendem mais, fato que associado ao “ego mercadológico” e ao “fetichismo da mercadoria”, típicos do sistema capitalista de mercado, tem-se instituindo na sociedade uma “nova modalidade de consumo sem culpa” (VIGAR, 2013): o “consumo sustentável”, promovido pelas “ecomarcas” e “ecoempresas”, que se intitulam sustentáveis e “ecologicamente corretas”. Viu-se, nas duas últimas décadas, o discurso da sustentabilidade se tornar a “palavra-mágica”,

“pronunciada indistintamente por diferentes sujeitos, nos mais diversos contextos”.

Veja-se:

As duas últimas décadas testemunharam a emergência do discurso da sustentabilidade como a expressão dominante no debate que envolve as questões de meio ambiente e de desenvolvimento social em sentido amplo. **Em pouco tempo, sustentabilidade tornou-se palavra mágica, pronunciada indistintamente por diferentes sujeitos, nos mais diversos contextos sociais e assumindo múltiplos sentidos.** (LIMA, 2003, p. 99, grifo nosso).

Entretanto, mais do que meros reprodutores de discursos hegemônicos, precisamos caminhar na direção de uma superação da alienação e dos olhares ingênuos e generalistas que acreditam que, já seria suficiente trocar o paradigma, do antropocêntrico para o ecocêntrico, onde o prefixo “eco” se transforma em adjetivo, e os problemas estariam resolvidos. Essa superação, acreditamos, deve acontecer ao encontrar espaços para debates mais politizados acerca do tema e ao investigar o significado estratégico que há por trás do conceito, pois

O discurso da sustentabilidade, apresentado ao debate público, [...] não é uma construção ingênua. Revela, ao contrário, uma hábil operação político-normativa e diplomática, empenhada em sanar um conjunto de contradições expostas e não respondidas pelos modelos anteriores de desenvolvimento. (LIMA, 2003, p. 103).

De acordo com Montibeller-Filho (2008), o conceito de DS é complexo, ou seja, há muitos elementos e vozes que o compõe, afastando a possibilidade legítima de transformá-lo em uma definição única e consensual. Para Montibeller-Filho (2008), o conceito de DS se tornou complexo, sobretudo, devido a dois fatores principais, a saber: suas propostas iniciais parecem não estar de acordo com o contexto político e econômico no qual foram pensadas<sup>17</sup> e, sendo um tema que tem transitado por diferentes setores e áreas do conhecimento e que justamente por isso “[...] gravitam sobre ele múltiplas e diversas forças sociais, interesses e leituras que disputam entre si o reconhecimento e a legitimação social como a ‘interpretação verdadeira’ sobre o tema [...]” (LIMA, 2003, p. 100), muitos elementos novos são inseridos cada vez que é apropriado por algum deles, em tentativas de superação e inserção de novos ideais.

---

<sup>17</sup> De acordo com Leff (2001) “As estratégias de apropriação dos recursos naturais no processo de globalização econômica transferiram assim seus efeitos para o campo teórico e ideológico. O ambiente foi caindo nas malhas do poder e do discurso do crescimento sustentável” (p. 18).

No entanto, acreditamos que devemos ir para além das ambiguidades nos conceitos, precisamos na verdade colocar em xeque seus fundamentos e princípios (FREITAS 2004).

Quando, neste estudo, nos propusemos a investigar os conceitos de sustentabilidade e DS nas teses e dissertações, de antemão, a pergunta inicial foi: De fato, pode-se dizer que a sustentabilidade e o DS são conceitos propriamente ditos?

Em relação ao DS, consultando a bibliografia especializada, constatamos que nem todos os que se preocupam com o tema concordam que DS se trate de um conceito propriamente dito, nesse sentido DS seria na verdade uma “ideia força”, ou seja, um conjunto de manifestos respaldados por um princípio na busca de um desenvolvimento qualificado advindos de uma preocupação fundamental, que teria por base as considerações da “Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” (CMMAD): “crescer sem comprometer a capacidade de suporte dos ecossistemas e seus ciclos, garantindo a existência social [...] a longo prazo” (DOVERS E HANDMER, 1992; LOUREIRO, 2012; SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). E ainda, segundo Loureiro (2012), DS não seria entendido como conceito devido a sua contradição semântica e ideológica, pois para o autor se trata de

[...] um conceito que explica tudo e nada ao mesmo tempo, que serve a todos como se todos estivessem interessados nas mesmas coisas. Convenhamos, um conceito sem capacidade explicativa, heurística, definitivamente não é um conceito, apenas um aglomerado de ideias e princípios que pragmaticamente pode ser apropriado para qualquer fim, desde que resolva o problema de quem dele utiliza. (p. 64).

Entretanto, outros autores não dispensam a necessidade de se trabalhar a questão do DS enquanto conceito muito bem definido em sua gênese e carregado de intencionalidades em sua definição original que não podem ser desconsideradas, ainda que uma vez oscile e divirja dependendo de quem e de onde é visto (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2004; MONTIBELLER-FILHO, 2008; LOUREIRO, 2012), até para que não se caia em uma “armadilha conceitual” (PACKTER, 2011) e, em nome de um conceito ao qual não nos aprofundamos em suas premissas, levantemos bandeiras que não desejaríamos levantar. No que se refere às suas ambiguidades e oscilações, segundo os autores consultados, elas parecem apontar para tentativas de superação do significado padrão proposto inicialmente pela ONU, algo que varia dependendo de onde é tratado, as vezes em perspectivas otimistas, em outras de maneira ingênua e despolitizada mas, em grande parte, de maneira tendenciosa prezando unicamente

pelo lucro de instituições ou corporações particulares e específicas. Segundo Brunacci e Philippi Jr. (2005), nem mesmo na “Agenda 21” parece haver a preocupação de um maior aprofundamento e delimitação do conceito.

Há também aqueles pesquisadores que se referem à sustentabilidade e ao DS como “noção”, ou seja, a “noção de sustentabilidade” e/ou “noção de desenvolvimento sustentável” (NASCIMENTO, 2012). Mais frequentemente, encontramos sustentabilidade e DS tratados como “discurso” (LEFF, 2001; LIMA, 2003) em algumas pesquisas, nas quais, em um aspecto mais geral, entendem que são discursos próprios do sistema capitalista mundial, reforçado pelo neoliberalismo, sobretudo após a década de 1980, quando, segundo Leff (2001), “os potenciais da natureza são reduzidos à sua valorização no mercado como capital natural [...]” (p. 25), com especial intento em “controlar” e determinar um nível “seguro” ao crescimento econômico e industrial, principalmente dos países desenvolvidos, a fim de garantir subsídios a longo prazo para a manutenção do *status quo*, como os chamados “recursos” naturais e mão de obra, com finalidade de não comprometer a contínua expansão do capitalismo e da sociedade de consumo (LEFF, 2001; LIMA, 2003; NASCIMENTO, 2012).

Como afirma Lima (2003), quanto ao discurso político do DS:

Tratava-se, em primeiro lugar, de gerenciar a reprodução econômica do capitalismo ante os efeitos da degradação ambiental, tanto do ponto de vista da oferta de recursos naturais essenciais à continuidade do sistema produtor de mercadorias, quanto da perspectiva dos resíduos da produção e da poluição daí decorrentes [...] (p. 103).

E, sobre o surgimento e consolidação do discurso do DS dentro do debate ambiental mundialmente, Carvalho (1991) afirma que

Desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, ficou claro que a preocupação dos organismos internacionais quanto ao meio ambiente era produzir uma estratégia de gestão desse ambiente, em escala mundial, que entendesse a sua preservação dentro de um projeto desenvolvimentista. Dentro dessa perspectiva produtivista, o que se queria preservar de fato era um modelo de acumulação de riquezas onde o patrimônio natural passava a ser um bem. O apelo à humanidade e ao bem-estar dos povos era usado como alibi, sempre citado ao lado dos objetivos de crescimento econômico, emprestando uma preocupação humanista a intenções não tão nobres. (p. 79).

Nesta mesma linha de raciocínio, Lima (2003) argumenta que, desde a realização dessa Conferência, para citar um exemplo, uma proposta que vinculasse

em seu discurso a possibilidade de desenvolvimento econômico se fazia interessante tanto aos países de Primeiro Mundo, como também os de Terceiro Mundo, pois

[...] os países pobres defendiam suas necessidades de desenvolvimento e de superação da crise social como uma demanda mais relevante que a preservação ambiental, enquanto os países ricos priorizavam a manutenção de seus níveis de crescimento econômico e padrões de consumo. (p. 104).

Deste modo, acreditamos que, seja o DS entendido como “discurso”, “noção” ou “termo”, o mais importante é olharmos com o mínimo de estranhamento e criticidade às intenções desta junção, no mínimo paradoxal, entre desenvolvimento + sustentabilidade. E, ainda, procurarmos empreender esforços, amiúde, no sentido de tentar compreender como as diferentes áreas do conhecimento, instituições e autores lidam com o tema.

De acordo com Agoglia (2014):

Há no interior do debate descrito, diversas interpretações do que se entende por desenvolvimento sustentável, que revelam a crise de identidade conceitual que marca a luta pela definição e apropriação do conceito de sustentabilidade, usado tanto para identificar e promover alternativas à crise existente, como para justificar a tese neoliberal de crescimento ecologicamente tolerável. Neste sentido, a sustentabilidade é um conceito carregado de contradições, cuja aceitação deriva precisamente a partir dos muitos significados que pode ter e a forma como ele pode ser usado para apoiar uma variedade de agendas políticas e sociais. (AGOGLIA, 2014, p, 88, tradução nossa).

Quanto ao conceito de sustentabilidade que, inicialmente, consolidou-se no campo das Ciências Biológicas e da Ecologia<sup>18</sup>, refere-se a capacidade de suporte de um ecossistema e seus elementos naturais frente as modificações antrópicas, permitindo sua reprodução ou conservação. Neste caso, sustentabilidade, parece ser especificamente um “conceito científico”<sup>19</sup>, ou seja, uma definição bem delimitada dentro de um campo específico, o das Ciências Biológicas, e aceita mundialmente. Entretanto, o conceito foi apropriado pelo campo da economia, o qual deu-lhe novo tratamento, inserindo o sufixo desenvolvimento e, a partir desse movimento de

<sup>18</sup> “Na Ecologia, a noção de sustentabilidade ou capacidade de suporte diz respeito ao equilíbrio de um ecossistema. Para este equilíbrio é necessário que as saídas (*output*) se igualem às entradas (*input*), significando uma relação de 1:1, um para um, na troca de energias e materiais.” (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 131).

<sup>19</sup> Reigota (2010).

apropriação do conceito de um campo por outro, atualmente podemos observar o conceito de sustentabilidade que, para a Biologia é o reconhecimento dos limites biofísicos dos recursos naturais, tornando-se cada vez mais sinônimo do DS pretendido pelo sistema capitalista e suas “políticas impositivas”. E, tudo isso, de acordo com Azevedo (2008):

[...] com ares de cientificidade e de discurso abstruso de economistas comprometidos, sob a batuta do Banco Mundial [BM] e do Fundo Monetário Internacional [FMI], os quais, para salvar as aparências, eventualmente falam em fins sociais de suas políticas impositivas, ao mesmo tempo em que insistem na sua execução draconiana (AZEVEDO, 2008, grifo nosso)

Nesse sentido, sobretudo em um momento em que o BM e as companhias de petróleo são as instituições que mais têm se apropriado do termo “sustentabilidade” em seus discursos e propagandas, a expressão sustentabilidade ficou esvaziada, deixou de ser uma palavra com conteúdo, “virou coisa vazia”, deixando de significar sinônimo de bem-estar ambiental e, principalmente, de justiça social, pois nesse cenário os direitos atribuídos às pessoas são, de acordo com Azevedo (2008), “[...] unicamente um conjunto de normas abstratas, “que possibilitam a formação de uma ordem espontânea pela livre ação dos indivíduos mediante a limitação do âmbito de suas ações [...]” (p. 58).

Assim sendo, de acordo com alguns autores, DS é um termo político ideológico, baseado em alguns preceitos do conceito original de sustentabilidade, ou seja, uma derivação do conceito com intuito de estabelecer uma meta, qual seja; alimentar o discurso desenvolvimentista da economia capitalista alicerçados na “sustentabilidade ambiental”, no sentido de, incentivar a preservação dos recursos naturais para preservar, na verdade, o capitalismo mercantilista e seus sistemas de produção, incentivando uma pseudomudança que na verdade não pretende mudar coisa alguma. E, ainda nessa direção, Löwy (2014) afirma que “o capitalismo não comporta a sustentabilidade”.

Desde a “Conferência de Estocolmo”, as discussões acerca das questões ambientais já caminhavam em direção a uma supervalorização do potencial da economia capitalista para o enfrentamento da “crise ambiental”. Em determinado momento do texto da “Declaração de Estocolmo”, as argumentações caminham no sentido da possibilidade de uma relação harmoniosa entre o ambiente natural, ser humano e a economia vigente. Pela perspectiva daquela Declaração, o meio ambiente

seria de suma importância para a economia, bem como a economia e os meios de produção industrial também seriam indispensáveis às necessidades humanas. Segundo Duarte (2010), grosso modo, a “Declaração de Estocolmo” vem divulgar a ideia de que “[...] tudo o que é natural pode ser transformado, e o é pelo homem. Através da transformação da matéria-prima a humanidade adquire tudo o que lhe é vital, necessário ou simplesmente almejado” (p. 736)

A ideia de que seria possível a superação da “crise ambiental”<sup>20</sup> dentro dos moldes do sistema capitalista, ou seja, a crença na possibilidade de “compatibilidade entre crescimento econômico e proteção ambiental”, e a confiança em que seria justamente a economia capitalista e toda a conjuntura que o envolve como, por exemplo, a tecnociência, a única possibilidade capaz de “salvar o meio ambiente” (LEFF, 2001; VEIGA, 2008; LOUREIRO, 2012; VEIGA, 2013), discurso fomentado principalmente por alguns países de Primeiro Mundo do norte europeu, EUA e Japão e, que vem ganhando cada vez mais a aceitação mundial, é o que alguns autores têm chamado de “Modernização Ecológica” (LIMA, 2003). Para a “modernização ecológica” deve haver uma renovação do capitalismo, transformando-o numa espécie de “ecocapitalismo”. Proposta que, para grande parte dos autores que criticam a proposta da sustentabilidade modelada para caber nos padrões da economia norteada pelo mercado, não é legítima, tratando-se de mais uma contradição do “*marketing* capitalista”.

Nesse sentido, autores como Azevedo (2008), entendem a economia capitalista, nos moldes como foi instaurada em nossa sociedade, o principal agravante da “crise ambiental” a qual, para o autor, tem antes de tudo um “núcleo econômico”:

Vendo-se criticamente a civilização atual, constata-se que o núcleo da crise é econômico, dominada que se acha pela entidade do mercado ilimitado, revelando-se pela estagnação dos países centrais e pela orientação monetarista, imposta aos países periféricos segundo padrões novecentistas, alheios à perversidade de seus efeitos. Na economia global, o interesse na produção de bens é subrepujado pelo mercado financeiro, consagrando-se o empobrecimento da maioria e a fragilização das instituições políticas. (AZEVEDO, 2008, p. 80).

---

<sup>20</sup> Stengers (2015), alerta que, por incrível que possa parecer, para a concepção hegemônica nós não estaríamos vivendo uma crise, sendo o conjunto de fenômenos globais de cunho socioambiental intensificados após o século XX, apenas “sinais dos tempos”, ou seja, estaríamos nós todos supostamente pagando uma espécie de “preço” por nossas próprias atitudes. Adeptos à essa concepção são os que frequentemente apostam na tecnociência e no capitalismo neoliberal para a resolução das questões socioambientais.

Ainda nesse sentido, para Stengers (2015) “É parte da natureza do capitalismo explorar oportunidades” (p. 47).

[...] confiar no capitalismo que se apresenta hoje como o ‘melhor amigo da Terra’, como ‘verde’, preocupado com a preservação e com a durabilidade, seria cometer o mesmo erro que o sapo da fábula, que aceita carregar um escorpião em suas costas para que ele atravessasse um rio. Se ele o aferroasse, não se afogariam os dois?, o escorpião argumenta. Ele o aferroa, no entanto, e bem no meio das águas. Em seu último suspiro, o sapo pergunta: ‘Por quê?’. A que o escorpião, prestes a afundar, responde: ‘É da minha natureza, não posso evitar’. **É da natureza do capitalismo explorar as oportunidades, ele não pode evitar.** (STENGERS, 2015, p. 47, grifo nosso).

Segundo Lima (2003), o que temos hoje, na verdade, é uma “sustentabilidade de mercado”, e se trata de uma contradição desconcertante a crença nesse modelo de “sustentabilidade” como solução para a questão das degradações ambiental e social, uma vez que

Uma ‘sustentabilidade de mercado’ não responde igualmente à crise social, já que a racionalidade inerente ao mercado se orienta para a concentração e não para a distribuição de riquezas e oportunidades. Sendo resultantes da própria ação e lógica do mercado, as desigualdades sociais não podem ser por ele solucionadas. A experiência tem demonstrado, por numerosas evidências, que o mercado é um eficiente instrumento de alocação de recursos, mas um perverso gestor das disparidades sociais. Em sendo assim, sempre quando a mão invisível do mercado é deixada livre da regulação do Estado e da sociedade, o desenvolvimento humano e social tende ao sacrifício. (LIMA, 2003, p. 106).

A confiança no sistema econômico capitalista, bem como na tecnologia e a na ciência moderna, para resolver os impasses no âmbito da temática ambiental, configura-se como algo típico do “antropoceno”, o qual o homem cientista e os chefes de Estado das nações chamadas de Primeiro Mundo são vistos como os novos “messias”, detentores de todo poder e de todo o saber, inclusive sobre as leis da natureza, com a promessa de que são capazes de garantir a liberdade humana e livrar a todos do perigo. Por isso, de acordo com Cunha (2015), o “antropoceno” é entendido como mais uma “promessa não cumprida”:

[...] o Antropoceno é uma promessa não cumprida. Da mesma maneira que a liberdade no capitalismo é estrangida pelo fetichismo e por relações de classe – a dinâmica capitalista é regida por leis objetivadas para além do controle dos indivíduos; os trabalhadores são ‘livres’ no sentido de que não são propriedade de ninguém, como escravos, mas também no sentido de que são privados dos meios de produção, de

suas condições de existência; os capitalistas são ‘livres’ na medida em que seguem as regras objetivadas da acumulação do capital, caso contrário vão à falência – assim também é o metabolismo social com a Natureza. Portanto, sustento que o Antropoceno é a forma fetichizada de intercâmbio entre o Homem e a Natureza historicamente específica do capitalismo, da mesma maneira que a ‘mão invisível’ é a forma fetichizada da ‘liberdade’ de intercâmbio entre pessoas. (CUNHA, 2015, p. 84-85).

Neste ponto, vale ressaltar que, enquanto a ideia de bem-estar social estiver atrelada tão somente ao aspecto do crescimento econômico, a mesma continuará sendo incoerente e não extinguirá a pobreza, uma vez que o aspecto econômico e o desenvolvimento das grandes potências, nessa conjuntura, sempre estarão à frente das causas ambientais e dos interesses das classes pobres.

O crescimento somente, sem entender todos os fatores que contribuem ao bem-estar, não reduz a pobreza de forma duradoura [...] Precisamos compreender que o crescimento econômico somente não basta para resolver os problemas do planeta: os aspectos econômicos, sociais e ambientais de qualquer atividade estão vinculados. (SATRANGE; BAYLEY, 2008, p. 8, tradução nossa).

Sobre os riscos que o crescimento econômico irresponsável possa trazer para o meio ambiente, segundo o “Relatório Brundtland”, esses são supostamente diminuídos a partir do momento em que a economia é orientada pelo conceito de DS, uma vez que, a “[...] proteção do meio ambiente é inerente ao conceito de desenvolvimento sustentável [...]”. De acordo com o documento:

Há sempre o risco de que o crescimento econômico prejudique o meio ambiente, uma vez que ele aumenta a pressão sobre os recursos ambientais. Mas os planejadores que se orientam pelo conceito de desenvolvimento sustentável terão de trabalhar para garantir que as economias em crescimento permaneçam firmemente ligadas a suas raízes ecológicas e que essas raízes sejam protegidas e nutridas para que se possam dar apoio ao crescimento a longo prazo. **Portanto, a proteção ao meio ambiente é inerente ao conceito de desenvolvimento sustentável, na medida em que visa mais às causas que aos sintomas dos problemas do meio ambiente.** (BRUNDTLAND, 1991, p. 44, grifo nosso).

O Relatório entende que as ameaças ambientais, ameaçam na verdade a base da economia e do “progresso humano” e, por isso, a necessidade de intervenção política. De acordo com o Relatório: “A economia e a ecologia nos envolvem em malhas cada vez mais apertadas. Muitas regiões correm o risco de danos irreversíveis ao meio ambiente humano que ameaçam a base do progresso humano” (p. 29).

Deste modo, partimos do pressuposto de que para a sustentabilidade e o DS serem legítimos, há que se ter um entendimento crítico e questionador a respeito, reconhecendo suas possibilidades e limites. Para atingirmos a sustentabilidade veementemente, precisamos antes de uma “revolução civilizacional” (LEFF, 2001; KYBURZ-GRABER, 2013), e darmos igual tratamento a todas as suas dimensões e não somente a da viabilidade econômica que varia de acordo com os interesses particulares (FREITAS, 2004).

Sobre a variação e diferenças do conceito de sustentabilidade que há entre os campos do ambientalismo e da economia, Brunacci e Philippi Jr. (2005) enxergam seu evidenciamento nas palavras de Vandana Shiva durante a Convenção Científica Internacional da cidade de Siena na Itália em 1989, na qual afirmou:

Na natureza, sustentável envolve a recuperação dos sistemas da natureza e a sujeição às suas leis naturais de retorno. Sustentável, para o mercado, envolve a garantia de suprimentos de matéria-prima, o escoamento da produção, a acumulação de capital e o retorno do investimento. (p. 270).

Ainda de acordo com esses autores, o conceito de DS tem se distanciado cada vez mais da definição original da sustentabilidade, derivando-se de acordo com o trânsito entre as diversas áreas do conhecimento, contextos e agentes sociais (políticos, sociais e culturais) e intencionalidades.

Passível das mais variadas versões, a expressão desenvolvimento sustentável tem sido muito criticada por diversos teóricos que estão comprometidos com a defesa da causa ambiental. São críticas que têm como fundamento a possibilidade de um entendimento pragmático e imediatista que conduz ao risco de se implantar um programa de sustentabilidade do desenvolvimento como um sutil desdobramento de uma política moldada por um sistema capitalista ainda conservador e predatório. Assim sendo, um entendimento que traz subjacente como ditame maior o fator lucro, e não o respeito à natureza e aos recursos naturais [...] (BRUNACCI E PHILIPPI Jr., 2005, p. 268).

Contudo, no geral ainda é comum encontrar o conceito DS vinculado à sustentabilidade na concepção difundida pelas Ciências Biológicas. De acordo com essa perspectiva sustentabilidade se refere ao:

[...] crescimento e evolução naturais de um organismo. Portanto, é um conceito que exprime o que é intrínseco ao ser, qualificado por uma noção de progresso, de algo contínuo, inexorável e linear, mesmo que marcado por fases distintas. (LOUREIRO, 2012, p. 58).

No conceito de sustentabilidade visto pela ótica das Ciências Biológicas, seus preceitos principais estariam em “conhecer e respeitar os ciclos materiais e energéticos dos ecossistemas em que se realizam” e, com base nos saberes disponíveis, preservar os atributos que garantem a reprodução dos ecossistemas e “[...] atender as necessidades humanas sem comprometer o contexto ecológico e, do ponto de vista ético, respeitando as demais espécies” (Loureiro, 2012, p. 56).

Entretanto, no que concerne ao campo da economia o conceito ganha nova roupagem, como já exposto, e se apresenta como proposta para fins supostamente superiores, pautados na “riqueza material” e respaldados pela tecnologia e ciência, o que faz parecer que se trate de um conceito “intocável”, uma vez que, de acordo com Lima (2003):

No caso da sociedade moderna, o discurso verdadeiro é identificado com o saber científico, que produz efeitos de poder devido à objetividade e neutralidade atribuídos à ciência e às instituições que a promovem. O reconhecimento do discurso científico e de suas qualidades naturalizam-no como verdade impessoal, racional e livre de todo questionamento, elevam-no a uma posição de hegemonia social e transferem-lhe o poder de avaliar e julgar os demais saberes. (p. 101).

O conceito de DS traz consigo a ideia de evolução constante, baseado em uma visão de mundo antropocêntrica e eurocêntrica de “sociedade perfeita” e civilizada que deva ser atingida e seu modelo seguido por todos globalmente, como se todos tivessem exatamente as mesmas necessidades e anseios e, fazendo parecer, que essa suposta “evolução” seja sinônimo de vidas mais dignas à todas as pessoas. Por isso, aplicada a palavra desenvolvimento, em um sentido de evolução e progresso para os humanos, fica fácil cair no “canto da sereia”, sobretudo quando não fazemos a seguinte pergunta: Qual evolução seria essa? (LÖWY, 1995; FREITAS, 2004; BRUNACCI; PHILIPPI Jr., 2005; LOUREIRO p. 2012; MONTIBELLER-FILHO, 2008; ZUINDEAU, 2012; KYBURZ-GRABER, 2013). Sob esse aspecto, González-Gaudiano (2006) considera que “o desenvolvimento sustentável é um caso de um significante vazio que atua como um enorme mito com pretensões de ser uma salvação”.

Contudo, apesar das críticas ao caráter de padronização implícita na proposta de DS, o próprio “Relatório Brundtland” alerta para que o DS não seja unidirecional, como se pode observar no excerto abaixo. Entretanto, mesmo com as supostas intenções de adequação às diferentes realidades, ainda assim há explícito que o DS

é apresentado como um caminho que deva ser seguido por todo mundo, um “acordo global”. Veja-se:

Não pode haver um único esquema para o desenvolvimento sustentável, já que os sistemas econômicos e sociais diferem muito de país para país. Cada nação terá de avaliar as implicações concretas de suas políticas. **Mas apesar dessas diferenças, o desenvolvimento sustentável deve ser encarado como um objetivo de todo o mundo.** (BRUNDTLAND, 1991, p. 44, grifo nosso).

No campo da economia vemos a natureza como coadjuvante e os elementos naturais como recursos, os chamados “recursos ecossistêmicos”, ou seja, há a negação daquilo que o filósofo Hans Jonas chamou de um “valor intrínseco da natureza” (GIACÓIA JUNIOR, 2004)<sup>21</sup>, e a sustentabilidade seria um fim a ser alcançado pelo desenvolvimento.

Para Lima (2003), em uma conjuntura de expansão do capitalismo, da exaltação da divisa do “*laissez-faire – laissez passer*”<sup>22</sup> (HEIMANN, 1971, p. 61), e do comprometimento dos governos com as políticas de privatização, o sucesso da sustentabilidade neste cenário depende, sobretudo, da demonstração da viabilidade da preservação ambiental para o “crescimento dos negócios e da economia”, mais do que a possibilidade de promover a democracia ou justiça social.

As possíveis “falhas” no conceito de DS, partem desde sua gênese no “Relatório Brundtland”, mostrando-se, segundo autores consultados, enviesado desde sua constituição, tendo em vista justificar o consumo vigente e enaltecer o *status* do consumidor, confiante, sobretudo, na tecnociência como capaz de se reciclar sempre e “produzir mais com menos” (HAAVELMO; HANSEN, 1991; LEFF, 1996; MONTIBELLER-FILHO, 2008; LOUREIRO, 2012).

De acordo com Leff (1996):

---

<sup>21</sup> Citando Hans Jonas, Giacóia Júnior (2004) escreveu: “Reconhecer à natureza um direito próprio e uma significação ética autônoma (desvinculados, pois, da condição tradicional de meio para a satisfação de necessidades e desejos humanos) implica em abandonar a postura, igualmente herdada da tradição, que considerava o homem como ápice da natureza e coroa da criação. Trata-se, também, de reconhecer como ‘fim em si’ os seres naturais, e não apenas os seres humanos, em função de seu *status* particular de criaturas racionais”. (p. 398).

<sup>22</sup> *Laissez-faire – laissez passer*: “Liberdade de iniciativa empresarial [...] e livre comércio internacional [...]”. Ver: “História das doutrinas econômicas: uma introdução à teoria econômica”, de Eduard Heimann (2. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1971). Sobretudo os capítulos que tratam das escolas de Quesnay e Smith.

A retórica do desenvolvimento sustentável reconverteu o sentido crítico do conceito de ambiente em um discurso voluntarista [e generalista], proclamando que as políticas neoliberais haverão de conduzir-nos aos objetivos do equilíbrio ecológico e justiça social pela via mais eficaz: o crescimento econômico guiado pelo mercado [aliado à tecnociência]. (LEFF, 1996, p. 18).

De acordo com Caride e Meira (2004), percebe-se que nas diferentes produções acadêmicas que tratam dos conceitos de sustentabilidade e DS, há muitas variações e divergências, nas quais estes são vistos sob distintas óticas e vieses.

Em nossas consultas à bibliografia especializada, constatamos muitos trabalhos que tratam os conceitos de sustentabilidade e DS como sinônimos, muitas vezes de forma “acrítica”, não fazendo nenhum tipo de diferenciação sobre ambos. Todavia, como explicitado ao longo deste estudo, grande parte das pesquisas indicam diferenças ideológicas entre os conceitos. Para Leff (2001), por exemplo, é preciso deixar claro as acentuadas diferenças que há entre os conceitos, sendo que, segundo o autor, enquanto o de DS se apresenta como “parte das estratégias do discurso ambiental neoliberal”, o de sustentabilidade estaria mais ligado ao sentido de um constitutivo do conceito de meio ambiente, “como marca da ruptura da racionalidade econômica que negou a natureza e como uma condição para a construção de uma nova racionalidade ambiental” (p. 20).

Outras diferenciações entre os conceitos, encontrados nas pesquisas, segundo Sartori; Latrônico; Campos (2014), estariam ligadas à ideia de que ambos os conceitos, apesar de pertencerem a um mesmo modelo de “transformação ambiental”, seriam partes de etapas diferentes da mesma proposta. Há quem trabalhe, por exemplo, com a hipótese de que a sustentabilidade seria um suposto caminho para se atingir o DS (DOVERS; HANDMER, 1992; SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). Mas, essa visão não é compartilhada de forma unânime por todos os autores que se interessam pelo tema. Há quem afirme, pois, justamente o contrário, ou seja, que o DS é que seria o caminho, a “ideia-força” ou “ideia mobilizadora” (LOUREIRO, 2012) e, de acordo com Dovers e Handmer, (1992 apud SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014), a sustentabilidade é a meta a ser alcançada:

Sustentabilidade é a capacidade de um sistema humano, natural ou misto resistir ou se adaptar à mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado, e, além disso, o desenvolvimento sustentável (DS) é uma via de mudança intencional e melhoria que mantém ou aumenta esse atributo do sistema, ao responder às necessidades da população presente. **Numa primeira visão, o DS é o caminho para**

**se alcançar a sustentabilidade, isto é, a sustentabilidade é o objetivo final, de longo prazo** (DOVERS; HANDMER, 1992, tradução SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014, p. 1, grifo nosso).

Portanto, parece não haver consenso entre os pesquisadores em relação aos conceitos de sustentabilidade e de DS e, segundo Sartori, Latrônico e Campos (2014): “[...] em muitos casos, os conceitos são tratados como sinônimos (p. 1).

Em constatação feita por Kato (2014) em um mapeamento de trabalhos acadêmicos, teses e dissertações brasileiras em EA que, grosso modo, vinculavam o conceito de “ecossistema”, o autor indica que vários trabalhos que criticam o conceito de DS (o qual ele trata como discurso) apontam para a sustentabilidade como alternativa de superação. Segundo o autor

Outra característica marcante do discurso dos trabalhos analisados e que criticam a ideia de desenvolvimento sustentável pautam-se na indicação da ilusão do controle do homem frente à natureza a partir dos recursos tecnológicos produzidos pela humanidade. As práticas de manejo e de conservação sob a lógica do capital trazem em seu bojo, de forma implícita, a superioridade do homem frente à natureza e a disposição de ferramentas de controle tanto na exploração quanto na preservação dos sistemas ecológicos. Essas pesquisas apontam a sustentabilidade como outra forma de pensar o uso e a exploração dos recursos naturais, uma nova consciência ecológica (p. 177).

Como podemos perceber é tênue a linha que separa, se é que separa, os termos sustentabilidade e DS e, por isso, a dificuldade em interpretá-los como sendo sinônimos ou não.

Para as autoras Sartori, Latrônico e Campos (2014), apoiadas em Chichilnisky (1996), esses conceitos são apresentados conforme a ótica de cada campo que os abordam, ou seja, para as autoras tais conceitos são vistos de formas variadas e distintas dependendo da “lente” pela qual a ciência olha, se mais técnico, empreendedor, filosófico ou ambiental, por exemplo.

Percebemos, que há uma “indefinição conceitual” (AGOGLIA, 2014) no que se refere ao DS e a sustentabilidade. Segundo o Freitas (2004), definir o conceito de DS, contemporaneamente, não é tarefa fácil, além disso, para alguns autores, trata-se ainda, de assuntos disseminados por se tratarem de modismos (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2004; HASNA, 2010).

Entretanto, mesmo com todas as divergências e discordâncias encontradas nas produções acadêmicas sobre os conceitos de sustentabilidade e DS, há que ser levado em consideração o grande número de produções que tratam desses dois

conceitos, por isso há necessidade de investiga-los, buscando evidenciar o que se entende sobre eles nessas produções (TISDEL, 1988 apud SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). De acordo com Elkins (2011), o emprego de tais conceitos nas produções acadêmicas são cada vez mais evidentes, porém pouco explicados e com definições inconsistentes e genéricas, dificultando ainda mais a compreensão clara sobre eles.

Especificamente, no campo da EA, por se tratar de uma área de abrangência multidisciplinar, acreditamos que existam muitos trabalhos utilizando os conceitos sustentabilidade e DS também sob variadas óticas e abordagens. Deste modo, torna-se relevante buscar compreender como esses conceitos vêm sendo abordados e definidos na produção teórica em EA.

Assim sendo, justifica-se a realização desta pesquisa, que tem como **objetivo** identificar e analisar os conceitos de sustentabilidade e de DS na produção teórica (teses e dissertações) em EA no país, constantes no Banco de Dados do Projeto “Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (teses e dissertações) – “Projeto EArte”, a partir das seguintes questões norteadoras: que significados são atribuídos aos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável na produção teórica (teses e dissertações) em EA no Brasil? Esses conceitos são tratados como sinônimos nesses documentos? Que autores e referenciais teóricos são contemplados nas produções estudadas?

## **2.2. CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* DOCUMENTAL E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS**

Para a constituição do *corpus* documental da presente pesquisa foi realizada uma primeira busca no banco de dados do “Projeto EArte”, por meio dos termos: “desenvolvimento sustentável”, “sustentabilidade”, “desenvolvimento” e “sustentável”, utilizando o campo de busca: “qualquer campo”, que abrange os campos “palavra-chave”, “título” e “resumo”. Nessa primeira busca foram identificadas aproximadamente 853 teses e dissertações que veiculam os termos desenvolvimento sustentável e/ou sustentabilidade, no título, e/ou no resumo e/ou nas palavras-chave dos textos que compõem o Banco de Dados referido (Tabela 1).

**Tabela 1** – Primeira busca realizada na base de dados “Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (teses e dissertações).”

<b>Termo de busca:</b>	Desenvolvimento sustentável	Sustentabilidade	Desenvolvimento	Sustentável	<b>TOTAL</b>
<b>Nº de trabalhos localizados:</b>	301	376	110	66	<b>853</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2015).

No passo seguinte, excluímos os resumos localizados por meio dos termos “desenvolvimento” e “sustentável”, pelo fato de terem aparecido também nas buscas com o termo “desenvolvimento sustentável”. Deste modo, selecionamos apenas os resumos encontrados a partir dos termos “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”. Por esse procedimento foram identificados 376 trabalhos com o termo “sustentabilidade” e 301 trabalhos com o termo “desenvolvimento sustentável”. Com o intuito de arquivar os resumos encontrados de forma organizada para a leitura, fizemos a *exportação* dos resumos do Banco de Dados para o *Word 2013*, os quais foram compilados em dois arquivos separadamente, um arquivo contendo os resumos encontrados por meio da busca com o termo “sustentabilidade” e outro com aqueles que foram localizados com termo de busca “desenvolvimento sustentável”.

Para a definição do *corpus* documental final desta pesquisa, ou seja, a “escolha dos documentos a serem submetidos à análise”, foi feita a “leitura flutuante” dos resumos dessas teses e dissertações encontradas após a primeira busca. De acordo com Bardin (2009), esta etapa auxilia a escolha dos documentos a serem analisados (BARDIN, 2009). Por meio da “leitura flutuante” dos resumos, foram selecionados os trabalhos que pareciam atender aos critérios adotados para a constituição do *corpus* documental deste estudo, a saber:

- Resumos que apresentam os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, juntos ou separadamente, como preocupação fundamental da pesquisa;
- Resumos que empreendem reflexões acerca de um dos conceitos estudados ou tecem comparações entre eles.

Pôde-se perceber, a partir desta etapa que, dos trabalhos selecionados, grande parte apenas traziam os conceitos de sustentabilidade e/ou DS genericamente ou *en passant*, quer dizer, ou tais conceitos não eram assumidos como foco principal nas pesquisas, ou então os resumos não indicavam a preocupação em problematizar ou tecer reflexões acerca dos mesmos. Deste modo, nesse momento, consideramos que **trinta e três** resumos selecionados a partir do termo “sustentabilidade” teriam possibilidades de serem incluídos no *corpus* documental, e no que diz respeito à leitura daqueles resumos que foram encontrados a partir do termo “desenvolvimento sustentável”, consideramos que em **quarenta e sete** trabalhos havia indícios de que poderiam atender aos critérios estabelecidos. À medida em que as leituras iam sendo realizadas, os trabalhos que eram entendidos como possíveis de serem incluídos no *corpus* documental foram grifados na cor verde e armazenados em dois arquivos, separadamente, de acordo com cada termo. O mesmo procedimento foi adotado para o caso contrário, ou seja, para aqueles trabalhos que por meio deste primeiro contato nos pareciam não atender aos critérios estabelecidos, os quais eram grifados na cor vermelha.

O passo seguinte se deu no sentido de fazermos novas buscas, desta vez por meio de outros termos relacionados aos conceitos estudados, uma vez que, conforme foi se dando a exploração da temática por meio do referencial teórico adotado, foram identificados outros conceitos que estão diretamente relacionados com os de sustentabilidade e de DS. Estes termos são: “Ecodesenvolvimento” (SACHS 1981; MONTIBELLER-FILHO, 2008; SACHS, 2009); “Desenvolvimento Durável” (MONTIBELLER-FILHO, 2008; GODARD, 1994), “Sociedades Sustentáveis” (LOUREIRO, 2012; DIEGUES, 1992), “Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (EDS) (FREITAS, 2004; LÖWY, 2014) e “Desenvolvimento Sustentado” (RIBEIRO, 1992; SÃO PAULO, 1991). Deste modo, o segundo momento foi caracterizado pelas buscas por meio desses termos no Banco de dados, cujos resultados são apresentados na tabela 2.

**Tabela 2** – Segunda busca na base de dados “Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (teses e dissertações).”

<b>Termos de busca</b>	Ecodesenvolvimento	Desenvolvimento Durável	Sociedades Sustentáveis	EDS	Desenvolvimento Sustentado	<b>Total</b>
<b>Total de trabalhos encontrados</b>	16	1	17	6	10	<b>50</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2015).

Do mesmo modo como fizemos no primeiro momento, desta vez também foi feita a “leitura flutuante” dos resumos encontrados. E, a partir disso, consideramos que, quanto aos termos “ecodesenvolvimento”, “educação para o desenvolvimento sustentável” e “desenvolvimento sustentado”, nenhum trabalho foi selecionado para compor o *corpus* desta pesquisa. Em relação aos resumos selecionados a partir do termo “Desenvolvimento Durável”, consideramos que apenas **um** obedece aos critérios estabelecidos, bem como aqueles em que a busca se deu por meio do termo “Sociedades Sustentáveis”. Nota-se que a busca por meio desses outros conceitos, relativos aos conceitos de sustentabilidade e de DS, não contribuíram de maneira significativa para a localização de trabalhos a serem incluídos no *corpus* documental.

Até aquele momento, a partir de “leitura flutuante” dos resumos encontrados nas buscas no Banco de Dados do “Projeto EArte”, o *corpus* documental desta investigação contava com um total de **oitenta e dois** trabalhos.

Entretanto, tendo em vista o excessivo número de trabalhos localizados, esses resumos foram novamente lidos e relidos. E, após a leitura atenta dos oitenta e dois resumos que haviam sido selecionados e do primeiro contato com os trabalhos completos, entendeu-se que apenas **oito** trabalhos com o termo “sustentabilidade” e **doze** com o termo “desenvolvimento sustentável” atendem de fato aos critérios estabelecidos e, portanto, compõem o *corpus* documental desta pesquisa. Em relação aos resumos que haviam sido selecionados pelos termos “Desenvolvimento Durável” e “Sociedades Sustentáveis”, vale ressaltar, após esta segunda leitura entendemos que os mesmos ainda deveriam continuar fazendo parte do *corpus* documental.

Nos trabalhos que, a partir desta segunda leitura dos resumos e do contato inicial com os textos completos, foram entendidos como não atendendo aos critérios estabelecidos, notamos que apesar de vincularem os conceitos de sustentabilidade e

de DS como preocupações para as pesquisas, tais conceitos, no entanto, pareciam não são explorados.

Deste modo, apresentamos aqui os resultados das buscas e constituição do *corpus* documental desta pesquisa (Tabela 3).

**Tabela 3:** *Corpus* documental final da pesquisa, a partir das buscas realizadas no banco de dados do “Projeto EArte.”

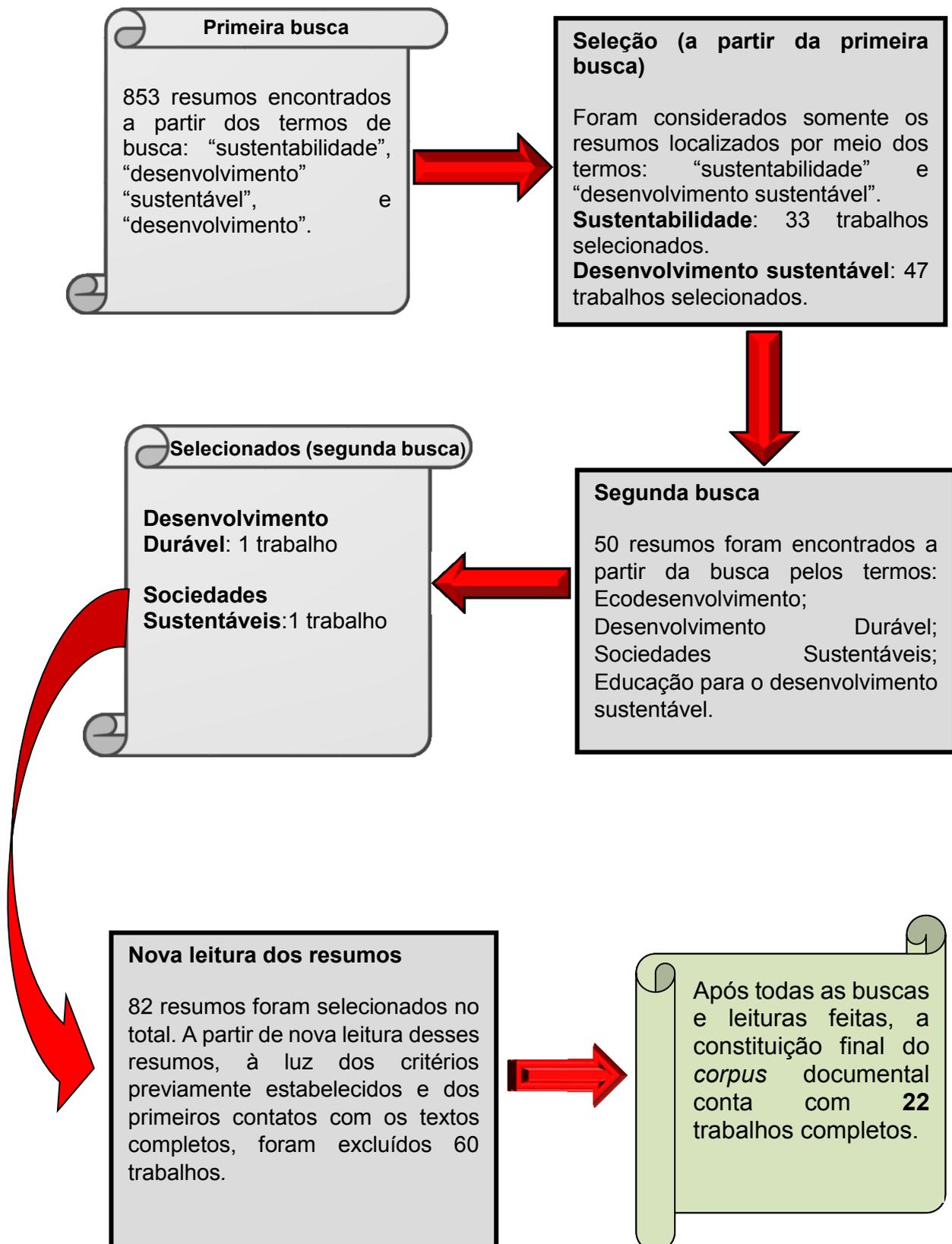
<b>Termo de busca</b>	<b>Inclusão</b>
Sustentabilidade	8
Desenvolvimento sustentável	12
Desenvolvimento Durável	1
Sociedades Sustentáveis	1
<b>Total</b>	<b>22</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2015).

Ressalta-se que, dos **vinte e dois** trabalhos que constituem o *corpus* documental, **quatorze são dissertações de mestrado**, sendo uma proveniente de um curso de mestrado profissional, e **oito são teses de doutorado**.

Uma vez tendo o *corpus* documental constituído, apresentamos, a seguir, um esquema gráfico a fim de explicitar de maneira didática os caminhos percorridos (Figura 1):

**Figura 1:** Caminhos percorridos para a constituição do *corpus* documental.



Apresentamos, a seguir, no quadro 1, a relação dos trabalhos que compõem o *corpus* documental desta pesquisa, bem como o código de identificação no banco de dados do Projeto “EArte” (ID), nome do autor e título do trabalho.

**Quadro 1:** Relação dos trabalhos selecionados para compor o *corpus* documental desta pesquisa.

ID	Autor	Título	IES	Orientação	Data defesa	Titulação
Tr 6418	BRUGER NEVES, Paula Cals	<b>Educação ou adestramento ambiental?</b>	Ufsc	Carlos Walter Porto Gonçalves	1993	Mestrado Acadêmico
Tr 792	ROSA, Maria Arlete	<b>Curitiba:</b> um estudo sobre a prática educativa de sustentabilidade - o caso da Vila Sagrada Família	PUC-SP	Pedro Jacobi	1999	Doutorado
Tr 1893	COSTA, Andrea Paula de Caresfiato	<b>Educação ambiental como estratégia de desenvolvimento local:</b> um estudo de caso	UFRJ	Marta Azevedo Irving	2000	Mestrado Acadêmico
Tr 619	ROIZMAN, Lura Gorresio	<b>Sustentabilidade e ética ecológica:</b> valores, atitudes e a formação ambiental de educadores	USP	Carlos Celso do Amaral e Silva	2001	Doutorado
Tr 338	BOLDRINI, Eliane Beê	<b>A ideologia da Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável:</b> a estrada do Porto de Antonina, um estudo de caso	UFPR	Lígia Regina Klein	2003	Doutorado
Tr 826	FONSECA, Maria de Jesus da Conceição Ferreira	<b>A biodiversidade e o desenvolvimento sustentável nas escolas do ensino médio de Belém, Pará, Brasil</b>	UFPA	José Maria Cardoso da Silva	2003	Doutorado
Tr 7723	HOFFMANN, Vera Kern	<b>Uma proposta interdisciplinar de Educação, nas primeiras quatro séries do ensino fundamental, na perspectiva do desenvolvimento sustentável</b>	Ulbra	Claudia L. O. Groenwald	2003	Mestrado Acadêmico
Tr 456	MOREIRA, Glória Maria de Pádua	<b>Por uma Ecologia Social:</b> uma aproximação da noção de desenvolvimento aos princípios éticos do desenvolvimento durável	UFRJ	Tania Maria de Freitas Barros Maciel	2004	Doutorado

ID	Autor	Título	IES	Orientação	Data defesa	Titulação
Tr 1734	SANTOS, Ana Maria Marques	<b>As relações de trabalho, meio ambiente e educação na Coopcarumo - projeto lixo é vida:</b> por uma sustentabilidade democrática da inclusão	Unesa	Neise Deluiz	2005	Mestrado Acadêmico
Tr 4431	CARREGOSA José Machado	<b>Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável no Circuito Eco-Rural Ponte Branca (Nova Friburgo/RJ)</b>	Unesa	Victor de Araújo Novicki	2005	Mestrado Acadêmico
Tr 671	GUIDO, Lucia de Fátima Estevinho	<b>Educação, televisão e natureza:</b> uma análise do Repórter Eco	Unicamp	Cristina Bruzzo	2005	Doutorado
Tr 7129	FREITAS, Sandra Cristina Santiago	<b>Construção de políticas públicas de Educação Ambiental em Belém do Pará 1997-2004</b>	UFPA	Orlando Nobre Bezerra de Souza	2005	Mestrado Acadêmico
Tr 2920	VILLELA, Dianna Santiago	<b>A sustentabilidade na formação atual do arquiteto e urbanista</b>	UFMG	Roberto Luís de Melo Monte-Mór	2007	Mestrado Acadêmico
Tr 4881	ABREU, Lisandra Saldanha de	<b>Estudo das percepções de Educação Ambiental e sustentabilidade entre os professores de Agronomia da UFSM:</b> um estudo de caso	UFSM	Hugo Aníbaij Gonzalez Vela	2007	Mestrado Acadêmico
Tr 5088	VARGAS, Luiz Américo Araújo	<b>A questão agrária e o meio ambiente:</b> trabalho e educação na luta pela terra e pela sustentabilidade	UFRJ	Carlos Frederico Bernardo Loureiro	2007	Mestrado Acadêmico
Tr 1507	BECKER, Alexandre	<b>A concepção de educação de Paulo Freire e o desenvolvimento sustentável</b>	Unifae	Osmar Ponchirolli	2008	Mestrado acadêmico
Tr 1548	OLIVEIRA, Ana Cristina Calaca da	<b>Educação ambiental problematizadora e desenvolvimento sustentável:</b> uma revisão crítica	Furg	Sirio Lopez Velasco	2008	Mestrado acadêmico
Tr 387	ZERBINI, Fabiola Marono	<b>Emancipação e ambientalismo:</b> um estudo sobre fundamentos para uma Educação Ambiental crítica	USP	Eda Tassara	2008	Doutorado
Tr 4036	THEOBALD, Irmgard Margarida	<b>Saberes e fazeres em desenvolvimento sustentável:</b> o contributo da Escola Família Agrícola Itapirema	Unir	Maria Ivonete Barbosa Tamboril	2008	Mestrado Acadêmico

ID	Autor	Título	IES	Orientação	Data defesa	Titulação
<b>Tr 8283</b>	GUEISEL, Monica Rodrigues	<b>O conceito de desenvolvimento sustentável:</b> um grande desafio para o século XXI	Unipli	Antônio Carlos de Miranda	2008	Mestrado Profissional
<b>Tr 3383</b>	ROCHA, Fabiana Goulart	<b>Batalha:</b> concepções e perspectivas de professores dentro de um projeto de Educação Ambiental empresarial	Unesa	Victor de Araujo Novicki	2009	Mestrado Acadêmico
<b>Tr 1226</b>	LOPES, Uaçai de Magalhães	<b>Educação e sustentabilidade</b>	Ufba	Robinson Moreira Tenório	2009	Doutorado

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2015).

Para a análise do material, na qual procuramos compreender os “significados” presentes nesses trabalhos, buscamos nos embasar em alguns aspectos da “análise de conteúdo”, de acordo com Bardin (2009).

Cumpre destacar que iniciamos as análises a partir da leitura exaustiva dos trabalhos completos e, aos poucos, foram sendo identificadas as “unidades de registro”, ou seja, aqueles excertos que pareciam indicar os significados presentes nas produções investigadas, e que atenderiam aos objetivos e responderiam às questões de pesquisa. A partir das “unidades de registro” foram definidos, para a análise, os seguintes aspectos: “Significados atribuídos aos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável”, “referenciais teóricos e principais autores contemplados”, “alternativas ao conceito de desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade/desenvolvimento sustentável e Educação”.

Cada excerto selecionado foi grifado em cor diferente e padronizado dependendo à qual aspecto da análise pertencia. Em seguida, os excertos selecionados e diferenciados por cores, eram copiados *ipsis litteris* em uma tabela dividida em diferentes colunas, de acordo com os aspectos de análise correspondentes, para depois serem adequadamente inseridas no corpo do texto desta pesquisa.

### 3. DA SUSTENTABILIDADE E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

“Somos forçados a viver como se fossemos livres”<sup>23</sup>

A partir do século XVII, com o advento da ciência moderna e as sucessivas transformações ambientais ocorridas a partir de então, chegando às últimas consequências no século XX com as grandes catástrofes ambientais e o acelerado crescimento populacional e da sociedade de consumo, engendradas pelas mais diversas atividades humanas, sobretudo aquelas de cunho socioeconômico e político, há, contemporaneamente, grande preocupação em todos os setores e esferas sociais, com os iminentes riscos socioambientais que a sociedade atual e as gerações vindouras estarão expostas em um futuro não longínquo (MEADOWS et al. 1972; GONÇALVES 1990; CARVALHO, 2008; MONTIBELLER-FILHO, 2008).

De acordo com Phillipi, Jr. e Malheiros (2005):

O crescimento populacional mundial observado no último século, quando associado ao pico na taxa de consumo de recursos naturais e ao processo acelerado de urbanização, principalmente em países em desenvolvimento, resultou no aumento dos índices de poluição urbana, com modificações ambientais de ordem global, como o aceleração do efeito estufa, redução da camada de ozônio, e na redução significativa de biodiversidade. (p. 66).

Como já apontado, o planeta, a partir da década de 1960, pela primeira vez passou a ser visto como limitado e o ambiente começou a ser compreendido enquanto “categoria estratégica” e fundamental para a discussão acerca da conduta do ser humano moderno e seu *nicho* no “meio ambiente”, ou seja, passou-se a valorizar a questão do crescimento econômico, desenvolvimento humano e a proteção do ambiente natural, era o começo de um repensar a organização social<sup>24</sup>.

De acordo com Leff (2001):

---

<sup>23</sup> Ver: GRAY, J. **Cachorros de palha**: reflexões sobre humanos e outros animais. p. 126.

<sup>24</sup> Sobre este aspecto, Loureiro (2012) chama atenção para o fato de que ainda hoje, mais de meio século após as primeiras reflexões e denúncias que se apresentaram na segunda metade do século XX, percebe-se que não houve transformações expressivas no que se refere às desigualdades entre os diferentes países e classes.

A problemática ambiental, como sintoma da crise de civilização da modernidade, coloca a necessidade de criar uma consciência a respeito de suas causas e suas vias de resolução. Isto passa por um processo educativo que vai desde a formulação de novas cosmovisões e imaginários coletivos, até a formação de novas capacidades técnicas e profissionais; desde a reorientação dos valores que guiam o comportamento dos humanos para a natureza, até a elaboração de novas teorias sobre as relações ambientais de produção e reprodução social, e a construção de novas formas de desenvolvimento. (p. 255).

Tendo por base as então novas preocupações daquela recém surgida “onda de conscientização ambiental” da segunda metade do século XX (SACHS, 2009) originaram-se os conceitos de sustentabilidade e de DS, como “sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade” (LEFF, 2001, p. 15), estando hoje frequentemente inseridos nos discursos ambientais e apresentados como solução absoluta para uma possível transformação no quadro da degradação ambiental presente em nossa sociedade. O DS se evidenciou na década de 1980, sobretudo nos discursos ligados a globalização<sup>25</sup> e nos discursos dos diferentes setores da sociedade, como solução milagrosa, portadora de toda verdade e, por isso mesmo, suposta (e pretensiosamente) capaz de resolver qualquer problema tangente à “crise ambiental” de nosso tempo (LOUREIRO, 2012).

Mas, o grande problema deste conceito, de acordo com a perspectiva apresentada por Loureiro (2012), está na “[...] baixa problematização de suas premissas e meios de realização” (p. 13), parecendo ser uma proposta de legitimidade frágil e questionável. De acordo com o autor, o DS parece ir de encontro à realidade do contexto econômico em que foi pensado. Veja-se:

[...] enquanto ideia que prega uma vida social digna no presente sem comprometer a vida futura, no marco (ou a partir) de uma sociedade desigual, cujo modo de produção não é compatível com o metabolismo natural e seus ciclos ecológicos. (p. 13).

O DS visto como proposta de solução absoluta<sup>26</sup> para os problemas ambientais, sociais e econômicos da sociedade a partir do final do século XX, é posto como único

---

<sup>25</sup> Para Leff (2001), “[...] o discurso da globalização aparece como um olhar glutão que engole o planeta e o mundo [...] submete todas as ordens do ser aos ditames de uma racionalidade globalizante e homogeneizante. Desta forma, prepara as condições ideológicas para a capitalização da natureza e a redução do ambiente à razão econômica.” (p. 26).

<sup>26</sup> Pela perspectiva do pensamento crítico é inconcebível que se defenda ideias como “consenso universal”, “verdade prévia” ou “sociedade perfeita”, pois, segundo esse referencial

caminho a ser seguido por toda a sociedade impreterivelmente, sem, no entanto, explicitar de maneira clara seus fundamentos e preceitos.

Com isso podemos constatar que, como escreveram os autores Guimarães e Sampaio (2012): “[...] estamos presenciando a configuração e a intensificação disso que estamos chamando de dispositivo da sustentabilidade, que tem se mostrado bastante ativo na nossa atualidade [...]” (p. 398) desde o final do século XX. E, para explicar o conceito de “dispositivo”, os autores se fundamentam especialmente em Michel Foucault e Gilles Deleuze. De acordo com os autores, Foucault se refere a “noção de dispositivo” como

[...] um conjunto heterogêneo [...] que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 2003, p. 244). Ele acrescenta ainda que o dispositivo se constitui a partir de uma rede (nunca pronta ou estável) entre o dito e o não dito. Para Foucault (2003), todo dispositivo tem a função principal de responder a uma urgência e, por isso, possui um papel estratégico crucial na produção das verdades que predominam em determinados tempos históricos. Nas palavras do filósofo, um dispositivo é basicamente constituído por ‘[...] estratégias de relações de força [...]’ (FOUCAULT, 2003, p. 246 apud SAMPAIO; GUIMARÃES, 2012, p. 398).

Ainda de acordo com os autores,

[...] a leitura feita por Deleuze (1999) [...] enfatiza uma dimensão mais topológica do dispositivo, na medida em que o define como um conjunto multilinear composto por linhas ou vetores que algumas vezes se aproximam e, outras vezes, se afastam uns dos outros. Isto é, os componentes de um dispositivo não detêm um significado intrínseco, mas adquirem-no mediante a distância que possuem entre si, as funções que exercem no dispositivo e, ainda, na relação que travam uns com os outros. Além disso, Deleuze (1999) ressalta que algumas linhas do dispositivo atuam na sua sedimentação (estabilização), enquanto outras linhas podem promover rupturas e transformações e, até mesmo, a extinção do dispositivo. (SAMPALIO; GUIMARÃES, 2012, p. 399).

---

teórico, o que há, de fato, são “[...] disputas por hegemonia entre projetos de sociedade portados por sujeitos, construindo a realidade social e a verdade histórica em seu dinamismo”. Os “falsos consensos” e as supostas “soluções absolutas” em sua maioria são, na verdade, expressão da coerção e imposição ideológica da classe ou algumas frações desta que controlam o mercado e certos aparelhos do Estado (LOUREIRO, 2012, p. 15).

Pode-se então dizer, de acordo com perspectiva apresentada por Sampaio e Guimarães (2012), [...]“que os dispositivos que coexistem em determinado período histórico conformam e modulam as formas de pensar, perceber e sentir o mundo em dado momento” (p. 405). Por isso, entendemos como algo muito importante o ato de problematizar e refletir acerca do “*dispositivo da sustentabilidade*”, o qual está “[...] fortemente implicado (em articulação com outros dispositivos) nos modos contemporâneos de compreender o mundo e a nós mesmos” (p. 405).

No próximo item (item 3.1.) apresentaremos um histórico dos conceitos de sustentabilidade e de DS, a fim de melhor nos apropriarmos do contexto de sua gênese e das diferentes vozes que os compõem.

### **3.1. A história recente dos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável**

Ainda que a genealogia do conceito de sustentabilidade não esteja clara, entre os autores e pesquisadores voltados à temática ambiental, alguns deles ainda assim se voltaram à sua historiografia e sugeriram algumas datas prováveis para o seu surgimento.

Para Boff (2012)<sup>27</sup>, o conceito de sustentabilidade teve origem em épocas ainda mais remotas, entre os séculos XVI e XVII.<sup>28</sup> O autor defende que o conceito de “sustentabilidade” seja proveniente da “silvicultura” (manejo de florestas) saxônica, mais precisamente do conceito alemão de *Nachhaltigkeit*, o qual entende que seja correspondente ao que hoje chamamos de sustentabilidade. Entretanto, essa visão não é consensual, uma vez que outros autores afirmam que os povos indígenas das mais diversas etnias ao redor do mundo sempre praticaram o que, tempos depois, convencionou-se a chamar de “cosmovisão” ou “sustentabilidade”.

Contudo, de acordo com Lima (2003):

---

<sup>27</sup> Ver: “Sustentabilidade: o que é - O que não é” (BOFF, 2012).

<sup>28</sup> Segundo o autor, foi somente século XVIII, novamente na Saxônia, por meio do Capitão Hans Carl von Carlowitz, que a palavra “sustentabilidade” se transformou num conceito estratégico. E, em 1795, Carl Georg Ludwig Hartig escreveu em seu livro: *Anweisung zur Taxation und Beschreibung der Forst*, ou em português “Indicações para a avaliação e a descrição das florestas”: “[...] é uma sábia medida avaliar de forma a mais exata possível o desflorestamento e usar as florestas de tal maneira que **as futuras gerações tenham as mesmas vantagens que a atual** [...]” (HARTING apud BOFF, 2012, p. 33, grifo nosso).

Embora os germes do discurso da sustentabilidade possam ser identificados em diversas falas e contextos históricos remotos, suas expressões mais recentes talvez possam ser observadas nos princípios da década de 70 do século passado. (p. 101).

Assim como no “Relatório Brundtland”, podemos encontrar outras referências importantes ao conceito de DS nos trabalhos de Ignacy Sachs. Segundo Lima (2003):

[...] as referências mais explícitas à noção de desenvolvimento sustentável estão sistematizadas nos trabalhos do economista Ignacy Sachs, que desenvolveu a noção de Ecodesenvolvimento [introduzida inicialmente por Maurice Strong], e nas propostas da Comissão Brundtland que projetaram mundialmente o termo ‘desenvolvimento sustentável’ e o conteúdo da nova estratégia oficial de desenvolvimento. (p. 102).

Vivemos em uma época em que nós, os seres humanos, “estamos no controle” dos ciclos biogeoquímicos, ou seja, estamos em uma “época geológica dominada pelo homem”, época classificada como período “antropoceno”. O conceito de “antropoceno” “já se tornou moda nas ciências naturais e sociais” e o seu resultado é catastrófico (CUNHA, 2015, p. 84). Por isso, de acordo com Cunha (2015), influenciado pelo pensamento dos autores da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, especialmente Adorno e Horkheimer, “[...] o Antropoceno é um conceito contraditório. Se a “época geológica dominada pelo homem” leva a uma situação na qual a existência do próprio ser humano pode estar em jogo, há algo de muito problemático com uma forma de dominação da Natureza que a reduz a um “substrato de dominação” (CUNHA, 2015, p. 84).

O Antropoceno aparece, portanto, como a perturbação globalizada dos ciclos naturais globais – e, o que é mais importante, não como uma perturbação planejada, intencional e controlada (não importa para qual fim), mas como um efeito colateral não intencional do metabolismo social com a Natureza que parece cada vez mais *fora* de controle. (CUNHA, 2015, p. 85).

Como já apontado, foi, sobretudo após os horrores das duas Grandes Guerras Mundiais, com o paradigma básico do pensamento científico, alicerçado principalmente em Bacon e Descartes, levado às últimas consequências de dominação e exploração da natureza e, sobretudo, após o “descontrole tecnocientífico” (QUARESMA, 2013) e os resultados devastadores da equação:  $E = MC^2$ , desenvolvida por Einstein (1879-1955)<sup>29</sup> que, viu-se surgir, paradoxalmente, um

---

<sup>29</sup>  $E = MC^2$  é a “formula de equivalência massa-energia, utilizada no desenvolvimento da bomba atômica” (QUARESMA, 2013, p. 18).

movimento de conscientização ambiental que entendia ser limitado o “capital da natureza” frente às ações humanas da sociedade moderna.

Pela primeira vez os seres humanos começavam a enxergar a própria espécie como responsável, enquanto dotada de razão e com poderes significativos de alterações ambientais, pelas gerações futuras. Por isso, começava a ser repensado e questionado aquilo que Sachs (2009, p. 54) chamou de *perverse growth* ou “crescimento perverso” da sociedade capitalista e seus custos sociais e ambientais (SACHS, 2009; MONTIBELLER-FILHO, 2008; MADEIRA, 2014).

Frente àquela nova movimentação e questionamentos, os quais vinham se intensificando, no tocante à “degradação da natureza”,

A pressão mundial sobre os governos e as empresas em razão da crescente degradação da natureza e do clamor mundial acerca dos riscos [...] sobre a vida humana fizeram com que todos encetassem esforços para conferir sustentabilidade ao desenvolvimento. (BOFF, 2012, p. 39).

E, tendo em vista o “alarme ecológico” provocado pelo relatório do Clube de Roma: “*Limits of Growth*”, a ONU pela primeira vez, propôs um evento para discutir as possibilidades e os limites entre desenvolvimento e meio ambiente<sup>30</sup>. O primeiro com tal preocupação foi a Founex que ocorreu em 1971 e realizado pelos mesmos organizadores de outro evento realizado no ano seguinte, mais precisamente de 5 a 16 de junho do ano de 1972, em Estocolmo, na Suécia; a “Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano”, também conhecida como “Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente”, patrocinada, principalmente pela *World Wild life Fundation* (WWF). E, desde então, a dimensão do meio ambiente foi posta na agenda internacional e outros eventos de mesma natureza foram sendo criados<sup>31</sup> (SÃO PAULO, 1991; CORDANI; TAIOLI, s/d; FREITAS, 2004; BRUNACCI; PHILIPPI Jr., 2005; SACHS, 2009; MADEIRA, 2014).

Durante a preparação da “Conferência de Estocolmo” havia, entre os representantes, dois posicionamentos mais frequentes e distintos: os “*the*

---

<sup>30</sup>Contudo, ainda que sem grandes destaques, os primeiros estudos sobre “desenvolvimento” tiveram início já na década de 1950, “quando muitos territórios coloniais tornaram-se independentes”. Mas, foi na década seguinte, denominada pela ONU como a “Primeira Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento”, que as discussões sobre o desenvolvimento entraram efetivamente na agenda mundial (CORDANI; TAIOLI, s/d, p. 521).

<sup>31</sup> Ver Quadro 3.

*cornucopians*” e os “*doom sayers*”, ou seja, os “otimistas que previam abundância” e os “pessimistas e catastrofistas” (SACHS, 2009, p. 50-51).

Os “*the cornucopians*” pareciam não levar a sério as preocupações ambientais e acreditavam que elas eram perda de tempo, e que as atenções dos Estados deveriam estar voltadas aos esforços dos países em desenvolvimento atingirem a industrialização ao nível dos países desenvolvidos pois, caso o contrário, poderia haver um retrocesso desses países rumo ao progresso. A preocupação séria, para eles, deveria ser dada em termos de aceleração do crescimento industrial e econômico, ou seja, a continuidade e crescimento do progresso material das sociedades humanas. Com efeito, do lado oposto, estavam os “*doom sayers*” que, apostando na proposta do “crescimento zero”, mantinham uma visão apocalíptica e acreditavam em uma catástrofe iminente, na qual a espécie humana poderia desaparecer da face da Terra, caso o consumismo e o crescimento industrial insensato não fossem freados urgentemente. Para estes, que em grande parte eram *malthusianos*<sup>32</sup>, a perturbação do meio ambiente era causada, sobretudo pelo *boom* populacional, e ignoravam que, na verdade, a grande parte da população era dividida entre pobres e miseráveis, enquanto o grande poder de consumo estava concentrado nas mãos de uma minoria “privilegiada” para a qual a questão ambiental não era preocupação relevante (SACHS, 2009).

Mas, com a realização da Conferência, as duas posições foram descartadas. E surgiu, a partir das duas posições, a do “economicismo arrogante” e do “fundamentalismo ecológico” (SACHS, 2009, p. 52), uma terceira via: o

---

<sup>32</sup> “Malthusianos”: “*An Essay on the Principle of Population as it Affects the Future Improvement of Society, with Remarks on the Speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet and Other Writers*” (“Ensaio sobre o princípio de população e seus efeitos sobre o aperfeiçoamento futuro da sociedade, com observações sobre as especulações de Mr. Godwin, Mr. Condorcet e outros autores”) é a obra publicada por Robert Malthus (1766-1834), economista e demógrafo inglês, sobre sua teoria que ficou conhecida como “Malthusianismo”. Esta foi a primeira teoria populacional a relacionar o crescimento da população com a fome, afirmando a tendência do crescimento populacional em progressão geométrica, e do crescimento da oferta de alimentos em progressão aritmética. Já o “Neomalthusianismo”, surgido ao fim da primeira metade do século XX, em resposta a acelerada explosão demográfica mundial algum tempo após o final da Segunda Grande Guerra (1939-1945), é um retorno às teorias de Malthus, com pequenas diferenças, sobretudo a defesa de métodos contraceptivos para reduzir o crescimento populacional, especialmente nos países subdesenvolvidos, também defendiam e ajudaram a difundir o uso de pílulas anticoncepcionais para mulheres e a política do planejamento familiar, entre outros (ALVES, 2002).

“ecodesenvolvimento”, uma “alternativa média”<sup>33</sup> (JACOBI, 2007; SACHS, 2009) onde:

O crescimento econômico ainda se fazia necessário. Mas ele deveria ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória do capital da natureza ao PIB. A rejeição ao *crescimento zero* foi ditada por óbvias razões sociais. Dadas as disparidades de receitas entre nações e no interior delas, a suspensão do crescimento estava fora de questão [...] a conservação da biodiversidade não pode ser equacionada com a opção do *não-uso* dos recursos naturais precípuos [...] Por importante que seja, a instituição das reservas naturais é apenas um instrumento das estratégias de conservação. O conceito de reservas de biodiversidade da UNESCO-MAB nasceu da compreensão de que a conservação da biodiversidade deve estar em harmonia com as necessidades dos *povos do ecossistema*. (SACHS, 2009, p. 52).

O canadense Maurice Strong, secretário geral da Conferência-72, foi quem introduziu, pela primeira vez, o termo ecodesenvolvimento para se referir à possibilidade de um desenvolvimento aliado ao meio ambiente em benefício das populações locais, na tentativa de que a preservação da biodiversidade fosse incorporada como um elemento estratégico para o desenvolvimento. E, a partir de 1974, o termo começou a ser difundido amplamente por Sachs (MONTIBELLER-FILHO, 2008).

A ênfase daquela Conferência situou-se na defesa do “meio ambiente humano”, e as discussões giraram em torno de um problema global amplo: “os ditames do modelo de desenvolvimento econômico [de cunho predatório] dos países do Primeiro Mundo”. (BRUNACCI; PHILIPPI Jr., 2005). Segundo os autores, tomando como referência o trabalho de Coimbra (2002), das constatações daquele evento, há uma especialmente importante advinda como contraponto ao confronto entre os países industrializados e desenvolvidos economicamente pelo “controle sobre os efeitos da poluição ambiental e exploração dos recursos naturais”, cuja intenção era controlar e submeter aos seus interesses as “perspectivas de ajuda financeira, de comércio e de crescimento econômico dos países do Terceiro Mundo”, a saber: “os problemas

---

<sup>33</sup> Segundo Sachs (2009), o paradigma do “caminho do meio”, neste caso, foi originado no encontro de Estocolmo e serviu de inspiração para o relatório *What Now* (1975). Este paradigma trata da possibilidade de uma outra via, de um desenvolvimento que seja endógeno, auto-suficiente e que caminhe em direção às necessidades (em lugar de direcionado pelo mercado) “em harmonia com a natureza e aberto às mudanças institucionais” (p. 54).

ambientais não podem ser colocados da mesma maneira entre os dois grupos de países, pois contra o ecologismo estético dos ricos levanta-se a miséria dos pobres [...]” (COIMBRA, 2002, p. 47; BRUNACCI; PHILIPPI Jr., 2005, p. 258).

De acordo com Lima (2003), naquela ocasião,

[...] os países pobres defendiam suas necessidades de desenvolvimento e de superação da crise social como uma demanda mais relevante que a preservação ambiental, enquanto os países ricos priorizavam a manutenção de seus níveis de crescimento econômico e padrões de consumo. Grosso modo, os países pobres responsabilizavam os países ricos pela maior parte da degradação global, promovida por um modelo predatório de crescimento, e transferia para eles as iniciativas e os investimentos necessários à sustentabilidade. Os países ricos, por sua vez, viam o crescimento populacional e a poluição gerada pela pobreza como os motivos principais do problema e resistiam a todas as sugestões que pudessem representar limites à sua expansão. (LIMA, 2003, p. 104).

Quanto à delegação brasileira presente na Conferência de 1972 esta contava, de um lado, com a presença de profissionais de órgãos ambientais e militantes do movimento ambientalista brasileiro e, de outro, representantes do Governo (militar e paternalista) da época que, inclusive, escandalizaram os participantes com o discurso de que em vias de um desenvolvimento econômico vale tudo, inclusive desrespeitar restrições e ignorar cuidados com o meio ambiente.<sup>34</sup>

Em linhas gerais, dos acordos e decisões daquela Conferência, destacamos a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Pnuma, e as conclusões sobre os “limites da racionalidade econômica” e a necessidade de uma “racionalidade ambiental” (LEFF, 2001), o que parece ter sido os primeiros movimentos mais evidentes rumo à ideia de DS. Entretanto, foi somente a partir da década de 80 do século XX, em plena emergência das políticas neoliberais<sup>35</sup>(ALVES, 2007), que houve a junção entre os termos “desenvolvimento” e “sustentabilidade”, no qual o setor empresarial testemunhando o crescente discurso verde que começava a

---

<sup>34</sup> “Vamos à poluição!” Frase atribuída ao ministro do Planejamento do governo de Emílio Garrastazu Médici, João Paulo dos Reis Velloso. (BRUNACCI; PHILIPPI Jr., 2005).

<sup>35</sup>Na América Latina o discurso do neoliberalismo chegou no início dos anos de 1970, primeiramente no Chile com o General Pinochet. Outros países latino-americanos foram, posteriormente, aderindo ao discurso neoliberal: no México com Salinas, com Menem na Argentina, com Carlos Andrés Perez na Venezuela e, em 1990, no Peru com Fujimori. No Brasil o Neoliberalismo ganhou evidência, sobretudo, a partir do governo Collor, na década de 1990, sendo adotado abertamente e reforçado nos dois governos consecutivos do presidente Fernando Henrique Cardoso. (LAYRARGUES; LIMA, 2014; MARIANI, 2007).

ser difundido na sociedade, engendrado pelo despertar da consciência ecológica a nível global, resolveu se aliar aos governos e investir fortemente naquilo que viam como um promissor “mercado verde”: a junção entre “desenvolvimento” e “meio ambiente” (LEFF, 2001; BRUNACCI; PHILIPPI Jr., 2005).

Naquele momento então começava a ser disseminada a noção de “desenvolvimento sustentável” (MADEIRA, 2014) que parece ser derivada da expressão anglo-saxônica *sustainable development*, empregada pela primeira vez pela União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN) em 1986, na “Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento”, que ocorreu em Otawa no Canadá. “A tradução oficial francesa para o conceito é *développement durable*, equivalendo em português a ‘desenvolvimento durável’ e bastante próximo ao sustentável” (GODARD, 1994; MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 54).

Mais precisamente, foi no ano de 1984 que, a pedido do secretário-geral das Nações Unidas, Jim Mac Neill, físico, matemático e economista que também foi diretor de Meio Ambiente da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento econômico – OCDE -, foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou CMMAD, para “[...] avaliar os avanços dos processos de degradação ambiental e a eficácia das políticas ambientais para enfrentá-los” (LEFF, 2001, p. 19). Esta comissão, presidida pela Primeira Ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland<sup>36</sup>, trabalhou durante três anos na tentativa de pensar caminhos seguros pelos quais as atividades humanas pudessem ser desenvolvidas com menor impacto aos recursos naturais, para ser aplicável globalmente. Eles buscavam, de acordo com Leff (2001):

---

<sup>36</sup> Para a Comissão foram escolhidos representantes dos cinco continentes, dos quais o que teve menor representatividade foi a Oceania, com apenas a Indonésia, país que é considerado um país transcontinental, pois está localizada entre a Ásia e a Oceania. Os membros da “Comissão Brundtland” foram: Susanna Angnelli (Itália), Saleh A. Al-Athel (Arábia Saudita), Bernard Chidzero (Zimbábue), Lamine Mohammed Fadika (Costa do Marfim), VolkerHauff (República Federal da Alemanha), Istvan Lang (Hungria), MaShijun (República Popular da China), Margarita Marino de Botero (Colômbia), Nagendra Singh (Índia), SaburoOkita (Japão), Shridath S. Ramphal (Guiana), William D. Ruckelshaus (EUA), Mohamed Sahnoun (Argélia), Emil Salim (Indonésia), BukarShaib (Nigéria), Vladimir Sokolov (URSS), Janez Stanovnik (Iugoslávia), Maurice Strong (Canadá) e o brasileiro Paulo Nogueira Neto. Além da já citada presidente da Comissão, a primeira ministra norueguesa, à época, Gro Harlem Brundtland e o vice-presidente Mansour Khalid do Sudão (BRUNDTLAND, 1991).

[...] um terreno comum onde propor uma política de consenso, capaz de dissolver as diferentes visões e interesses de países, povos e classes sociais, que plasmam o campo conflitivo do desenvolvimento. Assim começou a configurar-se uma estratégia política para a sustentabilidade ecológica do processo de globalização e como condição para a sobrevivência do gênero humano, através do esforço compartilhado de todas as nações do orbe. (LEFF, 2001, p. 19).

Houve, segundo consta no relatório, a tentativa de que o documento fosse constituído por meio de um processo democrático e de participação social efetiva, o que incluiu ouvir não somente líderes de governo e especialistas, mas também os não especialistas. Sobre isso, de acordo com o próprio Relatório:

Viajamos pelo mundo durante quase três anos, ouvindo as pessoas. Em audiências públicas especiais organizadas pela Comissão, ouvimos líderes governamentais, cientistas e especialistas, ouvimos grupos de cidadãos envolvidos em várias questões ligadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento, e ouvimos milhares de pessoas – agricultores, favelados, jovens, industriais, e povos indígenas e tribais. Encontramos em toda parte uma grande preocupação com o meio ambiente, que não só levou a protestos como também, com frequência, gerou mudanças. O desafio que se apresenta é garantir que esses novos valores se reflitam melhor nos princípios e no funcionamento das estruturas políticas e econômicas (BRUNDTLAND, 1991, p. 30).

A partir do ano de 1987, o conceito de ecodesenvolvimento abriu espaço para a nova forma, e o termo DS começava a ganhar a adesão mundial, sobretudo com a publicação das conclusões da CMMAD, com o lema “Uma agenda global para a mudança”. Segundo Leff (2001)

[...] as estratégias de poder da ordem econômica dominante foram transformando o discurso ambiental crítico, submetendo-o aos ditames da globalização econômica. [...] O ambiente foi caindo nas malhas do poder do discurso do crescimento sustentável. (p. 18-19).

Para Vieira (2001), “[...] a passagem do termo Ecodesenvolvimento para Desenvolvimento Sustentável não ocorreu por razões semânticas, mas ideológicas”. O que, segundo o autor, “[...] pode ser explicado pelo fato de que tais denominações refletiam conotações supostamente menos radicais em termos ideológicos [...]” (p.55).

Desta forma percebemos que, de acordo com Cunha nem mesmo “[...] toda a evidência científica da crise ecológica, sempre coletada *post festum*, parece ser capaz de parar a dinâmica destrutiva do capital, mostrando em grau caricatural a inutilidade do conhecimento sem uso [...]” (CUNHA, 2015, p. 87-88).

No conceito de ecodesenvolvimento, que Sachs disseminou com afinco em suas obras, a característica básica era sua “estratégia multidimensional”, ou seja, tratava-se de uma proposta de articulação entre o desenvolvimento e justiça econômica, preservação do meio ambiente e participação social. Na perspectiva de Sachs, o ecodesenvolvimento deveria caminhar no sentido de um compromisso para a emancipação do ambiente natural e dos seres humanos e as diferentes culturas dos diferentes povos, sobretudo os povos marginalizados e os países menos desenvolvidos, da dominação das políticas dos países ricos responsáveis por promoverem as mudanças sociais (SACHS, 1986; LIMA, 2003). Ou seja, tratava-se de uma tentativa de conciliar aspectos econômicos, ecológicos, políticos, sociais e culturais. Segundo Lima (2003), o compromisso da proposta de Sachs era com a justiça social, com o compromisso de combater as desigualdades e lutar pelos direitos dos países menos favorecidos. Por outro lado, a CMMAD:

[...] embora apoiada em muitas das idéias apontadas por Sachs, chegou a um resultado qualitativamente diferente, ao esvaziar o conteúdo emancipador do Ecodesenvolvimento, que representava, talvez, sua marca mais inovadora. Assim, embora alguns elementos da síntese de Sachs permanecessem constantes, como a idéia de articular crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social, as prioridades e os arranjos resultaram bem diversos. Ao contrário do Ecodesenvolvimento, a Comissão ressaltava uma ênfase econômica e tecnológica e uma tônica conciliadora que tendia a despolitizar a proposta de Sachs. (LIMA, 2003).

De acordo com Tamaio (2007), a partir de Layrargues (1997):

Enquanto ecodesenvolvimento alerta para o risco da crença absoluta na tecnologia moderna e prioriza a emergência de tecnologias locais, o desenvolvimento sustentável defende o potencial da tecnologia moderna, propondo a transferência desta como forma de ajuda aos países pobres. Enquanto o ecodesenvolvimento propõe limites à livre atuação do mercado, o desenvolvimento sustentável constata que o enfrentamento e a solução dos graves problemas ambientais perpassam a instauração do mercado de forma global. (p.81).

As conclusões daquela Comissão (CMMAD) foram publicadas por meio de um relatório com o título “*Our Common Future*” (“Nosso futuro comum”) ou simplesmente “Informe Brundtland”, no qual o conceito de DS é apresentado e definido pelo princípio da “transgeracionalidade”<sup>37</sup> (FREITAS, 2004, p. 548), ou seja: “desenvolvimento que

---

<sup>37</sup> Para se referir ao princípio da “transgeracionalidade”, Papa Francisco em sua Carta Encíclica, intitulada “Sobre o Cuidado da Casa Comum”, emprega a expressão “solidariedade intergeracional” (PAPA FRANCISCO, 2013, p. 122).

responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades”.<sup>38</sup> (CORDANI; TAIOLI, s/d; BRUNDTLAND, 1991; LEFF, 2001; SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014; MONTIBELLER-FILHO, 2008; SATRANGE; BAYLEY, 2008; MADEIRA, 2014). Ou, exatamente como está escrito no documento:

**O desenvolvimento sustentável procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro.** Longe de querer que cesse o crescimento econômico, reconhece que os problemas ligados à pobreza e ao subdesenvolvimento só podem ser resolvidos se houver uma nova era de crescimento no qual os países desenvolvidos desempenhem um papel importante e colham grandes benefícios. (BRUNDTLAND, 1991, p. 44, grifo nosso).

No entanto, a pressão dos setores econômicos foi muito grande e o próprio Relatório reconhece limites para o princípio da “transgeracionalidade”, ressaltando que o princípio mais importante das próximas décadas é, sobretudo, “acelerar o crescimento econômico” (FREITAS, 2004, p. 549). E, para que se acelerasse o crescimento econômico, a fim de “manter o desenvolvimento econômico”, seria preciso identificar as causas da degradação ambiental, “conceber novos métodos de administrar os recursos ambientais e manter o desenvolvimento humano” (BRUNDTLAND, 1991, p. 30). Diante disso, entende-se que o conceito do DS globalizado seria o “novo método de administrar os recursos ambientais e manter o desenvolvimento humano”, bem como a suposta causa da degradação ambiental, de acordo com o documento, seriam, sobretudo o crescimento populacional e a pobreza.

O desgaste do meio ambiente foi com frequência considerado o resultado da crescente demanda de recursos escassos e da poluição causada pela melhoria do padrão de vida dos relativamente ricos. Mas, a própria pobreza polui o meio ambiente, criando outro tipo de desgaste ambiental. Para sobreviver, os pobres e os famintos muitas vezes destroem seu próprio meio ambiente: derrubam florestas, permitem o pastoreio excessivo, exaurem as terras marginais e acorrem em número cada vez maior para as cidades já congestionadas. O efeito cumulativo dessas mudanças chega a ponto de fazer da própria pobreza **um dos maiores flagelos do mundo.** (BRUNDTLAND, 1991, p. 30, grifo nosso).

A atribuição do desgaste ambiental à pobreza trazida pelo documento foi muito criticada por vários autores do campo ambiental e da economia, dentre os quais há

---

<sup>38</sup> “Esta definição se tornou clássica” e emblemática na bibliografia concernente ao tema (BOFF, 2012, p. 34).

que se destacar o economista Ignacy Sachs, um dos maiores críticos do conceito de DS proposto pela CMMAD. Contudo, ainda que com muitas ressalvas, tempo depois, o próprio Sachs aderiu ao conceito de DS, escreveu e orientou vários trabalhos sobre o tema.

“O Informe Brundtland acenou para a urgência de voltar a considerar nossas formas de vida e de governar [...]” (SATRANGE; BAYLEY, 2008, tradução nossa), contudo, para isso, acenou para a grande importância da adesão das multinacionais e dos diferentes governos para a viabilização e consolidação do DS, adesão esta que não demora a acontecer e se solidificar, pois

Para os governos, é uma forma de tentar cumprir acordos internacionais e dar respostas às crescentes pressões internas e externas, no sentido de minimizar a degradação do meio ambiente. Para as empresas, representa uma nova alternativa na obtenção de lucro, e uma forma de aparecerem como socialmente responsáveis. (MADEIRA, 2014, p. 20).

Para Azevedo (2008), falar de preocupação com as “gerações futuras”, para a política neoliberal, a qual tem a característica de pensar tudo em curto prazo e no “ganho imediato”, só faz sentido quando o que se quer preservar, de fato, são o crescimento econômico e a expansão mercadológica. Pois, nessa conjuntura

**Tudo é pensado a curto prazo, na busca do ganho imediato no menor tempo possível, sem consideração à dignidade humana.** Nessa modernidade novecentista, impera a lógica econômico-financeira e indiferente à finitude dos recursos planetários indispensáveis à vida. Impera o mercado. (AZEVEDO, 2008, p. 56, grifo nosso).

Segundo John Elkington (1994), criador da ONG *SustainAbility*, o DS proposto pelo “Relatório Brundtland” se constitui a partir de três bases fundamentais, o “*Triple Bottom Line*” (a linha dos três pilares). Elkington (1994), acreditava que o DS deveria ser “economicamente viável”, “socialmente justo” e “ambientalmente correto”, elucidados nos chamados “3 Ps” do DS: *Profit* (produto, lucro), *People* (pessoas), *Planet* (planeta) ou pela chamada “pirâmide do desenvolvimento sustentável”, ou “pirâmide da sustentabilidade” (ELKINGTON, 1994; BOFF, 2012; SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014), na qual vemos a “eficiência econômica”, não por acaso, no topo da pirâmide (Figura 2):

**Figura 2:** Pirâmide do desenvolvimento sustentável (*“Triple Bottom Line”*).



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2015), baseado em Elkington (1994).

Segundo Veiga (2013),

Essa operação “três pilares” tornou um possível truque: afirmar que o meio ambiente não passaria de um terço do desenvolvimento sustentável, em vez de reforçar o entendimento do meio ambiente como base e condição material – biogeofísica – de qualquer possibilidade de desenvolvimento humano; e, o que é pior, em vez de promover a necessidade de integração de todas as dimensões envolvidas na questão. (p. 110).

Para Sachs (2004), o grande perigo relacionado ao conceito de DS proposto pelo Relatório Brundtland o que, inclusive, é justamente a grande marca que o diferencia da proposta anterior, ou seja, do ecodesenvolvimento, reside no fato de que seus preceitos são pautados no “desenvolvimento econômico a qualquer custo”, o que para Sachs representaria o maior equívoco referente ao conceito criado pela “Comissão Brundtland” (LIMA, 2003; SACHS, 2004; SACHS, 2009).

Sachs (2009) defendia que um desenvolvimento que fosse sustentável deveria obedecer aos diferentes “critérios de sustentabilidade”, que são: “sustentabilidade social”, “sustentabilidade cultural”, “sustentabilidade ecológica”, “sustentabilidade ambiental”, “sustentabilidade territorial”, “sustentabilidade econômica”, “sustentabilidade política (nacional)” e “sustentabilidade política (internacional)” (SACHS, 2009), que respectivamente significam:

- 1. Social:**
  - alcance de um patamar razoável de homogeneidade social;
  - distribuição de renda justa;
  - emprego pleno e/ou autônomo com a qualidade de vida decente;
  - igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.
- 2. Cultural:**
  - mudanças no interior da comunidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação);
  - capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas);
  - autoconfiança combinada com abertura para o mundo.
- 3. Ecológica:**
  - preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis;
  - limitar o uso dos recursos não-renováveis;
- 4. Ambiental:**
  - respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais;
- 5. Territorial:**
  - configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público);
  - melhoria do ambiente urbano;
  - superação das disparidades inter-regionais;
  - estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo codesenvolvimento).
- 6. Econômico:**
  - desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado;
  - segurança alimentar;
  - capacidade de modernização contínua dos instrumentos de reprodução; razoável nível de autonomia da pesquisa científica e tecnológica;
  - inserção soberana na economia internacional.
- 7. Política (nacional):**
  - democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos;
  - desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores;
  - um nível razoável de coesão social.
- 8. Política (internacional):**
  - eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional;
  - um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco);
  - controle interinstitucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios;
  - controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade;

- sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica internacional e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade. (SACHS, 2009, p. 85, 86, 87, 88).

Para Tamaio (2007), o conceito de DS toma distância do conceito do qual foi derivado no momento em que se aparta da crítica ao modelo hegemônico que o ecodesenvolvimento propunha fundamentalmente.

O “Relatório Brundtland”, como um todo, está carregado de “ambiguidades” e, segundo Freitas (2004), apoiado em Fien e Tilbury (2002), talvez por isso mesmo tenha sido implementado e continua sendo utilizado como referência até os dias atuais. Ou seja, as “ambiguidades” do conceito parecem ser propositais.

De acordo com Lima (2003), só pela “contradição semântica” que há no termo DS presente no Relatório já permitiria, por si só, “[...] uma pluralidade de leituras que oscilam, desde um sentido avançado de desenvolvimento, associado à justiça socioambiental e renovação ética, até uma perspectiva conservadora de crescimento econômico ao qual se acrescentou uma variável ecológica” (LIMA, 2003, p. 105).

Todavia, Freitas (2004) apoiado no trabalho de Luffiego Garcia e Vergara (2000), acredita que a “ambiguidade” maior do conceito de DS

[...] reside em que, ao mesmo tempo em que se aceita a existência de limites aos modos de vida que não sejam compatíveis com os princípios ecológicos, mantém-se a crença no crescimento ou desenvolvimento [econômico] (...) para satisfazer as necessidades humanas. (p. 549).

Deste modo, para se pensar em estratégias sólidas para o difícil entrelaçamento entre ecologia e economia (o que parece ser, segundo Brunacci e Philippi Jr., 2005, a crítica principal feita ao conceito de DS), criou-se um evento específico, a “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro de 3 a 14 de julho de 1992, a “Rio-92” (ou “Eco-92”) (SAUVÉ, 1997), conhecida também como a “Cúpula da Terra” (BOFF, 2012). Das Declarações daquela Conferência, as duas mais conhecidas foram a “Agenda 21: Programa de Ação Global”<sup>39</sup> e a “Carta do Rio de Janeiro”<sup>40</sup>, sendo que

<sup>39</sup> A “Agenda 21: Programa de Ação Global” é um documento elaborado e aprovado na Rio-92 com diretrizes concernentes ao desenvolvimento econômico e social, baseadas no princípio da sustentabilidade e que devem ser seguidas globalmente.

<sup>40</sup> Está escrito na Carta do Rio de Janeiro: “[...] todos os Estados e todos os indivíduos devem como requisito indispensável para o *desenvolvimento sustentável* cooperar na tarefa

a principal delas é a “Agenda 21”, documento que consagrou de vez o emprego do conceito de DS, sobretudo por colocar o ser humano como a preocupação fundamental deste conceito. Está escrito naquela declaração: “Os seres humanos constituem o centro da preocupação do desenvolvimento sustentável” (BRUNACCI; PHILIPPI Jr., 2005; MONTIBELLER-FILHO, 2008).

Nesse sentido, a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo (1994), fundamentada nos preceitos da “Agenda 21” declara que:

O desenvolvimento sustentável não é centrado na produção, mas nas pessoas. Elege como seu recurso básico a iniciativa criativa das pessoas e como objetivo fundamental o seu bem-estar material e espiritual. Em comunidades que funcionam bem, mesmo quando há pobreza, há também estratégias engenhosas de sobrevivência. O desenvolvimento centrado nas pessoas respeita essas estratégias e procura melhorar a capacidade das comunidades para resolverem seus próprios problemas. Sua premissa é de que as pessoas, quando não conseguem reconhecer suas próprias necessidades, ou estão degradando o seu ambiente, fazem-no por que deve haver obstáculos enormes impedindo-as de agirem mais efetivamente. [...] (SÃO PAULO, 1994, p. 63).

A “Agenda 21”, aprovada na Eco-92, é uma tentativa de retificação do conceito, sem, contudo, superar todas as suas ambiguidades. O mais importante a ser ponderado sobre aquele momento, é o fato de que a partir dali o tema passou por significativas reformulações como, por exemplo, a introdução dos termos “Desenvolvimento Humano” e “Desenvolvimento Humano Sustentável” junto ao DS (SAUVÉ, 1997; FREITAS, 2004; BRUNACCI; PHILIPPI Jr., 2005).

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo (1994), em uma publicação sobre EA, o DS deve ser um desenvolvimento “com” e “para” o ser humano, ou seja, buscado por meio de transformações sociais e com o intuito de preservar aquilo que este documento classifica como as “bases de toda riqueza” que, ao que parece, se referem aqueles elementos que garantem o desenvolvimento das sociedades humanas. Sobre estas “bases”:

---

essencial de erradicar a pobreza, de forma a reduzir as disparidades nos padrões de vida e melhor atender as necessidades da maioria da população do mundo”. E também “[...] os Estados devem cooperar, em um espírito de parceria global, para a conservação, proteção e restauração da saúde e da integridade dos ecossistemas terrestres; face às distintas contribuições para a degradação ambiental global, os Estados têm responsabilidades comuns, porém diferenciadas”. (BOFF, 2012, p. 35).

Há muitos argumentos na literatura econômica a respeito da base de toda riqueza, da única coisa sem a qual a atividade econômica não pode ocorrer. Os primeiros teóricos pensavam que a base de toda riqueza era a terra; Marx dizia que era o trabalho humano; os economistas capitalistas achavam que o capital é que permitia acontecer toda a produção [...] (SÃO PAULO, 1994, p. 52).

Ainda de acordo com essa publicação, existiriam na verdade dois tipos de “DS”, a saber: o “desenvolvimento ‘economicamente’ sustentável” que parte da ideia de preservação às “bases de toda riqueza” pela ótica capitalista, e o “desenvolvimento ‘socialmente’ sustentável” que, por sua vez, trata da preservação dessas “bases” segundo a ótica marxista. E estas duas formas de desenvolvimento se encontram ainda muito separadas e conflitantes, enquanto que, pela perspectiva constante no documento, deveriam estar imbricadas e serem complementares, pois

[...] O sistema produtivo requer tudo o que foi citado e também a terra, trabalho, capital, energia, tecnologia, crédito, habilidades, matérias-primas, água, gerenciamento, purificação natural e serviços de reciclagem ambiental. [...] Assim, pode-se dizer, com igual correção, que a fonte de toda riqueza é o trabalho, é o capital, é a energia ou os diferentes materiais da Terra [recursos naturais]. (SÃO PAULO, 1994, p. 52).

E completa defendendo a ideia de que o DS seria então a preservação e otimização de tudo o que promove o sistema produtivo.

Mas, ainda no que se refere às “bases de toda riqueza”, ou seja, aos elementos que suprem as necessidades humanas, precisamos, de antemão, atentarmos para o fato de que necessidades não devem ser vistas apenas como necessidades materiais ou biológicas, mas também há que se levar em consideração a existência de “necessidades simbólicas” como, por exemplo, econômicas e culturais (LOUREIRO, 2012; NASCIMENTO, 2012). Com vistas às chamadas necessidades humanas é que foram sugeridas, ao longo dos muitos eventos da ONU que discutiram o tema, os preceitos (bases) fundamentais que sustentam o DS, conhecidos por alguns autores como “dimensões do DS” (NASCIMENTO, 2012), ou seja, a dimensão econômica, social e ambiental, como já mencionado anteriormente. Entretanto, alguns autores apontam para a necessidade de considerarmos algumas outras como, por exemplo, as dimensões cultural e política (SACHS, 2007; NASCIMENTO, 2012) e, ainda, há que se fazer menção, à duas outras dimensões que Boff (2012) classificou como

“dimensão psicológica” e, fazendo referência a obra do Biólogo Edward O. Wilson<sup>41</sup>, o que ele chamou de “dimensão espiritual”.

Porém, em uma sociedade capitalista, ou seja, que prima pelos interesses econômicos acima dos demais, o desafio de colocar em igual valor todas as “outras” dimensões e possibilidades do DS se apresenta como um dos grandes enfrentamentos relativos ao tema (SACHS, 2007; NASCIMENTO, 2012).

Dois pontos importantes, identificados por Loureiro (2012), em relação à apropriação do conceito de sustentabilidade pela conjuntura político-econômica do capitalismo, se concentram principalmente nos seguintes aspectos: o primeiro é o de levar em consideração a dinâmica ecológica e reconhecer que qualquer atividade social tem total relação de dependência para com ela e, o segundo aspecto, é o de pensar em um desenvolvimento duradouro e que preze pelo bem estar do outro que ainda nem chegou a existir, contrapondo o individualismo e imediatismo característicos do capitalismo.

Todavia, o grande paradigma do DS persiste: Qual o real significado e importância da palavra “desenvolvimento” em uma conjuntura de economia capitalista?

Por isso, a partir do que foi visto até o presente momento, outras perguntas poderiam ser feitas e, nesse sentido, resgatando as indagações feitas anteriormente por Sampaio e Guimarães (2012):

[Há] possibilidades de fuga, ruptura, subversão que podem se efetuar no que estamos definindo como o dispositivo da sustentabilidade. Por se tratar de um dispositivo recente, cujo emaranhado de linhas forma uma rede que apenas começamos a vislumbrar, vale perguntar: que outras modulações podem derivar de suas linhas? Isto é, que outras imagens e enunciados podem ser produzidos sobre sustentabilidade nos nossos dias além destes que foram aqui expostos? [...] (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2012, p. 405).

Nesse sentido, alguns autores defendem que há um grande abismo entre os conceitos de “desenvolvimento econômico sustentável” (crescimento econômico) e “desenvolvimento humano [ou socialmente] sustentável” (justiça social), mas que

---

<sup>41</sup> Segundo Boff (2012), a obra de Edward O. Wilson: “A Criação: como salvar a vida na Terra”, sugere que o conhecimento científico se ligue ao conhecimento religioso e que, somente com essa ligação, da espiritualidade e da razão, é que poderemos caminhar a passos mais firmes rumo à salvação do Planeta e da espécie humana.

poderia encontrar elementos para uma possível superação de suas diferenças no conceito de “desenvolvimento comunitário (ou local) sustentável”. Este conceito parte, fundamentalmente, da crítica à globalização (FIEN; TILBURY 2002 apud FREITAS, 2004). As principais características de cada um destes conceitos estão apresentadas no quadro 2.

**Quadro 2:** Conceito de DS: Confronto de tendências e possível superação. Freitas (2004), com base em Fien e Tilbury (2002).

<b>Crescimento Econômico Sustentável</b>	<b>Desenvolvimento Comunitário (Local) Sustentável</b>	<b>Desenvolvimento Humano Sustentável</b>
<b>Relatório Brundtland</b>		<b>Eco-92</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Antropocêntrico;</li> <li>■ Não inclui a ideia de grandes transformações econômicas e sociais;</li> <li>■ De vocação utilitarista e instrumental;</li> <li>■ Valoriza instrumentos tecnológicos e econômicos clássicos, e acordos globais negociados, no âmbito do atual <i>status quo</i> político.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Geo-anthropocêntrico;</li> <li>■ Flexível, construído nas comunidades locais, inclui a ideia de transformações locais, como contributo para transformações globais;</li> <li>■ Valoriza a capacitação local para a participação e, como tal, a educação na construção de novas realidades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>■ Geocêntrico;<sup>42</sup></li> <li>■ Inclui a ideia de transformação dos recursos econômicos e sociais;</li> <li>■ De vocação global estruturante;</li> <li>■ Valoriza profundas mudanças nas tecnologias e nos instrumentos econômicos e uma revolução nas políticas clássicas.</li> </ul>

Em relação aos demais eventos da ONU que trataram de temas relacionados ao DS, é válido destacar a “Rio+5” que ocorreu em 1997 na cidade do Rio de Janeiro na qual, de acordo com Boff, (2012), constatou-se a “falácia” das Declarações da “Rio-

<sup>42</sup> Cumpre destacar que, conforme visto anteriormente, alguns autores como, por exemplo, Godoy (2008) e Cunha (2015), afirmam que atualmente vivemos uma “**nova era geológica**” do Planeta Terra, na qual o homem acredita ter o controle dos ciclos biogeoquímicos. De acordo com artigo da “Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)” (2016), nessa nova era geológica chamada “Antropoceno”: “[...] o meio ambiente deixa de ser estável, mero pano de fundo dos dramas humanos, para tornar-se instável [...]” (p. 1-2). O “Antropoceno”, termo cunhado pelo cientista holandês Paul Crutzen (1933-), “[...] pode entrar em breve na Escala de Tempo Geológico oficial. Suas mudanças mais radicais ocorrem por obra de seus habitantes, os seres humanos. É isso que o caracteriza. [...]” (p. 1). No referido artigo, discute-se “[...] até que ponto nós, os terráqueos, levaremos o antropoceno [pretensiosamente] para o espaço exterior – o que já pode estar acontecendo”. (p. 1).

92”, sobretudo no que diz respeito aos princípios trazidos na “Carta do Rio de Janeiro”. E, cinco anos mais tarde, em 2002, um ano depois dos ataques às “torres gêmeas” do *World Trade Center* nos EUA, ocorreu um novo evento oficial, a “Cúpula da Terra sobre a Sustentabilidade e Desenvolvimento”, ou “Conferência de Johannesburgo”, com a justificativa de ter sido um desdobramento das constatações do evento de 1997 e, por isso, teria sido proposto para que fossem discutidas as considerações feitas nos eventos anteriores, no intento de encontrar novos caminhos para fortalecer a proposta do DS e redistribuir, de maneira mais democrática e justa, os papéis dos Estados na implementação dos preceitos do DS. Naquela Conferência também se discutiu a respeito de questões concernentes ao tema Aids e, é importante que se ressalte, que a “Conferência de Johannesburgo” se destacou também pelo protagonismo que as mulheres assumiram naquela ocasião.

Entretanto, alguns autores entendem que, de maneira geral, o que se observou naquela ocasião foi uma grande disputa de interesses econômicos corporativos. Tratou-se também, na “Conferência de Johannesburgo”, a questão do “terrorismo” internacional. Após aquele episódio, foi somente no ano de 2012 que a ONU realizou, novamente no Rio de Janeiro, outro evento de dimensão internacional, talvez o maior evento ambiental de que se tem notícia, conhecido como “Rio+20”, para rediscutir as propostas do DS e os resultados alcançados referentes aos eventos anteriores (MADEIRA, 2014).

No que diz respeito às críticas feitas à “Conferência de Johannesburgo”, também conhecida como “Rio+10”, não são todos os autores que concordam com os argumentos usados nessas críticas, as quais partiram não somente de pesquisadores do campo ambiental, mas também, e em grande número, das reportagens que circularam na ocasião do evento nos principais jornais brasileiros. Reigota (2006), que esteve presente no evento, comenta algumas chamadas jornalísticas da época:

Quando voltei de Johannesburgo, minhas alunas falavam da Rio+10, em consonância com o que haviam visto na televisão ou lido nos jornais e seminários. De forma geral a ideia era de que a Rio+10 havia sido um fracasso. Li alguns dos principais jornais brasileiros publicados na minha ausência e as chamadas eram: ‘País teme que Rio+10 se desvie dos objetivos’, ‘Sairão da Rio+10 propostas concretas?’, ‘Fórum Global começa com pouco público’, ‘Cúpula frustrante’, ‘Delegados discutem questões controversas’, ‘O futuro da Terra nas mãos do seu maior predador’, ‘Secretário da Rio+10 quer resultado imediato’, ‘Rio+10 testa poder da ONU de resolver riscos globais’, ‘Cúpula coloca à prova a eficiência da ONU’, ‘Comércio e ambiente se chocam na Rio+10’, ‘Johannesburgo recicla metas’,

‘Apelo e vaias a Powell marcam fim da Rio+10’, ‘Cúpula termina com compromisso vagos’, ‘Rio+10 termina com promessas e frustrações’, ‘Vaias, protestos. Colin Powell tentando falar’, ‘Cúpula mundial termina em decepção’, ‘Energia nuclear pode ser aceita como limpa’. (REIGOTA, 2006, p. 139-140).

A posição do autor está na contramão das notícias que circulavam nos noticiários da época, acerca do evento, o qual é entendido por Reigota (2006) como um acontecimento de grande importância política e popular. De acordo com o autor:

As minhas observações com relação a Rio+10 eram bem diferentes. Não considero a Rio+10 um fracasso, pois a sua realização após o atentado de 11 de setembro e na África do Sul já era digno de méritos. Talvez a Rio+10 tenha sido o último momento de credibilidade tentado pela ONU. A realização da mesma na África do Sul possibilitou a participação de inúmeros militantes do continente, evidenciando os seus conflitos cada vez mais sangrentos, miseráveis e esquecidos, assim como a resistência e possibilidades de luta dos anônimos. (REIGOTA, 2006, p. 140).

O autor chama atenção para as perspectivas políticas motivadas pelo evento, tais como os “novos sujeitos e temas” que ganharam visibilidade e as “novas redes” estabelecidas. E, ainda sob o ponto de vista de Reigota (2006), a Rio+10 também possibilitou que “encontros fugidios evidenciassem alternativas e provocassem questionamentos nos mais diversos espaços e locais [...]” (REIGOTA, 2006, p. 156).

Contudo, o autor não deixa de fazer sérias críticas à ONU e à falta de seriedade dos governos das nações hegemônicas na temática ambiental, demonstrando a ingenuidade dos que ainda creem na legitimidade do papel destes. Mas, especificamente em relação à Rio+10, o autor ressalta a sua importância no sentido de que teria trazido “[...] novos elementos que merecem ser analisados com mais calma e profundidade”. Ainda de acordo com o autor:

**Para os que ainda acreditavam no papel da ONU e na seriedade e interesse dos governos dos países hegemônicos na questão ambiental, evidentemente, a frustração só poderia ser enorme. Para os que pesquisam sobre a intervenção dos sujeitos da história e dos movimentos sociais e organizações locais com aliados e ramificações internacionais, a Rio+10 trazia novos elementos que merecem ser analisados com mais calma e profundidade.** (REIGOTA, 2006, p. 140, grifo nosso).

A relação dos eventos ambientais mais importantes, relativos ao DS, realizados pela ONU e suas principais propostas, estão explicitados no quadro 3.

**Quadro 3:** Eventos de maior abrangência concernentes ao conceito de DS, organizados pela ONU.

ANO	Eventos/resultados
1972	Conferência Sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (Suécia): criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).
1983	Formação, pela ONU, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), encarregada de estudos sobre as possibilidades de cooperação entre países e de formas adequadas de a comunidade internacional lidar com as questões ambientais.
1987	Apresentação do relatório da CMMAD, intitulado “Nosso futuro comum”. De acordo com este, DS é aquele capaz de atender as “necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também as suas” (Brundtland, 1991, p. 9).
1992	Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rio-92): elaboração e aprovação de muitos documentos importantes, dentre eles a “Agenda 21”, documento no qual constam diretrizes relacionadas a problemas ambientais e econômicos, conservação e gestão de recursos e fortalecimento de Organizações Sociais.
1997	Protocolo de Kyoto: compromisso de países industrializados reduzirem emissões de gases do efeito estufa, até 2012.
2002	Cúpula sobre DS, em Johannesburgo (Rio+10): “Declaração do Milênio”, com 18 metas e 48 indicadores relativos ao uso da natureza; recomendação de parcerias público-privadas, como meio de favorecer a preservação ambiental.
2005	Lançamento da Avaliação Ecossistêmica do Milênio, baseada em convenções da ONU sobre o clima, biodiversidade, desertificação e áreas úmidas; Tratado de Kyoto, estabelecendo o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e a redução certificada de emissões (RCEs)
2012	Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20): “Governança global do meio ambiente”; reafirmação de princípios da Rio-92; formação de comissão para estudar alternativas de financiamento ao DS, a partir de 2014; estudos e acordos para estabelecer os objetivos universais de desenvolvimento sustentável, a partir de 2015; formação de comissão para propor alternativas de mediação do crescimento econômico sustentável.

**FONTES:** Madeira (2014).

Neste ponto, é válido ressaltar que, apesar dos esforços para se enfrentar a chamada “crise ambiental” e pensar em soluções coletivas para superá-la, os eventos ambientais oficiais se apresentam muitas vezes pautados na diplomacia entre os governos e nos acordos globais regidos por interesses econômicos (LOUREIRO, 2012), e ainda hoje, mais de quatro décadas após a “Conferência de Estocolmo”, evento conhecido como “Conferência sobre **Meio Ambiente Humano**”, não houve mudanças efetivas na visão utilitarista que os Estados e o mercado lidam com a natureza e, tampouco, houve superações significativas nas diferenças entre as

classes sociais, bem como não deixou de existir a exploração de mão de obra assalariada. Pelo contrário, a sociedade de consumo tem caminhado cada vez mais rumo ao seu apogeu, ao passo que, no extremo oposto e à margem desta crescente sociedade de consumo e ostentação, segundo os próprios números da ONU, apresentados por Loureiro (2012), “já passamos da impressionante marca de mais de 1 bilhão de famintos” em todo mundo, ou seja, de acordo com esse autor, todas as movimentações sociais em prol do meio ambiente e os eventos promovidos pela ONU, parecem não terem influenciado muito no sentido de assegurar a justiça, igualdade social e a dignidade individual das pessoas.

No tocante aos eventos oficiais, de acordo com Loureiro (2012), o caráter diagnóstico aparece como uma de suas marcas predominantes, ou seja, os eventos constatarem e “reconstatam” a crise, mas são frágeis no que se refere às propostas de soluções e ações concretas para o seu enfrentamento. E, ainda de acordo com esse autor, as decisões tomadas nesses eventos, as quais são dirigidas pelos Estados dos países desenvolvidos, de acordo com as demandas do mercado e com o apoio dos meios de comunicação<sup>43</sup>, continuam exaltando a tecnociência como a grande possibilidade de superação da crise incentivando e fomentando propostas genéricas e ilusórias como, por exemplo, a reciclagem.<sup>44</sup>

Contudo, apesar dos problemas enfrentados durante os eventos, como a dificuldade de diálogo devido aos diferentes interesses e aos jogos de poder que há entre alguns governos dos diversos países e corporações e a resistência de alguns países e setores em seguirem os princípios postulados em cada um desses eventos, no que diz respeito ao comprometimento com a melhoria na qualidade ambiental, ainda assim, há um “saldo positivo” acerca das Conferências da ONU, que precisamos levar em consideração, no sentido de que houve “[...] um crescimento de consciência

---

<sup>43</sup> Desde a sua origem, os meios de comunicação, sobretudo a mídia, exercem influência na opinião pública e são utilizados para a divulgação e promoção de ideias e ideais de instituições específicas. Burke (2002) explica que, já nos séculos XVI e XVII a imprensa escrita de Gutenberg era vista com otimismo e associada ao “progresso do conhecimento”, ou “*advancement of learning*”, segundo as palavras de Francis Bacon. Para citar um exemplo do uso tendencioso da mídia desde sua origem, Burke (2002) escreveu sobre o ocorrido na Suécia do século XVII, quando a Igreja protestante pretendeu usar a mídia impressa a seu favor, organizando uma “campanha de alfabetização visando estimular a leitura da Bíblia” (p. 2).

<sup>44</sup> Ver: “O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental” (LAYRARGUES; LIMA, 2002).

na humanidade concernente a questão ambiental [...]” (BOFF, 2012, p. 36), ou seja, percebe-se que após os vários eventos de repercussão mundial, houve um alargamento e uma popularização da temática ambiental.

Em relação ao conceito de “ecodesenvolvimento”, de onde derivou o conceito de DS, parece ter surgido da preocupação com a preservação do ambiente natural e seus elementos, aliada à melhoria nas condições socioeconômicas da população e, a partir daí, derivaram os conceitos de desenvolvimento durável e DS, como já apontado. A crítica ao economicismo e ao desenvolvimentismo, no qual a produtividade econômica é o foco preponderante e ignora ou desqualifica as dimensões sociais e ambientais como sendo menos relevantes, foi o alicerce fundamental para a construção do conceito de ecodesenvolvimento que, sinteticamente, poderia ser definido como “[...] desenvolvimento de um país ou região, baseado em suas próprias potencialidades, portanto, endógeno, sem criar dependência externa” (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 51) por meio de uma gestão ambiental prudente e criteriosa, concernentes a um novo “princípio de responsabilidade” ética (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 52).

Para o ecodesenvolvimento os aspectos sociais, ecológicos, geográfico e cultural devem ter a mesma relevância do aspecto econômico<sup>45</sup> e, para Sachs o ecodesenvolvimento se apresentou, em sua constituição, como um projeto civilizatório interessante, a fim de distribuir “novos papéis sociais” pautados em cinco dimensões fundamentais, quais sejam: As “cinco dimensões do ecodesenvolvimento” (Quadro 4), com base nos oito critérios elaborados por Sachs (2009), já apresentados.

---

<sup>45</sup> Bem como afirma Nascimento (2012) que deva ser com a proposta de DS para que ela não seja apócrifa, ou seja, para o autor, a proposta de DS só seria legítima se os aspectos social, ecológico, cultural e político tivessem a mesma relevância que o aspecto econômico.

**Quadro 4:** As “cinco dimensões do ecodesenvolvimento.”

Dimensões	Características
<b>Social</b>	Reduzir as diferenças sociais.
<b>Econômica</b> (Política – nacional e internacional)	Gestão mais eficiente dos chamados recursos ecossistêmicos e “um fluxo regular do investimento público e privado” e a “eficiência econômica” avaliada por “critérios macrosociais”.
<b>Ecológica</b> (Ambiental e Territorial)	Respeitar os ciclos naturais, preservar as fontes de recursos energéticos e naturais.
<b>Espacial (geográfica)</b>	Evitar grandes aglomerações humanas. Equilíbrio entre vida rural e urbanização (cidade/campo).
<b>Cultural</b>	Respeito às particularidades dos diferentes ecossistemas e à pluralidade cultural.

**Fonte:** Elaborado por Sachs e comentado por Montibeller-Filho (2008) – Adaptado pelo autor (2015).

Entretanto, foi a partir de uma suposta tentativa de superação das fragilidades da proposta de ecodesenvolvimento (ou justamente devido ao seu potencial contra-hegemônico), que o novo paradigma foi apresentado, como vimos anteriormente, o paradigma do DS, com os seguintes preceitos:

- I. Integrar conservação da natureza e desenvolvimento;
- II. Satisfazer as necessidades humanas fundamentais;
- III. Perseguir equidade e justiça social;
- IV. Buscar a autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural;
- V. Manter a integridade ecológica (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 54).

Em relação aos preceitos do DS, percebe-se que ora se aproximam daqueles do ecodesenvolvimento e ora se distanciam.

Enquanto no conceito de ecodesenvolvimento havia a ideia de “pensar globalmente e agir localmente”, respeitando as diferenças e particularidades culturais dos diferentes locais e colocando no mesmo patamar as cinco dimensões (SACHS,

2009), o conceito de DS vem aliado a ideia de desenvolvimento econômico como preocupação central de seus preceitos (FREITAS, 2004; MONTIBELLER-FILHO, 2008) e surge como peça fundamental para o processo de globalização instaurado, o qual legitimou e difundiu amplamente o conceito DS como “[...] a marca de um limite e o sinal que orienta o processo civilizatório da humanidade” (LEFF, 2001, p. 15), na tentativa de controlar e padronizar o comportamento dos indivíduos em escala global (LÖWY, 2014).

Nesse sentido, de acordo com Leff (2001), o discurso do DS, principalmente quando aliado ao discurso da globalização, “[...] distorce a percepção das coisas, burla a razão crítica e lança à deriva nossa atuação no mundo.” (p. 24). Foi nesse contexto que começaram a surgir os movimentos de *démondialisation* (desglobalização ou antiglobalização)<sup>46</sup>, que se expandiram sobretudo após a década de 1990, para que as diferenças culturais não se perdessem (ZUINDEAU, 2012; AGOGLIA, 2016<sup>47</sup>).

De acordo com Agloglia (2014):

A globalização econômica, sustentada pelo livre mercado, se vislumbra como algo irreversível, sendo um de seus principais objetivos a demolição das travas que impedem o livre fluxo do mercado. Neste marco, todo aspecto da vida que não se refira ao econômico se considera irrelevante (p. 89, tradução nossa).

No que se refere ao conceito de desenvolvimento durável (ZUINDEAU, 2012), parece ser menos abrangente e, inclusive, pode ser que talvez fosse apenas a terminologia francesa para DS e não um conceito específico. Mas, por outro lado, alguns autores apontam para a possibilidade de algumas diferenças e oscilações entre os conceitos de DS e desenvolvimento durável. Seus principais preceitos,

---

<sup>46</sup>“Na sua forma atual, a globalização cultural pode ser amplamente entendida como um modo de importação maciça de bens culturais padronizados e ícones de um único país, os Estados Unidos da América. [...] é, portanto, sinônimo de ocidentalização, e, mais precisamente, de americanização. [...] ‘Americanização’ deve ser aqui pretendida no seu sentido mais superficial, incoerente, fracionário, e deficiente, em que os outros povos ‘como macacos’ imitam algo que nem sequer compreender o valor. [...] A consequência internacional desta ameaça global é um sentimento generalizado de ‘insegurança cultural’. [...]” (CONVERSI, 2004; SIQUEIRA; CASTRO; ARAÚJO, 2003). O movimento da antiglobalização é um movimento pautado na oposição aos aspectos capitalista-neoliberais da globalização. O Movimento ganhou força em muitos países latino-americanos e em algumas porções da esquerda europeia.

<sup>47</sup>Seminário “*Alternativas a la crisis ambiental desde la perspectiva del pensamiento ambiental crítico*” apresentado em 21/01/2015 na Unesp, *campus* de Rio Claro.

segundo os autores consultados, são: transformar em utopia positiva o que é visto de modo negativo (a poluição, a degradação);

- I. Manifestar um conteúdo ético: a preocupação com todas as gerações humanas;
- II. Apaziguar preocupações com relação ao futuro;
- III. Abrigar apropriações diversificadas, dada sua flexibilidade;
- IV. Abrir a possibilidade de revisão dos conteúdos econômicos e sociais na problemática do desenvolvimento. (MONTIBELLER-FILHO, 2008, p. 56).

Outros conceitos<sup>48</sup> que também são derivados da ideia de uma possível união harmônica entre desenvolvimento e meio ambiente, são a “ecoeficiência” e a “Responsabilidade Social Corporativa” ou RSC, esses dois diretamente relacionados e derivados do conceito de DS. Para Madeira (2014), ambos conceitos são “demasiadamente pretenciosos”, uma vez que, apoiado em Almeida (2007) o autor parece não acreditar na possibilidade “quase heróica” de se atingir um objetivo onde se pretende aumentar e otimizar a produção industrial em larga escala e, concomitantemente, diminuir o consumo de matéria prima e recursos naturais, ao mesmo tempo em que ainda preza pelo respeito aos direitos trabalhistas e das comunidades do entorno. Entretanto, o autor ressalta o fato de que tais conceitos são cada vez mais disseminados e vêm ganhando novos adeptos e força no meio empresarial, por meio de incentivos como, por exemplo, a “Norma ISO 14000”.

De acordo com alguns autores consultados, as noções de meio ambiente em vias de um desenvolvimento que o respeite, sofrem transformações amiúde, perdendo ou ganhando novos elementos e significados frequentemente, ao *bel* prazer dos interesses daqueles que se apropriam do assunto. O que faz valer, segundo Brunacci; Philippi Jr. (2005), o velho ditado: *Quot capita totsententiae*, “quantas cabeças, tantas sentenças”, se referindo à polissemia que permeia o conceito de DS, dificultando seu entendimento (FREITAS, 2004; BRUNACCI; PHILIPPI Jr., 2005, p. 268; MONTIBELLER-FILHO; AGOGLIA, 2014).

---

<sup>48</sup> Outro conceito encontrado na bibliografia, sobretudo nas publicações do início da década de 1990, sendo menos comum nas produções atuais, é o de “desenvolvimento sustentado”. Entretanto, tal conceito parece ser mais uma “variação linguística” para se referir ao mesmo conceito, ou seja, o conceito de “desenvolvimento sustentado” seria, de acordo com a bibliografia consultada, sinônimo de desenvolvimento sustentável, sem variações ou diferenças significativas em suas definições e características (SÃO PAULO, 1991; DIEGUES, 1992; RIBEIRO, 1992).

Contudo, apesar de todos os problemas e contradições, existem autores que vislumbram possíveis benefícios da inclusão formal dos preceitos do DS também no campo da Educação como, por exemplo, aqueles educadores adeptos à perspectiva da “Ecopedagogia”<sup>49</sup>. Segundo Gadotti (1998), para o principal proponente da “Ecopedagogia”, Francisco Gutiérrez, “[...] parece impossível construir um desenvolvimento sustentável sem uma educação para o DS [...]” (GADOTTI, 1998, p. 2). Entretanto, destacamos que muitos autores são receosos e olham com desconfiança a proposta de uma educação que caminhe no sentido do DS.

Deste modo, após apresentarmos a origem dos conceitos de sustentabilidade e de DS, bem como a polissemia que os permeia e as muitas posições pró e contra, apresentaremos agora algumas características da “nova proposta educacional” surgida no princípio da última década e que foi nomeada de “Educação para a Sustentabilidade” ou “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, classificada por alguns educadores como sendo uma “nova Educação Ambiental”, ou uma “educação personalizada” (EDS personalizada) que caminha em direção a um “futuro sustentável”. (GADOTTI, 1998; LIMA, 2003; GONZÁLEZ-GAUDIANO, 2006; MURRAY; GOODHEW; MURRAY, 2013).

### **3.2. Desenvolvimento sustentável e Educação**

Há, sobretudo desde o início do século XXI, um intenso movimento para “educar as crianças a aprender a agir de uma forma sustentável. E, este movimento é muitas vezes guiado por ideias de desenvolvimento sustentável” (HEDEFALK; ALMQVIST; ÖSTMAN, 2014, p. 1, tradução nossa). Desta forma, em direta relação com a formalização do conceito de DS, emergiu, na comunidade internacional (mais especificamente em reuniões políticas internacionais) e, como tal, fora da comunidade educativa propriamente dita, o conceito de Educação para o Desenvolvimento

---

<sup>49</sup> “A Ecopedagogia trata da aprendizagem de uma educação com sentido na vida cotidiana para promover sociedades sustentáveis. Este conceito foi criado por F. Gutiérrez, educador e pesquisador costa-riquenho, estudioso da obra de Paulo Freire, no início da década de 1990, no contexto da conferência da RIO-92 e está relacionado aos princípios da Carta da Terra [...]” (GADOTTI, 1998, p. 1).

Sustentável (EDS)<sup>50</sup> e Educação para a Sustentabilidade (EpS)<sup>51</sup>, como meta global (FREITAS, 2004). Segundo Gutiérrez (2008), o termo ganhou espaço no campo da Educação, principalmente após a UNESCO proclamar a “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, no período de 2004 a 2014.<sup>52</sup>

O conceito EDS surgiu trazendo consigo o mesmo otimismo empregado ao próprio conceito de DS, na década de 80 do século XX. Entretanto, o conceito EDS, tem sofrido certa desconfiança de críticos e pesquisadores do campo da Educação o que tem contribuído para o debate acerca das relações entre EDS e outras dimensões ou abordagens educativas (FREITAS, 2004).

Alguns autores, como Gutiérrez, Benayas e Calvo (2006), afirmam que a ideia de implementar um período para tratar da sustentabilidade por meio da Educação, é algo que começou a surgir na Eco-92, com a introdução dos termos “Desenvolvimento Humano” e “Desenvolvimento Humano Sustentável”. O documento elaborado naquela ocasião apresenta a Educação como uma “ferramenta” para a “construção e invenção de novas realidades”.

Esses autores definem a “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (Deds) da seguinte maneira:

Em essência, a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável se propôs a impulsionar uma educação solidária que contribua para uma correta percepção do estado do mundo, que seja capaz de gerar atitudes e compromissos responsáveis, e que prepare os cidadãos para as tomadas de decisões [...] direcionada para alcançar um desenvolvimento culturalmente plural, socialmente justo e modelos mais inteligentes de interação com os ecossistemas. (p. 26, tradução nossa).

E completam: “Esta mudança de modelos requer ações e instrumentos diversos que transformem nossas atitudes, nosso estilo de vida [...]” (p. 26, tradução nossa).

---

<sup>50</sup> O termo equivalente em inglês é ESD ou EfSD, ambas abreviações de *Education for sustainable development*.

<sup>51</sup> No que se refere aos conceitos de EDS e EpS, não há um consenso entre os pesquisadores que se ocupam do tema acerca da equivalência dos mesmos, ou seja, em algumas pesquisas são considerados conceitos distintos e em outras considerados como sinônimos, o que indica para mais uma “indefinição conceitual” (AGOGLIA, 2014) dentre muitas que permeiam as discussões sobre a sustentabilidade e o DS.

<sup>52</sup> Em dezembro de 2002, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução nº 57/254 na qual proclama a “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, cuja duração foi de 2004 a 2014. A UNESCO foi escolhida para liderar a Década e elaborar um plano internacional de implementação.

Porém, partindo de uma perspectiva muito menos otimista acerca da proposta da Deds, Santana e Lima (2009), com base em Fino (2001), defendem que:

[...] o que tem definido as propostas educacionais ainda hoje, na 'Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável', não são as necessidades do amanhã ou as mudanças a operar na sociedade, e sim interesses momentâneos, acontecimentos e fatos atrelados à demanda do capital [...] (p. 2).

Do mesmo modo, Löwy (2014), também questiona a legitimidade da proposta da EDS. Segundo o autor o interesse por trás da proposta da Deds foi a tentativa de “enquadrar a sociedade” dentro da lógica hegemônica do capitalismo no período de uma década.

A proposta de uma educação guiada pelo DS, bem como a possibilidade de “enquadramento” em nível global da sociedade a essa proposta, é polêmica dentro das pesquisas no campo da educação, sobretudo nos EUA, onde a proposta da EDS é muito conhecida e difundida, havendo várias pesquisas publicadas em revistas internacionalmente reconhecidas que investigaram a questão (GONZÁLEZ-GAUDIANO, 2006; HART; NOLAN, 2008; HEDEFALK; ALMQVIST; ÖSTMAN, 2014).

A exemplo dos periódicos científicos de grande importância e circulação mundial como, por exemplo a *Environmental Education Research*, bem como o jornal sueco *Utbildningochdemokrati* (Educação e Democracia), muitos outros periódicos internacionais têm se dedicado às pesquisas relativas ao conceito de EDS e as possibilidades e limites dessa proposta (HEDEFALK; ALMQVIST; ÖSTMAN, 2014). Entretanto, a partir da consulta à bibliografia especializada, percebe-se que mesmo havendo, atualmente, vasta quantidade de publicações sobre o assunto, parece ainda não estar claro como a proposta da EDS se diferenciaria das propostas de EA existentes até então.

Segundo Hedefalk, Almqvist e Östman (2014), que trabalharam com educação infantil, tomando por base o trabalho de Scott e Gough (2004), defendem que, de forma geral, a EDS “tem como objetivo ensinar os alunos como agir criticamente” (p. 2, tradução nossa), entretanto a autora indica que há duas definições distintas que encontrou em suas pesquisas, a saber:

“EDS como uma tripla abordagem à educação baseada em questões relativas à educação sobre, no e para o meio ambiente” (HEDEFALK; ALMQVIST; ÖSTMAN, 2014, p. 4, tradução nossa) e “EDS como uma abordagem à educação, que inclui três

dimensões inter-relacionadas (econômicas, sociais e ambientais)” (HEDEFALK; ALMQVIST; ÖSTMAN, 2014, p 4, tradução nossa).

A primeira definição, na qual a EDS seria uma educação “sobre”, “no” e “para” o meio ambiente, parece ser a definição menos usual, uma vez que não é a definição padrão proposta pela ONU. Entretanto, muitos pesquisadores vêm se ocupando do tema pela perspectiva desta definição.

Segundo os autores:

A educação sobre o meio ambiente enfatiza o conhecimento sobre como funcionam os sistemas naturais, tais como os ciclos da água, sistemas ecológicos e como as plantas crescem. Educação no ambiente enfatiza experiências diretas na natureza. Educação para o meio ambiente enfatiza a participação ativa na resolução de problemas ambientais ou tornando escolhas socialmente justas e sustentáveis. A abordagem deve, de acordo com os proponentes dessa definição de EDS, não ser vista como três partes separadas, mas, em vez disso, usada como um todo, a fim de aprender sobre e no meio ambiente e de ser capaz de agir para o ambiente. (p. 5, tradução nossa).

Já na segunda definição, a EDS é vista sob os mesmos três pilares que sustentam a pirâmide da proposta de DS (já apresentada), o “*Triple Bottom Line*”, ou seja, “Economicamente viável” (no topo da pirâmide), “socialmente justo” e “Ecologicamente correto” (ELKINGTON, 1994; BOFF, 2012; SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014). Este modo de entender a EDS é o mais usual, uma vez que é a definição clássica constante em muitos documentos dos órgãos oficiais, segundo os autores estudados:

Outra maneira de definir *ESD* é a inclusão de dimensões econômica, social e ambiental da sustentabilidade no conteúdo de ensino. Estas dimensões também foram abordadas em vários documentos da ONU (ver, por exemplo UNCED 1992; UNESCO 2005; Brundtland, 1988). A dimensão ambiental envolve a proteção dos ecossistemas e suas diversidades biológicas. A dimensão social envolve justiça, igualdade e uma abordagem democrática. A dimensão econômica envolve uma abordagem financeira aos recursos onde o desenvolvimento econômico afeta os seres humanos e / ou para o ambiente de uma forma positiva. As dimensões destacam as inter-relações entre o desenvolvimento econômico, proteção ambiental e justiça social na educação (Ohman de 2011). Eles também ilustram como os estilos de vida das pessoas, natureza e sociedade estão relacionados uns aos outros (Præmbling Samuelsson, 2011). (HEDEFALK; ALMQVIST; ÖSTMAN, 2014, p 4, tradução nossa).

Segundo os autores, ambas as definições são pautadas na educação a partir dos preceitos do DS, a grande diferença que as separa é que a primeira é uma derivação da segunda definição que apresentamos, pautada quase que em sua totalidade unicamente na preservação do ambiente natural, enquanto que, no segundo caso, outros aspectos são incluídos (social e também econômico). E, ainda segundo esses autores, a definição de EDS como a “educação baseada em questões relativas à educação sobre, no e para o meio ambiente” se concentraria na EA, como se só houvesse uma forma de se pensar a EA, como se toda EA fosse “conservacionista” e ainda restrita ao campo das Ciências Naturais. Pois, de acordo com os autores,

A EA resulta em um campo de conhecimento com base em dados científicos. Juízos de valor éticos em conexão com o problema da sustentabilidade com base em fontes externas da ciência não são evidentes. A resposta certa de como agir é encontrada na ciência. (HEDEFALK; ALMQVIST; ÖSTMAN, 2014, p. 5-6, tradução nossa).

Ademais, ainda acerca da argumentação desses autores, a definição de EDS que mais teria implícito em si a ideia da emancipação e criticidade seria aquela definição em que a EDS é sustentada pelos pilares do DS (HEDEFALK; ALMQVIST; ÖSTMAN, 2014, p 4). Definição que, como vimos, é a mais aceita e disseminada internacionalmente, principalmente nos países da Europa e EUA, nos quais há uma proposta de suposta superação dos limites da EA pela EDS, e de maneira geral, o principal objetivo da EDS seria “ensinar os alunos como agir criticamente” (SCOTT; GOUGH, 2004 apud HEDEFALK; ALMQVIST; ÖSTMAN, 2014, p. 2, tradução nossa). González-Gaudio (2006), apoiado nos trabalhos de outros autores que se preocuparam em discutir a controversa proposta do DS e da EDS, principalmente Huckle (1983), Fien (1993) e Tilbury (1995), indica que, para muitos autores, a EDS é entendida como

[...] uma versão superior de educação ambiental que trará contribuições potentes para a solução dos problemas de hoje [...] oferecendo uma estrutura que será capaz de transcender ao ‘limitado’ âmbito da educação ambiental [...] elevando processos educativos a um nível em que as ideologias profundas dentro da educação ambiental podem ser ultrapassadas. (p. 291, tradução nossa).

De acordo com Sauv  (1997) e Lima (2003), de fato a EDS teve como proposta superar a EA desenvolvida nas escolas dos países pertencentes à União Europeia e dos EUA, pois nestas regiões a EA começava a cair em descrédito, uma vez que

parecia não estar contribuindo para a superação da “crise ambiental” de nosso tempo, sobretudo por parecer compreender a questão ambiental de forma reducionista, ou seja, como simples questão ecológica, desconsiderando seus aspectos sócio-históricos e políticos.

Em relação a essa proposta, cabe aqui retomar a pergunta feita por Gonzáles-Gaudiano: “Será que estamos falando da mesma EA”? Nas palavras do autor: “Gostaria também de saber se *ESD* não é precisamente mais suscetível à racionalidade tecnocrática, [...] às metas comportamentais, abordagens de livre mercado e neoliberalismo [?]” (GONZÁLEZ-GAUDIANO, 2006, tradução nossa).

Outra crítica que pode ser feita à proposta da EDS é o fato de que, como se trata de uma proposta educacional voltada para o discurso do DS e, sendo tal discurso, como vimos, influenciado por inúmeras vozes e sujeitos, ou seja, um discurso polissêmico, outra pergunta pode ser formulada: de “qual” “desenvolvimento sustentável “estariamos falando? (LIMA, 2003).

Na proposta da EDS, a expectativa educacional é que se atinja resultados definidos, ou seja, resultados que atendam aos princípios do DS e, por outro lado, a perspectiva da EA que adotamos não busca “resultados fixos, definidos e mensuráveis; a expectativa é que seja um processo aglutinador, dialógico, participativo, democrático e autônomo” (REIGOTA; SANTOS, 2005, p. 856).

Nesse sentido, de acordo com Lima (2003) apoiado em Jinckling (1992), a proposta da EDS “[...] contraria o espírito da educação enquanto prática de liberdade [...]” (p. 112).

Lima (2003) apresenta uma diferenciação acerca de como é concebido o conceito de EDS nos países desenvolvidos, sobretudo na Europa, e como ela é concebida por pesquisadores aqui do Brasil, como já apontado, enquanto lá a proposta da EDS é vista com otimismo, aqui é vista com desconfiança por pesquisadores do campo da EA. Essas diferenças se concentram, sobretudo, nas distintas realidades político-econômicas entre essas regiões. Ainda segundo o autor, a EA brasileira já há algum tempo tem se apresentado em uma crescente no sentido de superar o aspecto ingênuo e naturalista no qual o campo surgiu no Brasil nas primeiras épocas.

De modo geral, enquanto no Brasil a EDS é vista de modo despolitizado, nos países europeus e nos EUA é a EA que é vista dessa maneira, ou seja, de forma

naturalista e “biologizada” (LIMA, 2003; FREITAS, 2004; GONZÁLEZ-GAUDIANO, 2006).

A visão atual que há acerca da EDS nos países desenvolvidos, sobretudo na Europa e nos EUA, se assemelha ao otimismo empregado pela EA na sua gênese, ou até mesmo, à própria proposta do DS, vista até os dias de hoje com otimismo em muitas esferas da sociedade. Nos países da América Latina, a proposta de uma educação para a sustentabilidade é encarada com reservas pelos educadores e pesquisadores da área. Por isso, muitas das críticas a essa proposta, encontradas nas pesquisas sobre EA, advêm dessa região do Globo (GONZÁLEZ-GAUDIANO, 2006), ainda que tenha sido também em um país da América Latina o local de idealização de uma proposta pedagógica (alguns a entendem como uma prática pedagógica da EA) que adota justamente os princípios da EDS, conhecida como “Ecopedagogia” ou “Pedagogia da Terra”, tal qual a conhecemos hoje, sobretudo por meio dos trabalhos do costa-riquenho Gutiérrez e também de Moacir Gadotti no Brasil.

A “Ecopedagogia” teve origem na proposta de Ernest Haeckel (1834-1919), biólogo alemão que criou o termo “Ecologia” para designar “[...] o estudo das relações existentes entre todos os sistemas vivos e não-vivos entre si e com seu meio ambiente”. (GADOTTI, 1998, p. 4), porém o termo voltou a ser usado no século XX, por educadores da América Latina onde, grosso modo, buscavam fazer uma associação entre os trabalhos de Paulo Freire e as propostas constantes no “Relatório Brundtland”.

A “Ecologia” proposta por Haeckel, voltou a ser considerada oficialmente durante o “Fórum Global 92”, evento que ocorreu paralelamente a Eco-92, também no Brasil, no qual foi elaborado o documento que ficou conhecido como “Carta da Terra”<sup>53</sup>, e foi, especificamente, aos preceitos constantes naquele documento que obedece a proposta da “Ecopedagogia”. No evento o assunto recorrente nas discussões era a possibilidade de outra proposta para a “Educação Ambiental” que adotasse os preceitos do DS.

Segundo Gadotti (1998), a “Ecopedagogia” pode ser vista tanto como um “movimento pedagógico” (social e político) quanto também como também uma

---

<sup>53</sup> Dos personagens mais conhecidos, que fizeram parte da elaboração da “Carta da Terra”, estão: o brasileiro Leonardo Boff, também Michail Gorbachev, Steven Rockfeller, Maurice Strong e a cantora Mercedes Sosa.

“abordagem curricular”, uma vez que, segundo o autor, essa proposta implica em uma “[...] reorientação dos currículos para que incorpore certos princípios defendidos por ela”. (GADOTTI, 1998, p. 5).

Gadotti se mostra otimista quanto a essa proposta, referindo-se a ela enquanto uma “nova teoria da Educação”. Por outro lado, de acordo com a perspectiva da EA crítica, tal proposta é vista com ressalvas. Para Gadotti (2000), a “Ecopedagogia” seria:

[...] uma Teoria da Educação que traz em si Novas Categorias Interpretativas relacionadas à subjetividade, a cotidianidade, ao mundo vivido, à visão holística, considerando à utopia e o imaginário, valorizando a paixão, o sentimento, as emoções, o desejo, o olhar, a escuta, onde haja crítica ao modelo da racionalidade instrumental, sendo apresentados princípios pedagógicos para uma sociedade sustentável. (GADOTTI, 2000, p. 84).

Segundo o autor, seria preciso “ecologizar” a economia, a pedagogia, a educação, a cultura, a ciência, etc.” (GADOTTI, 2000).

O fato é que, mesmo nas teorias da educação que trabalham diretamente com os princípios do conceito de DS, como é o caso da EDS e da “Ecopedagogia”, seus princípios não são explicitados claramente e, tampouco, há uma única definição para o conceito.

Por isso, de acordo com Lima (2003):

[...] é desejável estimular a discussão e a compreensão crítica da crise socioambiental, problematizando a diversidade de concepções de sustentabilidade apresentadas em seus argumentos, valores, objetivos, posições ético-políticas e em suas implicações sociais. Esse exercício de diferenciação e esclarecimento auxilia o educador a escolher, conscientemente, os caminhos que quer seguir em seu projeto e prática educativa. (p. 115).

Para finalizar, cumpre destacar que, de acordo com González-Gaudio (2006), apesar das diferentes posições e antagonismos acerca da proposta de uma Educação pautada nos princípios do DS,

[...] a década da EDS da ONU [e as várias propostas dela e nela concernentes] é verdadeiramente uma oportunidade para realizar uma avaliação crítica da tarefa que nos propusemos, para escorar as nossas fraquezas e enfrentar os desafios no horizonte. Nós devemos retornar para os nossos pontos de partida, para as declarações que deram origem ao campo, revê-los para trazê-los atualizados [...] (GONZÁLEZ-GAUDIANO, 2006, p. 298, tradução nossa).

Devido às importantes contradições e indefinições no conceito e intencionalidades da proposta do DS, é que alguns autores propõem uma outra forma de “ser sustentável”, por meio de um crescimento que não seja somente o econômico e nem o progresso seja unidimensional e universal rumo aos modelos de “bem-estar” ianque e eurocêntricos. Para citar um exemplo, dentre os muitos conceitos que têm se apresentado como alternativas ao DS e que têm no cerne de suas propostas uma “sustentabilidade” que respeite as particularidades dos diferentes biomas, das diversas culturas e sociedades, apresenta-se o conceito de “Sociedades Sustentáveis” ou “SS” (DIEGUES, 1992).

De acordo com Diegues (1992), o conceito de SS, parece ser mais apropriado do que o de DS. Basicamente SS, refere-se à negação da possibilidade de existir um único modelo ideal de felicidade e bem-estar a ser alcançado por meio do desenvolvimento.

De acordo com esse autor:

Nesse contexto, ganha sentido a ideia de que não existe apenas um único paradigma de sociedade do bem-estar (a ocidental) a ser atingido por vias do “desenvolvimento” e do progresso linear. Há necessidade de se pensar em vários tipos de sociedades sustentáveis, ancoradas em modos particulares, histórico e culturais de relações com os vários ecossistemas existentes na biosfera dos seres humanos entre si. Esse novo paradigma a ser desenvolvido se baseia, antes de tudo, no reconhecimento da existência de uma grande diversidade ecológica, biológica e cultural entre os povos que nem a homogeneização sociocultural imposta pelo mercado capitalista mundial, nem os processos de implantação do “socialismo real” conseguiram destruir. (p. 23).

Nesse sentido, o autor ressaltando a necessidade de buscar compreender as sociedades respeitando as diferentes identidades, histórias e culturas, para que alcancemos uma proposta de sustentabilidade que seja legítima e justa. Ainda segundo o autor: “[...] talvez a implosão de grandes impérios e o ressurgimento das identidades ético-culturais sejam os primeiros sintomas da necessidade urgente de se procurar novos paradigmas de sociedades sustentáveis” (p. 23).

Enquanto para a proposta de DS, as pessoas parecem ser objetos do desenvolvimento, pela perspectiva da SS as pessoas, sobretudo aquelas de menor poder aquisitivo, seriam sujeitos do desenvolvimento e, por este ponto de vista, alguns autores associam ao conceito de SS o termo *sustainable livelihoods*, ou seja, a “sustentabilidade dos modos de vida” (CHAMBERS, 1986 apud DIEGUES, 1992),

onde o mais importante é que se garanta a “qualidade dos modos de vida” e o direitos à expressão das diversas culturas, hábitos, crenças e concepções de mundo.

Segundo Diegues (1992), a sustentabilidade, antes de tudo é um princípio ético e, por isso, não deve ser uma “proposta dura”, ou seja, algo que dure para sempre no mesmo formato e que seja dado da mesma maneira para todo o mundo, independentemente de qualquer coisa, como se todo o mundo tivesse os mesmos interesses e as mesmas necessidades. Mas, precisa ser, a sustentabilidade, capaz de se transformar e ser transformada de acordo com as reais necessidades das diferentes sociedades.

Nesse mesmo sentido, podemos encontrar sustentação para esta reflexão também em Loureiro (2012), quando afirma:

A princípio, o conceito de *sociedades sustentáveis* se mostra menos permeável a entendimentos contraditórios ou a uma associação entre sustentabilidade e crescimento econômico de livre mercado, do que o *desenvolvimento sustentável*. Além disso, igualmente se mostra mais democrático à medida que possibilita a cada sociedade definir seu modo de produção, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura e de seu ambiente natural (por isso, é posto no plural). E tem sido fortemente utilizado por setores mais à esquerda, criando uma identidade com movimentos de caráter emancipatório. (p. 63).

Por outro lado, o mesmo autor indica que a proposta da SS não se refere exatamente a uma superação do sistema político-econômico vigente e que também pode ser considerada ingênua e frágil, mostrando-se muitas vezes “despolitizada”, pois não concentra esforços em enfrentamentos veementes ao poder estabelecido. De acordo com o autor:

[...] no discurso sobre sociedades sustentáveis, há uma forte tendência em se defender os caminhos plurais sem se fazer disputas em espaços públicos e na política, esquecendo-se que para se construir um direito é preciso enfrentar o poder estabelecido. É como se fosse possível tudo conviver em harmonia. Fala-se em não buscar hegemonia, mas como diante de uma sociedade desigual em que classes e grupos exercem hegemonia sobre outras? Parece que cada proposta e cada caminho conviverá com o outro e tudo estará resolvido, bastando haver respeito e tolerância. (LOUREIRO (2012, p. 64).

E, é nesse sentido que caminham as maiores críticas à proposta das “Sociedades Sustentáveis”.

Entretanto, mesmo esta proposta, aparentemente “pouco politizada”, ainda não é debatida com grande seriedade pelas organizações internacionais. Quase duas décadas e meia após a publicação do artigo intitulado “Desenvolvimento sustentável

ou Sociedades sustentáveis: da crítica aos modelos aos novos paradigmas” (DIEGUES, 1992), no qual o autor escreveu que o conceito de SS, à época, estaria em seu “canteiro de obras”, parece que o conceito continua ainda abandonado naquele velho “canteiro”, ao menos pelas organizações ambientais oficiais.

Outros conceitos alternativos ao DS, foram sendo pensados, dois deles, são o “Ecosocialismo” e a “Economia Solidária”.

O “Ecosocialismo”, também se apresenta como uma proposta de superação aos problemas do DS e tem como um de seus principais proponentes o sociólogo franco-brasileiro Michel Löwy.

De acordo com Löwy (2014),

O ecosocialismo se desenvolveu sobretudo durante os últimos trinta anos, graças às obras de pensadores do porte de Manuel Sacristan, Raymond Williams, Rudolf Bahro e André Gorz (nos seus primeiros escritos), bem como graças às preciosas contribuições de James O’Connor, Barry Commoner, John Bellamy Foster, Joel Kovel (EUA), Juan Martinez Allier, Francisco Fernandez Buey, Jorge Riechmann (Espanha), Jean-Paul Déléage, Jean-Marie Harribey (França), Elmar Altvater, Frieder Otto Wolf (Alemanha), e de muitos outros, que se expressaram numa rede de revistas, tais como *Capitalism, Nature and Socialism*, *Ecologia Política* etc (LÖWY, 2014, p. 45).

Para Loureiro (2012), o “Ecosocialismo” vem “Retomar o que há de mais ‘surrado’, mas que continua sendo o que há de mais concreto em termos de construção histórica e conceitual: o socialismo. [...]” (p. 65), por isso repensar o socialismo superando algumas de suas fragilidades no que diz respeito às relações sociedade-natureza, se mostra uma grande possibilidade de superação às propostas de sustentabilidade que naturalizam as relações sociais “sob a égide do capital, do eurocentrismo e do individualismo”. Conquanto, há que se ressaltar, ainda no que diz respeito ao “Ecosocialismo”, que não seja este sinônimo ou heterônimo do socialismo real. O “Ecosocialismo” centra suas propostas na conscientização das pessoas e na participação popular efetiva nas tomadas de decisões políticas, e tece suas principais críticas tanto ao capitalismo mercantilista, quanto ao socialismo produtivista.

O “Ecosocialismo” é uma proposta que pretende romper com o capitalismo, e critica, sobretudo, a “mais valia”. Nessa proposta, é preciso produzir somente o que é essencial para a vida, no que se refere àqueles elementos que não podemos adquirir sem a ajuda do sistema produtivo industrial, por isso a crítica, segundo essa perspectiva, não deve ser direcionada somente ao consumismo, mas também aos sistemas produtivos, aos que se vai produzir (LÖWY, 2014).

E, ainda sobre esse conceito, vale ressaltar, que não seja este, sinônimo ou heterônimo do “socialismo real”. A proposta ecossocialista, a qual ainda não foi implementada em nenhum país, é na verdade a união entre o socialismo marxista e o pensamento ambientalista (LÖWY, 2014).

Outra proposta, a qual também poderia representar uma possibilidade de alternativa ao DS, é a “Economia Solidária” (SINGER, 2004), conhecida como uma economia “pós-capitalista”, e para alguns autores é a que mais se aproximaria aos três principais pilares do DS se eles se equivalessem em grau de importância. Pelas palavras de Paul Singer, um de seus principais proponentes e presidente nacional da Secretaria para o Desenvolvimento Solidário:

Entendemos por desenvolvimento solidário um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma. (SINGER, 2004, p. 7).

Este modelo de desenvolvimento é representado pelos empreendimentos familiares, pelas cooperativas de produção e consumo; fundos rotativos de crédito; ecovilas; banco de sementes crioulas; redes de lojas de comércio solidário e a “criação de incubadoras de novas tecnologias em articulação com as universidades”, bem como a “recuperação de empresas falidas e gerenciadas pelos próprios trabalhadores”. (SINGER, 2004; BOFF, 2012, p. 61).

Outros dois conceitos que começaram a ser difundidos dentro do debate ambiental, sobretudo tudo quando o assunto é alternativas possíveis ao DS, são os conceitos de “*Vivir bien*” (Bolívia) e “*Buen vivir*” (Equador), conhecida também como “sustentabilidade andina” ou “sustentabilidade dos povos andinos” (BOFF, 2012). Estes conceitos, derivados das expressões andinas (aymara) “*sumak kawsay*” ou “*suma qamaña*”, não são centrados em propostas de uma “boa vida” relacionada ao acúmulo de bens materiais e riqueza, mas sim na ideia de viver bem por meio de uma ética da “suficiência comunitária”, extraído da natureza tudo o que precisar, desde que seja essencial a sobrevivência humana em suas esferas “biopsicosocioespiritual” e respeite a biocapacidade dos sistemas do ambiente biofísico. A ideia do “*Vivir bien*” é basicamente a ideia de viver mais conectado à natureza e de modo mais simples possível e integrado à cultura de seu povo (BOFF, 2012).

Tanto as “SS”, como o “Ecosocialismo”, “Economia Solidária” ou os conceitos do “*Vivir bien*” e “*Buen vivir*”, são apenas, alguns exemplos dos muitos conceitos para representar novas propostas de posicionamentos contrários ao DS.

No tocante ao referencial teórico desta pesquisa, a qual tem seus alicerces no questionamento sobre as reais possibilidades de se haver uma sustentabilidade associada ao desenvolvimentismo capitalista em uma sociedade de “conflitos de classes” e que foi condicionada à olhar para o ambiente natural atribuindo apenas “valores relativos” (monetários) à seus elementos, os quais como vimos são chamados, nesse contexto, de “recursos naturais”, percebe-se que a sustentabilidade e o DS são conceitos atribuídos à suposta tentativa de reverter o viés global do “crescimento a qualquer custo”, porém que esbarraram nos interesses econômicos, tornando-se conceitos com definições cada vez mais diversas e genéricas e que têm transitado pelos diferentes campos. Deste modo, justifica-se o interesse fundamental deste estudo em explorar esses conceitos particularmente em teses e dissertações brasileiras em EA, constantes no banco de dados “Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (teses e dissertações)”, defendida entre os anos de 1989 e 2009.<sup>54</sup>

---

<sup>54</sup> A exploração do material constante no banco de dados “Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (teses e dissertações)” – “Projeto EArte” – somente até o ano de 2009, justifica-se pelo fato de que, no momento da seleção e constituição do *corpus* documental desta pesquisa, os trabalhos disponíveis no referido banco de dados correspondiam às datas de 1989 à 2009.

#### 4. OS CONCEITOS DE SUSTENTABILIDADE E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS

“[...] descobrir o que cada pesquisa tem para oferecer envolve respeito à integridade dos vários paradigmas de investigação [...]”<sup>55</sup>

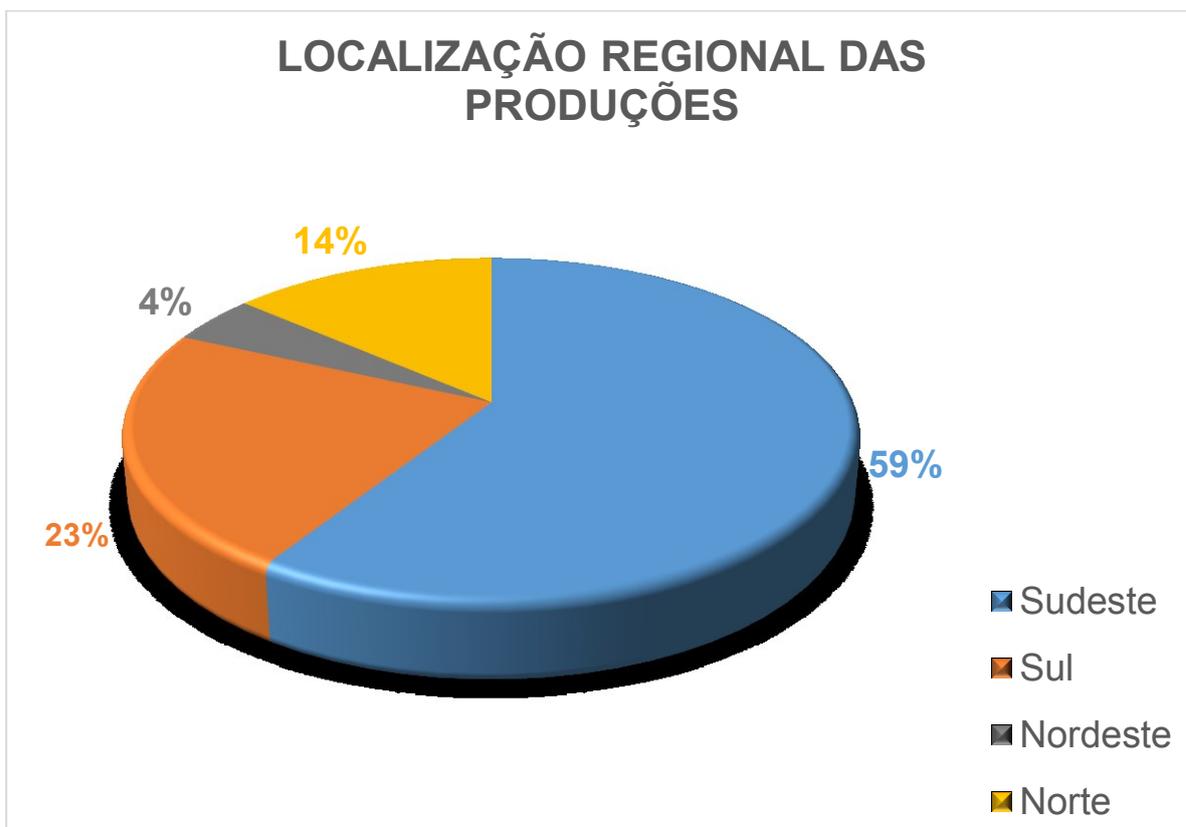
Anteriormente à discussão das análises dos textos completos desses documentos, foi realizado um mapeamento desse material buscando apontar os seguintes aspectos: data de produção, grau de titulação, dependência administrativa, localização regional da produção e Programas de Pós-Graduação (PPG) nos quais são produzidas. Para a realização desse mapeamento foi utilizada a ficha elaborada pelos pesquisadores do “Projeto EArte”<sup>56</sup>, cujos descritores são os seguintes: “Dados Institucionais”, “Contexto Educacional”, “Área Curricular”, “Área de Conhecimento” e “Tema de Estudo”.

Desta forma, apresentamos um dos aspectos do mapeamento: a localização regional das produções. De um total de vinte e dois trabalhos selecionados, 59% são provenientes da região Sudeste, 23% da região Sul do país, 14% da região Norte e 4% do total das produções são provenientes da região Nordeste. Ressalva-se que nenhum resumo selecionado é proveniente da região Centro-oeste. Como pode ser observado no gráfico 1.

---

<sup>55</sup>Ver: HART e NOLAN, *A critical analysis of research in environmental education. Studies in Science Education*, 2008, p. 4.

<sup>56</sup> Disponível em: <<http://www.earte.net/?page=projeto-descritores>>.

**Gráfico 1:** Localização regional das produções.

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2015).

Não se trata de constatação nova a predominância de trabalhos acadêmicos oriundos da região Sudeste (59%) e Sul (23%) do país, uma vez que outros autores já constataram anteriormente em suas pesquisas esse predomínio (SOUZA, 2012; REIS, 2013; ZUPELARI, 2014; NERY-SILVA, 2015), o que parece indicar a necessidade de políticas para estimular o desenvolvimento de pesquisas nas outras regiões do país, nas quais as pesquisas se encontram em menor proporção (KAWASAKI; MATOS; MOTOKANE, 2006; LUSTOSA; MATOS; LOUREIRO, 2007; CARVALHO; SCHMIDT, 2008; RINK; MEGID NETO, 2009).

Reconhecendo que, de um modo geral, grande parte das pesquisas realizadas no Brasil são provenientes de Programas de Pós-Graduação (PPG), os autores Lustosa, Matos e Loureiro (2007) indicaram que dos setenta e seis PPG reconhecidos pela CAPES, 46,1% deles se encontram na região Sudeste e 26,3% na região Sul, sendo que estas duas regiões perfazem juntas um total de 72,4% do total desses Programas.

Nesse mesmo sentido, ao abordar a questão da produção de conhecimentos em EA por região do país, Carvalho; Tomazello; Oliveira (2009) relacionam essa

concentração das pesquisas em EA nas regiões Sudeste e Sul, justamente com a grande concentração dos PPGs nessas mesmas regiões e o desequilíbrio se comparado com as demais regiões do país.

Em relação às pesquisas que investigaram os conceitos de sustentabilidade e de DS, advindas de diferentes PPGs, como apresentado na tabela 4, há uma constatação de que os conceitos de sustentabilidade e de DS parecem perpassar hoje por diferentes campos do conhecimento, ainda que por muito tempo tivessem sido atribuídos apenas ao campo da Biologia (MONTIBELLER-FILHO, 2008; LOUREIRO, 2012). Em nosso levantamento verificamos que há um predomínio dos PPGs em Educação que desenvolvem pesquisas em EA (teses e dissertações) no que se refere à investigação acerca de tais conceitos. Mas, localizamos também pesquisas oriundas de outros campos, como aquelas advindas dos PPGs em Arquitetura e Geografia, por exemplo, que também investigaram os conceitos de sustentabilidade e de DS (Tabela 4).

**Tabela 4:** IES e PPGs dos trabalhos selecionados.

Instituições	PPG	Número trabalhos
Unesa	Educação	3
UFRJ	Psicossociologia de comunidade e Ecologia Social	2
Furg	Educação Ambiental	1
UFBA	Educação	1
Ulbra	Ensino de Ciências e Matemática	1
USP	Ciência ambiental	1
PUC	Educação: História, Política e Sociedade	1
UFMG	Arquitetura	1
UFPA	Ciências Biológicas	1
UFPA	Educação	1
UFPR	Educação	1
Ufsc	Educação	1
UFSM	Extensão rural	1
Unicamp	Educação	1
Unifae	Organizações e desenvolvimento	1
Unipli	Ensino de Ciências da saúde e do ambiente	1
Unir	Geografia	1
USP	Saúde pública	1
UFRJ	Educação	1
<b>TOTAL:</b>		<b>22</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2015).

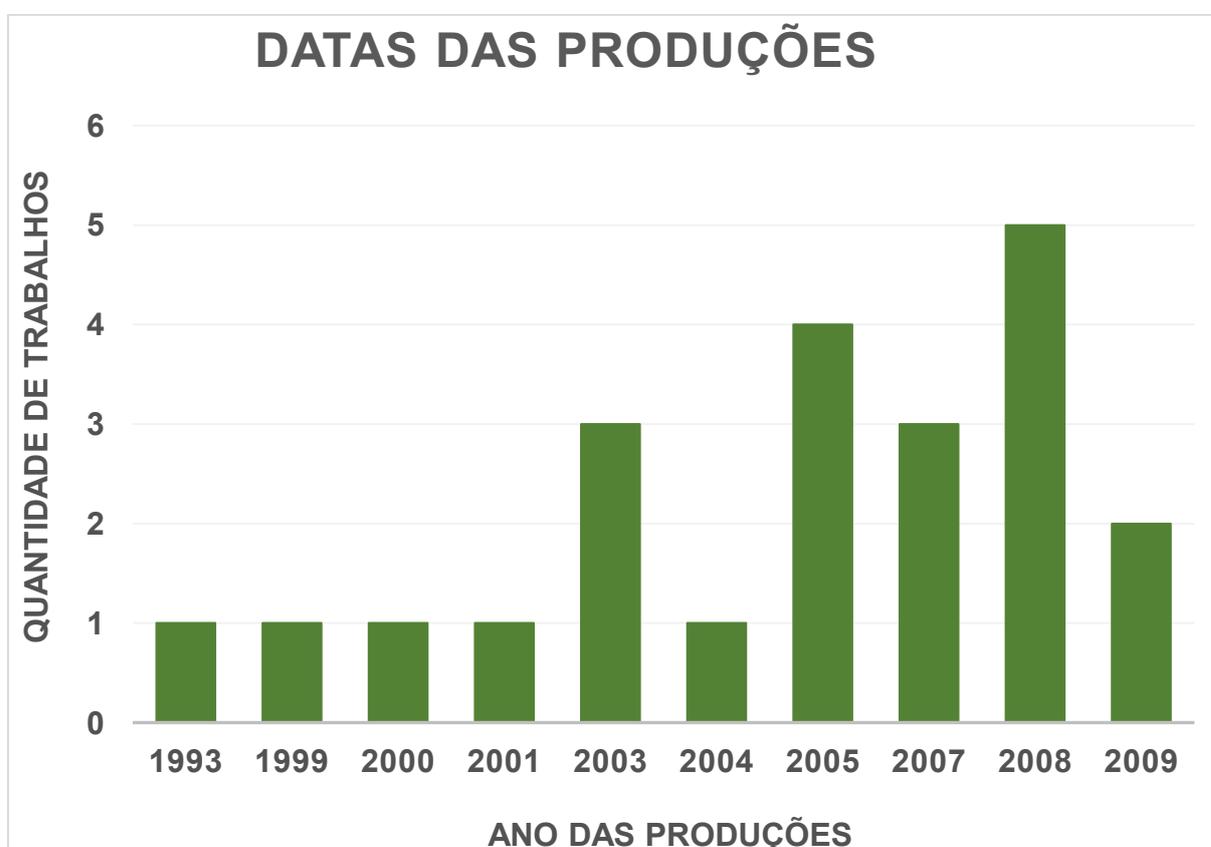
Em pesquisa produzida por Fracalanza *et al.* (2008), houve a constatação que a maioria das produções acadêmicas (dissertações) brasileiras em EA, no geral, são vinculadas à universidades públicas, sendo que a Universidade de São Paulo - USP é a IES com o maior número de produções, seguida da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – Furg. No que diz respeito à Furg, há que ressaltar o programa de mestrado em Educação Ambiental, oferecido pela Instituição, o único no Brasil (LORENZETTI; DELIZOICOV, 2007). No caso desta pesquisa, também constatamos o predomínio das produções acadêmicas em EA (teses e dissertações) oriundas das IES públicas como poderá ser observado no gráfico 3, entretanto, neste caso não são a USP e a Furg as IES com maior número de trabalhos produzidos. As IES e PPGs predominantes nesta investigação são as Universidade Estácio de Sá (Unesa) no PPG em Educação, com três trabalhos e a Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ) no PPG em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social com dois trabalhos selecionados, as demais com um trabalho cada uma.

Os trabalhos selecionados foram defendidos entre os anos de 1993 e 2009, como evidenciado no gráfico 2.

No ano de 2003, percebe-se um salto no número das produções que investigaram os conceitos de sustentabilidade e de DS, mas sobretudo, no período que abarca os anos de 2005 e 2009 houve a maior concentração no número de trabalhos produzidos que se preocuparam em investigar tais conceitos. A partir destes dados, levantamos a hipótese de que este fato não tenha ocorrido por acaso, uma vez que a partir de dezembro de 2002 houve uma maior difusão no que diz respeito ao tema da sustentabilidade e do DS, pois foi nesse ano que a ONU, em parceria com a UNESCO, adotou a Resolução nº 57/254 e declarou o início da “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” - 2005-2014, (UNESCO, 2004), como já apontado, o que poderia ter influenciado o campo das pesquisas em EA.

**Gráfico 2:** Data das produções (anos das defesas).



Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

Quanto à “dependência administrativa” das IES nas quais são produzidas as pesquisas em EA, nota-se que a maior parte delas, segundo as que estão sendo analisadas nesta investigação, são provenientes de Universidades Públicas (73%), conforme podemos observar no gráfico 3. Constatação que corrobora os dados levantados por Souza (2012), Reis (2013), Zupelari (2014) e Nery-Silva (2015), que também trabalharam com o mesmo banco de dados utilizado por esta pesquisa.

Esse predomínio das IES públicas em pesquisas no campo da EA, segundo Carvalho e Schmidt (2008), deve-se, principalmente, à relação universidade/ensino-pesquisa-extensão, característica das IES públicas.

**Gráfico 3:** Proveniência dos trabalhos selecionados.



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2015).

Uma vez realizado o mapeamento das teses e dissertações que compõem o *corpus* documental desta pesquisa, daremos início, a partir das seções posteriores, à “exploração do material” e discussão (“tratamento dos resultados”, “inferência” e

“interpretação”) dos vinte e dois trabalhos constantes no *corpus* documental desta pesquisa. Vale ressaltar que as análises serão feitas a partir da leitura atenta e na íntegra dos vinte e dois trabalhos selecionados.

#### **4.1. SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AOS CONCEITOS DE SUSTENTABILIDADE E DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NOS TRABALHOS ANALISADOS**

“[...] Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo. E examinai, sobretudo, o que parece habitual. Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural [...]”<sup>57</sup>

Neste item são analisados os diferentes significados atribuídos aos conceitos de “sustentabilidade” e de “desenvolvimento sustentável” nos trabalhos selecionados.

Identificamos a existência de trabalhos que apresentam críticas ao conceito de DS. E outros que se mostraram confiantes quanto às possibilidades do conceito para a superação da “crise socioambiental”. A maior parte das críticas feitas pelos trabalhos que são contrários ao conceito de DS estão relacionadas com a questão da “luta de classes” e ao caráter “globalizante” e ideológico que estaria implícito no conceito de DS.

Outra característica identificada nos trabalhos analisados é que, em alguns deles, podemos observar o entendimento de que sustentabilidade e DS seriam conceitos distintos, neste caso o DS é visto como apropriação ideológica do conceito da sustentabilidade como, por exemplo, encontramos nos Tr 338, Tr 7723 e Tr 671. Em outros trabalhos, no entanto, os conceitos parecem ser tratados como sinônimos, como é o caso dos Tr 6418 e Tr 1507.

A diferença nas posições referentes aos conceitos, já havia sido indicada no trabalho de Sartori, Latrônico e Campos (2014), que analisaram e caracterizaram, em periódicos científicos, os conceitos de sustentabilidade e de DS. Na referida pesquisa, é indicado que nem todos os trabalhos que se voltaram ao tema, compartilham da mesma opinião, uma vez que em determinados estudos podemos encontrar os

---

<sup>57</sup> Trecho de: “O analfabeto político” de Bertolt Brecht.

conceitos de sustentabilidade e de DS apresentados como antagônicos entre si, enquanto em outros não se observa absolutamente nenhuma diferença conceitual entre eles, ou seja, ora referem-se ao conceito de sustentabilidade o que em outros momentos, em uma mesma pesquisa, havia sido referido como DS, sem fazer nenhuma distinção entre eles.

Observamos também, nos trabalhos analisados, o enveredamento dos mesmos por vários assuntos. Além da já mencionada “luta de classes”, os temas da “ética” e da “ética ambiental” também são abordados para se pensar a conjuntura em que está inserida a proposta do DS, bem como a questão da “entropia” (Tr 792), a “relação entre as causas da pobreza e da degradação ambiental”, a “insuficiência das estratégias do desenvolvimento econômico”, a “pertinência das perguntas acerca do que deve ser sustentado, por que e para quem”, assim como as “consequências da imprecisão do termo para o consenso” e a “falta de discussão ampla na sociedade sobre o que é desenvolvimento sustentável” (Tr 792, p. 19). E, por fim, destaca-se o Tr 456, que discute o conceito de DS por meio da “expressão” “Desenvolvimento Durável”.

O “binômio” do desenvolvimento sustentável, “desenvolvimento + sustentabilidade”, se apresentou como o grande desafio para século XX, pois trouxe para a humanidade uma intrigante e inquietante questão “[...]: é possível conciliar de maneira satisfatória a busca do bem-estar material da humanidade e a preocupação com a durabilidade das formas de vida e dos **recursos naturais**?” (Tr 1893, p. 11, grifo nosso). Esta citação abre nossas análises com a questão fundamental que permeia o pensamento crítico acerca dos conceitos de sustentabilidade e/ou de DS, ou seja, a legitimidade das propostas que acreditam ser possível a junção harmoniosa entre justiça social, preservação da natureza e desenvolvimento econômico na conjuntura do capitalismo. Nota-se, ainda, na citação apresentada, o conceito “recursos naturais”, referindo-se aos elementos da natureza, conceito este frequentemente encontrado nos discursos daqueles que defendem o DS nos moldes como ele foi pensado, em sua gênese, pelos países industrializados de primeiro mundo. Entretanto, neste caso (Tr 1893), este conceito que nos remete à uma concepção “utilitarista” e recursista de natureza, foi empregado em um contexto de crítica ao caráter “desenvolvimentista” implícito no conceito de DS, o que serve para

exemplificar, ainda que não seja esse o foco deste estudo, a intensidade com que o antropocentrismo relativo ao DS está arraigado na nossa cultura.

Em nossa pesquisa, notamos, que o termo “recursos naturais” utilizado para se referir aos elementos da natureza está presente em todos os trabalhos analisados (Tr 338, Tr 387, Tr 619, Tr 671, Tr 792, Tr 826, Tr 1893, Tr 2920, Tr 1507, Tr 1548, Tr 456, Tr 1226, Tr 3383, Tr 4881, Tr 5088, Tr 6418, Tr 7129, Tr 7723, Tr 1734, Tr 8283, Tr 4431 e Tr 4036) e em nenhum deles há algum tipo de problematização sobre o significado do termo, mesmo naqueles trabalhos que se apresentam como críticos no que se refere à concepção “utilitarista” e antropocêntrica de natureza e à apropriação dos elementos naturais pelo sistema capitalista. No Tr 826, afirma-se a existência de “**bens biológicos**” e da biodiversidade enquanto uma “**riqueza**”, outro indício de um pensamento antropocêntrico e “utilitarista” de natureza.

Por outro lado, no trabalho Tr 4881 encontramos a crítica à concepção antropocêntrica, na qual a natureza é vista como um mero “material” que estaria a serviço da tecnologia e, esta, por sua vez, serviria aos seres humanos:

**Na abordagem antropocêntrica a natureza é vista como um material que possibilita a sustentação tecnológica, e o homem é um usuário dessa tecnologia.** Mas quem disse que o mundo foi criado para servir ao homem como um mero instrumento para suas satisfações e realizações? (Tr 4881, p. 51-52, grifo nosso).

Nesse contexto, de crítica ao antropocentrismo e à negação de um “valor intrínseco” da natureza pelo capitalismo, outro tema frequentemente encontrado nos trabalhos analisados é a questão da “ética”. De acordo com Tr 1226, a “ética” é a “bússola da sustentabilidade”. Deste modo, identificamos que o tema “ética” é abordado, além do já mencionado Tr 1226, em todos os outros trabalhos analisados, exceto no Tr 1734.

O Tr 619, afirma que o conceito de sustentabilidade abrange outras questões muito mais amplas que somente o “ambiente físico”, como a “concepção conservacionista” o concebe. Sustentabilidade, segundo a visão empregada nesse trabalho, e também observado em Tr 1548, é um “imperativo moral e ético”. De acordo com Tr 619:

**O conceito de sustentabilidade não se restringe ao ambiente físico**, mas também abrange as questões de pobreza, população, segurança alimentar, democracia, direitos humanos e paz. **Sustentabilidade é enfim um imperativo moral e ético no qual a diversidade cultural e o conhecimento tradicional precisam ser respeitados.** (Tr 619, p. 20, grifo nosso).

O Tr 387, ao abordar criticamente as questões ambientais, passa pelo campo da ética, bem como da política, pois de acordo com esse trabalho, a “crise ambiental” é, essencialmente, uma “crise ética e política da razão” e, portanto, sua solução “[...] não pode limitar-se a equacionar desenvolvimento com sustentabilidade, mas deve, necessariamente, proporcionar o desenvolvimento de uma consciência autônoma e crítica”. De acordo com o trabalho:

**[...] a crise ambiental é, na essência, uma crise ética e política da razão.** Da razão instrumental manifestada em tudo e por todos inseridos na chamada sociedade industrial, por mais que despercebida. [...] **A sua solução, portanto, não pode limitar-se a equacionar desenvolvimento com sustentabilidade, mas deve, necessariamente, proporcionar o desenvolvimento de uma consciência autônoma e crítica que questione essa noção de desenvolvimento e proponha novas formas de relação, conscientes da teia de causas e conseqüências entre crise ambiental e as circunstâncias sociais, econômicas e políticas de nossa história recente.** (Tr 387, p. 170-171).

O tema “ética ambiental”, especificamente, é outro assunto abordado nos trabalhos. O assunto é tratado nos trabalhos Tr 387, Tr 619, Tr 2920, Tr 4881, Tr 6418 e Tr 1548.

O Tr 4881 discute a “ética ambiental” como sendo o “encontro da moral com a natureza” e que só foi concebida com a advento do ser humano. Contudo, esse trabalho ressalta que “o valor já existia” e que, apesar da “tradição ética dominante” reconhecer o “valor intrínseco” dos elementos naturais, os elementos “não-humanos” só são de fato “passíveis de considerações éticas” quando “[...] o interesse ou os direitos humanos podem ser afetados”. E, ainda segundo esse trabalho, a “ética ambiental” nasceu justamente em “oposição às lógicas utilitaristas”. De acordo com o trabalho, quando a “ética ambiental” defende um valor próprio da natureza:

Não se está falando do valor instrumental da natureza e sim do valor intrínseco, que é o valor que a natureza têm por si só, enquanto natureza, é um valor inerente (Grün, 1996). **É justamente em oposição às lógicas utilitaristas que vai nascer a maior parte das éticas ambientais dos anos 80. A tradição ética dominante é capaz de reconhecer o valor intrínseco de entidades não**

**humanas. Contudo percebe-se que tais entidades são passíveis de considerações éticas apenas indiretamente, ou seja, apenas quando o interesse ou os direitos humanos podem ser afetados.** É o caso da crise em que se vive. Somente agora sente-se a necessidade da ética ambiental, de ter uma argumentação teórica para discutir a crise ecológica que tanto afeta a todos. (Tr 4881, p. 51, 52, grifo nosso).

Para o Tr 1548, o conceito de sustentabilidade além de um “novo paradigma para o desenvolvimento humano”, comporta um “senso profundamente ético”, veja-se:

A sustentabilidade tem-se consolidado como um **novo paradigma para o desenvolvimento humano**, sendo elucidada como um **senso profundamente ético**, de igualdade e justiça social, de preservação da diversidade cultural, de autodeterminação das comunidades e de integridade ecológica. A sustentabilidade nos põe o seguinte desafio: a nossa questão fundamental não é mais viver melhor futuramente, mas viver de modo diferente hoje, aqui e agora e, para que isso aconteça, exige profundas mudanças na forma de pensar, viver, produzir e consumir. (Tr 1548, p. 75, grifo nosso).

De acordo com esse trabalho, o DS deveria ser, antes de tudo, um conceito alternativo de desenvolvimento para, alicerçado em uma “ética ambiental”, superar o conceito de “desenvolvimento econômico tradicional”, buscando “[...] conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental e, ainda, o fim da pobreza no mundo “ (Tr 1548, p. 59).

Nesse sentido, o DS deve estar comprometido com a “ética social, ecológica e política” (Tr 1548, p. 54). Por meio da citação de Ely (1992)<sup>58</sup>, há nesse trabalho o entendimento de que o conceito de desenvolvimento implícito ao DS deveria estar voltado, sobretudo, à melhoria no “bem-estar” e na “qualidade de vida individual e coletiva para as atuais e futuras gerações”, fruto da relação de harmonia entre os âmbitos “político”, “econômico”, “social” e “natural”. De acordo com o trabalho, o DS é entendido

[...] para uma sociedade particular, comunidade, município, estado, país, região (mercado comum), enfim para o planeta terra, **melhorar o bem-estar e a qualidade de vida individual e coletiva para as atuais e futuras gerações**, fruto da integração harmônica entre os sistemas político, econômico, social e natural, reproduzindo a qualidade ambiental, o habitat humano, que permita o desenvolvimento integral, biológico, social e psicológico do ser humano. (ELY, 1992 apud Tr 1548, p. 54, grifo nosso).

---

<sup>58</sup> ELY, Aloísio. **Economia do meio ambiente**. 4. ed. Porto Alegre, RS: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1992.

Em relação ao conceito de sustentabilidade, de acordo com o Tr 1226, tal conceito é ainda um conceito em construção e, “[...] qualquer revisão de definições de sustentabilidade, no momento atual, estará sempre ultrapassada assim que for concluída [...] (p. 115). Para o autor do trabalho, as definições de sustentabilidade frequentemente estão associadas aos conceitos de desenvolvimento “[...] tanto quanto à preocupações que vinculam a sustentabilidade aos aspectos socioeconômicos das sociedades humanas [...] (Tr 1226, p. 115).

Segundo o Tr 7129, “O conceito de desenvolvimento sustentável ainda se encontra profundamente marcado pela dimensão do crescimento econômico [...]”

[...] cujo pressuposto se embasa na defesa dos processos de industrialização e de urbanização, **havendo clara sobreposição da dimensão econômica, frente às dimensões sociais, culturais e ecológicas.** (Tr 7129, p. 21, grifo nosso).

Difícil, de acordo com os trabalhos Tr 7129, Tr 338, Tr 8283 e Tr 387, “equacionar” as dimensões do DS (economia, sociedade e meio ambiente) em escala global, em um mundo marcado por diferenças nas classes sociais.

De acordo com o já citado Tr 1893: “Enquanto se procura equacionar a questão “economia, sociedade e meio ambiente” nos níveis mundial, nacional, regional e local, estas dimensões interpõem-se em qualificações, valores e atributos assim sintetizados: eficiência econômica, justiça social e meio ambiente harmônico” (p. 13). E, deste modo, “uma vez acionadas, as três dimensões convertem-se facilmente num jogo de significações dialéticas, paradoxais e mesmo contraditórias ante as inúmeras representações admissíveis da realidade que configuram para cada cultura do planeta” (p. 13). Segundo o trabalho, dentre a tríade sociedade, economia e meio ambiente:

**[...] é da dimensão social que se espera a melhoria da qualidade de vida como parte de um leque de aspirações humanas amplamente assumidas**, como a superação da pobreza extrema, o atendimento das necessidades básicas, a garantia de saúde e acesso à educação, o ‘empoderamento’ das comunidades e grupos humanos marginalizados, e a justiça social. (Tr 1893, p. 13, grifo nosso).

Nesse trabalho, encontramos críticas ao modelo de DS proposto pelo capitalismo, o qual tem a “[...] dimensão econômica como o principal critério [...]” e o

bem-estar social significando “[...] a produção e o consumo praticados em larga escala, sem contrapartida em favor do meio ambiente [...]”. (Tr 1893, p 11). Veja-se:

**O dilema acima exposto põe em evidência o questionamento sobre a dimensão econômica como o principal critério de ‘desenvolvimento’. A busca de bem-estar tem significado a produção e o consumo praticados em larga escala, sem contrapartida em favor do meio ambiente: para produzir e preciso usar extensivamente os recursos naturais** (MAIMOM, 1997). Por sua vez, e inegável a necessidade de conservação da vida em todas as suas manifestações, uma exigência que compromete a própria garantia de sobrevivência do planeta que não tem como continuar a dispor ilimitadamente de seus recursos para produzir o bem-estar (?) (sic) humano. (Tr 1893, p. 11, grifo nosso).

E, ainda nesse sentido, o trabalho ressalta, como apontado, que, dentre as dimensões do DS, é atribuído à dimensão social a expectativa quanto à melhoria na qualidade de vida “como parte de um leque de aspirações humanas” (Tr 1893, p. 13).

Ainda de acordo com esse trabalho:

O conceito de Desenvolvimento Sustentável surgiu em meio a um cenário mundial de mudanças de paradigma em virtude da percepção de que o encaminhamento do desenvolvimento das sociedades humanas se fundamentou em bases não sustentáveis. (Tr 1893, p. 14).

Cumprir destacar que, alguns autores, tais como Herculano (1992)<sup>59</sup>, Carvalho<sup>60</sup> (1995, 1996 e 1997), Quintas (1996)<sup>61</sup> e Layrargues (1998)<sup>62</sup>, “[...] questionam e denunciam as contradições, as falsidades e as imprecisões do discurso e da prática do Desenvolvimento Sustentável nos campos político, institucional e ideológico” (Tr 1893, p. 14).

A crítica presente nesse trabalho, portanto, partindo dos autores citados, baseia-se na “análise dos mecanismos e resultados obtidos sob a ‘macroótica’ das apropriações e manipulações ideológicas a que o conceito vem sendo submetido, daí

<sup>59</sup> HERCULANO, S. Do desenvolvimento (In) suportável à sociedade feliz”. In: GOLDENBERG, M. (org.). **Ecologia, Ciência e Política**. Rio de Janeiro. Revan, 1992. p. 9-45.

<sup>60</sup> CARVALHO, I.C.M.

<sup>61</sup> QUINTAS, J.S. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável**. Brasília: IBAMA, 1996.

<sup>62</sup> LAYRARGUES, P.M. **A Cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. Sao Paulo: Annablume, 1998.

as suas inúmeras distorções”. Encontramos nesse trabalho, no entanto, o entendimento de que o “[...] Desenvolvimento Sustentável, como proposta, seria inovadoramente conciliatório na medida em que potencializasse a redução dos conflitos econômicos e da injustiça social que o modelo econômico ocidental impõe” (Tr 1893, p.15, grifo nosso).

Ainda para esse trabalho, ao passo que as expectativas de qualidade de vida para a humanidade criadas para o século XXI aumentam, surge a crença de que não há mais como retroceder frente à degradação ambiental causada pelos humanos. Deste modo, aumenta-se a confiança na ciência e tecnologia e no próprio sistema capitalista no que diz respeito a salvação do Planeta. Sendo, por conseguinte, os países desenvolvidos e detentores dos mais modernos meios de tecnologia e tecnociência os “novos messias”.

No Tr 4881, observa-se uma defesa no que diz respeito à ciência e tecnologia, as quais poderiam levar ao progresso equilibrado, porém a noção do “progresso pelo progresso” só pode levar ao mau uso dos elementos tecnocientífico e, conseqüentemente, à resultados catastróficos. Nesse trabalho, há o entendimento de que essa “[...] noção de progresso pode não ter se extinguido até os dias atuais, mas já se encontra hoje, a noção de desenvolvimento sustentável, que está muito preocupada com a questão ambiental” (Tr 4881, p. 35). Ou seja, procura-se, de acordo com Tr 4881, a partir do DS, “tentar articular a noção de sociedade e natureza” (Tr 4881, p. 35). Ainda de acordo com esse trabalho, essa “noção de progresso” é oriunda dos países desenvolvidos, os quais “não levaram em conta que para ‘progredir’ era preciso trabalhar com recursos naturais não renováveis, por isso não só enfrentaram uma crise econômica, mas ambiental e social (Tr 4881, p. 35).

Nos trabalhos Tr 338, Tr 387, Tr 792, Tr 1893 e Tr 1226 também encontramos críticas direcionadas à confiança atribuída à tecnociência e ao capitalismo como esperanças para a superação da “crise ambiental” e ao seu caráter “salvacionista”.

O Tr 1226, discute a ideia defendida por Schultink (1992)<sup>63</sup>, o qual defende o “desenvolvimento sustentável como uma administração dos recursos naturais que possa assegurar ou aumentar a capacidade de produção a longo prazo de recursos

---

<sup>63</sup> SCHULTINK. G. Evaluation of sustainable development alternatives: relevant concepts, Resource Assessment, Approaches and Comparative Spatial Indicators. **International Journal of Environmental Studies**, v. 41, p. 203-224, 1992.

básicos e que assegure a saúde e o bem-estar a longo prazo derivados do uso dos recursos de sistemas alternativos, com impactos ambientais toleráveis” (Tr 1226, p. 117). De acordo com o Tr 1226:

Essa definição, porém, não chega a explicitar esses recursos alternativos, apenas sugere que o avanço da tecnologia deverá sempre suprir essas necessidades. Apesar de concordarmos que, de certa forma, a história tem mostrado essa capacidade de inovação tecnológica, a definição aponta para uma confiança excessiva na tecnologia como saída para um mundo mais sustentável. (Tr 1226, p. 117).

Para o Tr 387, bem como o para o já mencionado Tr 1893, os próprios sujeitos, dentro das várias comunidades, podem colocar em prática os elementos válidos e legítimos que o discurso apresenta e que faça sentido dentro do contexto em que estiver o sujeito e, desta forma, serem os próprios indivíduos responsáveis por mudanças significativas nas diferentes comunidades, rumo à sustentabilidade.

Esse trabalho, embasado na perspectiva do socialista estadunidense John B. Foster<sup>64</sup>, entende que os humanos podem sim “[...] mudar o curso dos processos naturais, alterando a sua própria relação com o ambiente por meio de suas intervenções”, superando a “alienação da natureza”. De acordo com esse trabalho, a solução para a superação da alienação da natureza estaria nos próprios humanos (Tr 387, p. 52, grifo nosso). E, ainda, para esse trabalho, o movimento em direção à “sustentabilidade socioambiental” não pode ser interpretado como um “horizonte predefinido”, mas sim como um “processo de construção social” e, de acordo com o trabalho, trata-se de um processo de construção, de um movimento que deva “[...] ser feito pelos atores sociais de direito, e que, pela autoconsciência, podem tornar-se de fato, ao protagonizarem novas relações humanas produtoras de ambientes sustentáveis” (Tr 387, p. 171).

Ainda nesse sentido, de acordo com o Tr 338, para que os sujeitos saiam de um estado de alienação e consigam estar em uma posição de reflexão e críticas veementes, para que participem dos processos de decisão coletiva, é fundamental que se tenha a “consciência de classes”. O tema da “luta de classes” para se pensar a questão do conceito de DS é discutido nos seguintes trabalhos: Tr 338, Tr 387, Tr 792 e Tr 1226.

---

<sup>64</sup> FOSTER, J. B. **A Ecologia de Marx, Materialismo e Natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

A “luta de classes”, segundo o Tr 338, embasado em Lukács (1974)<sup>65</sup>, é o que media as relações entre os humanos e a natureza e, para tecer críticas ao conceito de DS, há que se desenvolver um estudo concreto da sociedade a fim de “[...] demonstrar o caráter ideológico dessa concepção de desenvolvimento e meio ambiente” (p. 2) como, por exemplo, analisando “[...] a superpopulação e o superconsumo numa relação dialética com a superprodução, categoria, esta, negligenciada pela concepção de desenvolvimento sustentável” (p. 2). Nesse sentido, esse trabalho afirma

[...] que esta negligência tem razão de existência, qual seja a de dissimular os interesses de reservas de mercado nas propostas de preservação dos recursos naturais; e, ao mesmo tempo, dissimular a luta de classes nas crises ambientais da sociedade contemporânea, tais como a questão do Aquecimento Global e conseqüente Alteração do Clima. (Tr 338, p. 2-3).

Desta forma, o trabalho entende a união entre desenvolvimento e meio ambiente, implícita no conceito de DS, como uma proposta que oculta da coletividade a realidade da “luta de classes”, e “[...] o interesse de urna determinada classe em monopolizar e explorar os remanescentes recursos naturais”. (Tr 338, p. 43-44). Há, nesse trabalho, um item específico intitulado: “Ideologia e Luta de Classes”, no qual se procedeu a

[...] análise crítica desta **concepção de desenvolvimento e meio ambiente, a fim de explicitarmos que a sua fundamentação esta alicerçada em ideologias, cujo objetivo e o de dissimular os interesses capitalistas imbricados na conservação dos recursos naturais que ainda restam para explorar no planeta.** Na medida em que divulga a ideologia de que os recursos naturais pertencem a humanidade de forma indistinta da organização social dividida em classe, ao colocar a preservação do meio ambiente como o verdadeiro interesse coletivo, esta concepção oculta a luta de classes na sociedade capitalista. (Tr 338, 43-44, grifo nosso).

Compreender a “concepção de desenvolvimento e meio ambiente”, a qual, “[...] no discurso ambiental conservacionista, se coloca como o instrumento para garantir as necessidades da humanidade no presente sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras” é um dos objetivos desse trabalho (Tr 338, p. 43), o qual, como apontado, entende a concepção “desenvolvimento e meio ambiente” como ideologia do sistema capitalista capaz de falsear e ocultar a realidade da “luta de classes”.

---

<sup>65</sup> LUKACS, G. **História e Consciência de Classe** Rio de Janeiro: Elfos, 1974.

Ainda de acordo com esse trabalho:

O fim da sociedade dividida em classes, apenas se tornará realidade com a abolição da propriedade privada dos meios de trabalho. Nestas condições, as relações de trabalho de uma sociedade, para além do capital, deverá ser construída na perspectiva da totalidade. **É nesta perspectiva que fundamentaremos a nossa crítica ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, posto esta concepção se colocar como instrumento por excelência a construção de uma sociedade onde o homem e a natureza possam desenvolver relações de equilíbrio e sustentabilidade social e ambiental no presente e no futuro.** Em outras palavras, **coloca-se como opção histórica para a redenção da humanidade.** (Tr 338, 48, grifo nosso, grifo nosso).

Com base em Sachs (1986)<sup>66</sup> e em MacNeill et al (1992)<sup>67</sup>, há nesse trabalho o entendimento:

Na concepção do Desenvolvimento Sustentável a destruição ambiental desse modo de produção [industrial] aparece como efeitos não-previstos, conseqüências inesperadas de certas formas de crescimento econômico [...], como o lado mau do desenvolvimento (SACHS, 1986), ou como as externalidades do desenvolvimento (MacNeill et al, 1992). Isto é, como o lado mau, não previsto, que pode ser corrigido através do aparato científico tecnológico que esta sociedade construiu para o progresso da humanidade. (Tr 338, p. 51).

Para esse trabalho, a concepção do DS, embasada na ideologia burguesa, objetiva ocultar as contradições entre “Trabalho e Capital”, ou seja, trata-se de um “arcabouço teórico que mascara a realidade no lugar de esclarecê-la”, indicando as “relações sociais, historicamente dadas, como relações naturais e universais”.

[...] demonstramos que **a concepção do desenvolvimento sustentável tem sido fundamentada com base na ideologia burguesa, cujo objetivo e o de encobrir as contradições entre Trabalho e Capital, ou seja, é um arcabouço teórico que mascara a realidade no lugar de esclarecê-la.** A maquiagem que a ideologia cria apresenta as relações sociais, historicamente dadas, como relações naturais e universais. (Tr 338, 111, grifo nosso).

Desta forma, de acordo com esse trabalho, diagnósticos ambientais são ricos em dados estatísticos acerca do nível de destruição nos ambientes naturais, mas, por outro lado, são pobres no que se refere à análise das causas da “crise ambiental”, não indo muito além da atribuição de todo e qualquer problema ambiental à superpopulação do planeta (Tr 338).

<sup>66</sup> SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo.: Vertice, 1986.

<sup>67</sup> MACNEILL, J; WINSEMIUS, P; YAKUSHIJI, T. **Para Além da Interdependência: a relação entre a economia mundial e a ecologia da terra.** Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

No capítulo “A Ideologia do Desenvolvimento Sustentável”, o Tr 338 tece uma análise crítica acerca da junção entre “desenvolvimento e meio ambiente”, que ao se fundirem dão forma a expressão “desenvolvimento sustentável”, alicerçada em ideologias que objetivam “[...] dissimular os interesses capitalistas imbricados na conservação dos recursos naturais que ainda restam para explorar no planeta”.

De acordo com esse trabalho, a definição clássica de DS, constante no “Relatório Brundtland”, a qual indica para “[...] a necessidade de preservar os recursos naturais para o uso comum da humanidade e às futuras gerações” é um dos exemplos de como os interesses da “classe dominante” são, como visto anteriormente, “apresentados como interesses universais, dissimulados que estão pelos véus da ideologia” (Tr 338, 46).

Novamente no contexto do trabalho Tr 1893, “a questão central está em descobrir o processo adequado à cada realidade [...]”. O referido trabalho parece entender a sustentabilidade e o DS como conceitos distintos, fato que é evidenciado sobretudo no momento em que se apoia em Gadotti (1997) para dizer que “[...] o desenvolvimento sustentável, mais que um conceito científico, é uma ideia-força<sup>68</sup>, uma ideia mobilizadora, deste final de século. ” (Tr 1893, p. 14).

Entretanto, esse conceito tem “atendido às conveniências” do modelo capitalista neoliberal de economia planetária, engendrando e/ou fomentando injustiças em nível social e ambiental. Assim:

O conceito, entretanto, tem atendido às conveniências desse modelo e reproduzido a perversão do sistema na exploração irresponsável da sociedade e do meio ambiente, pois não só as desigualdades sociais perduram, como se agrava exponencialmente a degradação ambiental, enquanto se amplia o vácuo que define o binômio entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. (Tr 1893, p. 14-15).

O entendimento de que o DS seja a “ideia-força” para conduzir à sustentabilidade, presente no Tr 1893, corrobora trabalhos como Lima (2003); Loureiro (2012) e Nascimento (2012), os quais entendem haver grandes diferenças

---

<sup>68</sup> Como já apontado, alguns autores não entendem o DS como conceito e, bem como Tr 1893, também classificam o DS como sendo uma “ideia força”, rumo à sustentabilidade: “[...] DS seria na verdade uma “ideia força”, ou seja, um conjunto de manifestos respaldados por um princípio na busca de um desenvolvimento qualificado advindos de uma preocupação fundamental, que teria por base as considerações da CMMAD: “crescer sem comprometer a capacidade de suporte dos ecossistemas e seus ciclos, garantindo a existência social [...] a longo prazo” (DOVERS E HANDMER, 1992; SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014; LOUREIRO, 2012).

entre os conceitos (que alguns desses autores chamam de “noção” ou “discurso”) de sustentabilidade e de DS, sugerindo não serem sinônimos, uma vez que têm suas gêneses em contextos históricos distintos e, principalmente, pelas diferentes posições ideológicas que assumem. Para esses autores, DS seria a derivação entre “sustentabilidade e desenvolvimento” em tempo de ascensão do capitalismo neoliberal. Entendimento esse que parece estar de acordo com os trabalhos Tr 338, Tr 7723, Tr 1893, Tr 387, Tr 792, Tr 2920 e Tr 1226, ainda que partam de pressupostos teóricos distintos e níveis diferentes de crítica.

De acordo com o Tr 2920, citando Santos (2005), o termo “sustentável” seria o “[...] adjetivo que qualifica o substantivo Desenvolvimento” (SANTOS, 2005, p. 39 apud Tr 2920, p. 33). E, por isso mesmo não é quantificável, podendo admitir-se que

[...] que cada um tem direito de emitir seu conceito próprio ou adaptá-lo conforme suas necessidades ou interesses. O conceito proposto pela ONU, pelos seus fóruns específicos, e mais tarde pela Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92), é considerado um dos conceitos, mas não o único. (SANTOS, 2005, p. 39 apud Tr 2920, p. 33).

Nos trabalhos analisados Tr 1507 e Tr 6418, não há explicitação quanto à equivalência dos conceitos, todavia, inferimos, a partir das leituras feitas, de que nesses dois trabalhos, os conceitos de sustentabilidade e de DS são entendidos como conceitos sinônimos, pois são explorados de forma tão imbricada que parecem se equivaler em valor e significado. Um exemplo disso, é a crítica presente no Tr 6418:

Ora, uma dupla pergunta subjacente à questão desenvolvimento sustentável, que raramente se torna explícita, é a seguinte: sustentar o quê, e para quem? No nosso entender, esse é o cerne da questão, pois essa pergunta nos remete ao universo dos critérios de sustentabilidade no pensamento hegemônico, no qual predominam as soluções técnicas. (Tr 6418, p. 120).

O excerto apresentado acima, é um exemplo da utilização dos conceitos de sustentabilidade e de DS sem um distanciamento evidente entre eles. Nesse trabalho é feita a crítica à “sustentabilidade no pensamento hegemônico” que, podemos ter como hipótese, seja o próprio conceito de DS pela perspectiva desse trabalho.

Em relação à essa discussão, o Tr 1226, faz uma síntese das definições de sustentabilidade e de DS, a partir dos seguintes referenciais: Brundtland (1991), Howe (1979), Sachs (1986), Markandya e Pearce (1992; 1994), Barbier (1989), Oposcoor e Reijnders (1991), Meadows (apud BELLEN, 2005), Schultink (1992), Houssain (1995),

Capra (2001), Heal e Kunreuther (2003), Winograd (1995), Strong (1995), Munro (1995) e Harrison (2000). Deste modo, apresentamos abaixo as tais considerações feitas pelo referido trabalho, ainda que por meio de longos excertos:

A primeira definição comentada pelo Tr 1226 é a do conceito de DS constante no “Relatório de Brundtland”, para o qual “O desenvolvimento sustentável procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro” (BRUNDTLAND, 1991, p. 44).

De acordo com esse trabalho, na visão de DS presente no “Relatório Brundtland”, “[...] o desenvolvimento sustentável requer que a sociedade esteja ‘intrinsecamente compatível’ com o ambiente” (Tr 1226, p. 115). E que a sustentabilidade:

[...] pode ser vista como a utilização das necessidades básicas de uma sociedade no presente — comida, água, abrigo, roupa, lazer, trabalho, remédios — sem que a habilidade das futuras gerações de conhecer e satisfazer suas próprias necessidades seja comprometida. [O Relatório] Alerta para que essa utilização dos meios necessários à satisfação das necessidades de uma geração deve, portanto, ser feita de forma ética, ou seja, deve ser feita na medida em que haja uma preservação parcial dos recursos para as gerações futuras. (Tr 1226, p. 115).

Ainda no tocante ao “Relatório Brundtland”, o trabalho entende que o referido documento não explica de forma clara o significado de “sociedade intrinsecamente compatível com o meio ambiente” e, nem tampouco, faz qualquer menção ao “[...] modelo de organização da economia das sociedades atuais”. Veja-se:

Não há, entretanto, em todo o relatório nenhuma indicação mais precisa sobre o que significa “uma sociedade intrinsecamente compatível com o meio ambiente”, nem mesmo, por outro lado, nenhuma referência ao modelo de organização da economia das sociedades atuais. (Tr 1226, p. 115).

Quanto a noção de que devem ser consideradas sustentáveis “[...] aquelas atividades que possam manter-se durante um período prolongado de tempo [...]”, conforme constante no Relatório, ainda de acordo com Tr 1226, essa noção que se tornou emblemática no que se refere ao tema da sustentabilidade e do DS, ou seja, “[...] o conceito de sustentabilidade vinculado com a permanência ao longo do tempo [...], não é uma definição originária no documento. De acordo com esse trabalho:

**Howe (1979)**<sup>69</sup> já havia definido que as atividades humanas relacionadas à extração dos recursos naturais devem ser consideradas se puderem ser mantidas ao longo do tempo. Ou seja, devem ser consideradas sustentáveis aquelas atividades que possam manter-se durante um período prolongado de tempo. Deste modo, o conceito de sustentabilidade vinculado com a permanência ao longo do tempo cuja sugestão era a de que deveriam ser analisados não os recursos utilizados e sim aqueles que foram preservados. (Tr 1226, p. 115-116, grifo nosso).

Outras definições do conceito de sustentabilidade e de DS são apresentadas e comentadas nesse trabalho. Veja-se:

**Sachs (1986)** refere-se à sustentabilidade espacial como a capacidade do planeta de dar suporte ao crescimento demográfico e seus efeitos.

**Markandya e Pearce (1994)**<sup>70</sup> observam que a ideia básica do desenvolvimento sustentável é simples no que diz respeito aos recursos naturais, exceto quando se considera a sua exaustão. O uso desses recursos pelo processo produtivo deve ser sustentável ao longo do tempo.

Para **Barbier (1989)**<sup>71</sup>, o objetivo principal do desenvolvimento sustentável é encontrar um nível ótimo de interação entre três sistemas: o sistema ambiental, o sistema produtivo e o sistema social. (Tr 1226, p. 116, grifo nosso).

De acordo com o trabalho, a partir da definição proposta por Barbier (1989), podem surgir duas outras ideias sobre sustentabilidade: “[...] uma relacionada à sustentabilidade econômico-social, e outra, como uso otimizado dos recursos naturais e a administração do ambiente ao longo do tempo” (Tr 1226, p. 116). E, ainda de acordo com o trabalho, tais ideias “parecem antecipar a construção do triângulo da sustentabilidade”.

Outras definições, presentes no ainda âmbito do Tr 1226, são:

---

<sup>69</sup> HOWE, C. **Natural resource economics**. New York: Willy, 1979.

<sup>70</sup> MARKANDYA, A.; PEARCE, D. Natural environments and the social rate of discount. WEISS, J. (Ed.). **The Economics of project appraisal and the environment**. Aldershot, Hants, England; Brookfield, Vt., USA: E. Elgar, 1994.

<sup>71</sup> BARBIER, E. **Economics, natural resource scarcity and development: conventional and alternative views**. London: Earthscan Publications, 1989.

**Opscoor e Reijnders (1991)**<sup>72</sup> consideram sustentável a capacidade de uma sociedade manter um estado de equilíbrio dinâmico<sup>73</sup> em que as mudanças na natureza e no corpo social terminam por entrar em sintonia e por cancelar umas às outras.

**Markandya e Pearce (1992)** definem sustentabilidade como o desenvolvimento submetido a um conjunto de restrições nas quais o conjunto de taxas de extração de recursos naturais não é mais alto que a taxa de regeneração induzida ou natural desses recursos. **Já Meadows** (apud BELLEN, 2005, p. 47) entende que uma sociedade é sustentável quando pode persistir por várias gerações, ou seja, enxergar longe o suficiente e de forma ampla.

**Schultink (1992)** define o desenvolvimento sustentável como uma administração dos recursos naturais que possa assegurar ou aumentar a capacidade de produção a longo prazo de recursos básicos e que assegure a saúde e o bem-estar a longo prazo derivados do uso dos recursos de sistemas alternativos, com impactos ambientais toleráveis. Essa definição, porém, não chega a explicitar esses recursos alternativos, apenas sugere que o avanço da tecnologia deverá sempre suprir essas necessidades. (Tr 1226, p. 117, grifo nosso).

No que diz respeito à essa última definição de DS, proposta por Schultink (1992), o trabalho analisado concorda que, de certo modo, a história tem indicado para a “capacidade de inovação tecnológica”, contudo, de acordo com esse trabalho, essa definição “[...] aponta para uma confiança excessiva na tecnologia como saída para um mundo mais sustentável” (Tr 1226, p. 117).

Outra definição apresentada no Tr 1226 é aquela proposta por **Hossain (1995)**<sup>74</sup>, o qual afirma que:

---

<sup>72</sup> OPSCOOR H.; REIJNDERS, L. Indicators of sustainable development: an overview. In: KUIK, O.; VERBRUGGEN, H. **In search of indicators of sustainable development**. Dordrecht ; Boston : Kluwer Academic Publishers, 1991.

<sup>73</sup> A ideia de equilíbrio dinâmico de Opscoor e Reijnders, refere-se a ideia de que “[...] manter um estado de equilíbrio entre os recursos naturais, espécies vegetais e a poluição pode implicar em um uso condicional dos recursos renováveis”. Desta forma, “[...] esse equilíbrio requer um planejamento racional para cada região específica e para um dado tempo de duração de forma que seu uso não ultrapasse a formação de novos estoques (sic) de recursos. Esse planejamento, porém, de certo modo entra em conflito com o modelo de organização da economia baseado no mercado e na livre circulação de mercadorias típico da sociedade capitalista” (Tr 1226, p. 116-117).

<sup>74</sup> HOSSAIN, K. Evolving principles of sustainable development and good governance. In: GINTHER, K.; DENTERS, E.; WAART, P. J.I.M. (Ed.). **Sustainable development and good governance**. Dordrecht ; Boston : M. Nijhoff; Norwell, MA, U.S.A.: Sold and distributed in the U.S.A. and Canada by Kluwer Academic Publishers, 1995.

[...] uma sociedade sustentável está baseada em uma visão a longo prazo na qual se deve prever as consequências das diversas atividades, a fim de que estas não comprometam o ciclo de renovação dos recursos naturais. Uma sociedade sustentável, segundo esse autor, deve ainda considerar seriamente a justiça social.

Já **Capra (2001)**<sup>75</sup> define sustentabilidade como a capacidade de uma sociedade projetar o seu desenvolvimento de tal maneira que seu modo de vida, sua economia, suas instituições, sua tecnologia não interferiram com a inerente habilidade da natureza de manter a teia da vida.

**Heal e Kunreuther (2003)**<sup>76</sup> assinalam diz (sic) que a sustentabilidade é o tratamento simétrico<sup>77</sup> do presente e futuro entre gerações e esse tratamento assume valores positivos para o estoque dos recursos naturais a longo prazo. A sustentabilidade é o reconhecimento explícito dos “valores intrínsecos” dos recursos ambientais. (Tr 1226, p. 118, grifo nosso).

As definições acima, segundo esse trabalho, têm como particularidade “[...] sublinhar a importância de uma vinculação mais estreita do meio ambiente”. Enquanto que, “[...] outros autores, buscam definições mais amplas do conceito de sustentabilidade” (Tr 1226, 118).

**Winograd (1995)**<sup>78</sup> entende que o caminho para alcançar o desenvolvimento sustentável deve ser um processo que vise à satisfação do ser humano e de suas necessidades sem comprometer a sua relação bio-ecológica com o meio ambiente.

Já **Strong (1995)**<sup>79</sup> observa que o desenvolvimento sustentável envolve um processo de profunda mudança de ordem política, social, econômica, institucional e tecnológica, incluindo a redefinição das relações entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos.

**Munro (1995)**<sup>80</sup> define a sustentabilidade como um complexo de atividades capazes de, ao longo do tempo, para melhorar a existência humana e manter essa melhoria. (Tr 1226, p. 118, grifo nosso).

---

<sup>75</sup> CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2001.

<sup>76</sup> HEAL, G., KUNREUTHER, H. **You only die once: managing discrete interdependent risks**. Norwell, MA: Klumer Academic Publishers, 2003.

<sup>77</sup> De acordo com Tr 1226, “[...] ‘Tratamento simétrico’ do presente e do futuro entre as gerações significa tanto as gerações atuais, quanto as gerações futuras devem ser favorecidas no que diz respeito ao uso dos recursos naturais do meio ambiente” (Tr 1226, p. 118, grifo nosso).

<sup>78</sup> WINOGRAD, M. **Environmental indicators for Latin America and the Caribbean: toward land-use sustainability**. Sacramento, Califórnia: California Institute for Public Affairs, 1995.

<sup>79</sup> STRONG, M. **Required global changes: close linkages between environmental and development**. San Francisco, Califórnia: Institute for Public Affairs/IUCD, 1995.

<sup>80</sup> MUNRO, D. A. **Sustainability: rhetoric or reality in a sustainable world: defining and measuring sustainable development**. Sacramento, Califórnia: California Institute for Public Affairs, 1995.

E, por fim, o trabalho apresenta a visão de **Harrison (2000)**<sup>81</sup>, o qual afirma que:

“[...] o ponto de partida é tentar definir uma moldura com as informações que conseguimos, as quais estão relacionadas a assuntos de política social, econômica e ambiental. Somente ligando esses assuntos conseguiremos examinar os diferentes objetivos que estão reforçados ou em conflito na construção da sociedade. (Tr 1226, p. 118, grifo nosso).

A partir das definições apresentadas no Tr 1226, pode-se perceber que quase todos os significados de sustentabilidade e de DS, de modo geral, “[...] relacionam os aspectos ambientais, econômicos e sociais numa tentativa de construir um modelo que propicie às gerações futuras as mesmas ou melhores condições de satisfação de suas necessidades que teve a geração atual” (Tr 1226, p. 118). E, ainda, de acordo com o esse trabalho, percebe-se como é tênue e complexa a linha que há entre o conceito de sustentabilidade e de DS, algo que provavelmente tem influenciado para muitos trabalhos que se ocupam com o tema não se aprofundarem nos conceitos e não fazerem distinção entre eles. Segundo o trabalho Tr 1226, o conceito de sustentabilidade é permeado por uma “[...] série de contradições que poderia levar a uma tentação inicial de o abandonarmos, em face das dificuldades de uma definição precisa” (Tr 1226, p. 121).

Também o trabalho Tr 1507, como visto anteriormente, é um dos que não fazem distinção entre os conceitos de sustentabilidade e de DS no decorrer do texto, tratando-os como sinônimos em muitas passagens do texto e apresentando posicionamento favorável em relação aos mesmos, apesar de, por outro lado, em algumas outras passagens tecer algumas críticas ao modelo hegemônico capitalista, ao problema em que a ciência moderna se transformou e à “globalização capitalista” (Tr 1507), como poderemos observar nos excertos que serão apresentados. Tal posicionamento poderia ser entendido, do ponto de vista do pensamento crítico, como contraditório, uma vez que, de acordo com esse referencial teórico, entende-se que o conceito de DS foi elaborado pela hegemonia capitalista globalizante, a qual atribui à ciência moderna, em seu discurso, a grande esperança de progresso e superação da “crise ambiental”, como visto anteriormente.

---

<sup>81</sup> HARRISON, A. **A framework to measuring sustainable development**: an OECD expert workshop. Paris: OECD, 2000.

Em relação à ciência moderna, Tr 1507 acredita que “A própria ciência que deveria libertar os seres humanos também está corrompida pelo princípio capitalista utilitarista” (Tr 1507, p. 6). E, cita Gray<sup>82</sup> (2006) para fundamentar sua crítica, o qual afirma categoricamente que “A ciência **nunca** será usada prioritariamente para a busca da verdade ou para aprimorar a vida humana. Os usos do conhecimento serão **sempre** tão instáveis e corrompidos como o são os próprios humanos” (GRAY, 2006, p. 45 apud Tr 1507, grifo nosso).

Ressalva-se que, na perspectiva de um pensamento crítico-dialético é inconcebível a utilização de expressões como “nunca” ou “sempre”, sobretudo para se discutir temas complexos como a influência da ciência hegemônica na vida das pessoas.

Quanto à crítica à globalização, apoia-se em Arruda e Boff (2000)<sup>83</sup>, para afirmar que seu principal problema está no fato de que inerente à globalização está a “[...] competição que só poupa os grupos econômicos que têm maior poder e controle de capital e de mercados, envolve riscos e ameaças não só aos trabalhadores, mas à humanidade como um todo [...]” (Tr 1507, p. 25). E, nesse contexto, o conceito de “desenvolvimento” é entendido como “crescimento econômico”. Veja-se:

Em *Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos*, Arruda (2000) (sic) esclarece que **a atual globalização, por estar centrada numa competição que só poupa os grupos econômicos que têm maior poder e controle de capital e de mercados, envolve riscos e ameaças não só aos trabalhadores, mas à humanidade como um todo**, tais como: Aprisiona o conceito de desenvolvimento, **identificando-o a crescimento econômico e a modernização e eficiência produtiva no nível da empresa, tomada de forma isolada**. (Tr 1507, p. 25, grifo nosso).

E, ainda nesse sentido, o autor afirma que esse conceito de desenvolvimento, que ele define como sendo “de cima para baixo” e de “fora para dentro”, se estende a todo mundo:

---

<sup>82</sup> O britânico John N. Gray é professor de “Pensamento Europeu” na *London School of Economics*, também já ensinou Filosofia na *University of Oxford*. Autor do livro “Cachorros de palha” e também de “Al-Qaeda e o que significa ser moderno”. Se associou à “Nova Direita Britânica” quando da ascensão de Margaret Thatcher. Escreve para o *The Guardian*, entre outros jornais ingleses (Disponível em: <http://www.fronteras.com/conferencistas/john-gray>).

<sup>83</sup> ARRUDA, M.; BOFF, L. **Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos** – uma visão a partir do sul. Petrópolis: Vozes, 2000.

**Estende a todo o mundo um conceito e uma prática de desenvolvimento "de cima para baixo" e "de fora para dentro"** que toma como parâmetros os elementos culturais dominantes nas economias altamente industrializadas (valores, atitudes, comportamentos, aspirações e modos de relação) e como atores hegemônicos os grupos econômicos e financeiros transnacionais que são predominantemente originários nos países ricos. (Tr 1507, p. 25, grifo nosso).

Para os trabalhos Tr 1893, Tr 338, Tr 387, Tr 792 e Tr 1226, é justamente o caráter global do DS seu equívoco fundamental, ou seja, não há como fazer a crítica à globalização sem ao mesmo tempo tecer críticas também ao DS.

Ainda para o Tr 1507, o enfrentamento e superação da degradação do meio ambiente natural e das relações sociais e da dignidade individual, deve se dar na esfera da proposta do DS. Fundamentando-se em Schenkel (2008)<sup>84</sup>, evidencia seu posicionamento em concordância com relação a sustentabilidade, afirmando que “O caminho da evolução de nossa sociedade passa pela sustentabilidade”. De acordo com esse trabalho:

Queremos provocar uma efetiva **mudança de atitude** das pessoas para melhorar a qualidade de vida. **O caminho da evolução de nossa sociedade passa pela sustentabilidade.** Caso contrário, perderemos de vez os insumos vitais para a nossa sobrevivência’, explica Schenkel (CEBDS<sup>85</sup>, 2008), coordenador de Ciência e Meio Ambiente da Unesco (Organização Das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura). (Tr 1507, p. 43, grifo nosso).

Chama atenção, no excerto acima, a expressão “mudança de atitude” remetendo à uma concepção de EA comportamentalista, a qual supostamente toma “[...] para si como meta principal o desafio das mudanças de comportamento em relação ao meio ambiente (CARVALHO, 2002, p. 5). Esta perspectiva, ainda de acordo com Carvalho (2002):

[...] generaliza-se um certo consenso no plano da opinião pública, sobre a urgência de conscientizar os diferentes estratos da população sobre os problemas ambientais que ameaçam a vida no planeta. Consequentemente, é valorizado o papel da educação como agente difusor dos conhecimentos sobre o meio ambiente, e indutor da mudança dos hábitos e comportamentos considerados predatórios,

---

<sup>84</sup> Celso Salatino Schenkel é engenheiro florestal formado pela UNB, foi diretoria de ecossistemas presidente-substituto do IBAMA na década de 1980. Desde 1994 é Coordenador de Meio Ambiente e Desenvolvimento da Unesco no Brasil (Disponível em: <http://www.folhadomeio.com.br/publix/fma/folha/2001/02/cerrado112c.html>).

<sup>85</sup> CEBDS: “Conselho empresarial brasileiro para o desenvolvimento sustentável.”

em hábitos e comportamentos tidos como compatíveis com a preservação dos recursos naturais. (CARVALHO, 2002, p. 5).

Segundo a autora, “Comportamento é um conceito muito pobre para dar conta da complexidade do agir humano [...]” (p.8), por isso defende que o problema principal de uma perspectiva comportamentalista seja:

[...] sua visão restrita dos processos sociais e subjetivos que constituem os sujeitos. Em primeiro lugar, poderíamos destacar o equívoco de supor sujeitos da vontade, isto é, reduzir os indivíduos à sua dimensão racional. Em outras palavras, reduzir o sujeito ao ego, desconhecendo que a complexidade das determinações da ação humana em muito ultrapassam essa instância psíquica. Do mesmo modo, o processo de formação e produção de conhecimentos, está longe de responder exclusivamente aos ditames da consciência e da vontade. Entre a intenção e o gesto há um universo de sentidos contraditórios que a relação causal razão-comportamento está longe de comportar. É largamente conhecido o tema das descontinuidades entre o dito da razão e as atitudes. (CARVALHO, 2002, p. 8).

Ressalta-se, que identificamos também em outros trabalhos os termos “mudança de atitude”, “mudança de comportamento” e até mesmo “transformação social”. Esses termos, empregados sobretudo com a intenção de adjetivar a “Educação para o Desenvolvimento sustentável”, foram grifados na medida em iam sendo localizados.

Afirma-se, ainda no tocante ao Tr 1507, que o grande desafio para a superação da “crise ambiental” seja “[...] proteger o que sobrou e recuperar o que pode ser recuperado, concomitante ao fundamental processo social e educacional de conscientização da população e dos governantes com vistas à transição para o desenvolvimento sustentável” (Tr 1507, p.9).

No excerto abaixo é explicitado o posicionamento desse trabalho, que apresenta concordância em relação aos conceitos de sustentabilidade e de DS, dos quais ele não faz distinção no decorrer do trabalho, bem como podemos observar que a definição apresentada por esse trabalho parece defender o princípio da “transgeracionalidade” (FREITAS, 2004), assim como definido no “Relatório Brundtland”, ou seja, de acordo com esse trabalho construir um desenvolvimento que seja sustentável, significa “[...] construir sociedades que satisfaçam suas aspirações e necessidades no presente, sem diminuir as chances de iguais privilégios para as gerações futuras”. Veja-se:

Percebe-se que a questão recorrente na discussão sobre sustentabilidade, em qualquer lugar do planeta, é de grande abrangência. A eterna preocupação com a manutenção dos recursos naturais para a própria perpetuação das espécies é um fator que estimula calorosos debates na sociedade contemporânea, por conta de uma solução difícil de ser conseguida, sem o envolvimento dos governos e da própria conscientização dos cidadãos, em suas diferentes formas de apresentação, quer sejam eles empresários, homens comuns, chefes de família ou líderes em geral. Conquistar e manter o desenvolvimento sustentável significa **construir sociedades que satisfaçam suas aspirações e necessidades no presente, sem diminuir as chances de iguais privilégios para as gerações futuras**. (Tr 1507, 2008, p. 7, grifo nosso).

Vemos, portanto, que esse trabalho apresenta críticas ao modelo econômico capitalista, à ciência moderna como “detentora de todo o saber” e à globalização. Nota-se, contudo, que o conceito aceito de DS e de sustentabilidade estão de acordo com as definições propostas oficialmente, como é o caso da definição empregada pelo “Relatório Brundtland” na década de 1980, já mencionado, e suas alterações e adaptações ao longo dos eventos oficiais como, por exemplo, as definições presentes na “Declaração do Rio” e na “Agenda 21”, ambas idealizadas na Rio+92, acreditando que o conceito de DS endossado nesses documentos combina “[...] o progresso econômico e material com a necessidade de uma consciência ecológica”. Veja-se:

A Conferência Rio 92 (CNUMAD, 2005) aprovou documentos de **objetivos mais abrangentes** e de **natureza mais política**: a Declaração do Rio e a Agenda 21 endossam o conceito fundamental de desenvolvimento sustentável, **combinando as aspirações compartilhadas por todos os países ao progresso econômico e material com a necessidade de uma consciência ecológica**. (Tr 1507, p. 37, grifo nosso).

Nesse trabalho também conseguimos perceber o posicionamento do autor com relação aos eventos ambientais oficiais, para ele tais eventos ajudam no amadurecimento das práticas e conceitos que vão sendo idealizados, como é o caso do DS. Pela perspectiva desse trabalho, o conceito de DS se apresenta como uma proposta alternativa ao conceito de desenvolvimento econômico tradicional.

Ainda segundo esse trabalho, com base em Ponchirolli (2005):

[...] a emergência de um novo paradigma de Desenvolvimento faz com que muitas questões passem a ser rediscutidas e é exatamente essa característica, de constante repensar o mundo, rever os conceitos, que nomeia essa sociedade pós-moderna, como a ‘sociedade do conhecimento’ (PONCHIROLLI, 2005). Daí tornar-se imprescindível rever o conceito de Desenvolvimento Sustentável e sua implicação na Educação. (Tr 1507, p. 38).

Outra característica observada nesse trabalho, é a relação feita entre o conceito de DS e a Educação aliado aos preceitos de Paulo Freire, dedicando dois capítulos específicos a essa reflexão: O capítulo 4.: “A importância do desenvolvimento sustentável e a contribuição da educação” e o capítulo 5: “A concepção de educação de Paulo Freire para o desenvolvimento sustentável”. Porém, acredita que o DS deve estar presente não somente no campo da Educação, mas também em todos os outros campos, “Na realidade, o fato é que hoje o desenvolvimento sustentável deve se fazer presente em todos os campos: econômico, espacial, da saúde, educacional, cultural e ambiental” (Tr 1507, p. 38).

Quanto ao Tr 1548, já mencionado anteriormente, trata-se de “um estudo reflexivo de análise conceitual” direcionado especificamente ao conceito de DS (Tr 1548, p. 14), no qual se procura mostrar diferentes definições desse conceito. No entanto, nas definições apresentadas, ora o que se define é o conceito de “sustentável”, de acordo com Boff (1999)<sup>86</sup>, em outro momento o trabalho recorre a Vargas (2002)<sup>87</sup>, o qual define especificamente o conceito de “desenvolvimento sustentável” e, por último, entre outros, é abordado o contexto brasileiro por meio da Pnea que, neste caso, discute a “sustentabilidade”, sem, no entanto, fazer nenhuma diferenciação entre tais conceitos. Veja-se:

Para Boff (1999), **sustentável** é a sociedade ou o planeta que produz o suficiente para si e para os seres do ecossistema, onde ela se situa; aquela que pega da natureza só o que essa natureza pode repor; que mostra um sentido de solidariedade, ao preservar para as sociedades futuras os recursos naturais de que elas necessitarão. Na prática, a sociedade deve mostrar-se capaz de assumir novos hábitos e de projetar um tipo de desenvolvimento que cultive o cuidado com os equilíbrios ecológicos e funcione dentro dos limites impostos pela natureza.

**Desenvolvimento Sustentável (DS)**, que pode ser definido como ‘[...] equilíbrio entre tecnologia e ambiente, relevando-se os diversos grupos sociais de uma nação e também dos diferentes países na busca da equidade e justiça social’. (VARGAS, 2002, p. 229). [...] No Brasil, a PNEA (Política Nacional de Educação Ambiental) (lei 9.795/99) em seu artigo 4 reivindica: ‘A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da

---

<sup>86</sup> BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1999.

<sup>87</sup> VARGAS, P.R. Desenvolvimento Sustentável: Necessidade e/ou possibilidade? In: BECKER, F.B. et al. (Org.). **O Insustentável Discurso da Sustentabilidade**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002, p. 212-241.

**sustentabilidade**’; e isto a escala local, regional, nacional e global. (Tr 1548, p. 53-54, grifo nosso).

Outro aspecto desse trabalho, que merece ser destacado, é que o mesmo concebe o conceito de DS como proposta fundamental da EA Crítica: “A sustentabilidade é entendida como fundamento da educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória, compreendida como estratégia para a construção de sociedades sustentáveis, socialmente justas e ecologicamente equilibradas”. (Tr 1548, p. 74).

Além disso, nesse trabalho, há o entendimento de que o Estado tem o dever de eliminar os “padrões insustentáveis de produção e consumo” a fim de que se alcance o DS, de acordo com a definição proposta no Princípio 8 da “Carta da Terra”, apresentada por Dias (1992), a qual afirma justamente que: “[...] a fim de promover o desenvolvimento sustentável e uma melhor qualidade de vida para todos os povos, os Estados deverão reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e adotar medidas demográficas apropriadas” (DIAS, 1992, p. 272 apud Tr 1548, p. 54).

Por isso, segundo esse trabalho, não podemos aceitar o discurso do DS sem antes fazermos uma análise crítica acerca do conceito e do que a incorporação da expressão “desenvolvimento” junto ao conceito de sustentabilidade poderia significar em uma sociedade como a nossa, na qual “desenvolvimento” é disseminado como sinônimo de crescimento econômico, crescimento esse que favorece principalmente uma “parcela mínima da população” que cresce economicamente às custas da “classe pobre” e dos ecossistemas. E, ainda de acordo com esse trabalho, o DS não é sinônimo de desenvolvimento, bem como, também não podemos “confundir crescimento com desenvolvimento”:

**Não podemos falar simplesmente em Desenvolvimento Sustentável como sinônimo de desenvolvimento**, sem passar pelo crivo dos seguintes questionamentos: - Desenvolvimento Sustentável para quem? O termo desenvolvimento não necessariamente seja sustentável a todos. Um exemplo bem claro disso é a distribuição de riquezas no Capitalismo. Se pegarmos a renda per capita do brasileiro, por exemplo fictício, vamos constatar 100 dólares por habitante, mas os dados frios matemáticos não levam em conta que um indivíduo pode ter o montante de 200 dólares sozinho, enquanto outro não tem nada. Então, como já venho abordando ao longo dessa dissertação, **não podemos confundir crescimento com desenvolvimento**. Podemos dizer que a economia mundial tem suas pilastras em fontes esgotáveis de energia como o petróleo. Para a manutenção desse sistema de vida presente na grande maioria das sociedades

capitalistas mundiais, não é novidade para ninguém, há a degradação constante dos Ecossistemas. Construimos um submundo para viver e não nos damos conta de suas conseqüências, não nos damos conta do lixo e poluição produzidos. Então, nesse sistema de distribuição de renda capitalista a classe pobre “paga” para que uma parcela mínima da população continue na opulência. Isso se dá claramente através dos impostos. (Tr 1548, p. 77, grifo nosso).

Vê-se que, a principal contradição que há entre os conceitos de sustentabilidade e de DS, segundo esse trabalho, é que inserido ao conceito de DS está a expressão “desenvolvimento” e tudo o que ela significaria em nossa conjuntura político-econômica. Nesse trabalho também podemos identificar a crítica ao modelo antropocêntrico de desenvolvimento defendido pelo DS:

A perspectiva do desenvolvimento sustentável é claramente antropocêntrica, no sentido de que seus documentos expressam a preocupação com o futuro das pessoas, e não com a natureza enquanto tal. (Tr 1548, p. 79).

Ainda segundo o mesmo trabalho, existem duas visões acerca do conceito de DS, uma “pragmática e menos radical” e outra “mais radical”. Veja-se:

Existem pelo menos duas versões do desenvolvimento sustentável. **Uma é mais pragmática e menos radical**, que procura não se antecipar aos problemas, e tratar de resolvê-los um a um, na crença, típica do modernismo (sic), na grande capacidade das pessoas e sociedades em encontrar soluções para os problemas que vão surgindo; **enquanto a outra é mais radical**, teme mais pelas conseqüências catastróficas do desenvolvimento controlado, desconfia dos poderes da iniciativa individual e da tecnologia para resolver os problemas que já surgem no horizonte, e propõe ações preventivas muito mais fortes e decisivas. (Tr 1548, p. 79, grifo nosso).

Em relação a essas duas perspectivas, encontramos nesse trabalho um posicionamento crítico que, apoiado, sobretudo em Velasco<sup>88</sup>, se posiciona, ao que parece, de acordo com a visão “mais radical” de DS, como podemos perceber na seguinte passagem:

É sabido que o regime Capitalista com sua forma de produção e construção consumista não comporta uma sustentabilidade do ambiente em que vivemos. Ainda confunde-se progresso com crescimento econômico à custa de uma exploração desenfreada da natureza. Para o autor [...] nosso estilo de vida não é sustentável, e nós nos vemos inseridos nessa grande engrenagem. A questão é: como escapar dela? Como sensibilizar e mudar a percepção das pessoas? O que é necessário para essa mudança de paradigma? (Tr 1548, p. 84).

<sup>88</sup> O Prof. Sírío Lopez Velasco foi orientador do trabalho Tr 1548.

E, para responder a estas questões, aposta no conceito criado por Velasco, o “Ecomunitarismo” (o qual será melhor tratado no item 4.3.). Defende-se no trabalho que o “Ecomunitarismo” fuja da “governança global” (VEIGA, 2013) do capitalismo, sendo uma proposta democrática e que respeita as diferentes culturais e os diferentes sujeitos:

[...] É nesse ponto que acredito que a visão ecomunitarista possa dar o pontapé inicial para essas respostas. Não que seja uma proposta milagrosa, mas justamente por suas premissas respeitarem as particularidades de cada pessoa e comunidades em seus contextos. (Tr 1548, p. 84).

Além desse autor, apoiado em Pinto Santos (2001), afirma-se no trabalho, que é o entendimento do conceito de sustentabilidade que irá nos direcionar rumo a um desenvolvimento mais justo, tanto nas relações sociais quanto nas relações do ser humano para com a natureza e, ressalta que seria este o grande enfrentamento quando se trabalha a sustentabilidade: “Segundo Pinto Santos (2001) quando se trabalha a sustentabilidade, um dos grandes desafios enfrentados é o de se entender e pensar o desenvolvimento nas dimensões global, nacional, regional e local” (Tr 1548, p. 62).

Na perspectiva de Sachs (1993), apresentada nesse trabalho, quando se pretende conceituar a sustentabilidade é imprescindível que se leve em conta as suas diferentes dimensões: “Sustentabilidade social”, “Sustentabilidade cultural”, “Sustentabilidade ecológica”, “Sustentabilidade ambiental”, “Sustentabilidade econômica”, “Sustentabilidade política (nacional)”, “Sustentabilidade política (internacional)”. Veja-se:

- a) **Sustentabilidade social** – baseado nos princípios de uma justa distribuição de renda e bens, direitos iguais à dignidade humana e solidariedade social.
- b) **Sustentabilidade cultural** – deve-se basear no respeito ao local, regional e nacional em contraponto à padronização imposta pela globalização. Podendo se dar a partir do respeito aos diferentes modos de vida.
- c) **Sustentabilidade ecológica** – baseado no princípio da solidariedade com o planeta e seus recursos e com a biosfera do seu entorno.
- d) **Sustentabilidade ambiental** – baseado no respeito e no realce da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
- e) **Sustentabilidade territorial** – baseado na superação das disparidades interregionais, a busca de estratégias para o desenvolvimento ambiental seguro nas áreas ecologicamente frágeis,

eliminar a inclinação dos investimentos públicos nas áreas urbanas em detrimento do rural e a melhoria do ambiente urbano.

f) **Sustentabilidade econômica** – deve estar ancorada na avaliação da sustentabilidade do social analisada no seu contexto organizativo da vida material.

g) **Sustentabilidade política (nacional)** – baseado na democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos, desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores. Nível razoável de coesão social.

h) **Sustentabilidade política (internacional)** – baseado na eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional, um pacote de Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco). (SACHS, 1993 apud Tr 1548, p. 62)<sup>89</sup>.

Entendendo o conceito de sustentabilidade como um conceito amplo, o trabalho defende que não há como definir sustentabilidade sem levar em consideração suas diversas e complementares dimensões. E, apoiado em Bursztyn (2000)<sup>90</sup>, afirma-se que conseguiríamos atingir um desenvolvimento mais justo e democrático, menos predatório e o qual teríamos mais controle sobre seus efeitos, se tivéssemos consciência de cada uma dessas dimensões e da importância delas, por isso afirma que

[...] essas dimensões devem ser pensadas como sistemas articulados, cuja integração comporta elementos que se antagonizam ou concorrem entre si, o que torna a construção social do desenvolvimento sustentável um processo de gestão de conflitos sociais pluridimensionais (BURSZTYN, 2000). (Tr 1548, p. 62).

Desta forma, ainda segundo esse trabalho, isso demandaria um

[...] controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, controle institucional efetivo da aplicação do Princípio da Precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais; prevenção das mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural); e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade. (Tr 1548, p. 62).

E ressalta que: “O maior desafio encontrado para se alcançar a sustentabilidade é a ruptura com o paradigma dominante” (Tr 1548, p 63) e, para

---

<sup>89</sup> SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. 1. ed. São Paulo: Fundap, 1993.

<sup>90</sup> Marcel Bursztyn é economista e professor titular da Universidade de Brasília, junto ao Centro de Desenvolvimento Sustentável.

enfrentarmos esse desafio, há que se debater sobre o assunto, sobretudo nos cursos que formam professores, como as licenciaturas, o que segundo o trabalho não está sendo feito.

**O maior desafio encontrado para se alcançar a sustentabilidade é a ruptura com o paradigma dominante.** Porém, nada ou quase nada está sendo debatido sobre esse assunto tanto (sic) na formação regular de licenciados que atuarão no ensino fundamental e médio, isto é, na prática da EA formal. (Tr 1548, p. 63, grifo nosso).

O trabalho parte do pressuposto que a busca pela sustentabilidade somente se faz legítima quando há participação das diferentes esferas da sociedade em favor de um desenvolvimento que seja comum a todos, porém que respeite as diferenças e que favoreça as atividades econômicas de todas as pessoas, a qualidade ambiental e o bem-estar social (Tr 1548). De acordo com esse trabalho, o DS se refere

[...] refere principalmente às conseqüências dessa relação na qualidade de vida e no bem-estar da sociedade, tanto presente quanto futura. Atividade econômica, meio-ambiente e bem-estar da sociedade formam o tripé básico no qual se apoia a ideia de desenvolvimento sustentável. A aplicação do conceito à realidade requer, no entanto, uma série de medidas tanto por parte do poder público como da iniciativa privada, assim como exige um consenso internacional. É preciso frisar ainda a participação de movimentos sociais constituídos principalmente na forma de ONGs (Organizações Não-Governamentais), na busca por melhores condições de vida associadas à preservação do meio-ambiente e a uma condução da economia adequada a tais exigências. (Tr 1548, p. 59).

Em relação ao trabalho Tr 792, há preocupação fundamental em diferenciar os conceitos de sustentabilidade e de DS. No item “Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade” o autor busca compreender, na temática ambiental, abordagens que explicitem o conteúdo e o objetivo de um conceito de sustentabilidade e de DS, como forma de situar um referencial de análise, é uma necessidade e um desafio. Segundo o autor: “A existência de espectro variado de significados para esses conceitos, requer cuidados em relação a questões a serem clareadas, visando superar ambigüidades e deficiências, na utilização precisa de cada termo” (Tr 792, p. 19).

De acordo com esse trabalho o tema DS “[...] assume posição central no debate ambiental, popularizando-se como conceito, na década de 80 e atualmente, como debate, assume dimensões multissetoriais” (Tr 792, p. 19).

Ainda segundo esse trabalho, o conceito de DS do Relatório Brundtland atuou no sentido de “[...] harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental, listando medidas a serem tomadas pelo Estado (Tr 792, p. 19). Veja-se:

Surgido no início dos anos 70, destaca-se nos relatórios da União Internacional para a Conservação da Natureza, tomando-se popular em 1987 pelo Relatório Brundtland - Nosso Futuro Comum. **O conceito de desenvolvimento sustentável contido no Relatório, estabeleceu as bases do consenso no sentido de harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental, listando medidas a serem tomadas pelo Estado.** (Tr 792, p. 19, grifo).

O debate acerca do DS, no âmbito desse trabalho, perpassa temas como: “relação entre as causas da pobreza e da degradação ambiental; insuficiência das estratégias do desenvolvimento econômico para resolvê-las; pertinência das perguntas acerca do que deve ser sustentado, por que e para quem; conseqüências da imprecisão do termo para o consenso e a falta de discussão ampla na sociedade sobre o que é desenvolvimento sustentável” (Tr 792, p. 19).

Ainda de acordo com esse trabalho, o DS parece ser aquele desenvolvimento comprometido com a construção de um mundo sustentável, deste modo a sustentabilidade seria a regente, a “operadora possível” deste movimento de desenvolvimento. De acordo com o trabalho, a sustentabilidade seria o “novo paradigma do desenvolvimento humano”. Entretanto, para que se alcance um “desenvolvimento que seja sustentável”, há que se levar em consideração o “conjunto de relações presentes na dinâmica sócio-ambiental planetária”, realidade complexa que exige a “reflexão e mobilização” dos setores sociais:

A complexidade desse fato [ o ‘conjunto de relações presentes na dinâmica sócio-ambiental planetária’ ] requer a reflexão e mobilização de amplos setores da sociedade, na busca de soluções e de construção de um tipo de desenvolvimento comprometido com as necessidades de sustentabilidade da vida no planeta das gerações atuais e futuras. **Nesse sentido, a noção de sustentabilidade coloca-se como operadora possível dessa realidade de desenvolvimento, firmando-se com tendência de novo paradigma do desenvolvimento humano, na medida que se compreende que o desenvolvimento sustentável resulta do conjunto de relações presentes na dinâmica sócio-ambiental planetária.** (Tr 792, p. 22, grifo nosso).

É evidente que não há atividade humana com impacto ambiental zero, uma vez que, toda atividade demanda geração de energia, algo que, de acordo com as leis da termodinâmica (entropia), sinalizam para o desgaste lento e progressivo de todo e

qualquer elemento da natureza. Deste modo, o trabalho Tr 792, vai buscar também nas leis da Física, elementos para fazer o contraponto às ilusões do DS que acreditam que, apesar das transformações da natureza pelo progresso, tudo pode ser renovado ou reciclado quantas vezes for necessário.

Cumprir destacar que, dos trabalhos analisados, esse é o único trabalho que abordou a questão do DS, bem como a conjuntura e dinâmica do capitalismo, também a partir da “noção entropia”. A autora Stahel (1995)<sup>91</sup>, que também analisa a dinâmica do capitalismo e do DS por essa mesma “noção”, é citada nesse trabalho:

Stahel inseriu a discussão de sustentabilidade em um contexto mais amplo do que a própria sustentabilidade do sistema industrial capitalista. Analisa o funcionamento do capitalismo e sua dinâmica a partir da noção de entropia, com objetivo de evidenciar a dimensão histórica desse debate, enfocando aspectos políticos necessários ao desenvolvimento sustentável. (Tr 792, p. 23).

De acordo com Stahel (1995), uma das significações possíveis para “estado de entropia” poderia ser a “transformação de qualidade num sistema fechado”, deste modo, recorrendo a Stahel (1995), o Tr 792, destaca o “princípio de qualidade” no processo entrópico, o que seria o “ponto de interseção entre entropia e mercado”:

O ponto de interseção entre entropia e mercado é determinado pelo princípio da qualidade. Um modelo, para ser sustentável, terá que apresentar o princípio de qualidade. Stahel coloca a necessidade de haver relação equilibrada entre os aspectos qualitativos e quantitativos, para se estabelecer a base da sustentabilidade desse sistema, sendo que a “busca de sustentabilidade exige que coloquemos novamente a busca do equilíbrio qualitativo vital no centro das nossas preocupações e do funcionamento do nosso sistema... uma reinversão do próprio sistema capitalista vigente” (Stahel, 1995, p. 117). Uma sociedade sustentável, para ser edificada, num primeiro momento, dependerá de uma reconstrução política da sociedade atual. (Tr 792, p. 23-24).

Além disso, o Tr 792, para abordar o tema da sustentabilidade, além dos aspectos materiais e econômicos, também recorre a Stahel (1995) para se referir ao conjunto multidimensional e multifacetado que compõe o fenômeno de desenvolvimento que deve ser considerado na busca da sustentabilidade. De acordo com esse trabalho, o DS é constituído pelo conjunto das relações e fatores políticos,

---

<sup>91</sup> STAHEL, A.W. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CALVACANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

sociais, culturais e físicos, por isso a “sustentabilidade do todo se assenta ‘na sustentabilidade das partes’ “. Sobre esses fatores, ainda de acordo com Stahel (1995), o trabalho faz a seguinte afirmação:

O equilíbrio desses fatores depende do grau de coesão e harmonia social, da cidadania, da alienação, dos valores éticos e morais, do grau de polarização social e política, dos valores da sociedade e do nível entrópico do sistema (Stahel, 1995, p. 109). A busca da sustentabilidade requer a compreensão que integre aspectos materiais e políticos, considerando a história da sociedade humana na relação indissociável entre os aspectos ambiental e o social. (Tr 792, p. 22).

No âmbito do já citado Tr 2920, há um alerta sobre o caráter estritamente ambiental do conceito de DS com que algumas políticas e muitas pessoas lidam com a questão. Para o trabalho, confundir o conceito de sustentabilidade com a “questão ambiental, no seu sentido restrito” pode representar um grande equívoco. De acordo com esse trabalho: “Para que o desenvolvimento possa ser considerado sustentável, são considerados, além do equilíbrio físico-ambiental, o crescimento econômico e a equidade social” (Tr 2920, p. 56), bem como o a esfera da cultura.

O conceito de sustentabilidade, muitas vezes, é confundido com a questão ambiental, no seu sentido restrito. Mas está muito além disso. **Para que o desenvolvimento possa ser considerado sustentável, são considerados, além do equilíbrio físico-ambiental, o crescimento econômico e a equidade social. A estes fatores, o aspecto cultural deve ser incluído.** A sustentabilidade cultural está ligada à necessidade de se evitarem conflitos culturais, e deve ser buscada através da especificidade de soluções para cada local e cultura em particular. (Tr 2920, p. 56, grifo nosso).

Nesse trabalho, o conceito de DS: “[...] refere-se a todas as atividades de desenvolvimento, e implica em um desenvolvimento almejado por todas as sociedades” (Tr 2920, p. 55). Entende-se, que a proposta do DS, inicialmente, seria interessante para todas as pessoas em todos os lugares, pois a sustentabilidade seria o estado de justiça nas três esferas que mais influenciam e são influenciadas pela vida humana: social, ambiental e econômica. Entretanto, ainda de acordo com esse trabalho, o significado de DS apresentado pelo “Relatório Brundtland” acabou sendo muito abrangente e, por isso, impreciso e, apoiado em Costa (2000)<sup>92</sup> o trabalho discute a respeito do “guarda-chuva” em que o conceito de DS acabou se

---

<sup>92</sup> COSTA, Heloísa S. M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, n. 2, p. 55-71, mar. 2000.

transformando, “capaz de abrigar uma variada gama de propostas”. Essa característica de abrangência do conceito de DS, “[...] ao evidenciar a imprecisão do conceito, tende a banalizá-lo, a transformá-lo em peça retórica e, portanto, insustentável por definição” (Tr 2920, p. 56). Segundo o trabalho:

Aparentemente, pode-se dizer que o conceito de desenvolvimento sustentável vem-se transformando num enorme “guarda-chuva”, capaz de abrigar uma variada gama de propostas/ abordagens inovadoras, progressistas, ou que, pelo menos, caminhem na direção de maior justiça social, melhoria da qualidade de vida da população, ambientes mais dignos e saudáveis, compromisso com o futuro. Tal abrangência, [...] **ao evidenciar a imprecisão do conceito, tende a banalizá-lo, a transformá-lo em peça retórica e, portanto, insustentável por definição.** É um dilema que no momento se busca superar. (Tr 2920, p. 55-56, grifo nosso).

Esse trabalho explica os fatores (não ideológicos) que podem ter influenciado quanto à polissemia e apropriações do conceito. Nesse trabalho, com base em Santos (2005), explica que:

Como Sustentável é um adjetivo que qualifica o substantivo Desenvolvimento, segundo Bellia (1996), não é quantificável, pode-se admitir que cada um tem direito de emitir seu conceito próprio ou adaptá-lo conforme suas necessidades ou interesses. O conceito proposto pela ONU, pelos seus fóruns específicos, e mais tarde pela Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92), é considerado um dos conceitos, mas não o único. (SANTOS, 2005 apud Tr 2920, p. 33).

Contudo, o trabalho, chama atenção a respeito da complexidade e dificuldade para encontrar uma definição concreta para o conceito “[...] principalmente por tratar-se de disciplina em desenvolvimento, não invalidam os objetivos da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável” (Tr 2920, p. 55-56). Notamos que no trabalho se utiliza o termo sustentabilidade e DS como sendo dois conceitos distintos, ao que tudo indica, cada um com características próprias, todavia que se complementam.

Ainda de acordo com esse trabalho, outra característica adquirida pelo conceito de DS em seu “devir conceitual”, é seu caráter cada vez mais amplo, que vai desde o campo ambiental, social e econômico, como quando concebido, até as esferas da política e cultural, entre outros. Segundo o trabalho, mesmo com as muitas interpretações, o conceito de DS “[...] tem se mantido em cena, e as disputas teóricas que provoca contribuem para ampliar e aprofundar a compreensão da questão mundial”. Para dizer isso o trabalho cita Mousinho (2003), o qual defende que:

Se inicialmente o desenvolvimento sustentável pretendia ser abrangente ao englobar não apenas aspectos econômicos, mas também sociais e ambientais, hoje esta perspectiva é bastante mais ampla, e a noção de sustentabilidade adotada pela Agenda 21 Brasileira incorpora as dimensões ecológica, ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial. Trata-se de um conceito cuja definição suscita muitos conflitos e mal-entendidos, refletindo as diferentes visões de mundo dos diversos atores envolvidos no debate. [...] **Apesar de dar margem a múltiplas interpretações, o conceito de desenvolvimento sustentável tem se mantido em cena, e as disputas teóricas que provoca contribuem para ampliar e aprofundar a compreensão da questão mundial.** (MOUSINHO, 2003, p. 348-349 apud Tr 2920, p. 55-56, grifo nosso).

Já no Tr 826 há o entendimento de que o conceito de DS seja o conceito que melhor define aquele desenvolvimento que tem como foco a preservação ambiental e que a escola seja o local mais adequado para a compreensão do valor a respeito da diversidade biológica e do DS, em acordo com a proposta da “Agenda 21” e da “Convenção sobre Diversidade Biológica”. Veja-se:

**A compreensão pode ser, em parte, adquirida no âmbito da educação escolar, na medida em que sejam realizadas ações sobre a distribuição e o valor da diversidade biológica e do desenvolvimento sustentável**, de modo que, esclarecido, o homem possa comprometer-se com a sobrevivência das diferentes formas de vida existentes, para o presente e futuro, e com o estudo dos ecossistemas vinculados aos seus aspectos ecológico, econômico e social. (Burnham, 1993). **Neste sentido, a Agenda 21 e a Convenção sobre Diversidade Biológica documentos aprovados durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), das quais o Brasil é signatário, apresentam a educação com enfoque na conservação da biodiversidade, como proposta a ser desenvolvida pelas nações para promoção do desenvolvimento sustentável dos bens biológicos.** (Tr 826, p. 5, grifo nosso).

Ainda nesse trabalho, há o entendimento de que o espaço escolar seja também o melhor lugar para a tomada de consciência das complexas relações entre economia, política, ecologia e histórica:

A consciência de que é preciso diminuir os riscos que afetam a vida das inúmeras populações vivas adquire-se, dentre outros, pelo conhecimento das complexas interações entre os processos econômicos, políticos, históricos, biológicos e geográficos (Wilson, 1992; Lethner, 1998), e tem na escola um dos elementos importantes para sua apreensão. (Carvalho, 1998 apud Tr 826, p. 12).

Já, o Tr 671, pretendeu investigar como os assuntos da temática ambiental são veiculados pela mídia, estudo que pode corroborar outras pesquisas que buscam

compreender como os “novos conceitos”, como os conceitos de sustentabilidade e de DS, são disseminados e popularizados rapidamente. Segundo esse trabalho, os veículos de mídia, de forma geral, costumam tratar os temas ambientais de forma conservadora e distante de reflexões profundas e/ou “polêmicas” sobre os assuntos pertinentes à temática ambiental.

Os meios de comunicação de massa, em geral, quando tratam dos temas ecológicos demonstram uma preferência pela abordagem conservadora e distante de polêmicas, como podemos perceber nas produções audiovisuais voltadas para o debate ecológico. (Tr 671, p. 5).

Uma discussão que se faz presente no âmbito desse trabalho é a discussão sobre as possíveis causas da passagem do conceito de desenvolvimento tradicional ao ecodesenvolvimento chegando, posteriormente, ao conceito de DS.

Como visto anteriormente, uma das primeiras alternativas ao desenvolvimento tradicional foi ecodesenvolvimento. Deste modo, de acordo com esse trabalho, as formulações do conceito de ecodesenvolvimento, a princípio, foram

[...] mais direcionadas aos países do Terceiro Mundo, para que o desenvolvimento procedesse em conformidade com um outro padrão, que não aquele implementado secularmente nos países do Primeiro Mundo: [...] a teoria do ecodesenvolvimento referiu-se inicialmente às regiões rurais da África, Ásia e América Latina; ela ganhou cada vez mais uma visão das inter-relações globais entre subdesenvolvimento e superdesenvolvimento'. (BRÜSEKE, 2003, p. 31 apud Tr 671, p. 51)<sup>93</sup>.

Mas, ainda de acordo com esse trabalho, as propostas do conceito de ecodesenvolvimento foram traçadas num momento pouco propício a mudanças, pois

[...] as teorias da dependência, do intercâmbio desigual e da acumulação interna de capital orientavam o planejamento do desenvolvimento. Os países do chamado Terceiro Mundo eram reféns de uma crise que acarretava inflação e recessão. Para os países em desenvolvimento era muito difícil abandonar a ideia-padrão de desenvolvimento. (Tr 671, p. 54).

Contudo, esse trabalho, ao recorrer a Layrargues (1998), apresenta uma outra visão para o “esquecimento” do conceito de ecodesenvolvimento e sua substituição pelo conceito de DS, que indica para uma possível fuga propositada das discussões

---

<sup>93</sup> BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. p. 29-40.

em nível ideológico acerca das questões ambientais que o ecodesenvolvimento de Sachs propunha, para a criação de um novo conceito que parece transitar entre a crítica superficial e a ingenuidade, de modo que “[...] a falta de criticidade incidiu sobre uma espécie de ‘homem abstrato’ “:

[...] “cuja conseqüência significa a retirada do componente ideológico da questão ambiental, que passa a ser considerada com uma certa dose de ingenuidade e descompromisso diante da falta de visibilidade do procedimento histórico que gerou a crise ambiental”. (Tr 671, p. 54-55).

Segundo Tr 671, os discursos midiáticos acerca do DS e da temática ambiental, de modo mais geral, se valem em suas propagandas da credibilidade do conhecimento científico perante a sociedade, como forma de validar seus argumentos. E, segundo a autora, “a concepção de ciência oriunda do período clássico da Modernidade” embasaria os discursos acerca da sustentabilidade que são veiculados pela mídia, a qual comumente recorre a depoimentos de cientistas e técnicos:

**A concepção de ciência oriunda do período clássico da Modernidade dá embasamento aos discursos sobre sustentabilidade veiculados** pelos programas [estudados]<sup>94</sup>, uma vez que os depoimentos são preferencialmente os dos cientistas, dos técnicos e ambientalistas das organizações governamentais e não governamentais, dos pesquisadores e professores universitários. (Tr 671, p. 148, grifo nosso).

E, de acordo com o trabalho, esses discursos sobre sustentabilidade veiculados pela mídia parecem concentrar-se “[...] na disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável e, especialmente, da comercialização de produtos provenientes do manejo sustentável dos recursos naturais” (Tr 671, p. 82).

Retomando o Tr 387, observa-se o entendimento do trabalho quanto ao DS não como um conceito, mas como uma “estratégia política” em prol da garantia do desenvolvimento econômico e da continuidade do progresso capitalista. De acordo com esse trabalho:

**Sob o discurso do desenvolvimento sustentável, vemos as mais diversas ações se justificarem, muitas delas absolutamente contraditórias entre si**, a maioria contraditória com as críticas que embasaram a sua formulação teórica e justificativa ético-humanista. Como imaginar que o capitalismo possa dialogar tão tranqüilamente com a proposta ambientalista, com todos seus recursos tecnológicos, apesar de todos os dados e fatos relacionados à atual

<sup>94</sup> Neste caso, estudou-se o “Repórter Eco”.

insustentabilidade dos atuais padrões de produção e consumo, que são motores desse mesmo sistema? (Tr 387, p. 55, grifo nosso).

Ainda para esse trabalho, são muitos os exemplos contraditórios que permeiam o conceito de DS. São propostas contraditórias, muitas vezes inexecutáveis ou que não significa nada no que se refere a mudanças veementes e a subversão do *status quo*. Pois, de acordo com o trabalho, como podemos admitir, por exemplo, que

[...] o carro a hidrogênio possa ser uma solução real ao problema do consumo desenfreado e irresponsável das fontes energéticas quando, por dia, 11 mil novos veículos são colocados nas ruas chinesas? Como supor que a reciclagem pode dar conta dos mais de dois milhões de toneladas de resíduos sólidos descartados por dia como resultado da cultura do descartável e do desperdício de nossos tempos? Ou, como imaginar um possível equilíbrio nas reservas naturais do planeta em uma sociedade em que apenas 27% da população é considerada parte integrante da classe consumidora global (cujo critério baseia-se em uma renda familiar mínima de U\$ 7.000,00 ao ano)? Como acreditar que o direito universal à água será preservado à população enquanto empresas transnacionais compram as fontes de água mineral, de modo a privatizar e mercantilizar o acesso a elas? Como aceitar que as sementes geneticamente modificadas solucionarão a problemática da fome no mundo quando a sua comercialização depende do eterno pagamento de royalties ao detentor de sua patente? (Tr 387, p. 55).

Mas, ainda assim, retomando desta vez o Tr 619, a problemática da sustentabilidade é de fato um “[...] papel central para o futuro da humanidade pois o impacto dos seres humanos sobre o meio ambiente e sua capacidade de suporte torna-se cada dia mais complexa, no que diz respeito às suas causas e consequências (Tr 619, p. 17). Deste modo, de acordo com esse trabalho, precisamos ficar atentos para o fato de que não há apenas “[...] uma única forma de chegar aos predicados de uma vida sustentável”. De acordo esse trabalho, recorrendo a Cavalcanti (1998)<sup>95</sup>:

Levar a cabo o empreendimento de integração de princípios ecológicos e limites físicos nos formalismos da economia compreende não poucas dificuldades suscitadas pela necessidade de abordagens multidisciplinares, transdisciplinares, holísticas e sistêmicas... **na verdade, não há uma economia da sustentabilidade nem uma única forma de chegar aos predicados de uma vida sustentável.** (CAVALCANTI, 1998, p. 17 apud Tr 619, p. 10, grifo nosso).

---

<sup>95</sup> Cavalcanti C. Breve introdução à economia da sustentabilidade. In: Cavalcanti C. (Org). **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. 2. São Paulo: Cortez; 1998. p.17-25.

No capítulo: “Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: conceituações” há uma discussão acerca das divergências e convergências entre sustentabilidade e DS, sobretudo no item 2.3.: “O termo desenvolvimento sustentável e suas ambiguidades” (Tr 619, p. 30).

De acordo com esse trabalho, com base em Frazier, (1997)<sup>96</sup>, “[...] a interpretação incorreta do ideário da sustentabilidade abre as portas para conveniências de grupos, ideologias particulares e projetos desenvolvimentistas [...]” (Tr 619, p. 31).

Ressalta-se que alguns autores, tais como Lele e Norgaard (1996)<sup>97</sup>, entre outros especialistas,

[...] direcionam a discussão do desenvolvimento sustentável de acordo com sua formação disciplinar e muitas vezes ignoram os pontos de vista de outras disciplinas. Sociólogos enfatizam o desenvolvimento socioeconômico, ecólogos preocupam-se com a persistência dos recursos bióticos; administradores se referem a tecnologia ambientalmente corretas e assim por diante. Este fato tem chamado a atenção de diversos estudiosos (COCKLIN, 1989; SIMON, 1989; SHEARMAN, 1990; SLOCOMBRE; VAN BERS, 1991; LEVIN, 1993; GATTO, 1995; FRAZIER, 1997) que tem tido como desafio realizar um debate sobre o ideário da sustentabilidade. (Tr 619, p. 32).

No que se refere à possível influência das áreas do conhecimento nas divergências e variações dos conceitos de sustentabilidade e/ou DS, apresentado no excerto acima, ressalta-se que isso também foi indicado pelas autoras Sartori, Latrônico e Campos (2014). Veja-se:

É crescente o interesse sobre sustentabilidade (ou DS) e mais recentemente, as abordagens referentes a estratégias, produção mais limpa, controle da poluição, eco - eficiência, gestão ambiental, responsabilidade social, ecologia industrial, investimentos éticos, economia verde, eco-design, reuso, consumo sustentável, resíduos zero (GLAVI; LUKMAN, 2007), entre inúmeros outros termos. **As abordagens dependem do campo de aplicação (engenharia, economia, administração, ecologia, etc), no qual cada ciência tende a ver apenas um lado da equação** (CHICHILNISKY, 1996), contudo são comuns, pois se voltam para a sustentabilidade (ou DS). Não é por acaso que os conceitos de sustentabilidade e DS ainda são mal compreendidos (DOVERS; HANDMER, 1992), e em muitos casos, são tratados como sinônimos. (SARTORI; LATRÔNICO; CAMPOS, 2014, p. 1).

<sup>96</sup> Frazier JG. Sustainable development: modern elixir or sack dress? **Environ Conserv** 1997; 24: 182- 93.

<sup>97</sup> Lele S.; Norgaard R. B. Sustainability and the scientist's burden. **Conserv Biol**, 19, p. 54-65, 1996.

Deste modo, o trabalho Tr 619 apresenta uma síntese das principais definições sobre o conceito de DS, resgatando as definições de autores como Goodland e Ledoc (1987)<sup>98</sup>, Pearce et al (1989)<sup>99</sup>, Allen (1980)<sup>100</sup> e Rattner (1991)<sup>101</sup>, conforme apresentamos no excerto abaixo:

- 1- Desenvolvimento sustentável é aqui definido como um padrão de transformações estruturais econômicas e sociais que otimizam os benefícios sociais e econômicos disponíveis no presente sem destruir o potencial de benefícios similares no futuro. (GOODLAND & LEDOC, 1987).
- 2- Tomamos desenvolvimento como um vetor de objetivos sociais desejáveis e seus elementos devem incluir:  
Aumentos na renda real per capita;  
Melhora no status nutricional e da saúde;  
Melhora educacional;  
Acesso aos recursos;  
Uma distribuição de renda mais justa;  
Aumentos nas liberdades básicas. (PEARCE et al. 1989).
- 3- Desenvolvimento sustentável: significa alcançar a satisfação constante das necessidades humanas e a melhoria da qualidade de vida humana. (ALLEN, 1980).
- 4- A incorporação da dimensão ambiental nas estratégias e projetos de crescimento econômico não é condição suficiente nem para o desenvolvimento sustentável nem para a melhoria dos pobres e desprovidos... Estratégias de desenvolvimento sustentável – servindo a todos, todo o tempo, sem destruir os recursos existentes e produzir riscos e conseqüências ambientais insuportáveis – terão que ser caracterizadas pela viabilização econômica, eqüidade social, sustentabilidade social, aceitabilidade estética, para tratar estes problemas (ambientais) e ao mesmo tempo fornecer condições para o desenvolvimento sustentável – será necessária a mobilização e motivação de toda a sociedade para definir um estilo de vida com padrões de consumo, produção de acordo com as necessidades básicas e estratégias de prioridade determinadas através de processos democráticos pelos atores sociais. (RATTNER, 1991). (Tr 619, p. 32-33).

---

<sup>98</sup> Goodland R, Ledoc G. Neoclassical economics and principles of sustainable development. **Ecol Model**, n. 38, 1987.

<sup>99</sup> Pearce D, Markandya A, Barbier E. **Blueprint for a green economy**. Londres: Earth Scan Publications, 1988.

<sup>100</sup> Allen R. **How to save the world**. London: Kogan, 1980.

<sup>101</sup> Rattner H. **Sustainable development: trends and perspectives**. São Paulo: FEAUSP;1991.

O trabalho ainda faz referência ao livro “Cuidando do Planeta Terra” com a participação conjunta da UICN, PNUMA e WWF. São discutidas na referida obra os conceitos de “crescimento sustentável”, “uso sustentável”, “economia sustentável”, “sociedade sustentável” e o “desenvolvimento sustentável”. Em relação a esse último, pode-se ler: “Desenvolvimento sustentável é o termo empregado com o significado de melhorar a qualidade de vida humana dentro dos limites da capacidade de suporte dos ecossistemas” (Tr 619, p. 34-35).

As muitas definições acerca do conceito de DS e suas “ambigüidades e discrepâncias”, como evidenciado acima, segundo Tr 619: “[...] estão longe de compor o consenso para que a humanidade possa buscar respostas consistentes para os problemas que afligem as sociedades contemporâneas” (Tr 619, p. 33).

Contudo, o Tr 6418 ressalta que o problema não é, especificamente, a ambigüidade do conceito, mas sim as consequências emergentes da dimensão dominante implícita no conceito, a qual “reifica o conceito de meio ambiente” e legitima as “desigualdades sociais”.

De acordo com esse trabalho:

A ambigüidade, em si, não nos preocupa. De certa forma, ela faz parte da própria essência do pensamento. Revelantes, entretanto, são as consequências do contexto filosófico que emerge a partir dessa dimensão não manifesta, porém dominante: um contexto essencialmente instrumental que reifica o conceito de meio ambiente e privilegia uma leitura pseudocientífica da problemática ambiental, legitimando e acirrando as desigualdades sociais. Analogamente, a expressão “desenvolvimento sustentável” tem no texto, de forma ainda mais flagrante, pelo menos dois significados: um inclui sua dimensão social e o outro diz respeito unicamente ao gerenciamento sustentável dos recursos naturais. Mais uma vez a dimensão natural e técnica é predominante. (Tr 6418, p. 106).

Já no trabalho Tr 456, é discutido o conceito de “desenvolvimento durável”, que é classificado também, no âmbito desse trabalho, como “desenvolvimento humano durável”, mas podendo ser chamado também de “Ecologia Social”. Nesse trabalho, discute-se os princípios éticos do “desenvolvimento humano durável”.

De acordo com o trabalho, a proposta atribuída a Henri Bartoli, é de um “Desenvolvimento Humano Durável”, e isto implica a adoção de “um novo paradigma”. Ele alerta para o fato de que não será certamente nem uma doutrina, nem uma ideologia, nem o que se tem chamado de “visão de mundo” que deve ditar a direção para uma compreensão do que seja desenvolvimento:

É em referência ao estado real do mundo e em vista de permitir seu discernimento e sua transformação segundo as capacidades criativas dos homens que o 'novo paradigma' deve ser pensado; a economia, quanto a ela, sendo reconduzida a seu papel de instrumento ao serviço da vida em sua plenitude e em referência às finalidades humanas. (BARTOLI, 1999, p. 9 apud Tr 456, p. 100).

Ainda de acordo com o Tr 456, "Sua proposta é de uma estratégia centrada na educação, no direito, no emprego e na partilha" (Tr 456, p. 103). E, segundo Bartoli (apud Tr 456):

Quatro eixos de natureza a orientar as estratégias, fixar as novas missões para as instituições de promoção ao desenvolvimento, as agências onusianas, os Estados, as organizações não governamentais, e suscitar entre todos aqueles que delas tomem consciência, uma aliança mundial para o desenvolvimento, tal é nossa proposição (BARTOLI, 1999, p. 59 apud Tr 456, p.103, grifo nosso).

O "desenvolvimento durável" surge como um "novo paradigma" do "desenvolvimento" e, Henri Bartoli (1999), explica que a "ideia de um desenvolvimento 'durável' estava aplicada aos Recursos Humanos, bem antes de o estar aos recursos naturais". (BARTOLI, 1999, p. 18-19 apud Tr 456, p. 101).

De acordo com esse trabalho, o que difere neste conceito de desenvolvimento é que se desloque do "centro das atenções", o quanto for possível, o aspecto econômico. "É o humano, com suas ricas características, aliadas ao meio ambiente e a sua diversidade, que devem estar no centro deste projeto comum" (Tr 456, p. 101).

Após as análises apresentadas, percebe-se que a questão que mais permeia os trabalhos, ainda que não seja unânime, é a desconfiança do aspecto político-econômico inerente ao conceito de DS. Entretanto, de um modo geral, houve diferenças significativas nas perspectivas apresentadas pelos diferentes trabalhos acerca dos conceitos de sustentabilidade e de DS, bem como os caminhos para se pensar a respeito de tais conceitos também variou, indo desde a questão da "entropia" até a "luta de classes", por exemplo. Deste modo, no próximo item iremos investigar as diferentes áreas do conhecimento das quais os trabalhos são provenientes e os diferentes referenciais teóricos aos quais os mesmos são tributários.

## 4.2. REFERENCIAIS TEÓRICOS E PRINCIPAIS AUTORES NAS PRODUÇÕES ANALISADAS

A “indefinição conceitual” (AGOGLIA, 2014) relativa aos conceitos de sustentabilidade e de DS se deve a muitos fatores, dentre os quais está a questão da polissemia existente entre eles. As diferentes áreas do conhecimento que configuram o campo da pesquisa em EA, bem como os diferentes autores e perspectivas epistemológicas adotados, podem conceber e definir os conceitos de sustentabilidade e de DS também de formas distintas, contribuindo para a referida imprecisão dos conceitos (Agoglia, 2014; Sartori, Latrônico e Campos, 2014).

Deste modo, a fim de obter uma compreensão mais acertada acerca dos significados presentes nos trabalhos analisados quanto aos conceitos de sustentabilidade e de DS, optamos também por fazer uma análise sobre os principais autores referenciados e as áreas do conhecimento desses trabalhos.

No trabalho Tr 1507, como já apontado, o autor concebe o conceito de DS, bem como as decisões tomadas nos eventos ambientais oficiais e, principalmente a EDS (como será melhor explorado oportunamente), de maneira “positiva”, afirmando que a partir da união entre pessoas bem intencionadas e uma Educação que seja “solidária”, poderemos alcançar uma sustentabilidade que garanta a justiça social, como pode ser observado no seguinte excerto: “A Educação para o Desenvolvimento promove o direito de todas as pessoas, e de todos os povos, a participar e contribuir para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural” (Tr 1507, p. 43).

O pensamento de São Francisco de Assis, aceito por muitos ambientalistas como um pensamento cristão “não depredador” e empregado frequentemente nos debates acerca das questões ambientais, é o pensamento predominante no Tr 1507. O autor se inspira nos preceitos de São Francisco de Assis, sobretudo para se pensar a relação entre as pessoas e do ser humano com o mundo.

Este legado aspirado pelo desenvolvimento sustentável: o resgate de valores, o respeito a natureza e toda a criação e especialmente a humanidade, remete-nos a história. No outono de 1225, Francisco de Assis quase moribundo, compôs o Cântico das criaturas. Até ao fim da vida queria ver o mundo inteiro num estado de exaltação e louvor a Deus criador. Quase cego sozinho numa cabana de palha, em estado febril e atormentado pelos ratos, deixou para a humanidade este canto de amor ao Pai de toda a criação, o qual inspira e conclui nossa reflexão [...] (Tr 1507, p. 83).

E, em seguida, apresenta o “Cântico das criaturas”, de São Francisco.

Neste trabalho o autor usa como principal referencial teórico o educador Paulo Freire. Há, no trabalho, uma visão fundamental que é a valorização da concepção freireana de Educação que, de acordo com o autor, associando-se os preceitos do DS ao pensamento de Paulo Freire<sup>102</sup>, pode-se obter bons resultados no campo da Educação e na sociedade como um todo.

Toda esta referência de Paulo Freire permeia e nos leva a pensar o Desenvolvimento Sustentável, pois significamos o mundo em nossa relação com o outro. Esta relação com o outro não está pura e somente entre o ser humano ela deve ser universal, permear todas as dimensões sejam elas culturais, educacionais, sociais, ambientais ou econômicas. Resgatar o pensamento freireano é resgatar um caráter universal e uma preocupação permanente com a relação entre o local e o global. (Tr 1507, p. 62).

Para esse trabalho, o entendimento da “concepção” de Paulo Freire engendraria o entendimento de que o DS é um conceito que deve ser trabalhado, levando as pessoas à “conscientização” da sua importância, como podemos observar no seguinte excerto: “Percebemos, de acordo com a concepção exposta de Paulo Freire, a possibilidade de conscientização das pessoas sobre a importância do desenvolvimento sustentável.” (Tr 1507, p. 64).

Outros autores que embasam o trabalho Tr 1507 são: Chauí, Gramsci e Gray para pensar a globalização, bem como Kant, Montaigne e Platão para evidenciar a importância do conhecimento filosófico para a educação.

A “Agenda 21” e um trabalho de Judas Tadeu Grassi Mendes e Christian Luiz da Silva, intitulado: “Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável: agentes e interações sob a ótica multidisciplinar” são utilizados pelo Tr 1507 para se pensar diretamente o conceito de DS.

O trabalho também recorre, além do já citado Paulo Freire, a Moacir Gadotti, um dos principais representantes da “Ecopedagogia” em nosso país, para discutir as possibilidades de uma Educação que caminhe rumo ao DS.

Apesar de tecer algumas críticas à conjuntura na qual o conceito de DS é originado, o autor, contudo, emprega frequentemente um posicionamento espiritualizado, pacifista e “otimista” no que diz respeito às questões ambientais e

---

<sup>102</sup> Ressalta-se que, de acordo com perspectiva epistemológica adotada neste estudo, o pensamento de Paulo Freire não guarda qualquer relação com os preceitos do DS, uma vez que o mesmo nunca fez concessão ao capitalismo.

sociais. O autor apresenta a visão de Delors (2006)<sup>103</sup> para reforçar seu posicionamento baseado na “cultura da não-violência” e da tolerância. Fundamentando-se em Delors (2006), esse trabalho afirma que:

É inconcebível uma Educação que não esteja voltada para a busca da Paz. O mundo vive, sem dúvida, conflitos provocados por intolerância, vive situações de violência causadas pelas condições de extrema pobreza, verificadas em diversos países do globo. O mundo vive também conflitos provocados por intolerância religiosa. (Tr 1507, p. 42).

Ainda para esse trabalho, a busca pelo desenvolvimento precisa ser também a busca por uma “cultura de não violência”. Segundo o trabalho:

Não se pode chegar a um desenvolvimento pleno, se não se busca difundir uma cultura de não violência, de tolerância, de cooperação; Aprender a Ser, desde a sua primeira reunião, a Comissão reafirmou energicamente, um princípio fundamental: a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. (Tr 1507, p. 42).

De acordo com o Tr 619, em 1997 a ONU-Unesco proclamou em 2000 o “Ano Internacional por uma Cultura de Paz e de Não Violência” e a década de 2001 a 2010 como a “Década Internacional por uma Cultura de Paz e Não-violência”. E, ainda de acordo com esse trabalho, a “[...] preservação ambiental é um dos seis pontos principais a serem trabalhados em prol de uma cultura de não-violência” (p. 15). Contudo, segundo o trabalho, “[...] os processos de gestão em prol da sustentabilidade e de uma cultura de paz compõem uma realidade extremamente complexa” (p. 15), uma vez que envolve, entre outros fatores, as “influências dos mercados financeiros”, as pressões de várias instituições e organizações públicas e, sobretudo, interesses de cunho internacional.

---

<sup>103</sup> O político socialista francês Jacques Delors, foi autor e organizador do relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, intitulado: “Educação, um Tesouro a descobrir” (1996), em que se exploram os Quatro Pilares da Educação: “aprender a conhecer”; “aprender a fazer”; “aprender a viver juntos” e “aprender a ser”. Foi presidente da Comissão Europeia (CE) entre os anos de 1985 e 1995 e colaborou na elaboração do Tratado de Maastrich, documento que propôs a criação da União Europeia (UE).

**[...] a Assembléia Geral das Nações Unidas de 1997 proclamou o ano de 2000 como o Ano Internacional por uma Cultura de Paz e de Não Violência [...] tendo como entidade coordenadora a UNESCO, que proclamou a próxima década (2001 a 2010) como a década Internacional por uma Cultura de Paz e Não-violência no mundo.** A UNESCO enfatiza desde então, o desenvolvimento mundial de lideranças locais que trabalhem como multiplicadores de uma cultura de paz, bem como na implementação de políticas pública com tal objetivo. Segundo os princípios expostos no Manifesto 2000<sup>104</sup>, a preservação ambiental é um dos seis pontos principais a serem trabalhados em prol de uma cultura de não-violência. Vivenciamos, portanto um momento histórico no qual o ideário da sustentabilidade passa a se inserir em um contexto maior, dentro da complexidade de uma nova ética, de um novo sistema de valores, dentro da perspectiva de uma cultura de paz. **Contudo, os processos de gestão em prol da sustentabilidade e de uma cultura de paz compõem uma realidade extremamente complexa, envolvendo diversas organizações do setor público, privado, organizações não governamentais e a sociedade civil, dependentes de um grande número de variáveis tais como: influências dos mercados financeiros, pressões de organismos internacionais, implementação de políticas governamentais, interesses internacionais, ações da sociedade organizada, entre outras.** (Tr 619, p. 15, grifo nosso).

De acordo com esse trabalho, a ideia de implantar uma “cultura de não-violência” demandaria “[...] um esforço incomensurável para sua efetivação, remetendo a um trabalho que envolve toda a sociedade e ao cultivo de valores sociais menos antropocêntricos e mais ecocêntricos, à uma ética do futuro ancorada em uma solidariedade transnacional, articulada a uma ética dos direitos individuais” (CARVALHO et al. apud Tr 619, p. 19).

Já em relação aos documentos e decretos oficiais, identificamos que os seguintes trabalhos recorrem a eles, para fundamentar suas discussões sobre os conceitos de sustentabilidade e de DS, bem como para se pensar as questões políticas, sociais e econômicas que envolvem tais conceitos: Tr 1507, Tr 826, Tr 2920, Tr 4881 e Tr 338. Dentre eles, o mais citado é a “Agenda 21”.

No Tr 4881, há um capítulo específico tratando da importância da “Agenda 21”: “4.3. A Agenda 21 e a importância dos Sistemas Sustentáveis” (p. 58). De acordo com esse trabalho:

---

<sup>104</sup> “Manifesto 2000”: “Elaborado por um grupo de laureados pelo Nobel da Paz, constituiu-se em uma coleta de assinaturas, pelo mundo, para que cada indivíduo trabalhe localmente, na construção de uma cultura de paz” (Tr 619, p. 16).

Mais do que um documento, a Agenda 21 é um processo de planejamento participativo que analisa a situação atual de um país, estado, município e/ou região e planeja o futuro de forma sustentável. Esse processo de planejamento deve envolver todos os atores sociais na discussão dos principais problemas e na formação de parcerias e compromissos para uma solução a curto, médio e longo prazo. A análise e o encaminhamento das propostas para o futuro devem ser feitas dentro de: uma abordagem integrada e sistêmica das dimensões econômica, social, ambiental e político-institucional. Em outras palavras, o esforço de planejar o futuro, com base nos princípios de Agenda 21, gera produtos concretos, exequíveis e mensuráveis derivados de compromissos pactuados entre todos os atores, fator esse que garante a sustentabilidade dos resultados. (Tr 4881, p. 59).

Já em relação ao trabalho Tr 1548, os autores que sustentam as argumentações desse trabalho, na maioria são tributários do materialismo histórico-dialético. Sendo que os mais recorrentes são Loureiro e Velasco e também há referência a um trabalho de Marx. Assim como o já citado Tr 1507, o Tr 1548 também faz referência a Paulo Freire para defender a “libertação” e “**transformação social.**” Essa pesquisa ainda faz menções aos trabalhos de Morin, para discutir brevemente sobre “ética e complexidade” e Boaventura de Souza Santos para discutir o “Ecosocialismo”. Utiliza-se, ainda, como referencial teórico, o autor Ignacy Sachs para discutir as diferentes dimensões da sustentabilidade.

A autora de Tr 1548 inicia o trabalho contando sobre sua formação e profissão de enfermeira, enfatizando conhecer de perto as dificuldades da profissão e as injustiças e desigualdades sociais que permeiam a área da saúde em nosso país e, este, segundo a própria autora, é o principal elemento que teria influenciado seu posicionamento crítico-político, sobretudo a crítica ao sistema capitalista como responsável pela “coisificação” do ser humano.

**Enquanto enfermeira e trabalhadora sob o regime capitalista sinto-me impelida à reflexão por perceber o sofrimento causado ao homem pelo homem. A doença é uma das faces que convivo quase que diariamente e infelizmente o ser humano é tratado em partes, como uma mercadoria:** sua saúde é comercializada como qualquer produto vendido no mercado, e essa banalização da vida é extremamente preocupante e aumenta ainda mais a incidência da doença. Ao descortinar o mundo do Capitalismo busco alternativas e observo muito o trabalho alienado como forma de exploração do homem pelo homem. (Tr 1548, p. 11, grifo nosso).

Nesse trabalho, podemos observar reflexões respaldadas nos pensamentos e escritos de Karl Marx e alguns de seus comentadores, trazendo-os, sobretudo, para o

contexto das contradições relativas a dimensão do “socialmente justo” que faz parte do discurso do DS na conjuntura do capitalismo, no qual há impregnado a “valorização do mundo das coisas” e a “desvalorização do mundo dos homens”. O interesse especial acerca dessa dimensão do conceito de DS se deve, de acordo com a autora, aos fatos que ela presencia frequentemente no cotidiano de sua profissão.

**No Capitalismo, com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. ‘O trabalho não produz apenas mercadorias: produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens’ (MARX, 2002, p. 111). Percebe-se que essa maneira dicotômica de ver o mundo, essa desvalorização do ser humano, reflete-se também o mesmo na natureza. Finalmente o que me impeliu a escrever a dissertação de mestrado sobre desenvolvimento sustentável foi justamente a necessidade urgente de pensarmos em alternativas sustentáveis para nossa maneira de viver. Nossa saúde é um reflexo claro da má qualidade de vida que levamos, principalmente pelo estresse em que somos submetidos diariamente. Os hospitais sempre superlotados e as doenças ocupacionais tomando cada vez mais proporção. (Tr 1548, p. 12, grifo nosso).**

Além do Materialismo Histórico e Dialético, o Tr 1548 utiliza também o referencial da “Teoria da Complexidade” para fundamentar suas discussões.

O Materialismo Histórico e Dialético é o principal referencial teórico adotado pelos trabalhos Tr 338 Tr 387, Tr 792, Tr 1226, Tr 5088, Tr 1734, Tr 6418, além do já citado Tr 1548. Os principais autores adotados por esses trabalhos, são Marx e Engels, sobretudo para abordar a questão da “luta de classes”.

Foster também é um referencial recorrente nos trabalhos que se intitulam adeptos ao Materialismo Histórico-Dialético. Autores latino-americanos, adeptos da corrente do materialismo histórico-dialético também são adotados por esses trabalhos, como o uruguaio Sírío Lopez Velasco e o brasileiro Frederico Loureiro.

Outro autor referenciado nesses trabalhos é o húngaro György Lukács. O Tr 338, apoia-se em Lukács também para discutir a respeito da “luta de classes”, questão chave para o Tr 338 pensar a conjuntura do conceito de DS, como visto no item anterior. Nesse trabalho é explicitada a opção teórico-metodológica adotada:

A concepção do Materialismo Histórico e Dialético é o fundamento teórico-metodológico de nossa crítica ao projeto de Educação Ambiental como instrumento ideológico dos interesses capitalistas imbricados na concepção do Desenvolvimento Sustentável. (Tr 338, p. 2).

O trabalho Tr 6418 transita entre os referenciais teóricos daquilo que chamamos de pensamento crítico, referenciando autores do materialismo histórico-dialético, neomarxismo (ou marxismo ocidental) e Teoria Crítica. Os autores mais citados por esse trabalho, sobretudo para discutir a questão do DS, são: Diegues (1992) e Herculano (1992), mas também podemos encontrar, no capítulo “A ambiguidade do termo desenvolvimento sustentável”, para fundamentar a discussão sobre o sistema capitalista, autores como Marcuse e Marx, bem como o orientador do trabalho, Carlos Walter Porto Gonçalves, também é citado no referido capítulo.

No Tr 1734, especificamente, há um capítulo no qual se pretende “[...] traças a conjuntura histórica, política e econômica do trabalho, da educação e do meio ambiente sob a vertente do capitalismo [...]

[...] desde o Liberalismo de Adam Smith à ação contemporânea do Neoliberalismo com o acirramento da crise socioambiental, como a busca de um desenvolvimento de sociedade sustentável pelo viés da crítica à economia política, tendo como foco a busca da educação omnilateral, proposta por Marx e o desenvolvimento sustentável. (Tr 1734, p. 34).

Ainda nesse trabalho, há referências aos trabalhos de Deluiz (orientadora do trabalho em questão), Novicki (co-orientador do trabalho), Layrargues e Paul Singer.

Deluiz e Novicki são referenciados, principalmente, para se pensar a possibilidade de uma sustentabilidade que seja democrática, pois, de acordo com esses autores:

Trabalho, meio ambiente e educação encontram-se subsumidos ao modo de produção capitalista, com base num ambientalismo de livre mercado, originário no liberalismo clássico de Adam Smith e atualizado pelo neoliberalismo. Segundo essa matriz, o desenvolvimento sustentável é aquele que garante um crescimento econômico vigoroso e, ao mesmo tempo, social e ambientalmente sustentável (DELUIZ; NOVICKI, 2004). (Tr 1734, Tr 64).

Por isso, o objetivo de uma “sustentabilidade democrática, no complexo contexto sóciopolítico-econômico que se encontra nossa sociedade”, pela perspectiva de Deluiz e Novicki, “necessita ser”

[...] norteado por um projeto de desenvolvimento social justo, solidário, que contenha propostas alternativas ao modelo de educação vigente, buscando a superação das concepções de desenvolvimento sustentável defendidas pelo capital – ecoeficiência/tecnicismo. (Tr 1734, p. 69).

Esse trabalho defende que a “sustentabilidade democrática” deva “[...] considerar todos os interlocutores sociais, em especial aqueles que mais são atingidos pelas mazelas da crise socioambiental”. Veja-se:

A possibilidade de uma sustentabilidade democrática, sob a ótica civil-democrática (SINGER, 1996), cuja articulação contemple o trabalho, a educação e o meio ambiente, [...] possibilitará a concepção do sujeito em sua integralidade e complexidade, na perspectiva de uma educação omnilateral. Segundo Deluiz; Novicki (2004) tal sustentabilidade precisa considerar todos os interlocutores sociais, em especial aqueles que mais são atingidos pelas mazelas da crise socioambiental [...] (Tr 1734, p. 69).

Outros autores citados nesse trabalho para discutir a sustentabilidade, especificamente, são Coraggio (1995)<sup>105</sup>, Razeto (1993)<sup>106</sup>, Gutiérrez (1983; 1993; 2001) e Gadotti (2000).

O conceito de “sustentabilidade democrática” também é apresentado no trabalho Tr 1893, que se fundamentando Carvalho (2006), afirma que:

A despeito das críticas que faz às possibilidades conceituais de Desenvolvimento Sustentável, a mesma autora (CARVALHO, 1996) destaca a necessidade de um modelo de desenvolvimento que responda positivamente à edificação de uma sociedade eticamente estruturada, enquanto ‘seu compromisso fundamental é a **sustentabilidade democrática**’. (Tr 1893, p. 15, grifo nosso).

O referencial teórico que serve de base para as discussões fundamentais desse trabalho, sobretudo àquelas que sustentam as críticas ao DS, tem como principais autores: Herculano (1992), Carvalho (1995, 1996 e 1997), Quintas (1996) e Layrargues (1998), os quais, como já apontado, são citados para questionar e denunciar as contradições e falsidades do conceito do DS “[...] nos campos político, institucional e ideológico” (Tr 1893). O autor Moacir Gadotti (1997) também é referenciado nesse trabalho, em especial para fundamentar a discussão acerca da possibilidade de que o DS não seja um conceito propriamente dito, mas sim uma “ideia-força” ou “ideia mobilizadora” com vistas à sustentabilidade (Tr 1893, p. 14).

<sup>105</sup> CORAGGIO, J.L. Desarrollo humano, economía popular y educación, Rei Argentina/Instituto de Estudios y Acción Social/ Aique Grupo Editor, Buenos Aires, 1995. In: GADOTTI, Moacyr. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

<sup>106</sup> RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M.; GUTIERREZ, F. (Orgs.) **Educação comunitária e economia popular**. 6ª Edição. São Paulo: Cortez, 2001.

Esse trabalho também utiliza a “Agenda 21” como referência para fundamentar suas discussões. A “Agenda 21”, de acordo com o trabalho, “[...] constitui-se em um grande passo no sentido da prática e operacionalização das premissas de Desenvolvimento Sustentável (Tr 1893, p. 16).

Ainda sobre o Tr 1893, esse trabalho utiliza, para reforçar a importância do conceito de “Desenvolvimento Local” como alternativa ao DS tradicional e globalizante (assunto que será melhor explorado no próximo item), os trabalhos de Albuquerque (1997) e Coelho e Fontes (1998)<sup>107</sup>. Os autores Sorrentino (1998) e Trajber e Manzochi (1996)<sup>108</sup> são citados nas reflexões acerca dos limites e possibilidades da EA frente às propostas pretendidas pelo “Desenvolvimento Local”.

Nesse trabalho, há citação de Reigota, para tratar da escola como indispensável à formação do cidadão, pensamento que o trabalho entende poder contribuir para que, também por meio da escola, conceitos e propostas como as do “Desenvolvimento Local”, possam se tornar públicas e serem apropriadas pelos sujeitos das diferentes comunidades, ou seja, como a própria autora escreveu: “É indispensável que o Desenvolvimento Local tenha a oportunidade de criar raízes profundas no seio da comunidade” (Tr 1893, p. 53). E, para reforçar a importância da educação nesse processo de formação do cidadão que, segundo a autora, é uma das funções também do “Desenvolvimento Local”, apresenta uma citação de Reigota (1998): “[...] a escola tem sido historicamente indicada para a discussão e o aprendizado de vários temas urgentes e de atualidade, como resultado da sua importância na formação do cidadão” (REIGOTA, 1998 apud Tr 1893, p. 53).

O Tr 387 se fundamenta no Materialismo Histórico e Dialético, como já indicado, e também nos autores da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt como referencial teórico, porém recorre também, em alguns momentos, a autores de outras correntes.

Somente quando os servos de Ulisses, na metáfora empregada por Adorno e Horkheimer na Dialética do Esclarecimento (1985), puderem tirar a cera que lhes impede de ouvir o canto das sereias e, por vontade própria – pela tomada de consciência do perigo que esse canto sedutor representa para a **sustentabilidade socioambiental** do mundo que os abriga –, puderem negar esse canto em nome de um bem viver que não mais seja direito de poucos nem mais um bem viver pasteurizado e descartável, é que se poderá começar a pensar na desconstrução dessas relações de opressão. (Tr 387, p. 34).

---

<sup>107</sup> Não encontrado nas referências do Tr 1893.

<sup>108</sup> TRAJBER, R.; MANZOCHI, L. H. (org.) **Avaliando a Educação Ambiental no Brasil: Materiais Impressos**. São Paulo. Ed. Gaia, 1996.

De modo geral, os autores dão base a esse trabalho são, além de Karl Marx, principal autor que fundamentou o trabalho, também John B. Foster e os brasileiros: Marcos Sorrentino (1993; 2001), Mauro Luís Iasi (2007)<sup>109</sup>, Michael Löwy (2000), Omar Ardans (2003)<sup>110</sup> e Eda Tassara (1994; 1996; 2001; 2003). Para essa última:

Considerando o ambiente conforme o caracteriza Milton Santos (2001), como **‘organização humana no espaço total que compreende os fragmentos territoriais’**, a política ambiental, em cada momento, estaria condicionada e condicionaria configurações subseqüentes assumidas pelo trinômio cultura-técnica-ambiente em seu processo de construção gradativa. A este processo de busca e construção dar-se-ia o nome de **sustentabilidade**, para cuja viabilização seriam necessárias ações de socialização do homem com elas compatíveis – a cultura política. Essa cultura política, por sua vez, dependeria de ações educativas que conduzissem a formação deste novo homem, capaz de compreensão e crítica de seu processo de socialização, assim configurando novas relações humanas produtoras de ambientes sustentáveis segundo sua gestação política. (Tassara, 2005 apud Tr 387, grifo do autor).

A referência ao pensamento de Paulo Freire também é frequente no âmbito dos trabalhos analisados. Nesse sentido, podemos observar que há em comum, entre as pesquisas Tr 387, Tr 619, Tr 671, Tr 826, Tr 456, Tr 1226, Tr 5088, Tr 7129, Tr 1507 e Tr 1548, a referência ao pensamento de Paulo Freire como proposta de superação dos problemas sociais oriundos do capitalismo, porém, enquanto Tr 1507 entende que o pensamento freireano deva se associar ao conceito de DS para superação dos problemas socioambientais, os outros entendem o DS, basicamente, como mais um gerador da “crise socioambiental” trazida pelo capitalismo.

Já no Tr 792, ressaltamos que esse é único trabalho que discute a questão do DS, tecendo críticas ao capitalismo, “a partir da noção de entropia”. Para tal, a autora recorre a Stahel (1995) a fim de fundamentar sua discussão nesse sentido. De acordo com esse trabalho:

Stahel inseriu a discussão de sustentabilidade em um contexto mais amplo do que a própria sustentabilidade do sistema industrial capitalista. Analisa o funcionamento do capitalismo e sua dinâmica a partir da noção de entropia, com objetivo de evidenciar a dimensão histórica desse debate, enfocando aspectos políticos necessários ao desenvolvimento sustentável. (Tr 792, p. 23).

<sup>109</sup> IASI, M. L. O problema da Emancipação Humana. In: IASI, M. L. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**, São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 47-76.

<sup>110</sup> TASSARA, Eda de Oliveira T. O.; ARDANS, O. “Participação emancipatória: reflexões sobre a mudança social na complexidade contemporânea”. **Revista Imaginário**, n. 9, São Paulo, 2003, p. 15 -32.

Para discutir a questão do conceito de DS, o Tr 2920 recorre à “Agenda 21”, bem como se fundamenta em autores como: Montibeller-Filho (2001)<sup>111</sup>, Lima (2002), Costa (2002)<sup>112</sup>, Cavalcanti (1995)<sup>113</sup>, Santos (2005)<sup>114</sup>, Mousinho (2003)<sup>115</sup> e Rosetto (2003)<sup>116</sup>, essa última entende que:

Sustentabilidade seja qual for o enfoque, não coexiste com desequilíbrios significativos. Se a pressuposição de desenvolvimento sustentável não pode ser aceita senão de forma universal, enquanto persistirem desigualdades colossais entre continentes, entre países e dentro de países entre regiões e municípios, em qualquer dos aspectos considerados pelo conceito, se torna distante a efetivação plena da sustentabilidade. (ROSETTO, 2003, p. 35 apud Tr 2920, p. 56).

Esse trabalho também recorre a Capra, para tratar da “alfabetização ecológica”, o qual entende que um “[...] dos primeiros passos para desenvolvermos uma vida mais sustentável [...]” seja a “alfabetização ecológica” (Tr 2920, p. 69). Contudo, o principal referencial teórico para esse trabalho são os estudos de Sachs (1993; 1994; 2000).

O Tr 671, embasa-se em Antônio Carlos Diegues para tecer críticas à globalização e às propostas de “soluções mágicas” e universais para solucionar os problemas concernentes à temática ambiental.

O escritor e economista indiano, Amartya Sen (2000; 2004)<sup>117</sup>, também é utilizado pelo Tr 671, para dar sustentação à discussão acerca da importância da

---

<sup>111</sup> MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: ed. da UFSC, 2001.

<sup>112</sup> COSTA, H. S. M. Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, n. 2, p. 55-71, março, 2000.

<sup>113</sup> CAVALCANTI, C. V. Breve introdução à economia da sustentabilidade. In: CAVALCANTI, C. (Org). **Desenvolvimento e natureza**: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995. p.17-25.

<sup>114</sup> SANTOS, M. T. **Consciência ambiental e mudanças de atitudes**. 2005. 135 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

<sup>115</sup> MOUSINHO, P. Glossário. In: TRIGUEIRO, A (Coord.) **Meio ambiente no século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 332-367.

<sup>116</sup> ROSETTO, A. M. **Proposta de um sistema integrado de gestão do ambiente urbano (Sigau) para o desenvolvimento sustentável de cidades**. 2003. 404 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

<sup>117</sup> SEN, A. k. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

participação social na construção da sustentabilidade. De acordo com Sen (2004), apresentado pelo Tr 671:

A relevância da cidadania e da participação social não é apenas instrumental. Elas são parte integrante daquilo que temos motivo para preservar. É preciso combinar a noção básica do direito à sustentabilidade defendida por Brundtland, Slow e outros com uma visão mais ampla dos seres humanos, que os encare como agentes cuja liberdade importa, e não como pacientes que não se distinguem dos padrões de vida dos quais desfrutam. (SEN, 2004, p. 18 apud Tr 671, p. 87).

O trabalho apresenta aquilo que Sen (2000; 2004) classificou como “liberdades sustentáveis”:

A ideia de liberdade, segundo Sen (2004), deve ser incorporada ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, pois assim este último ficaria mais amplo e efetivo, dando origem ao que ele chama de ‘liberdades sustentáveis’ [...] (Tr 671, p. 87).

No Tr 619, para fundamentar sua crítica em relação ao conceito de DS e propor uma alternativa a ele (o conceito de “Sociedades Sustentáveis”), recorre-se a Diegues (1992). E, em suas reflexões sobre EA e Educação para a Sustentabilidade, o trabalho se apoia em Morin e, também, no autor Marcos Sorrentino:

Dada a complexidade do assunto, educar para a sustentabilidade é uma tarefa abrangente e sobretudo, desafiadora. Sorrentino, (1995) define a educação ambiental repetindo uma antiga frase reformulada dos ecologistas: agindo localmente, pensando globalmente (e vice-versa) e acrescenta ‘trabalhando-se interiormente’. (Tr 619, p. 18).

Para tratar sobre as “ambiguidades” do conceito de DS, o Tr 619 fundamenta sua crítica em Cavalcanti (1998), o qual entende que: “O mundo globalizado atual, apesar de reconhecer a importância da ideia de desenvolvimento sustentável, que levou à Conferência Rio-92, caminha concretamente por rumos que desafiam qualquer noção de sustentabilidade” (CAVALCANTI, 1998 apud 619, p. 17).

Segundo Frazier (1997), outro autor que serviu para embasar as discussões nesse trabalho sobre a sustentabilidade: “[...] a interpretação incorreta do ideário da sustentabilidade abre as portas para conveniências de grupos, ideologias particulares e projetos desenvolvimentistas revertendo-se em falta de direcionamento de ação” (Tr 619). Além disso, esse trabalho também utiliza o documento “Agenda 21 Global” em suas discussões.

No Tr 3383, além de Diegues (2000), esse trabalho também utiliza, para embasar suas discussões, as resoluções da Unesco (1997; 2005), leis e decretos brasileiros como, por exemplo, a “Política Nacional de Meio Ambiente - Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981” e os documentos oficiais, principalmente a “Agenda 21” e a “Carta de Belgrado”. Esse trabalho também faz referência a Layrargues (1997): “Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito?” e ao trabalho de Almeida (2002): “O Bom Negócio da Sustentabilidade”.

Quanto ao Tr 7723, oriundo de uma IES luterana, utiliza como referencial teórico básico para a discussão do DS, Leonardo Boff, Paulo Freire, Gutiérrez e Gadotti. No que se refere a esse último, de acordo com o trabalho analisado, o mesmo entende que há uma “incompatibilidade entre os dois termos”, ou seja, “desenvolvimento” + “sustentabilidade (ou sustentável), isso porque, em seus diversos significados e sentidos, acentua-se a “ideia de desenvolvimento. Nesse sentido, de acordo com esse trabalho:

**Gadotti coloca que o termo Desenvolvimento Sustentável, talvez não seja o mais apropriado considerando que sofreu um enorme desgaste por ter sido utilizado, por alguns autores, com diferentes sentidos, além do que, para o autor, há uma incompatibilidade entre os dois termos, ao se acentuar a ideia de desenvolvimento.** Acrescenta o autor que ‘a sustentabilidade refere-se ao próprio sentido do que somos, de onde viemos e para onde vamos, como seres do sentido e doadores de sentido de tudo o que nos cerca’ (2000, p. 35). (Tr 7723, p. 31-30, grifo nosso).

Ainda de acordo com esse trabalho:

[...] O contexto, quando tratamos da questão do Desenvolvimento Sustentável, precisa sempre recompor o todo, de tal forma que se possam conhecer todas as causas e todas as consequências simultaneamente, porque sempre haverá qualidades dentro do todo que não encontraremos em suas partes e as partes possuem propriedades que no todo podem estar isoladas ou inibidas. (Tr 7723, p. 64).

E, nesse sentido, o trabalho recorre a Morin (2000), que:

[...] chama atenção que a educação do futuro precisa considerar como indivisíveis o “contexto, o global, o multidimensional e o complexo” (2000, p. 36) sob pena de continuarmos reproduzindo os conhecimentos divididos e compartimentados. (Tr 7723, p. 64).

Já no Tr 456, que se refere ao “desenvolvimento sustentável” por meio do conceito de “desenvolvimento durável”, o referencial teórico é fundamentalmente o trabalho de Henri Bartoli: “*Répenser le Développement: en finir avec la pauvreté*”, ou

“Repensando o desenvolvimento: para acabar com a pobreza”. De acordo com Bartoli, citado por esse trabalho:

Se, num élan de entusiasmo, N. Bobbio ousa a expressão “idade dos direitos” para designar este encaminhamento, I. Sachs observa que muito resta a fazer para que eles sejam realmente inscritos na vida dos homens; mas, em um mesmo élan, ele percebe na segunda metade do século XX a “idade do desenvolvimento”, podendo-se distinguir também aí gerações sucessivas: concepção simplista (logo abandonada) segundo a qual o crescimento econômico é suficiente para garantir o desenvolvimento, abertura à pluridimensionalidade, concebendo-se o desenvolvimento como tudo, ou seja, econômico, social, cultural, e político, ajuntando ao conceito a dimensão do meio ambiente sob a forma do desenvolvimento “durável” (sustentável), subordinação da busca dos objetivos econômicos e sociais ao respeito às limitações ecológicas, conjugada com a busca no plano instrumental de soluções economicamente eficazes (Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente em Estocolmo), enfim a qualificação do desenvolvimento como “humano”, para significar claramente que o que se tem em vista é o desabrochar dos seres humanos mais que a produção de riquezas, mesmo sendo ela tão necessária. (BARTOLI, 1999, p. 2-3 apud Tr 456, p. 99).

Nesse trabalho, observa-se algum referencial marxista, porém com influência de vários outros autores das inúmeras correntes teórico-filosóficas. Para que se pensasse sobre valores humanos e educação, bem como para fazer uma associação entre a concepção de desenvolvimento no ocidente e no oriente, a autora recorreu à referenciais teóricos orientais como, por exemplo, o educador indiano Sri Sathya Sai Baba<sup>118</sup>, bem como Huynh Cao Trí<sup>119</sup> e Pham Nhu Hô<sup>120</sup>. Nesse sentido, ao tratar da questão do “Desenvolvimento Local” ou “endógeno”, o trabalho faz a seguinte consideração recorrendo às perspectivas de Trí (1986) e Hô (1988):

Huynh Cao Trí (1986) e Pham Nhu Hô (1988), representantes de culturas distintas da ocidental, apresentaram e apresentam propostas em que a proeminência do aspecto do desenvolvimento visto marcadamente sob o aspecto econômico fica amortecido perante a necessidade da busca de caminhos endógenos. ‘A endogeneidade supõe a referência à cultura nacional como meio e fonte da criatividade do homem. Ela supõe também a busca de vias originais para o desenvolvimento fundadas sobre os valores profundos de cada povo e adaptadas aos seus recursos e às suas potencialidades. Ela supõe enfim a participação ativa e ampla dos indivíduos e dos grupos na vida

<sup>118</sup> SRI SATHYA SAI BABA, **Educação em Valores Humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Centro Sathya Sai de Educação em Valores Humanos, 1999.

<sup>119</sup> TRÍ, H. C.; KHÔI, L. T. et all. **Strategies for Endogenous Development**. Nova Delhi; Bombay; Calcutá: Oxford e IBH Publishing Co. PVT.LTD.; UNESCO, 1986.

<sup>120</sup> HÔ, P. N. Le développement endogène comme une alternative. Potentialités et obstacles à son déploiement. In: CAO T. H. **Développement endogène**: aspects qualitatifs et facteurs stratégiques. Paris: UNESCO, 1988. p. 35 – 69.

comunitária e nacional em todos os níveis de decisão e de execução' (TRÍ , 1986, p. 9-10). (Tr 456, p. 88).

Observa-se que, nesse trabalho, o documento intitulado “Nosso futuro comum” ou “Relatório Brundtland” tem grande relevância para se discutir o conceito de desenvolvimento sustentável, sendo citado em várias passagens. De acordo com esse trabalho, um clássico no que se refere ao DS

“[...] é a obra editada em Nova York, em 1987, e traduzida para o português no Brasil sob o título Nosso Futuro Comum, hoje esgotada e de difícil aquisição, pelo interesse que desperta naqueles que se preocupam com estas questões. (Tr 456, p. 73).

Neste ponto, vale destacar que o documento “Nosso futuro comum” é um referencial importante na discussão concernente aos conceitos de sustentabilidade e de DS, uma vez que o referido Relatório é utilizado para fundamentar as discussões de praticamente todos os trabalhos analisados, exceto o Tr 5088, o qual não faz menção ao “Relatório Brundtland” em nenhum momento.

Retomando o Tr 456, outro referencial que fundamentou esse trabalho, no sentido de repensar o desenvolvimento tradicional e o desenvolvimento sustentável ou “durável”, como é conceituado no trabalho, foram os textos de Ignacy Sachs (1980; 1993; 1996; 1998; 2000; 2002; 2003). De acordo com o trabalho, fundamentado em Sachs (1980), é necessário uma “[...] revisão das estruturas institucionais para que estratégias de desenvolvimento sem risco para o ambiente possam ser implantadas” (Tr 456, p. 72). Nesse sentido, de acordo com esse trabalho, Sachs (1980) alerta que: “Três condições gerais podem ser entretanto indicadas”:

- :
- a) estratégias de desenvolvimento sem risco para o ambiente não podem resultar do jogo não regulamentado de uma economia de mercado...;
  - b) pareceria que um acesso mais equilibrado aos recursos seja uma condição prévia a uma tal estratégia. É verdade, em todo caso, para uma postura fundada sobre as necessidades sociais;
  - c) dentro de uma organização realista, os princípios de um desenvolvimento social racional devem ser considerados como as diretivas de uma política e não como um conjunto de pressupostos rígidos. (SACHS, 1980, p. 67 apud Tr 456, p. 72).

No que se refere ao autor Ignacy Sachs, referência para a discussão dos conceitos de sustentabilidade e de DS e um dos criadores e principais divulgadores do conceito de ecodesenvolvimento, do qual, como visto anteriormente, derivou o conceito de DS, observa-se que nem todos os trabalhos analisados fazem referência

a esse autor. Especificamente, há citação de algum trabalho de Sachs apenas nos trabalhos Tr 387, Tr 338, Tr 456, Tr 671, Tr 619, Tr 792, Tr 1226, Tr 2920, Tr 4881, Tr 7129, Tr 1548 e Tr 4036 e, vale destacar, que nem todos os trabalhos que citaram Sachs se aprofundaram, de fato, nesse referencial teórico como, por exemplo, é o caso do Tr 792, no qual o referido autor é mencionado somente em uma única nota de rodapé.

Como visto, de um modo geral, por meio das análises realizadas, constatou-se nos trabalhos uma tendência de trazer autores e pesquisadores de outros temas para se pensar a questão dos conceitos de sustentabilidade e de DS. Deste modo, vemos que nem todos os trabalhos se fundamentaram no autores clássicos e estudiosos dos conceitos de sustentabilidade e de DS, o que poderia representar, do ponto de vista teórico-metodológico, certa inconsistência no que diz respeito à fundamentação das críticas apresentadas pelos trabalhos, ressaltando a visão apresentada por Trein (2012) sobre o adjetivo “crítico” que muitos estudos de EA empregam em seus posicionamentos. De acordo com a autora, não basta fazer a crítica, necessita, sobretudo, fundamentá-la (TREIN, 2012).

Alguns autores referenciados nos trabalhos propõem outros conceitos como alternativas para superação das “fragilidades” e “ideologias” do conceito de DS, como é o caso dos trabalhos: Tr 1893, o qual discute o conceito de “Desenvolvimento Local” ou “Desenvolvimento Econômico Local” pela perspectiva de Coelho e Fontes (1998), também o Tr 1548 que apresenta o conceito de “Ecomunitarismo” de Velasco (2003) e o Tr 619, o qual discutiu a importância do conceito de “Sociedades Sustentáveis” pela perspectiva de Diegues (1992). Destarte, no próximo item, serão discutidos os conceitos alternativos ao DS constantes no âmbito dos trabalhos analisados. Observa-se, que o Tr 456 também se refere ao conceito de “Desenvolvimento Local”, o qual também é chamado, no contexto desse trabalho, de “desenvolvimento endógeno”. Contudo, tal conceito não é apresentado como alternativa ao DS, diferentemente do Tr 1893, por isso não fará parte das discussões do item seguinte.

### 4.3. ALTERNATIVAS AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS PESQUISAS ANALISADAS

Neste item, apresentaremos as alternativas sugeridas nos trabalhos analisados como formas de superação das ambiguidades do conceito de DS e do caráter “amplo demais” que há implícito nesse conceito. Tanto pela perspectiva do “Desenvolvimento Local” (Tr 1893), igualmente chamado de “Desenvolvimento Econômico Local”, quanto pelo “Ecomunitarismo” (Tr 1548) e “Sociedades Sustentáveis” (Tr 619), o que há em comum é a preocupação fundamental, presente nesses três conceitos, em se pensar a sustentabilidade para as pequenas regiões e comunidades. Deste modo, apresentamos aqui uma descrição um pouco mais detalhada de cada uma dessas possibilidades, de acordo com as análises feitas dos trabalhos.

No Tr 1893, encontramos referência a um “conceito novo”, descrito pelo autor, embasado em Coelho e Fontes (1998), como “Desenvolvimento Local” ou “Desenvolvimento Econômico Local”, para possível superação das “fragilidades” inerentes ao conceito de DS.

De acordo com esse trabalho, em se tratando da questão do desenvolvimento **econômico e humano**, o primeiro mais que o último, que supostamente seriam as duas preocupações fundamentais das propostas de DS, é imprescindível incorporar o conceito “local”. E, “local”, que de acordo com o encontrado no trabalho, tem por definição:

[...] o espaço socialmente construído com base territorial delimitada (a partir dos critérios geoeconômicos, geopolíticos e geoambientais). O local, nesse contexto, é um espaço onde se conformam comunidades e constroem-se identidades territoriais. (COELHO; FONTES, 1998 apud Tr 1893, p. 23).

Desta forma, recorrendo a Albuquerque (1997)<sup>121</sup>, outro autor fundamental nas discussões sobre o “Desenvolvimento Local” presente no Tr 1893, vai-se considerar que “políticas não podem ser desenhadas com independência dos diferentes territórios” (ALBUQUERQUE, 1997 apud Tr 1893, p. 23). Para esse trabalho, a grande

<sup>121</sup> ALBURQUERQUE, F. (1997a) **El Proceso de Construcción Social dei Territorio para el Desarrollo Económico Local**. Dirección de Desarrollo y Gestión Local. Chile.

ALBURQUERQUE, F. (1997b) **Cambio Estructural, Desarrollo Económico Local y Reforma de la Gestión Pública**. Chile. CEPAL/ILPES. Naciones Unidas.

<sup>121</sup> Não encontrado nas referências do Tr 1893.

fragilidade inerente ao conceito de DS é a sua “macroótica” que muitas vezes não enxerga os pequenos territórios, por isso o conceito de “Desenvolvimento Local” viria somar ao DS no sentido de favorecer o desenvolvimento da economia dos pequenos territórios:

Desenvolvimento Local é um esforço de ajuste e planejamento empreendido pelo conjunto de representantes de todos os meios - governamental, privado, sindical e comunitário - a fim de desenvolver a economia de um microterritório. (VALCARCEL-RESALT, 1998 apud Tr 1893, p. 23).

Para esse trabalho, bem como acontece no caso do DS, o “Desenvolvimento Local” também precisa ter como foco principal o bem-estar social. Pelos preceitos desse conceito a comunidade surge como protagonista nos processos de construção do bem-estar social, os sujeitos são autônomos e a “comunidade demandante”. Os líderes das regiões e comunidade, por essa proposta, são os gestores sociais dos municípios no lugar dos tradicionais cargos de prefeitos “centralizadores” e, desta forma, a comunidade estaria mais envolvidas nas tomadas de decisão e, segundo essa abordagem, ficaria menos complexa a tarefa da prática da democracia, algo que parece não ocorrer nas propostas do DS “globalizante”. O “Desenvolvimento Local” atuaria no sentido de abrir “[...] francamente o espaço de (re)conquista do poder local unificado por setores sociais que antes atuavam isoladamente [...]” (Tr 1893, p. 24). Veja-se o excerto abaixo, no qual esse trabalho se apoia em Jordán e Zapata (1998)<sup>122</sup> para evidenciar as premissas do “Desenvolvimento Local” ou “Desenvolvimento Econômico Local” e seu caráter democrático e “regionalista”:

**O Desenvolvimento Local ou desenvolvimento econômico local é uma nova estratégia de desenvolvimento onde a comunidade assume um novo papel de comunidade demandante, ela emerge como agente, protagonista, empreendedora, com autonomia e independência.(...) (...) O processo de Desenvolvimento Local deve redundar no surgimento de uma nova forma de gestão pública, a partir dos municípios, pela presença da nova figura do gestor social contrapondo-se à figura tradicional do prefeito clientelista e centralizador. (...) Busca-se finalisticamente a melhoria da qualidade de vida de associados, familiares e comunidade, maior participação nas estruturas de poder, uma ação política com autonomia e independência, contribuindo assim para o real exercício da democracia e para a utilização racional do meio ambiente visando o bem da geração presente e futura. (JORDÁN; ZAPATA, 1998 apud Tr 1893, grifo nosso).**

---

<sup>122</sup> JORDÁN, A.; ZAPATA, T. Um Programa de Capacitação e Transferência de Metodologia para o Desenvolvimento Econômico Local. Banco do Nordeste/PNUD. **Séries cadernos Técnicos** n. 2. Recife, 1998.

Quanto à mobilização social, o trabalho entende que sendo o enfoque principal do conceito de “Desenvolvimento Local” o econômico, bem como acontece com o DS, esta seria a força para que ela aconteça e para que os programas sociais sejam executados, isso seria muito mais importante do que criar especificamente mais um conceito novo simplesmente e divulgá-lo. Apoiado em Albuquerque (1997), explica-se nesse trabalho que “O Desenvolvimento Econômico Local é o processo pelo qual os atores ou instituições locais se mobilizam para apoiar as diferentes ações, tratando de criar; reforçar e preservar atividades e empregos, utilizando os meios e recursos do território.” (ALBUQUERQUE, 1997 apud Tr 1893, p. 24).

Por fim, ainda no que diz respeito ao “Desenvolvimento Local”, esse conceito não tem a intenção de superar o DS em sua totalidade, mas o que há, neste caso, é na verdade uma tentativa de aproximação dos pressupostos do DS aos menores territórios do Globo, adequando suas propostas às diferentes demandas presentes nos diferentes contextos e grupos sociais, para que se atinja o objetivo da proposta que, ao que tudo indica, seja formar “comunidades sustentáveis”, priorizando sobretudo o desenvolvimento econômico e social, pautado na mão de obra e demandas locais (Tr 1893).

Já no Tr 1548, é possível encontrar críticas à proposta de DS, sobretudo a partir de Loureiro e Velasco. “Nesse contexto, Loureiro et al. (2005) atribuem ao conceito de desenvolvimento sustentável uma mera tentativa de ajustar as sociedades ao modo de reprodução social capitalista, induzindo a humanidade à crise ecológica global” (Tr 1548, p. 61).

Deste modo, esse trabalho defende o “Ecomunitarismo” proposto por Velasco<sup>123</sup> como uma educação problematizadora capaz de libertar os sujeitos da alienação do capitalismo e, esta sim, para a superação do DS.

No livro intitulado: “Ética para o século XXI: rumo ao Ecomunitarismo”, Velasco (2003), define o conceito de Ecomunitarismo da seguinte maneira, segundo o excerto extraído de Tr 1548:

Ecomunitarismo é o regime comunitário pós-capitalista capaz de organizar as relações produtivas inter-humanas, entre os seres humanos em geral e entre estes e a natureza, conforme as normas éticas que deduzimos transcendentalmente a partir da pergunta ‘O que devo/ devemos fazer?’. (VELASCO, 2003, p. 80 apud Tr 1548, p. 34).

---

<sup>123</sup> Como visto anteriormente, o Professor Sírio Lopez Velasco foi o orientador do referido trabalho analisado (Tr 1548).

O “Ecomunitarismo” propõe, como condição fundamental para sua proposta, a participação popular nas decisões políticas, como explicitado excerto:

No plano político, **o ecomunitarismo supõe a participação e poder de decisão efetivos do cidadão em cada assunto que diga respeito a sua vida**, tanto no plano local, como no regional, nacional e mundial numa sucessão de instâncias nas quais as funções diretivas que se fizerem necessárias deverão prestar contas aos cidadãos, que poderão mudar os dirigentes a qualquer momento, e nas quais os próprios cargos serão ocupados em sistema de rodízio permanente para se evitar a eternização de poucas pessoas em tais funções. (Tr 1548, p. 40, grifo nosso).

Esse trabalho, apresenta ainda outros conceitos como possibilidade de alternativa ao DS como, por exemplo, o “Ecosocialismo” e o conceito de “Sociedades Sustentáveis”, porém concentra sua argumentação sobretudo no conceito de “Ecomunitarismo”.

Já no Tr 619, baseando-se em Diegues (1992), busca-se enfatizar a importância do conceito de “Sociedades Sustentáveis” para contrapor as “fragilidades” do conceito de DS e superá-lo. Segundo o entendimento desse trabalho, o conceito de “Sociedades Sustentáveis”, conforme descrito por Diegues (1992), tem em sua proposta a preocupação em considerar os diversos contextos culturais, históricos e naturais quando se pensa o que poderia ser considerado como “bem-estar”. Ainda, ressalta-se que o conceito de “Sociedades Sustentáveis” não é direcionado pelo padrão de “sociedades industrializadas”. Segundo esse trabalho:

[...] a importância do conceito de sociedades sustentáveis desenvolvido por DIEGUES (1992) como sendo aquelas que definem seus padrões de consumo e de produção, seus parâmetros de bem estar a partir de sua cultura, de seu ambiente histórico e de seu ambiente natural, deixando de lado o padrão de sociedades industrializadas, enfatizando-se a possibilidade da existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis, a fim de manter a diversidade ecológica, social e cultural dos povos, das culturas e dos modos de vida. (Tr 619, p. 42).

Além das alternativas ao conceito de DS apresentada por esses três trabalhos, alguns outros também sugerem que se atente à Educação como um campo de discussão acerca dos significados dos conceitos de sustentabilidade e de DS. Alguns dos trabalhos analisados indicam a importância dos conceitos de sustentabilidade e de DS para o contexto da Educação. Entretanto, outros trabalhos indicam para o risco de se ter uma Educação voltada para o DS. Deste modo, no próximo item será

discutido especificamente as implicações dos conceitos de sustentabilidade e de DS aplicados ao campo da Educação, de acordo com os trabalhos.

#### 4.4. SUSTENTABILIDADE/DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EDUCAÇÃO

Neste item, serão discutidos aqueles trabalhos que estabeleceram relações entre os conceitos de sustentabilidade e de DS com o campo da Educação. Durante as análises dos trabalhos foi possível detectar alguns trabalhos que criticam a proposta de uma “Educação para o desenvolvimento sustentável”, entendendo-a como uma proposta ideológica e tendenciosa concernente ao sistema capitalista, como é o caso de Tr 338, o qual entende o conceito de EDS como uma “ideologia da Educação Ambiental para o desenvolvimento sustentável” ou uma “pedagogia da ideologia ambiental burguesa”. Contudo, por outro lado, há outros trabalhos que defendem e enxergam possibilidades importantes na proposta de uma educação voltada para o DS, a qual, segundo esses trabalhos, atuaria nos campos da economia e da política, bem como também nos campos social e cultural, a fim de conscientizar e caminhar rumo à sustentabilidade, como é o caso do trabalho Tr 1507.

No capítulo: “A importância do Desenvolvimento Sustentável e a contribuição da Educação”, do trabalho Tr 1507, são discutidas as implicações do DS no campo da Educação. De acordo com esse trabalho “[...] a Educação tem de estar voltada ao desenvolvimento, sobretudo o Desenvolvimento Humano e Econômico Sustentável” (Tr 1507, p. 40). Na perspectiva desse trabalho há o entendimento de que a Educação deve estar voltada ao desenvolvimento com vistas à sustentabilidade. Defende-se, a partir de Silva (2006)<sup>124</sup>, que a “Educação para o desenvolvimento” atua no sentido de “conscientizar a opinião pública” para “[...] capacitar vários segmentos da opinião pública para uma melhor análise da informação e das políticas locais, nacionais e internacionais, ligadas aos desequilíbrios mundiais, permitindo **mudanças dos comportamentos** sociais individuais e/ou grupais e propostas de ação, norteadas por

---

<sup>124</sup> SILVA, C. L. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: um modelo analítico integrado e adaptativo**. Petrópolis: Vozes, 2006.

preocupações de sustentabilidade dos processos de desenvolvimento” (SILVA, 2006, p. 122 apud Tr 1507, p. 43, grifo nosso). De acordo com esse autor:

A Educação para o Desenvolvimento visa a conscientizar a opinião pública para as questões da solidariedade e da interdependência das regiões do mundo e, em particular, para a realidade econômica, política, social e cultural dos países do Sul geopolítico. **Nesse sentido, a ED visa a capacitar vários segmentos da opinião pública para uma melhor análise da informação e das políticas locais, nacionais e internacionais, ligadas aos desequilíbrios mundiais, permitindo mudanças dos comportamentos sociais individuais e/ou grupais e propostas de ação, norteadas por preocupações de sustentabilidade dos processos de desenvolvimento.**

A Educação para o Desenvolvimento promove o direito de todas as pessoas, e de todos os povos, a participar e contribuir para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

A Educação para o Desenvolvimento (ED) é um processo dinâmico, interativo e participativo que visa:

- à formação integral das pessoas;
- à conscientização e compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades locais e globais num contexto de interdependência;
- à vivência da interculturalidade;
- ao compromisso para a ação transformadora alicerçada na justiça, equidade e solidariedade;
- à promoção do direito e do dever de todas as pessoas, e de todos os povos, participar e contribuir para um desenvolvimento integral e sustentável. (SILVA, 2006 apud Tr 1507, p. 43).

Enquanto alguns autores do campo da EA que são tributários do pensamento crítico, como visto anteriormente, defendem que a Década da “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”, ou “Deds”, tenha sido uma proposta para “enquadrar” a população dentro de uma mesma lógica imposta, no Tr 1507 encontramos a visão oposta, ou seja, atribuiu-se à “Deds” ações como, por exemplo, a “promoção da diversidade cultural, a igualdade de gêneros” bem como enfatizar a “luta contra a pobreza” e, nesse intervalo de tempo, pretendeu-se, segundo esse trabalho, “incorporar efetivamente o conceito de desenvolvimento sustentável às políticas educacionais”, como podemos observar no excerto abaixo, o qual foi baseado em Schenkel (2008):

A Década da ONU (2005-2015) (sic) da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DOEDS) (sic) **pretende incorporar efetivamente o conceito de desenvolvimento sustentável às políticas educacionais abrangendo a promoção da diversidade cultural, a igualdade de gênero e os aspectos econômicos para o desenvolvimento, destacando a luta contra a pobreza.** ‘Queremos provocar uma efetiva **mudança de atitude das pessoas** para melhorar a qualidade de vida. O caminho da evolução de nossa

sociedade passa pela sustentabilidade. Caso contrário, perderemos de vez os insumos vitais para a nossa sobrevivência', explica Schenkel (CEBDS, 2008), coordenador de Ciência e Meio Ambiente da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). (Tr. 1507, p. 43, grifo nosso).

Apoiado no argentino Jorge Ricardo Werthein (CEBEDS, 2008), representante da Unesco no Brasil entre 1997 e 2005, esse trabalho defende que somente a EDS pode promover valores “fundamentais para o desenvolvimento sustentável”. De acordo com o trabalho:

**[...] somente a educação para o desenvolvimento sustentável** pode promover valores:

Respeito pelos direitos humanos das gerações futuras e um compromisso em relação à responsabilidade intergeracional. Respeito pela vida em todas as suas diversidades, as quais envolvem proteção e restauração dos ecossistemas da Terra e, sobretudo, respeito pela diversidade cultural e um compromisso de construir local e globalmente uma cultura de tolerância, de não violência e de paz. **Estes valores são fundamentais para o desenvolvimento sustentável.** Na “Agenda 21” (2006), em seu capítulo 36, são definidas áreas de programas que dependem da educação: Reorientação do ensino no sentido do desenvolvimento sustentável, aumento da consciência pública e Promoção de habilidades. (Tr. 1507, p. 44, grifo nosso).

E, ainda nesse sentido, defende que “somente uma sociedade consciente de seus direitos e de suas responsabilidades [...]” em relação à sociedade e ao “[...] uso racional dos recursos naturais, contribui para o desenvolvimento sustentável [...]”:

Percebemos, através do estudo exposto, um movimento mundial e Nacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. **Somente uma sociedade consciente de seus direitos e deveres e de suas responsabilidades com a promoção de uma vida digna para todos e com o uso racional dos recursos naturais, contribui para o desenvolvimento sustentável** e a continuidade da vida na Terra. (Tr 1507, p. 44, grifo nosso).

Cumprir destacar ainda que, nesse trabalho, como visto anteriormente, há uma associação entre o pensamento freireano e os preceitos do DS, sobretudo baseado nas propostas da “Ecopedagogia” e nos trabalhos de Moacir Gadotti. A partir dessa perspectiva, o trabalho alerta para o risco de posições ingênuas, a fim estabelecer um pensamento “[...] reflexivo na busca por uma nova globalização [...]” e na construção de uma “consciência coletiva” que caminhe na direção do “[...] fortalecimento do processo de construção do desenvolvimento sustentável”. Veja-se:

**Esta ingenuidade apontada por Freire é a mesma que muitas vezes nos influencia e dificulta um pensar reflexivo na busca de uma nova globalização, longe da ideologia globalizadora capitalista.** Portanto na perspectiva [...] do Desenvolvimento Sustentável, faz-se necessário construir a consciência coletiva – guardadas as diferenças de complexidade de raciocínio, para que aos poucos estruturarem um pensamento organizado, investigativo, crítico sobre as coisas – sobre as ameaças que pesam sobre o planeta e sobre todos os seres humanos e para agir, **buscando o fortalecimento do processo de construção do desenvolvimento sustentável.** (Tr 1507, p. 56, grifo nosso).

No Tr 2920, também observamos concordância com a proposta da EDS, a qual entende que seja sinônimo de educação para a sustentabilidade (EpS)<sup>125</sup>.

De acordo com esse trabalho, EDS é uma mobilização mundial com o intento de “efetivar mudanças importantes” no campo da Educação. Segundo o trabalho:

A EDS representa um esforço internacional massivo e talvez um dos maiores na história do mundo, que tem como plano efetivar mudanças importantes nas práticas, no conteúdo e também no próprio conceito da educação em um período de tempo relativamente curto. (Tr 2920, p. 80).

Ainda de acordo com esse trabalho, a intenção da EDS seria “reeducar os professores e a população em geral”, buscando, com base nos “valores da sustentabilidade”, caminhar em direção a “**mudanças de atitudes e comportamentos**”. O trabalho entende que a EDS “surgiu como uma tentativa de superar alguns problemas apresentados pela educação ambiental”. Nesse sentido:

**A intenção é reeducar os professores e a população em geral, mas principalmente uma mudança no sistema educacional,** transformando as técnicas, tecnologias e conteúdos normalmente utilizados para se encaixarem nessa nova visão de desenvolvimento. Assim, **a EDS busca mudanças de atitudes e comportamentos principalmente individuais em detrimento de mudanças que envolvem somente processos políticos e econômicos** (PAAS, 2004). **Muitos autores que analisam a proposta de uma Educação para o Desenvolvimento Sustentável ou para a Sustentabilidade concordam que ela surgiu como uma tentativa de superar alguns problemas apresentados pela educação ambiental praticada nas escolas de diversos países. A EDS deve ser entendida como uma solução para aplicar essa nova perspectiva de desenvolvimento baseada nos valores de sustentabilidade.** Pois não é suficiente apenas corrigir os problemas de uma sociedade insustentável, é preciso enxergar como encontrar a chave de todo o problema. (Tr 2920, p. 80, grifo nosso).

---

<sup>125</sup> Neste ponto, entendemos pertinente que se advirta, que o entendimento que a EDS seja sinônimo da EpS não é compartilhado por todos os autores do campo da EA.

Nesse trabalho, há o entendimento de que a EDS é mais “politizada” que a EA, uma vez que, de acordo com o trabalho, a EDS seria uma “[...] extensão da Educação Ambiental, porém com maior foco nas questões políticas e sociais”. De acordo com o trabalho, “pode-se entender melhor o espírito da EDS”

[...] examinando suas bases, que foram definidas ao longo das últimas três décadas, em conjunto com o conceito do Desenvolvimento Sustentável. Durante este período, os proponentes mais fortes para educação voltada a sustentabilidade vieram da área de educação ambiental. Assim a EDS é entendida por muitos como sinônimo de educação ambiental, inclusive pelo Ministério da Educação do Brasil. Porém, [...] **a EDS é uma extensão da educação ambiental, com maior foco nas questões políticas e sociais.** (Tr 2920, p. 80, grifo nosso).

Esse trabalho reconhece que, por determinadas perspectivas, a EDS poderia limitar o aluno, quando entendida como uma “educação para algo” e não uma educação total que capacite o aluno a “debater e entender sobre o todo”. Mas, por outro lado, defende que: “[...] a Educação para a Sustentabilidade, nada mais é que abordar todas as dimensões do discurso, econômica, social, ambiental e cultural, e assim não deixa de ensinar sobre o todo” (Tr 2920, p. 81).

Ainda para esse trabalho, tanto a EDS ou EpS, bem como a “alfabetização ecológica”, parecem ser consideradas alternativas educacionais com viés ambiental comparadas à EA, porém que fazem parte de diferentes etapas do processo educacional. De acordo com o trabalho, “Alfabetização Ecológica”, por exemplo, seria “[...] um dos primeiros passos para desenvolvermos uma vida mais sustentável [...]”. Veja-se:

**Além da Educação Ambiental, podemos citar a Educação para a Sustentabilidade ou para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e também a Alfabetização Ecológica como outras formas de educação com um viés ambiental. A Alfabetização Ecológica seria um dos primeiros passos para desenvolvermos uma vida mais sustentável,** pois seria a compreensão dos princípios básicos da ecologia e como viver de acordo com eles (CAPRA, 2003). (Tr 2920, p. 69, grifo nosso).

Já o Tr 1548, posiciona-se contrariamente à perspectiva da EDS, acreditando que seja outra falácia do neoliberalismo. De acordo com esse trabalho, a “[...] Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) é uma falácia do paradigma neoliberal [...]” (Tr. 1548, p. 61).

Esse trabalho, defende uma “EA emancipatória e transformadora” como superação das ideologias do capitalismo, lugar onde residiria a EDS, segundo a

perspectiva do trabalho, conforme vimos anteriormente. Para tanto se fundamenta em Loureiro (2004; 2005) para justificar seu posicionamento:

Loureiro, ao considerar a Educação Ambiental emancipatória e transformadora parte da compreensão de que o quadro de crise em que vivemos não permite soluções compatibilistas entre ambientalismo e capitalismo ou alternativas moralistas que deslocam o comportamental do histórico-cultural e de modo como a sociedade está estruturada. O cenário no qual nos movemos, de coisificação de tudo e de todos, de banalização da vida, de individualismo exacerbado e de dicotomização do humano como ser deslocado da natureza é, em tese, antagônico a projetos ambientalistas que visam à justiça social, ao equilíbrio ecossistêmico e à indissociabilidade entre humanidade e o resto da natureza. (Tr 1548, p. 12).

Para o Tr 1883, que defende as propostas de um “Desenvolvimento Local”, como visto no item anterior, encontramos a educação entendida como a grande via de transmissão de conhecimentos, sobretudo nos assuntos que devem ser discutidos nos programas de EA. Para esse trabalho, a EA é entendida como “[...] uma **ferramenta** estratégica destinada a alicerçar firmemente o Desenvolvimento Local” (Tr 1883, p. 48, grifo nosso) e que pode proporcionar uma construção de “saberes locais”, em um processo dialético entre professores, alunos, famílias e território. De acordo com esse trabalho, é por meio da educação, mais especificamente ao se trabalhar EA na escola, que poderemos

[...] construir o saber local que completara um mosaico dialético de conhecimentos vivos interagindo entre as pessoas e o lugar; Esse processo ocorre graças a presença influenciadora da escola nas comunidades e a dinâmica do relacionamento entre os professores, os alunos e suas famílias diretamente afetadas, bem como a participação dos demais atores sociais envolvidos na relação escola/comunidade. (Tr 1883, p. 45).

A “falta de redes de comunicação e de informações acessíveis ao público leigo” parece ser, para esse trabalho, um dos principais problemas que dificultam as propostas de EA caminharem rumo ao “Desenvolvimento Local” e à própria sustentabilidade, pois: “[...] Sem dados atualizados nem instrumentos subsidiários, os conteúdos e as metas empobrecem e estreitam-se os limites técnicos para que se produza nos problemas locais o desejado efeito transformador” (Tr. 1883, p. 48).

O Tr 338, no capítulo “A Ideologia da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável”, esclarece seu entendimento sobre a ideologia ambiental burguesa que fundamenta “sua pedagogia”. De acordo com o trabalho, a

característica da ideologia ambiental burguesa seja a “cisão entre o homem e a natureza”. Veja-se:

[...] **outra característica na ideologia ambiental burguesa que também fundamenta a sua pedagogia, qual seja a cisão entre o homem e a natureza**, cuja gênese encontra-se, por um lado, na expropriação (ou na alienação) dos meios de trabalho do produtor e, por outro, na divisão técnica do trabalho. Ao final do processo desse trabalho alienado, o produtor não consegue reconhecer-se no produto acabado. O produto do trabalho alienado aparece para a consciência do produtor como uma coisa com vida própria que o domina no lugar de ser dominado por ele. Esta realidade faz com que o trabalhador da sociedade, cujo processo de trabalho é alienado, desenvolva uma consciência reificada de suas forças produtivas. (Tr 338, p. 114, grifo nosso).

Assim, é para o humano cuja “raiz da consciência sofreu uma cisão”, o qual é entendido pelo Tr 338 como um “homem esquizofrenizado pela produção capitalista” (p. 126), que a “pedagogia burguesa” estaria estruturada. De acordo com esse trabalho:

Seja a pedagogia no ensino formal como no informal; seja a pedagogia para a educação ambiental como para a profissionalizante; seja qual for o tipo de educação, toda a pedagogia burguesa está voltada para educar o indivíduo que será útil para a reprodução do capital. (Tr 338, p. 126).

Nesse trabalho, encontra-se a explicação de que a ideologia burguesa entende que a “vida concreta da sociedade é fruto das ideias que os homens, enquanto indivíduos, têm da realidade” e, por este princípio, a ideologia burguesa “[...] defende a educação como um **instrumento** por excelência para a **transformação do comportamento dos indivíduos**, a fim de construir um novo paradigma de desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável” (Tr 338, p. 111, grifo nosso).

A pedagogia ambiental burguesa, de acordo com o entendimento encontrado no Tr 338, não está preocupada em trabalhar a questão do consumismo, pois ainda que o discurso do DS faça menções acerca da problemática da “sociedade do descarte”, suas propostas pedagógicas são reducionistas e simplistas como, por exemplo, as campanhas de separação seletiva de resíduos e reciclagem, escondendo e, muitas vezes legitimando, perversas formas de divisão de classe (Tr 338).

Já para o Tr 826, o tema sustentabilidade e DS precisam fazer parte dos “conteúdos escolares” também enquanto “política regional”:

Entende-se que a valorização [...] do desenvolvimento sustentável exige, dentre outros, a apropriação de conhecimentos relacionados a estes temas, pela população da região, de modo que possa compreender as relações que se estabelecem entre sociedade e natureza. **Assim, precisam fazer parte dos conteúdos escolares enquanto política regional.** (Tr 826, p. 15).

E, tomando por base o capítulo 36 da “Agenda 21” “da Promoção da Educação, da Conscientização e do Treinamento”, esse trabalho cita o referido documento, o qual entende que a educação, escolar e não-escolar: “[...] tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento [...]” (BRASIL, 1994 apud Tr 826).

De acordo com o esse trabalho, abordar a questão do DS em espaços educativos é indispensável para “**modificar a atitude** das pessoas”, bem como promover outros “valores e ética” em consonância com o DS, favorecendo assim a “participação pública efetiva nas tomadas de decisão”. A “Agenda 21”, segundo o trabalho, propõe ainda:

“[...] que o ensino sobre meio ambiente e desenvolvimento deve abordar a dinâmica do desenvolvimento do meio físico/biológico, sócio-econômico e do desenvolvimento humano (que pode incluir o espiritual) em todas as disciplinas, e empregar métodos formais e informais e meios efetivos de comunicação. (Tr 826, p. 6).

Deste modo, é atribuído à Educação, sobretudo à educação escolar:

“[...] papel estratégico na implementação de ações voltadas à conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável, uma vez que as escolas são consideradas espaços que buscam criar valores e atitudes nos educandos, a partir dos temas socializados [...], além do que suas ações alcançam repercussão em diferentes esferas sociais. (Tr 826, p. 6).

Esse trabalho apresenta alguns aspectos que devam ser considerados quando “[...] se pretender implementar a melhoria da formação básica, a compreensão da relação ciência-sociedade e o desenvolvimento de posturas e valores que contribuam para a formação de uma atitude crítica diante das questões ambientais amazônicas e globais” (Tr 826, p. 87). Dos oito aspectos apresentados por esse trabalho, destacamos quatro, a saber:

- A escola e a ação pedagógica em sala de aula constituem-se em possibilidades concretas de acesso a informações diversas, incluindo assuntos de biodiversidade geral, amazônica e desenvolvimento sustentável;

- há necessidade de consolidar ações educativas que melhorem o nível de informação sobre biodiversidade geral, amazônica e desenvolvimento sustentável nos espaços escolares;
- [...] a socialização de temas relacionados a biodiversidade e desenvolvimento sustentável, em sala de aula, é esporádica e pontual. Precisa, portanto, fazer parte do conteúdo das propostas curriculares oficiais e dos livros didáticos, para que tenham maior inserção nos trabalhos escolares;
- [...] **há necessidade de a disciplina Biologia assumir a liderança na discussão de temas relativos à biodiversidade e ao desenvolvimento sustentado, no ensino médio**, sem perder o vínculo com as outras áreas do conhecimento. (Tr 826, p. 87, 88, 89, grifo nosso).

Nota-se, no último aspecto apresentado pelo Tr 826, que é atribuído à disciplina de Biologia a característica de líder no que diz respeito à “[...] discussão de temas relativos à biodiversidade e ao **desenvolvimento sustentado**, no ensino médio”.

Outra característica que deve ser observada a respeito desse trabalho, é que em alguns pontos o DS também recebe o nome de “desenvolvimento sustentado”, no entanto o trabalho não indica nenhuma diferença significativa entre os dois conceitos que, neste caso, parece adotar a mesma definição.

Já no Tr 671, ressalta-se que a “Rede brasileira de educação ambiental” (Rebea), especificamente, discorda em muitos aspectos da proposta de uma EDS. Nesse sentido, de acordo com esse trabalho, destacam-se duas das principais críticas feitas pela Rebea às propostas da Unesco em substituir a EA pela EDS:

- 1) a substituição do atributo político “ambiental” da educação para uma orientação econômica do “desenvolvimento sustentável”, num evocativo evolucionista como se a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) fosse uma evolução natural de uma Educação Ambiental (EA) superada e ineficaz;
- 2) a indicação funcionalista e finalista da visão de Educação quando a coloca para alguma coisa (Educação para o Desenvolvimento Sustentável), e ainda mais sendo esse o desenvolvimento sustentável, conceito/noção ainda sem um sentido claro e bastante criticado por quem acredita que nessa ideia cabe a manutenção da racionalidade economicista/desenvolvimentista, um dos pilares da crise socioambiental da atualidade; [...] (REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - REBEA - apud Tr 671, p. 144-145).

Ainda segundo esse trabalho, o conceito de DS teria sido supostamente “[...] elaborado para amenizar a dicotomia entre desenvolvimento econômico e preservação da natureza [...]”, entretanto, tornou-se um discurso que muitas vezes “favorece a manutenção das diferenças e podem dificultar o desenvolvimento

sustentável dos países em crescimento”. Nesse sentido, o trabalho esclarece que os a Rebea não concorda com a intenção de transformar a EA em EDS, pois

[...] não estão de acordo com o entendimento de que o desenvolvimento sustentável corresponda à ideia adequada para o futuro da educação ambiental. A UNESCO propôs no Congresso Ibero Americano sobre Desenvolvimento Sustentável que ocorreu no Rio de Janeiro, entre os dias 31 de maio a 02 de junho de 2005, a “Década para o Desenvolvimento Sustentável”. Esta proposição mereceu críticas dos educadores ambientais da referida rede que estavam presentes neste encontro, já que tal proposta passava por cima de uma discussão histórica que vem acontecendo há mais de trinta anos a respeito dos princípios, objetivos e diretrizes da Educação Ambiental. (Tr 671, p. 144-145)

No caso do Tr 619, é justamente dentro do “universo complexo” da sustentabilidade, que a educação para a sustentabilidade aparece como solução possível para a superação das ambiguidades entre o “trinômio ecologia, economia e sociedade”, bem como para a mitigação da violência. De acordo com a autora, “a prioridade dos sistemas educacionais do século XXI” deve ser a busca pela “conciliação entre o trinômio ecologia, economia e sociedade, ancorados em fundamentos éticos [...]”. Tal conciliação, de acordo com o trabalho, seria “[...] a mola mestra para o que se entende por cultura de paz [...]”. (Tr 619, p. 15-16).

Ainda segundo esse trabalho, o “[...] processo de educar para a sustentabilidade implica inclusive”

**[...] um redimensionamento de nossa maneira fragmentada de compreender a realidade e é condição necessária para reverter este quadro de crise sócio-ambiental global.** Requer o domínio de diferentes conteúdos, habilidades e qualidades pessoais, seja do ponto de vista do educador como do estudante. (Tr 619, p. 17, grifo nosso).

Ainda de acordo com esse trabalho, educar para a sustentabilidade é uma tarefa “complexa”, “abrangente” e “desafiadora” (Tr 619, p. 17).

Cabe salientar ainda que, para esse trabalho, a EA formal “tem um papel fundamental a exercer em prol de uma cultura de paz e de uma **mudança de atitudes humanas** [...]” e, em consonância com a “Declaração de Thessaloniki”, 1997<sup>126</sup>, para que se alcance tal objetivo, faz-se indispensável:

---

<sup>126</sup> A “Declaração de Thessaloniki” é o documento originário do evento ocorrido em Tessalônica, na Grécia, em 1997. O evento foi promovido pela Unesco em parceria com o

[...] esforços de integração e coordenação num grande número de setores e uma **mudança radical nos comportamentos e estilos de vida**, incluindo-se a mudança nos padrões de proteção e de consumo, **sendo a educação e a conscientização os pilares mestres da sustentabilidade**. Afirmo o documento que:

A reorientação da educação como um todo em direção à sustentabilidade envolve todos os níveis de educação formal, não-formal e informal, em todas as nações. (Tr 619, p. 20, grifo nosso).

A citação acima, apresentada no Tr 619, indica para aquilo que parece ser tendência entre alguns trabalhos analisados, ou seja, as expectativas “positivas” em relação ao conceito de EDS. Em alguns desses trabalhos, também se observa que é atribuído à EDS o objetivo de “mudar o comportamento”, ou a “atitude”, das pessoas (Tr 619; Tr 1507), bem como a educação é entendida como “ferramenta” ou “instrumento” para que se alcance o DS. Com efeito, o trabalho Tr 338, entende a ideia de “transformação do comportamento dos indivíduos” e a “instrumentalização da educação”, defendidas por alguns trabalhos, como características da “ideologia ambiental burguesa”.

Outros trabalhos que se mostraram críticos e reticentes em relação às propostas de uma educação que caminhe em direção ao DS, também foram encontrados no decorrer das análises. Esses trabalhos entendem que trazer o conceito ainda ambíguo e não muito bem definido de DS para o âmbito escolar, representaria outro equívoco da ideologia capitalista.

Percebe-se, no contexto dos trabalhos analisados, que as posições que defendem e as que criticam a EDS são bastante polarizadas.

---

governo grego, e teve como tema “Ambiente e Sociedade”. O principal eixo de discussão foi pautado pelo assunto “educação e conscientização pública para a sustentabilidade”.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A harmonia secreta da desarmonia: quero não o que está feito mas o que tortuosamente ainda se faz.”<sup>127</sup>

Como já apontado, este trabalho teve como objetivo: identificar e analisar os conceitos de sustentabilidade e de DS na produção teórica (teses e dissertações) em EA no país, constantes no Banco de Dados do Projeto “Educação Ambiental no Brasil: análise da produção acadêmica (teses e dissertações) – “Projeto EArte”, e foi realizado a partir das seguintes questões de pesquisa: que significados são atribuídos aos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável na produção teórica (teses e dissertações) em EA no Brasil? Esses conceitos são tratados como sinônimos nesses documentos? Que autores e referenciais teóricos são contemplados nas produções estudadas?

A partir da análise realizada constatamos que, dos vinte e dois trabalhos analisados, constituintes do *corpus* documental, da presente investigação, quatorze são dissertações de mestrado e oito são teses de doutorado. Contudo, há que se chamar atenção para a grande quantidade de trabalhos acadêmicos que veiculam os termos sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, ou algum dos outros termos de busca usados nesta pesquisa, em algum momento, porém poucos se aprofundam na questão dos conceitos especificamente.

Os trabalhos analisados foram defendidos entre os anos de 1993 e 2009, demonstrando um aumento significativo sobretudo entre os anos de 2005 a 2009.

Notamos, ainda, que a maior parte dos trabalhos são provenientes de universidades públicas (73%). E, 55% deles, são oriundos da região Sudeste do país, 25% da região Sul, 14% da região Norte e 5% do Nordeste. Destaca-se que nenhum trabalho selecionado foi procedente da região Centro-oeste.

A partir das análises feitas, percebemos diferenças nos significados atribuídos pelos trabalhos aos conceitos estudados, sendo que alguns trabalhos se mostraram críticos ao conceito de DS. A maior parte das críticas são atribuídas às características “globalizante” e ideológica que há inerente ao conceito de DS. No entanto, outros

---

<sup>127</sup> Livro: “Água Viva” de Clarice Lispector, 1973, p. 11.

trabalhos se mostraram confiantes quanto às possibilidades do conceito no sentido de contribuir para a superação da “crise socioambiental”. De alguma forma, todos os trabalhos analisados fizeram associação entre os conceitos de sustentabilidade e de DS com a “crise socioambiental”, alguns para dizer que tais conceitos são agravantes da “crise” e outros os entendendo como potencialmente adequados para contribuir com a sua superação.

Observamos alguns trabalhos que entendem os conceitos de sustentabilidade e de DS como sinônimos, enquanto outros defendem a existência de diferenças ideológicas entre eles. Em alguns trabalhos o DS é interpretado como uma apropriação ideológica do conceito da sustentabilidade, de acordo com interesses políticos. Contudo, para outros, os conceitos são tratados como sinônimos. Ressalta-se que nem todos os trabalhos se voltaram especificamente à diferenciação dos conceitos, e em que em alguns casos, não foi feito nenhum tipo de distinção ou aproximação explícita entre eles.

Outro aspecto observado nos trabalhos analisados, foi a frequente discussão de vários outros assuntos, para além da sustentabilidade e do DS, dentre eles, observamos a questão da “luta de classes”, bem como os temas da “ética” e da “ética ambiental”, os quais foram abordados para trazer à tona a discussão da conjuntura político-econômico-social em que se insere a proposta do DS. A “noção de entropia” foi empregada em um trabalho para “evidenciar a dimensão histórica” do debate sobre o DS associado ao “funcionamento do capitalismo e sua dinâmica”.

Talvez, o enveredamento dos trabalhos por outros assuntos tenha comprometido, relativamente, a discussão sobre os conceitos de sustentabilidade e de DS, uma vez que nesses trabalhos se nota atenção e críticas voltadas ao sistema capitalista como um todo, o que poderia ter os desviado, em alguns momentos, do foco dos conceitos a que se propuseram estudar.

Outra constatação que fizemos, é a tendência apresentada pelos trabalhos de referenciar autores e pesquisadores de outros temas para discutir as questões concernentes aos conceitos de sustentabilidade e de DS. A maior parte dos trabalhos analisados não se fundamentou especificamente nos referenciais teóricos clássicos e em estudiosos dos conceitos de sustentabilidade e de DS, e dos que buscaram essa fundamentação, não foram todos que se apropriaram e exploraram a fundo esse referencial, o que pode ter contribuído para uma carência de elementos teóricos e

críticos relativos à essa temática nos trabalhos analisados, os quais, como apontado, basicamente voltaram suas críticas à questão do capitalismo.

Tal constatação nos remete ao trabalho de Trein (2012), a qual já havia indicado que mais do que adjetivar as propostas da EA como críticas, é preciso que a crítica seja orientada, fundamentada.

O principal referencial teórico adotado pelas pesquisas é o materialismo histórico-dialético, contudo alguns trabalhos também recorreram aos referenciais da “Teoria da Complexidade” e autores da “Teoria Crítica” para fundamentar suas discussões.

Outros assuntos que foram tratados pelos trabalhos são: a “relação entre as causas da pobreza e da degradação ambiental”, a “insuficiência das estratégias do desenvolvimento econômico”, a “pertinência das perguntas acerca do que deve ser sustentado, por que e para quem”, bem como as “consequências da imprecisão do termo para o consenso” e a “falta de discussão ampla na sociedade sobre o que é desenvolvimento sustentável”.

A desconfiança em relação ao aspecto político-econômico inerente ao conceito de DS parece ser a questão central nos trabalhos analisados, ainda que não se faça uma preocupação unânime.

Observamos que não houve unanimidade em nenhum aspecto apresentado pelos trabalhos acerca dos conceitos estudados, corroborando Agoglia (2014), a qual havia apresentado a expressão “indefinição conceitual” para se referir à falta de consenso referente aos conceitos de sustentabilidade e de DS, o que, segundo a autora, se deve a muitos fatores, dentre os quais está a questão da polissemia existente entre eles.

As distintas áreas do conhecimento que conformam o campo da pesquisa em EA no país, bem como os diferentes referenciais teóricos e perspectivas adotadas, podem colaborar para que os conceitos de sustentabilidade e de DS sejam interpretados e abordados de diferentes formas, o que pode contribuir para a referida indefinição desses conceitos.

Em alguns trabalhos, observou-se a apresentação de “novos conceitos” como alternativas para a superação das “fragilidades” e “ideologias” do conceito de DS, como por exemplo, o conceito de “Desenvolvimento Local” ou “Desenvolvimento

Econômico Local", o de "Ecomunitarismo", de "Ecosocialismo" e o de "Sociedades Sustentáveis".

Outro aspecto que permeia as discussões nos trabalhos analisados é a inserção do conceito de DS ao campo da Educação, sendo que em alguns trabalhos se defende a pertinência da inserção dos conceitos de sustentabilidade e de DS nesse campo. Não obstante, em outros casos, é questionada essa defesa e indicado os problemas da "Educação para o Desenvolvimento Sustentável".

Como apontado, os trabalhos que defendem a proposta da EDS, entendem que a mesma poderia atuar nas esferas social, econômica, política e cultural, promovendo a conscientização das pessoas. Nesse sentido, alguns trabalhos, atribuem a EDS a competência de promover "mudanças de atitude" ou "mudanças de comportamento" nas pessoas. Tal constatação possibilita a relação entre esses trabalhos a uma abordagem comportamental de EA, criticada por Carvalho (2002), como já apontado.

Em relação aos trabalhos que criticam a proposta da EDS, esses defendem que tal proposta é ideológica e tendenciosa e a atribuem ao sistema capitalista. Para esses trabalhos, a ideia de incorporar um conceito tão ambíguo e genérico, como é o caso do DS, ao campo da Educação, representaria outro equívoco da ideologia capitalista, a qual estaria interessada no "adestramento" das pessoas e manutenção do *status quo*. Deste modo, percebe-se, mais uma vez, no contexto dos trabalhos analisados, outra "indefinição", ou seja, os trabalhos se mostraram bastante divididos também entre os que defendem e os que criticam a EDS. Os trabalhos que se mostraram contrários a EDS, são os mesmos que tecem críticas ao conceito de DS, bem como aqueles que defendem a EDS, defendem também as possibilidades do conceito de DS em contribuir com a superação da "crise socioambiental".

Para finalizar, cumpre destacar que apesar de a grande quantidade de trabalhos que se utilizam dos conceitos de sustentabilidade e de DS, notamos, nos trabalhos que compõem o *corpus* documental desta pesquisa, que tais conceitos ainda não são explorados profundamente ou as pesquisas não explicitam seus entendimentos acerca das possibilidades e limites dos mesmos, o que poderia significar certa "fragilidade" do ponto de vista teórico-metodológico, devido à necessidade de uma maior fundamentação teórica de tais conceitos, nas discussões que se referem a sustentabilidade e ao DS.

A partir dos resultados obtidos, suscitou-se outras questões que abrem possibilidades para novas pesquisas na área, as quais poderiam investigar, por exemplo, o "estado da arte" relativo aos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável na produção teórica em Educação Ambiental em outros países, principalmente na América Latina.

## REFERÊNCIAS

- AGOGLIA, O. Investigación en educación ambiental. Problematizando la temática ambiental en la sociedad contemporânea. **Pesquisa em Educação Ambiental**. v. 9, n. 1, p. 80-94. 2014.
- ALVES, J. E. D. **A polêmica Malthus versus Condorcet reavaliada à luz da transição demográfica**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2002.
- ALVES, J. L. O liberalismo e a produção da escola pública moderna. In: LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (orgs). **Liberalismo e educação em debate**. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, 2007.
- ALVES – MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZESNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1999.
- AZEVEDO, P. F. **Ecocivilização**: ambiente no e direito no limiar da vida. 2. ed. São Paulo: RT (Editora Revista dos Tribunais), 2008. 160p.
- BARBOSA, Z. M. Lutas sociais e transnacionalização do capitalismo: algumas reflexões em torno de um “novo” internacionalismo. In: SEGUNDA JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS MUNDIALIZAÇÃO E ESTUDOS NACIONAIS: a questão da emancipação e da soberania, 2., 2005, São Luís/MA. **Resumos...** São Luís/MA: Universidade Federal do Maranhão (Programa de Pós-Graduação em Política Públicas), 2005, p. 1-6.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.
- BATISMO DE SANGUE. Produção de Helvécio Ratton (Ancine). Brasil: Downtown Filmes, 2007. 1 DVD (110 min.): DVD, Ntsc, son., color. Legendado. Port.
- BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012. 199 p.
- BORNHEIM, G. A. **Os Filósofos Pré-Socráticos**. SP: Cultrix, 1967.
- BRASIL, Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 abr. 1999.
- BRASIL. **Agricultura familiar**: desafios para a sustentabilidade (coletânea). Aracajú-SE: EMBRAPA, 1998. 276 p.
- BRAZ, M. Lutas de Classes, Luta Revolucionária e Partido em Lenin: Significado e Atualidade do “*Que Fazer?*”. In: DEO, A.; MAZZEO, A. C.; ROIO, M. D. (Org.). **Lenin**: teoria e prática revolucionária. Marília/SP: ABEU, 2015. n. 4, p. 57-82.

BRUNACCI, A.; PHILIPPI Jr., A. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: Coleção Ambiental (USP). **Educação Ambiental e sustentabilidade**. Barueri-SP: Arlindo Philippi Jr. e Maria Cecília Focesi Pelicioni, editores (Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ), 2005. p. 257-283.

BRUNDTLAND, G.H. et al. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991. 430 p.

BURKE, P. Problemas causados por Gutenberg: a explosão da informação nos primórdios da Europa moderna. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 16, n. 44, 2002.

CARIDE, J. A.; MEIRA, P. A. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004. Disponível em <[http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/arqs/mariofreitas\\_edsfe.pdf](http://www.mma.gov.br/port/sdi/ea/deds/arqs/mariofreitas_edsfe.pdf)> Acesso: 20/05/2014.

CARSON, R. **Silent Spring**. São Paulo: Gaia, 2010. 327 p. (Tradução: Claudia Sant'Anna Martins - Primavera silenciosa).

CARVALHO, I. C. M. **A Invenção Ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. 3. ed. Porto Alegre: UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), 2008. 229 p.

\_\_\_\_\_. Qual Educação Ambiental? Elementos para um debate sobre Educação Ambiental popular e extensão rural. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre/RS, v. 2, n. 2, 2001, p. 43-51. In: Projeto integrado de ciências e matemática para professores da rede pública – Ufscar, 2002.

\_\_\_\_\_. Educação e movimentos sociais: elementos para uma história política do campo ambiental. In: I Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental: Tendências e Perspectivas, 2001, Rio Claro. **Revista Educação Teoria e Prática**. Rio Claro: EDUNESP, v. 9, p. 46-56, 2001.

CARVALHO, I. C. M; SHIMIDT, L. S. A pesquisa em educação Ambiental: uma análise dos trabalhos apresentados na ANPED, ANPPAS e EPEA de 2001 a 2006. **Pesquisa em Educação Ambiental**, [Sl.]. v.3 n.2, p. 147- 174, 2008.

CARVALHO, I. C. **Territorialidades em luta**: uma análise dos discursos ecológicos. Série registros, nº 9, p. 1-56, São Paulo: Instituto Florestal, Secretaria do Meio Ambiente, 1991.

CARVALHO, L. M. **A temática ambiental e a escola de 1º grau**. 1989. 564 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

CARVALHO, L. M.; TOMAZELLO, M. G. C.; OLIVEIRA, H. T. **Pesquisa em educação Ambiental: Panorama da produção Brasileira e alguns de seus dilemas**. Cad. Cedes, Campinas, v. 29, n. 77, p. 13-27, jan./abr. 2009.

CARVALHO, L. M. et al. **Estado da Arte da Pesquisa em Educação Ambiental no Brasil**. Disponível em: <<http://www.earte.net/?page=projeto-descritores>>. Acesso em 24/06/2014.

CASCINO, F. **Educação Ambiental**: princípios, história e formação de professores. 4. ed. São Paulo: Senac, 2007. 113 p.

CHICHILNISKY, G. An axiomatic approach to sustainable development. **Social Choice and Welfare**, v. 13, n. 2, p. 231-257, 1996.

CICCO, F. **ISO 14000**: a nova norma de gerenciamento e certificação ambiental. **RAE Ambiental**, v. 34, n. 5, p. 80-84, 1994.

COIMBRA, J. A. **O outro lado do meio ambiente**. Campinas: Millenium, 2002.

CONVERSI, D. **Americanization and the planetary spread of ethnic conflict: The globalization trap**. Permanent forum on cultural pluralism shaping cultural globalization: a forum of debates and proposals. Department of Government, London School of Economics Biography. Disponível em: <[http://www.planetagora.org/english/theme4\\_suj2\\_note.html](http://www.planetagora.org/english/theme4_suj2_note.html)>. Acesso em: 21/06/2016.

CORDANI, U. G.; TAIOLI, F. A Terra, a humanidade e o desenvolvimento sustentável. In: TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M.; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. **Decifrando a Terra**. SÃO PAULO: USP, S/D. p. 518-528.

CUNHA, D. O antropoceno como fetichismo. **Continentes**, v. 4, n. 6, p. 83-102, 2015.

DELGADO, P. “Educação e desenvolvimento comunitário local: perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade”. In: CARIDE, J.; FREITAS, O.; VARGAS, G. **Pedagogia Social**. Revista Interuniversitária. n. 16, p. 172-173, 2009.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004. 551 p.

DIEGUES, A. C. S. Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas. **São Paulo em Perspectiva**, v. 6, n. 1-2, p. 22-29, jan.-jun., 1992.

DOVERS, S.R.; HANDMER, J.W. Uncertainty, sustainability and change. **Global Environmental Change**, v.2, n.4, p. 262-276, 1992.

DUARTE, K. S. O direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado: Artigo 225, CAPUT, da Constituição Federal de 1988. In: BENJAMIN, A. H.; IRIGARAY, C. T. J. H.; LECEY, E.; CAPPELI, S. (Orgs). **Florestas, mudanças climáticas e serviços ecológicos**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010. P. 729-746.

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, v.36, n.2, p.90-100. 1994.

ELKINS, P. Environmental sustainability: From environmental valuation to the sustainability gap. **Progress in Physical Geography**, v. 35, n. 5, p. 629-651, 2011.

FERREIRA, M. R. Problemas ambientais como desafio para a Psicologia. In: GÜNTHER, H.; GUZZO, R. S. L.; PINHEIRO, J. Q. (Org). **Psicologia Ambiental: Entendendo as relações do homem com seu ambiente**. 2. ed. Campinas-SP: Alínea, 2006. p. 17-28.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação e Sociedade**. Ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br>

FINO, Carlos Nogueira. Um novo paradigma (para a escola): precisa-se. In: FORUMa. **Jornal do Grupo de Estudos Clássicos da Universidade de Madeira**, v.1, n.2, 2001.

FRACALANZA, H. et al. A Educação Ambiental no Brasil: Panorama Inicial da Produção Acadêmica. **Revista Ciência em Foco**, v. 1, n. 1, 2008.

FREITAS, M. A educação para o desenvolvimento sustentável e a formação de educadores/professores. **Perspectiva**. v. 22, n. 2, p. 547-575, 2004. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectivas.html>.

GADOTTI, M. Ecopedagogia e educação para a sustentabilidade. **Revista Escola Pública**. v. 2 n. 2, p. 1-18, 1998.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000, 217 p.

GAMBOA, S. S. Práticas de Pesquisa em Educação no Brasil: lugares, dinâmicas e conflitos. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 2, n. 1, p. 9-32, 2007.

GIACOIA JUNIOR, O. Um direito próprio da natureza? Notas sobre tecnologia e ambientalismo: a técnica moderna e a ética. In: LIMA FILHO, A. A.; POZZOLI, L. (Orgs.). **Ética no Novo Milênio: “busca do sentido da vida”**. São Paulo: LTr, 2004. (Coleção Instituto Jacques Maritain). p.385-403.

GODARD, O. Le développement durable: paysage intellectuel. **Natures, Science, Sociétés**. v. 2, n. 4, 1994.

GODOY, A. **A menor das ecologias**. São Paulo: Editora da USP, 2008. 333 p.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1990. 148 p.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, E. J. Environmental Education: a field intension or in transition. **Environmental Education Research**, v. 12, n. 3-4, p. 291-300, 2006.

GONZÁLEZ-GAUDIANO, E.; LORENZETTI, L. Investigação em educação ambiental na América latina: mapeando tendências. **Educação em Revista**. v. 25. n. 3. Belo Horizonte, p.191-211, 2009.

GORE, A. **Uma verdade inconveniente**: o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global. Barueri: Manole, 2006. 327 p.

GRAY, J. **Cachorros de palha**: reflexões sobre humanos e outros animais. Rio de Janeiro: Record, s/d. 214 p.

GUTIÉRREZ, F.; PRADO, C. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUTIÉRREZ, J.; BENAYAS, J.; CALVO, S. **Educación para el desarrollo sostenible**: evaluación de retos y oportunidades del Decenio 2005-2014. *Revista Iberoamericana de Educación*. n. 40, 2006. p. 25-69.

HAAVELMO, T.; HANSEN, S. On the strategy of tryin to reduze economic enequality by expanding the scale of human activity. **UNESCO, Environmentally Sustainable economic development: Building on Brundtland**. Paris: UNESCO, p. 41-50, 1991.

HART, P.; NOLAN, K. A critical analysis of research in environmental education. **Studies in Science Education**. n. 34, p. 1-69, 2008.

HASNA, A. M. Sustainability classifications in engineering: discipline and approach. **International Journal of Sustainable Engineering**, v. 3, n. 4, p. 258-276, 2010.

HEDEFALK, M; ALMQVIST, J; ÖSTMAN, L. Education for sustainable development in early childhood education: a review of the research literature. **Environmental Education Research**. 2014, p. 1-16. DOI: 10.1080/13504622.2014.971716.

HEIMANN, E. **História das doutrinas econômicas**: uma introdução à teoria econômica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971. 252 p.

HOBSBAWN, E. **A dos extremos**: O breve século XX. 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 1995. 598 p.

JACOBI, P. R. Educar na sociedade de risco: o desafio de construir alternativas. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 2, n. 2, p. 49-65, 2007.

KATO, S. D. **O conceito de "ecossistema" na produção acadêmica brasileira em Educação Ambiental**: construção de significados e sentidos. 2014. 233 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2014.

KAWASAKI, C.S.; MATOS, M. S. & MOTOKANE, M. T. O perfil do pesquisador em educação ambiental: elementos para um estudo sobre a constituição de um campo de pesquisa em educação ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, vol. 1, n.1, p. 111-140, 2006.

KYBURZ-GRABER, R. Socioecological Approaches to Environmental Education and Research: a Paradigmatic Response to Behavioral Change Orientations. In: STEVENSON, R.B.; BRODY, M.; DILLON, J.; WALS, A. E. J. **International Handbook of Research on Environmental Education**. American Educational Research Association, 2013. AERA e Routledge Taylor & Francis Group, 2013. p. 25-32.

LAYRARGUES, P. P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYRARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 179-220.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**. v. 12 n.1 São Paulo, p. 23-40, 2014.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001. 343 p. (tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth).

LIMA, G. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, v. 6 n. 2, p. 99-119, 2003.

LORENZETTI, L.; DELIZOICOV, D. A produção acadêmica do mestrado em educação ambiental da FURG – 1997-2005. In: ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 4., 2007, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro: UNESP, 2007. CD-ROM.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo-SP: Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da Ecologia Política**. São Paulo: Cortez, 2012. 128 p.

LÖWY, M. O estrago capitalista e a solução ecossocialista, Marx em Weber. **Caros Amigos**. n. 211, p. 16-20, 2014. Entrevista concedida a Aray Nabuco.

\_\_\_\_\_. **O que é Ecossocialismo?** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014. 128 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens quantitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUTOSA;M.G.L; MATOS; M.C.F.G; LOUREIRO, C. F. B.O estado da arte da educação ambiental brasileira a partir do V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental: agentes sociais e problemáticas. In: Encontro de Pesquisa em Educação Ambiental (EPEA), 4, Rio Claro. **Anais...** Rio Claro, UNESP, 2007. CD-ROM.

MADEIRA, W. V. Plano Amazônia sustentável e desenvolvimento desigual. **Ambiente & Sociedade**. v. 17. n. 3. São Paulo, p. 19-32, 2014.

MARIANI, E. J. A trajetória de implantação do Neoliberalismo. **Revista Urutágua: Revista acadêmica multidisciplinar (DCS/UEM)**, n. 13, p. s/p, 2007. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/013/13mariani.htm>>. Acesso em: 20/05/2016.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; RANDERS, J.; BEHRENS III, W. W. **Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972. 203 p. (Tradução: Inês M. F. Litto).

MENDES, M. S. M. **Identificação narcísica com a ideologia neonazista no contexto brasileiro: mecanismo que contribuem com este processo**. 2014. 134 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário Hermínio Ometto (FHO|Uniararas), Araras/SP, 2014.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias**. 3. ed. Florianópolis-SC: Editora da Ufsc, 2008. 316 p.

MURRAY, P.; GOODHEW, J.; MURRAY, S. The heart of ESD: personally engaging learners with sustainability. **Environmental Education Research**, v. 20, n. 5, p. 718–734, 2014.

NASCIMENTO, E. P. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NERY-SILVA, A. C. **Educação ambiental e políticas públicas nas dissertações e teses de educação ambiental no Brasil: análise dos processos de elaboração e implementação**. 2015. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015

NUNES, Rodrigo. Educação pela lama: ambientalismo em tempos de polarização. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 de nov. de 2015.

PACKTER, L. Armadilhas conceituais e limites. **Filosofia**. São Paulo, ano 6, n. 66, p. 58-59. 2011.

PEDRINI, A. G. Trajetórias da educação ambiental. In: PEDRINI, A. G. (Org.). **Educação Ambiental: reflexões e práticas**. 7. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010. p. 25-89.

PARTIDO VERDE. **Site oficial do Partido Verde**. Disponível em: <<http://pv.org.br/opartido/>>. Acesso em: 2/5/2016.

PESSANHA, J. A. M. **Descartes** (Vida e Obra). São Paulo: Nova Cultural (Coleção Os Pensadores), 1999. 335 p.

PHILIPPI Jr., A.; MALHEIROS, T. F. Saúde ambiental e desenvolvimento. In: PHILIPPI Jr. A.; PELICIONI, M. C. F. Coleção Ambiental (USP). **Educação Ambiental e sustentabilidade**. São Paulo (Barueri): Manole, 2005. p. 59-84.

PIANA, M. C. **A Construção da Pesquisa Documental: Avanços e Desafios na Atuação do Serviço Social no Campo Educacional**. Editora UNESP, São Paulo, 2009.

QUARESMA, A. Tecnociências: meios ou fins? **Filosofia**. São Paulo, ano 7, n. 86, p. 15-23. 2013.

REIGOTA, M. A. S. **Meio Ambiente e representação social**. São Paulo-SP: Cortez (coleção questões de nossa época), 1995.

\_\_\_\_\_. RIO + 10: Etnografia de uma prática pedagógica. **Quaestio – Revista de estudos de Educação**, v. 8, n. 2, p. 137-158, 2006.

\_\_\_\_\_. Ciência e Sustentabilidade: a contribuição da educação ambiental. **Avaliação – Revista da Avaliação da Educação Superior**. v. 12, n. 2, p. 219-232. 2007.

\_\_\_\_\_. **O que é Educação Ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009 (Coleção Primeiros Passos), 107 p.

\_\_\_\_\_. **Meio ambiente e representação social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010. 93 p.

REIGOTA, M. A. S.; SANTOS, R. F. Responsabilidade social da gestão e o uso dos resíduos. In: PHILIPPI Jr. A.; PELICIONI, M. C. F. Coleção Ambiental (USP). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. São Paulo (Barueri): Manoele, 2005. p. 849-864.

REIS, D. A. **Compreensões elaboradas pelo campo da educação ambiental sobre o tema mudanças climáticas**: análise de dissertações e teses brasileiras. 2013. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: ideologia e utopia no final do século XX. **Ci. Inf., Brasília**. v. 21, n. 1, p. 23-31. 1992.

RINK, J.; MEGID NETO, J. Tendências dos artigos apresentados nos encontros de pesquisa em educação ambiental (EPEA). **Educação em Revista**, v. 25, n. 3, p. 235-263, Dez. 2009.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba. v. 6, n. 19, 37-50, 2006.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou Da Educação**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968. 581 p. (Tradução: Sérgio Milliet).

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 95 p.

SAMPAIO, S. M. V.; GUIMARÃES, L. B.; O dispositivo da sustentabilidade: pedagogias no contemporâneo. **Perspectiva**, v. 30, n. 2, p. 395-409, 2012.

SANTANA, J. M.; LIMA, C. C. U. A inserção dos princípios da Ecopedagogia no currículo escolar: uma proposta de educação para a sustentabilidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “EXPERIÊNCIAS DE AGENDAS 21: OS DESAFIOS DO NOSSO TEMPO”, 2009. **Anais...** Ponta Grossa/PR, 2009, p. s/p.

SÃO PAULO. **Desenvolvimento sustentado**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente (Série Seminários e Debates), 1991. 70 p.

\_\_\_\_\_. **Conceitos para fazer Educação Ambiental**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente (Série Educação Ambiental), 1994. 84 p.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L. M. S. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: Uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 1-22, 2014.

SATO, M.; PASSOS, L. A.; Pelo prazer fenomenológico de um não texto. In: GUIMARÃES, M. (Org.). **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. 4. São Paulo: Papyrus, 2010. p. 17-30.

SATRANGE, T.; BAYLEY, A. Desarrollo sostenible: vincular la economía, la sociedad, el medio ambiente. **OECD INSIGHTS** - Sustainable Development: Linking Economy, Society, environment. n. 1, 2008.

SAUVÉ, Lucie. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**, v. 6, n. 10, Mato Grosso: UFMT, 1997.

SKINHEAD ATTITUDE. Direção de Daniel Schweizer. Produção de Samir Schweizer e Werner Schweizer. Suíça: “*Dschoint Ventschr Filmproduktion*”, 2003. Son., color. Legendado. Port. (90 min.). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=TF2JLDhZTCY>>. Acesso em: 2/5/2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. Editora Cortez, 23ª ed., São Paulo, 2007.

SILVA, E. L. & MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Editora da UFSC, Florianópolis, 2005.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e Desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**. v. 18, n. 51, p. 07-22. 2004.

SIQUEIRA, C. E.; CASTRO, H.; ARAÚJO, T. M. A globalização dos movimentos sociais: resposta social à globalização corporativa neoliberal. **Ciência e saúde coletiva**, v. 8, n. 4, p. 847-858, 2003.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC). Antropoceno no espaço. **Jornal da Ciência** (JC Notícias). 17 de out. de 2016, p. 1-5. Disponível em <<http://www.jornaldaciencia.org.br/edicoes/?url://jcnoticias.jornaldaciencia.org.br/27-antropoceno-no-espaco/>>. Acesso em: 17/10/2016.

SOUZA, H. A. L. **A “ética ambiental” na produção teórica (dissertações e teses) em educação ambiental no Brasil**. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015. 160 p. (Tradução: Eloísa Araújo Ribeiro).

TAMAIÓ, I. **A política pública de Educação Ambiental**: sentidos e contradições na experiência dos gestores/educadores da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente – Gestão do Governo Lula (2003-2006). 2007. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TESKE, O. **Sociologia: textos e contextos**. Canoas: Editora da ULBRA, 2005.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das letras, 2010. 535 p.

THOREAU, H. D. *Walden ou A Vida nos Bosques*. 7. ed. São Paulo: Ground, 2007. 259 p.

TOMAZELLO, M. G. C. Reflexões acerca das dissertações e teses brasileiras em educação ambiental do período 1987-2001. **Enseñanza de las Ciencias**, Barcelona, v. 23, n. extra, p. 1-6, 2005.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

TREIN, E. S. A Educação Ambiental crítica: crítica de quê? **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 2012, p. 304-318.

UNESCO. **United Nations Decade of Education for Sustainable Development 2004-2005: Draft International Implementation Scheme**. New York: UNESCO, 2004. 120 p.

UNGER, N. M. Os Pré-Socráticos: os pensadores originários e o brilho do ser. In: Ministério da Educação e UNESCO. **Pensar o Ambiente: bases filosóficas para a Educação Ambiental (Coleção Educação para Todos)**. Brasília, 2006. p. 25-31.

VEGA, D. **Cadarços brancos: entre o sonho e a barbárie**. São Paulo: Giostri, 2010. 250 p.

VENTURA, Z. **1968: o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 220 p.

\_\_\_\_\_. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**. São Paulo: Editora 34, 2013. 152 p.

VIEIRA, P. F. Meio ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, Eduardo, et. al. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: desafios para as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

VIGAR, V. A boa-fé negociada. **Filosofia**. São Paulo, ano. 7 n. 80, p. 24-31. 2013.

ZUINDEAU, B. La démondialisation pour le développement durable ?. **Développement durable et territoires**. v. 3, n. 1, p. 1-6, 2012.

ZUPELARI, M. F. Z. **O debate modernidade/pós-modernidade e a crise socioambiental: um estudo sobre dissertações e teses brasileiras em Educação Ambiental**. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2014.